UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ALINE LIBRELOTTO RUBIN

**UMA PSICANÁLISE PARA A SUBVERSÃO: a produção psicanalítica brasileira
e o discurso (sobre o) adolescente em tempos ditatoriais (1964-1985)**

SÃO PAULO

2021

ALINE LIBRELOTTO RUBIN

**UMA PSICANÁLISE PARA A SUBVERSÃO: a produção psicanalítica brasileira
e o discurso (sobre o) adolescente em tempos ditatoriais (1964-1985)**

Tese apresentada para a obtenção do título
de Doutora em Psicologia pelo Instituto de
Psicologia da USP.

Área de concentração: Psicologia Social
(PST).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Belinda Piltcher
Haber Mandelbaum

SÃO PAULO

2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Librelotto Rubin, Aline

UMA PSICANÁLISE PARA A SUBVERSÃO: a produção psicanalítica brasileira
e o discurso (sobre o) adolescente em tempos ditatoriais (1964-1985) / Aline
Librelotto Rubin; orientadora Belinda Piltcher Haber Mandelbaum. -- São Paulo,
2021.

288 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto
de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. História da Psicanálise no Brasil. 2. Adolescência. 3. Ditadura civil-militar.
4. Protesto. 5. Discurso psicanalítico. I. Piltcher Haber Mandelbaum, Belinda,
orient. II. Título.

Nome: RUBIN, Aline Librelotto

Título: UMA PSICANÁLISE PARA A SUBVERSÃO: a produção psicanalítica brasileira e o discurso (sobre o) adolescente em tempos ditatoriais (1964-1985)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutora em Psicologia Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores e mestres que tive até então por despertarem em mim o desejo de construir um caminho de reflexão e conhecimento.

À Prof^a Belinda Mandelbaum, pela orientação de todos estes anos, pelas incansáveis correções e pela companhia nesta trajetória longa de aprendizados e descobertas. Agradecer não faz jus ao sentimento, mas o representa por ora.

To Stephen Frosh, my first supervisor in this journey, who made me believe that it was possible at the moment when I most doubted. Thank you for all the wisdom that you so kindly and gently offer to others and offered to me. Com carinho.

À Lúcia Valladares e ao Daniel Kupermann, por cederem sua leitura, seu tempo e seu conhecimento e terem tido papel tão crucial no resultado final (embora saibamos que sempre parcial), desse trabalho.

Ao nosso grupo de orientação da USP: Rodrigo Nogueira Santos, Fernando Figueira, Raquel Morales, Maria Cristina Fonseca, Camila Antonelli. Agradeço pelas trocas, escutas e pela importante parceria nestes anos. Em especial, ao colega Rodrigo, grande amigo e companheiro que esta jornada me deu. Obrigada pelas prosas, pessoais e virtuais, que fizeram uma diferença enorme em muitos momentos de dúvida e hesitação e que tornaram nosso trabalho solitário mais possível.

Em Londres, à Ana Carolina Minozzo. Grata por conhecer e aprender com sua mente brilhante e inquieta. Obrigada pela companhia, pelas conversas e pelos jantares e vinhos.

À Clarice Paulon, pela inspiração acadêmica vinda no momento necessário e por uma bonita amizade que extrapolou os devaneios psicanalíticos. Obrigada pela escuta e pela presença.

À amiga Denise Mamede, um dos grandes presentes uspianos. Agradeço-lhe pelas leituras, pelas cervejas, pelo apoio, pelas diversas acolhidas, pela cumplicidade e pelos largos abraços. Pelo olhar sempre doce, porém certo.

À Laura Gertz, amiga brasileira mais francesinha, que em uma conversa despreocupada me ajudou a tomar um rumo diante de uma encruzilhada.

Aos amigos todos, por sustentarem o que parecia uma infinita condição de algo-por-vir. Em especial, à Maria Carol Souza e às gauchinhas do coração: Camila Avozani e Lu Pires. Pelos ouvidos, abraços e pelo conforto.

Aos funcionários e membros de todas as instituições que disponibilizaram seus arquivos. A todos os funcionários da USP, em especial, à Nalva, à Teresa e a Rô pela presteza e sempre disposição em ajudar.

À família, pelo apoio incontestável e indispensável, sem o qual não poderia escrever o grande e verdadeiro clichê: sem vocês, eu não estaria aqui.

Agradeço à minha mãe, meu exemplo de professora, minha pedra fundacional, o porto que sempre me acolhe. Ao meu pai que com seu olhar e poucas palavras nunca se ausentou. Aos dois, por confiarem e não fraquejarem. À Cris, mesmo de longe, de irmã mais velha à amiga, obrigada pelo carinho nesta jornada. Ao Luquinhas, que, com sua birra, não deixa de demonstrar seu amor. E à pimentinha da minha vida, Emilia, que faz meu coração se alegrar mesmo nos momentos mais incertos, faísca e renovação das nossas vidas.

Por último, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por todos os anos de importante suporte financeiro, concedido através do processo n° 2016/003591-8.

“Fico imaginando hoje, um pouco à moda do grego antigo, tal como descreve Hegel: interrogava, diz ele, com paixão, sem esmorecimento, o rumor das folhagens, das fontes, dos ventos, enfim, o estremecer da Natureza, para ali captar o desenho de uma inteligência. E eu, é o estremecer do sentido que interrogo escutando o rumor da linguagem – dessa linguagem que é a minha Natureza, homem moderno”. (Roland Barthes).

RESUMO

RUBIN, Aline Librelotto. UMA PSICANÁLISE PARA A SUBVERSÃO: a produção psicanalítica brasileira e o discurso (sobre o) adolescente em tempos ditatoriais (1964-1985). 2021. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Com o intuito contribuir com os estudos historiográficos da Psicanálise no Brasil, esta tese analisa o discurso psicanalítico sobre a adolescência e o comportamento juvenil, entendendo-o como um importante revelador da relação que a Psicanálise estabeleceu com seu contexto social durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Tomando as publicações psicanalíticas como via de investigação histórica, este trabalho traz um panorama sobre a produção psicanalítica brasileira no período estudado, visando nomear as diferentes filiações institucionais, assim como os diferentes grupos e gerações que disputaram os principais temas emergentes no universo psicanalítico daquele momento. A partir da análise das diversas narrativas presentes na produção psicanalítica selecionada, destacamos os principais articuladores teóricos utilizados para pensar a adolescência e as suas manifestações na sociedade, como a delinquência, o protesto juvenil e o conflito de gerações. Os movimentos de resistência política e cultural da juventude tiveram um papel central na sociedade do período e transformaram-se em foco privilegiado da atenção tanto do Estado, como também dos saberes e práticas psicanalíticas. Buscamos refletir como a Psicanálise, ao se aproximar de um modelo de discurso científico, acaba se transformando em um aparato discursivo que neutraliza duplamente a subversão, a sua própria e também a do discurso adolescente. Por último, demonstramos como o sistema de formação analítica tradicional, valendo-se de semelhante discurso, enquadrava o candidato “normal” e seu futuro como analista, assim como o fez com a desejada normalidade do jovem na sociedade.

Palavras-chave: Produção psicanalítica, Ditadura civil-militar brasileira, Adolescência, Formação analítica.

ABSTRACT

RUBIN, Aline Librelotto. A PSYCHOANALYSIS FOR SUBVERSION: the brazilian psychoanalytic production and the discourse about the adolescent in dictatorial times (1964-1985). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021

In order to contribute to the historiographic studies of Psychoanalysis in Brazil, this thesis analyses the psychoanalytic discourse on adolescence and youth behaviour, understanding it as an important way to reveal the relation that Psychoanalysis established with its social context during the period of the civil-military dictatorship Brazilian (1964-1985). Taking psychoanalytical publications as a means of historical investigation, this work provides an overview of Brazilian psychoanalytic production in the studied period, aiming to name the different institutional affiliations, as well as the different groups and generations that disputed the main themes emerging in the psychoanalytic universe from that time. From the analysis of the various narratives present in psychoanalytic production, we have highlighted the main theoretical articulators used to think about adolescence and its manifestations in society, such as delinquency, youth protest and the generational conflict. The political and cultural resistance movements of youth played a central role in society of the time and became a privileged focus of attention of the State, as well as of the psychoanalytic knowledge and practices. We have sought to reflect how Psychoanalysis, when approaching a model of scientific discourse, ended up transforming itself into a discursive apparatus that doubly neutralized subversion, its own and also that of adolescent discourse. Lastly, we have aimed to demonstrate how the traditional analytical training system, using a similar discourse, framed the “normal” candidate and his future as an analyst, just as it did with the desired normality of young people in society.

Keywords: Psychoanalytic production, Civil-military dictatorship, Adolescence, Analytic training.

SIGLAS

APPIA – Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência

CBP – Círculo Brasileiro de Psicanálise

CNS – Conselho Nacional de Segurança

COPAL – Comissão Coordenadora das Organizações Psicanalíticas da América Latina

CPMG – Círculo Psicanalítico de Minas Gerais

CPRJ – Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro

IBRAPSI – Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupo e Instituições

IFPS – *International Federation of Psychoanalytical Societies*

IMP – Instituto de Medicina Psicológica

IPA – *International Psychoanalytic Association*

IPM – Inquérito policial militar

ME – Movimento Estudantil

RBP – Revista Brasileira de Psicanálise

SPCRJ – Sociedade Psicanalítica da Cidade do Rio de Janeiro

SBPRJ – Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro

SBPSP – Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo

SPID – Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle

SPPA – Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

SPRJ – Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional dos Estudantes

UnB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

WAWPS – *William Alanson White Institute*

SUMÁRIO

PRÓLOGO	1
INTRODUÇÃO.....	4
Uma breve condição histórica	7
Repensando a ruptura	18
 1. História e Psicanálise: uma construção metodológica	 23
1.1 Historiografias da Psicanálise no Brasil: do real à ficção.....	24
1.2 A ficção teórica de Freud: o discurso psicanalítico em face ao discurso científico	34
1.3 A operação historiográfica na produção psicanalítica brasileira	44
1.3.1 Tempo de definir	45
1.3.2 Tempo de descrever.....	47
1.3.3 Tempo de analisar	53
1.3.4. A escrita histórica.....	56
 2. A produção psicanalítica no período ditatorial e suas filiações institucionais	 59
2.1 A divulgação do saber psicanalítico oficial: <i>Jornal de Psicanálise</i> (1966) e <i>Revista Brasileira de Psicanálise</i> (1967)	61
2.2 Outras faces da produção ipeísta: <i>Alter</i> (1970) e <i>IDE</i> (1975).....	68
2.3 O pluralismo teórico e institucional da Psicanálise “independente”	72
2.3.1 <i>Estudos de Psicanálise</i> (1969), <i>Boletim Informativo do CPMG</i> (1972) e <i>Caderno de Psicanálise</i> (CPRJ - 1979).....	73
2.3.2 <i>Tempo Psicanalítico</i> (1978)	76
2.3.3 <i>Cadernos de Psicanálise</i> (SPCRJ – 1982) e <i>Rádice</i> (1976).....	79
2.3.4 <i>Revirão</i> (1984).....	83
2.4 A crise da “verdadeira psicanálise”	85
2.4.1 A crise da produção de conhecimento científico nas revistas ipeístas	86
2.4.2 O autoritarismo na formação analítica e o reformismo institucional	95
 3. O discurso (sobre o) adolescente	 107
3.1 O movimento estudantil e a resistência cultural no período ditatorial	108

3.1.1 O movimento estudantil e seu papel na resistência política.....	114
3.1.2 A resistência cultural e a Geração AI-5.....	121
3.2 Elementos teóricos do discurso psicanalítico sobre o adolescente.....	129
3.2.1 As capacidades do Ego e o papel da conquista da identidade.....	130
3.2.2 A sexualidade dos jovens	137
3.2.3 A ameaça da crise social e a delinquência juvenil (o <i>acting-out</i>)	142
3.2.4 O ideal desenvolvimentista e a adolescência “normal”	150
3.3 A “nova atitude jovem” sob a mira dos psicanalistas.....	155
3.3.1 O conflito edípico e a psicopatologia do protesto juvenil	156
3.3.2 A antropologia psicanalítica do “conflito de gerações”	162
3.4 A busca dos progressistas por uma adolescência menos normativa.....	170
3.5 São analisáveis os (discursos) adolescentes?.....	179
3.5.1 “Emprestar” as palavras	184
3.5.2 Torná-la mulher.....	190
3.6 O caso do jovem Ivan Seixas.....	194
 4. O romance familiar e a (de)formação psicanalítica brasileira.....	201
4.1 Tal pai, tal filho: a análise didática como herança paterna da “verdadeira psicanálise”	204
4.1.2 A família psicanalítica brasileira e o desenvolvimento do analista.....	209
4.1.2 Do candidato “normal” ao analista “autônomo”	214
4.1.3 O narcisismo e os problemas transferenciais na “profilaxia das discórdias” ..	218
4.2 O pai está morto: A batalha pela destituição do analista-didata.....	221
4.2.1 Autoritarismo na instituição, um problema geracional	223
4.2.2 Candidatos e Didatas resistem.....	226
4.2.3 As independentes no rastro da IPA	236
 CONCLUSÃO.....	242
TABELAS	250
ANEXOS	251
BIBLIOGRAFIA	259

PRÓLOGO

I.

Quando me graduei psicóloga, em 2011, já sabia que a Psicanálise havia entrado em meu caminho para ficar. Após ter estagiado em diferentes serviços de saúde mental sob orientação da perspectiva psicanalítica e defendido um estudo psicossocial articulado à Psicanálise como trabalho final de curso, sentia que precisava entender mais sobre a relação entre esse saber que tanto me instigava e o mundo que o pariu e o fez tomar o tamanho que tem. Julguei, na época, que um mestrado fora poderia me trazer as respostas que não ganhei em casa e acabei, como que por acaso, em Londres, terra que recebeu Freud nos seus últimos anos de vida e o berço de clássicas teorias pós-freudianas tão caras a Psicanálise brasileira. Aspectos os quais pouco entendia à época.

No último ano do mestrado, fui surpreendida pela aula de uma professora e psicanalista brasileira, visitante na universidade em que eu estudava. Nessa aula, ouvia pela primeira vez sobre episódios truculentos da história da Psicanálise no Brasil durante o período ditatorial. Foi então que aquela trajetória começou tomar um sentido singular: precisei ir até longe, fora do Brasil, para descobrir aquele que seria meu objeto de estudo por vários anos, em um caminho de volta a casa: o estudo da história da Psicanálise de meu país. Ou melhor, as histórias das Psicanálises do meu país. Foi então que ataquei a profa. Belinda Mandelbaum em seu trajeto para a estação de trem, e falei como tinha interesse em estudar a temática. Trabalhando em conjunto com o prof Stephen Frosh, ambos acolheram a mim e ao meu desejo.

Foi assim que minha dissertação de mestrado investigou a produção psicanalítica vinculada à *Revista Brasileira de Psicanálise* (RBP) durante os anos ditatoriais (1964-1985). Busquei elucidar o discurso produzido pelos membros das sociedades ditas oficiais, a fim de entender o posicionamento destas instituições durante o período de repressão política no país. Os achados demonstraram a existência de uma ideologia institucional relacionada a ideia de uma neutralidade analítica, que teria colaborado para o distanciamento da Psicanálise em relação ao seu contexto social durante o período (RUBIN, MANDELBAUM, FROSH, 2016). Tendo em vista que não se poderia ter um quadro mais preciso da produção ipeísta¹ somente nesta revista, mas também porque o movimento psicanalítico era mais amplo que o movimento ipeísta, este doutoramento teve como objetivo aprofundar o estudo sobre as

¹ Sociedades ipeístas ou sociedades oficiais são termos utilizados para designar as instituições ou os psicanalistas filiados à Associação Psicanalítica Internacional (IPA).

possíveis relações estabelecidas entre os desenvolvimentos psicanalíticos e o contexto da ditadura civil-militar brasileira.

II.

A escrita histórica que propomos para este estudo parte de uma importante premissa, a de que é o resultado de uma operação historiográfica (DE CERTEAU, 1975/2017), logo, não é algo dado, neutro, natural. Mandelbaum (2021[prelo]) chama atenção para o reconhecimento dos aspectos mobilizados da subjetividade do pesquisador nas determinações do campo da pesquisa, como os traços de histórias pessoais e elementos identificatórios do pesquisador. Segundo ela, a elucidação desses elementos tornam mais explícitos e conscientes a escolha dos pressupostos, das conviências e dos silêncios que negociamos com nosso trabalho (Mandelbaum, 2021[prelo]).

Nesse sentido, escrevo aqui algumas notas do lugar a partir do qual falo: uma psicóloga em (de)formação psicanalítica, uma pesquisadora que, inserida em uma das universidades de excelência do Brasil, tenta se inserir e achar o seu lugar. Que se vê imersa em um momento histórico de convulsão política e de sérios retrocessos dos direitos civis e ataques ao pensamento crítico e a universidade. Que se vê parte de uma juventude identificada geracionalmente com outra mais antiga, de um passado de luta e resistência retratado aqui neste trabalho. Que vê na Psicanálise uma válida (ainda que discutível) ferramenta de subversão, mas que também se responsabiliza pelos usos (in)versivos que já teve na sua história e que ainda possa ter.

Durante os quatro anos deste doutoramento, outra descoberta foi tomando contornos mais precisos, no que diz respeito ao meu próprio posicionamento epistemológico dentro da Psicanálise e dessa pesquisa. Ao elaborar uma análise sobre certos discursos psicanalíticos realizados a partir de um referencial teórico com ênfase no desenvolvimento humano, vi-me cada vez mais me posicionando a partir de uma psicanálise de abordagem lacaniana. Não por que essa esteja livre de ser tomada na direção criticada quando se propõe a fazer determinadas leituras psicanalíticas de fenômenos sociais ou culturais, ou por não ter problemáticas em torno dos seus processos de institucionalização e formação. Mas pelo entendimento dos fenômenos do inconsciente em sua dimensão com a linguagem e sua materialidade, o que possibilita receber de um outro paradigma os desafios e limites de pensar a psicanálise em interseção com o político e o laço social.

III.

Além dos vários intercruzamentos pessoais, a escrita deste trabalho foi atravessada também por dois momentos políticos marcantes. O primeiro foi em 2018, ano das eleições presidenciais, de clima polarizado, dos vários símbolos que traziam uma re-emergência do trauma da ditadura, do rompimento de vínculos pessoais. Foi o mesmo período em que me debruçava sobre o contexto histórico do país no período da ditadura, e pesquisava a repressão política que muitos estudantes universitários sofreram. O segundo momento, já em 2020, a pandemia do Covid-19 veio para desmascarar ainda mais as políticas estatais que gerem um país desigual. Essa situação me colocou em um isolamento nem tão-esplendido, no qual em meio à angústia, pude voltar-me ao encerramento desta escrita. Esse acontecimento permitiu uma extensão de prazo, o que me levou a um re-encontro mais profundo com o historiador Michel de Certeau. Qual foi minha estranheza ao entrar em contato com sua teoria da operação historiográfica, que toma o escrito histórico como um trabalho com os mortos – exorcizá-los, torná-los inscritos na linguagem, e sepultá-los, deixando um trabalho aberto por fazer para os ocupantes vivos do mundo.

IV.

Toda história é uma história do presente (DOSSE, 2012). O discurso psicanalítico em torno da adolescência nas décadas de 60 e 70 tratava dos jovens que chegavam aos consultórios psicanalíticos, sendo em grande parte filhos de famílias da classe média urbana. Vemos, hoje, a apropriação de parte desse discurso psi, tanto pela mídia, como pelos órgãos estatais, usado para justificar medidas jurídicas que marcam diferentes versões e destinos para a vida dos jovens brasileiros. Para um mesmo ato, a cor da sua pele ou do lugar que mora na cidade define se o jovem se torna um “menor infrator” ou um “estudante” ou “adolescente” imaturo ou com problemas psicológicos. Assim, falar sobre a atualidade da questão juvenil no Brasil atravessada por uma política de segregação social permite pensar como o discurso psicanalítico pode ter contribuído para a construção e solidificação desses espaços de exclusão e violência ao jovem. Le Goff (2002, p. 27) destaca que o historiador tem um problema que não é somente intelectual e científico, mas também cívico e moral e deve prestar contas do seu passado assim como o psicanalista.

INTRODUÇÃO

*Sobre a cabeça os aviões, sob os meus pés os caminhos
Aponta contra os chapadões, meu nariz
Eu organizo o movimento, eu oriento o carnaval
Eu inauguro o monumento, no planalto central do país
(Caetano Veloso, 1968)*

A prática analítica volta-se para o ausente na história do sujeito, àquilo que ele deixa de recordar, mas que acaba retornando como um resto, à sua revelia (FREUD, 1914). Assim como a Psicanálise volta-se para o ausente na história, é também a ausência que marca a possibilidade da operação historiográfica e seu resultado: a escrita histórica (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 20). Nesse sentido, estudos historiográficos da psicanálise contribuem para a construção de uma memória histórico-social da disciplina, assim como fornecem importantes subsídios para refletir sobre a práxis psicanalítica atual.

Nas últimas décadas, estudiosos vêm ressaltando a importância de conceber a Psicanálise e sua emergência no século XX como parte de um fenômeno social, cultural e político da modernidade². Dentro de tal entendimento, variadas leituras da História da Psicanálise privilegiaram diferentes abordagens metodológicas, abarcando desde questões locais e regionais da sua assimilação, até a inserção e modificação de determinada cultura pela disciplina. Esses estudos compartilham da importância de investigar como determinados contextos históricos, políticos, sociais e culturais influenciaram a maneira pela qual a Psicanálise se desenvolveu em determinado local (FACCHINETTI & CASTRO, 2015).

Acreditamos que uma forma de investigar historicamente um objeto é através do estudo da sua produção de conhecimento. Para a Psicanálise, disciplina filha da revolução científica da modernidade, uma questão central envolve a possibilidade de produzir conhecimento dentro de moldes científicos, sobre algo que escapa à razão, que é da ordem da experiência, possibilitada pelo fenômeno da transferência no encontro analítico. Essa questão acaba por complicar ainda mais o trabalho de historiadores da história da Psicanálise. A fim de apreender veracidades³ sobre a história da Psicanálise, somos convocados a lidar com algumas de suas especificidades: uma prática na qual a matéria-prima é a formação do

² Alguns autores que compartilham dessa perspectiva: John Forrester (1990), Eli Zaretsky (2005), Mariano Ben Plótkin (2001), Eran Rolnik (2012).

³ Usamos o termo “veracidade” intencionalmente para opor-se à noção de verdade. A tensão conceitual presente nesse último termo, tanto para a História, como para a Psicanálise (e sua história) acompanhará o percurso deste trabalho, que vai desde o seu uso enquanto símbolo de legitimidade, objetividade para determinados projetos histórico-políticos até a definição por nós tomada sobre o regime de verdade em Psicanálise, articulada com uma noção de ficção. Esclareceremos essa questão no próximo capítulo deste trabalho.

inconsciente, um campo de estudos que, desde seu nascimento, esteve marcado pelos territórios sociais, políticos e culturais nos quais emergiu⁴, além de ser influenciado pelas trajetórias pessoais (e seus entrelaçamentos transferenciais) dos homens e mulheres que desenvolveram seus complexos sistemas teóricos⁵.

Em 1995, Roudinesco propôs que o esclarecimento sobre a história imediata da Psicanálise seria possível somente através do estudo sério e objetivo das condições históricas da sua implantação em determinado local, que deveria seguir duas condições: a constituição de um saber psiquiátrico local e a existência de um Estado de direito que garantisse o livre exercício do ensino freudiano⁶. Sobre a primeira condição, os estudos historiográficos nos indicam que, no Brasil, a Psicanálise teve como um de seus primeiros berços a Psiquiatria, ainda nas primeiras décadas do século XX⁷. Tendo sido lida e difundida por importantes figuras da Medicina e da Psiquiatria do país (como Juliano Moreira, Porto-Carrero, Henrique Roxo, Arthur Ramos, Franco da Rocha, entre outros), os primeiros experimentos teóricos e clínicos com a Psicanálise aconteceram dentro de um contexto asilar-psiquiátrico.

Já a respeito da segunda condição, Roudinesco (1995) ressalta a particularidade que envolveu o caso de alguns países da América Latina. Segundo ela, os regimes do tipo “caudilhista” não teriam combatido a Psicanálise, uma vez que não a entendiam como uma “ciência judia” como foi no caso do Nazismo ou, ainda, uma “ciência burguesa”, como nos países comunistas entre 1945 e 1989. Dessa forma, coloca que “a psicanálise pode então continuar a existir, principalmente na Argentina⁸ e no Brasil, *apesar* das ditaduras e com

⁴ A esse respeito, por exemplo, De Certeau (1987/2011) destacou três casos (URSS, EUA e França) de como contextos nacionais interferiram nas transmissões e na emergência dos discursos e métodos freudianos. As últimas duas irão aqui nos interessar mais particularmente, tanto em função do alcance das teorias anglo-saxônicas na psicanálise brasileira das décadas de 60 e 70, como pela ruptura que a psicanálise francesa causa nesse contexto.

⁵ Sobre isso, Abrão (2007) também destacou algumas particularidades envolvidas na elaboração dos estudos históricos sobre a Psicanálise. A primeira seria a dificuldade de dissociação entre criador e criatura e a importância da história pessoal de seus criadores para entender os desdobramentos das formulações teóricas postuladas. A segunda particularidade seria a sua trajetória conceitual pouco linear e diversa, que culmina com a formação de diferentes escolas e linhas psicanalíticas, marcando embates científicos e políticos dentro do movimento psicanalítico (ABRÃO, 2007, p.8). Ambos os elementos estão marcados pelas relações transferenciais e de filiação materializados pela instituição.

⁶ Dunker (2015) refletiu como essas condições se concretizaram frente à particularidade do contexto histórico, social e cultural no Brasil. Por exemplo, atento a uma leitura anticolonialista do saber psiquiátrico, Dunker destaca que a Psicanálise entra como um saber entre outros saberes, entre os quais os saberes religiosos das culturas africanas.

⁷ Sobre esse assunto, ver: Oliveira (2002; 2005); Russo (2012a); Facchinetti (2012).

⁸ Apesar de ter aproximado a possibilidade de existência (ou resistência) da Psicanálise tanto na Argentina como no Brasil, países estes que passaram por períodos de governo ditatoriais em período semelhantes, a história nos mostra que existem grandes diferenças entre como a Psicanálise pode ter se desenvolvido nesses dois países. Sobre a história da Psicanálise na Argentina, ver Plotkin (2001).

fenômenos de colaboração, de resistência ou de exílio” (ROUDINESCO, 1995, p. 71, grifo meu).

Interessa-nos, sob o ângulo específico de investigação sobre o discurso psicanalítico sobre a adolescência e a juventude, demonstrar que não foi somente “apesar”, como destacou Roudinesco, do regime autoritário que a Psicanálise se desenvolveu no Brasil. Essa foi uma, entre outras importantes condições, que tornou possível determinado processo de consolidação das instituições de formação de psicanalistas⁹ e expansão da Psicanálise no Brasil. Contudo, se a conclusão desse processo de institucionalização e a ampliação do movimento psicanalítico no país se deu em conjuntura com o período ditatorial, é importante destacar que as primeiras instituições ipeístas foram reconhecidas pela IPA na década de 1950 e seus processos de análise didática iniciados ainda na década de 1940¹⁰. Alguns aspectos são convocados na tentativa de iluminar as possibilidades e as condições que a Psicanálise no Brasil teve para produzir conhecimento sob as difíceis circunstâncias dos tempos ditatoriais e que envolveram, como buscaremos argumentar, a criação de alguns discursos psicanalíticos suturadores¹¹ dos sujeitos.

Dinâmicas de silenciamento fizeram (e talvez ainda façam¹²) parte do movimento psicanalítico em tempos de exceção democrática. Chaim Katz (1985) analisou as revistas oficiais da IPA entre 1939 e 1945 e demonstrou um completo silêncio deste movimento psicanalítico oficial em relação aos eventos da 2ª Guerra, as mortes de psicanalistas, as ondas de imigração e a política de manutenção da Psicanálise sob o regime nazista na Alemanha.

⁹ Forrester define como “o seu alastramento, como uma praga” (FORRESTER, 1990, p. 21).

¹⁰ Vale lembrar que a primeira Sociedade Brasileira de Psicanálise da América Latina foi fundada em 1927, em São Paulo, por Franco da Rocha e Durval Marcondes (JACÓ-VILELA, 2011, p. 420). Porém, teve uma breve existência, pois os membros não demonstraram interesse em adequar-se aos padrões da *International Psychoanalytic Association* (IPA). Nas cartas trocadas com os brasileiros, Freud pediu a adesão à instância internacional, com a devida filiação e envio de relatórios. A carta de Freud enviada a Porto-Carrero ilustra esse pedido: “E agora um pedido fundamental. É de grande importância para mim, que sua Sociedade logo se sinta *em casa* na Sociedade Internacional e que esta acompanhe o que ocorre no Brasil. Para este fim, nada pode contribuir melhor do que o senhor redigir um relatório para a Revista, que contenha aproximadamente aquilo que consta das cartas suas e do Dr. Durval Marcondes, como a história da fundação da sua Sociedade, o relacionamento entre os grupos do Rio de São Paulo e sobre os seus esforços na Sociedade. O relatório deve ser enviado ao nosso presidente, Dr. Max Eitingon, naturalmente em francês, se isto lhe é mais cômodo”. Em 1930, Eitingon também pede para que o grupo brasileiro se organizasse nos moldes definidos pelo Congresso de Bad-Homburg de 1925. Durval Marcondes começa a buscar um analista didata interessado em imigrar para São Paulo para iniciar a formação naquela cidade conforme solicitado pelos diretores do movimento internacional (CASTRO, 2015, p. 1455; CASTRO & FACCHINETTI, 2015a).

¹¹ A sutura seria uma designação para o ato de dar uma representação para algo do Real, de fora do campo simbólico. Mais sobre esse conceito, ver Propheta (2015).

¹² O artigo “Psychosocial histories of Psychoanalysis”, de Belinda Mandelbaum e Stephen Frosh (2019), aceito para publicação na revista *Culturas Psi*, foi inicialmente escrito a convite da *Revista Brasileira de Psicanálise*. Contudo, no final de edição, os autores receberam um telefonema da editora da revista dizendo que, apesar de não ter nenhuma crítica ou sugestão de mudança, a revista não publicaria o artigo, pois a Sociedade de Psicanálise de São Paulo ainda não estava pronta para lê-lo.

Silêncios perpetuados em um pacto transgeracional de fidelidade sobre o não-dito, alcançando a história da Psicanálise no nosso país. Vimos a quietude em relação ao passado de Adelheid Koch, analista judia que chega ao Brasil em pleno no governo de Vargas, simpatético à política fascista. O silenciamento sobre a história de Théon Spanudis, psicanalista grego que veio ao Brasil também na década de 50 e que após alguns anos deixa a psicanálise para se dedicar à arte. O silêncio de Werner Kemper sobre seu passado de contribuição com o regime Nazista no Instituto Göring e a sua influência no retorno de Mark Burke para Londres. E, finalmente, durante o período ditatorial, o sintomático abafamento e repressão no desdobramento do “caso Amilcar Lobo” (VIANNA, 1994; KUPERMANN, 1996; BULAMAH, KUPERMANN & MOREIRA, 2014; RUBIN, MANDELBAUM, FROSH, 2016). Assim, a história da Psicanálise no Brasil durante o período da ditadura civil-militar demonstra, particularmente, como suas dinâmicas se entrelaçaram. Porém, esta costura se deu na esteira de outros cruzamentos prévios, que remontam à entrada do saber psicanalítico no Brasil.

Uma breve condição histórica

A chegada do saber psicanalítico no Brasil aconteceu nas primeiras décadas do século XX por diferentes vias. Tendo sido investigada de maneira apropriada por diferentes estudiosos, abordá-las brevemente aqui nos faz correr o risco de reduzi-las e perder de vista a complexidade do fenômeno. Contudo, nos autorizaremos fazer um pequeno *tour* a fim de demonstrar algumas continuidades presentes mesmo diante de rupturas entre o período que marca a emergência da Psicanálise nas primeiras décadas do século passado e as transformações que passa esse saber a partir de sua institucionalização em meados do século XX.

Segundo Facchinetti, entre as décadas de 20 e 40, a Psicanálise foi disseminada no Brasil vinculando-se a um projeto de construção de uma desejada identidade nacional moderna e como método para “a obtenção de um diagnóstico da realidade do país” (FACCHINETTI, 2012, p. 46). Nesse projeto, estava em pauta o discurso sobre o “primitivismo”¹³ do povo brasileiro, existente em função da heterogeneidade racial (mistura do elemento branco com o negro e o índio). A disseminação das doutrinas racialistas e

¹³ Esse discurso esteve presente desde muito cedo na história do Brasil. Dunker (2015) demonstra seu caráter de “exigências sincréticas e aspirações liberais” em observações feitas por Sevcenko (2010) sobre a Revolta da Vacina em 1904: “quando o selvagem aparece, é como um parente que nos envergonha” (SEVCENKO, 2010 apud DUNKER, 2015, p. 138).

degeneracionistas europeias no início do século viam no primitivismo do mestiço um “funesto futuro para a nação”, condenando o povo brasileiro como incapacitado biológica e psiquicamente (FACCHINETTI, 2012, p. 46).

Diante desse cenário, mudanças teóricas começaram a preconizar uma “compreensão de que o povo não era, mas *estava* doente” (FACCHINETTI, 2012, p. 46, grifo meu). Assim, uma parcela dos psiquiatras passou a questionar as ideias racialistas da degeneração e buscar novas soluções para o tratamento dos doentes, voltando-se para o campo do psiquismo individual e da profilaxia da doença mental (FACCHINETTI, 2012). Uma vez que o pressuposto “primitivismo” envolvia questões ligadas à raça e à sexualidade brasileiras, “para que o processo de civilização e modernização seguisse seu curso, era necessário educar o povo, discipliná-lo, extirpá-lo das marcas de sua natureza selvagem” (MANDELBAUM et al, 2019, p. 115).

Nesse contexto, a Psicanálise foi descoberta como de valor inestimável, pois ela “poderia contribuir com o projeto de aprimorar essa identidade nacional miscigenada, na medida em que oferecia explicações que eram não biológicas, e nesse sentido, não determinantes, para as vicissitudes da sexualidade” (MANDELBAUM et al, 2019, p. 115). É nesse sentido que Russo (2002) destaca que o “primitivo” é deslocado para o interior do sujeito e transformado em uma espécie de evolucionismo interno. Não mais a raça nos definiria, pois teríamos dentro de nós um id primitivo a ser transformado em um ego educado, desenvolvido, civilizado (CASTRO, 2015b).

Dunker destaca a importância da Psicanálise nesse projeto de civilização¹⁴ da brasilidade, que “permitia articular uma concepção de *desenvolvimento* acorde com a idéia de progresso civilizacional, operando no *interior do indivíduo* ao modo de um processo de determinação” (DUNKER, 2015, p. 119, grifo meu). Assim, a psicanálise oferecia alguns operadores teóricos, como a teoria da sexualidade, por exemplo, para a construção de discursos científicos a respeito de “modelos familiares, da educação das crianças e do relacionamento entre os gêneros, o que operou como um poder disciplinador e de atribuição de culpa” (MANDELBAUM et al, 2019, p. 115).

¹⁴ Destacando a particularidade “colonialista” da emergência da Psicanálise em terras brasileiras, Dunker sublinha que “se na Europa a psicanálise era novidade, meio suspeita meio judaica, meio vanguarda meio ciência, por aqui ela freqüentava a cabeça dos criadores de nosso condomínio público de administração da loucura como uma espécie de adiantamento modernizante” (Dunker, 2015, p. 116)

Entre os atores que protagonizaram a operacionalização desse saber, destacamos o trabalho de Porto-Carrero¹⁵ no Rio de Janeiro, do médico baiano Juliano Moreira e de Franco da Rocha em São Paulo. Abrão (2011) chama atenção para a operação cirúrgica de extração de elementos da Psicanálise ao dizer que “cada um destes teóricos, a seu modo, colocou em relevo um ou outro aspecto da psicanálise, que considerava mais relevante no exercício de sua atividade profissional” (ABRÃO, 2011, p. 124). Esse argumento é importante para este trabalho, pois buscaremos mostrar como a história da Psicanálise no Brasil é marcada por diferentes tipos de apropriação da teoria psicanalítica (freudiana e pós-freudiana) servindo a diferentes interesses e projetos políticos postos de forma mais ou menos implícita.

Por outro lado, os Modernistas¹⁶ protagonizaram outra via de assimilação da teoria psicanalítica também no início do século XX, sendo tomada como crítica à ideia do caráter nacional brasileiro defendido pelos “herdeiros ou partidários da política do branqueamento” (DUNKER, 2015, p. 125). O discurso modernista voltou-se para um modelo cultural que vislumbrava a construção de uma identidade própria, rompendo com o modelo europeu e colonial e com as teorias racialistas que condenavam o “primitivismo” brasileiro (FACCHINETTI, 2012). Nesse sentido, os modernistas valorizavam elementos até então depreciados pelo pensamento intelectual, defendendo “a anarquia, a divisão do sujeito e a desordem, ao invés da proposta hegemônica de ação social e do desejo de alcançar uma síntese do que seria o brasileiro”¹⁷ (FACCHINETTI & PONTE, 2003, p. 62)¹⁸.

Além disso, Facchinetti (2012) destaca que, como em Porto-Carrero, Oswald de Andrade¹⁹ também trabalha com uma proposta de mudança social e um projeto para o país, visando, porém, “o fim do patriarcado, representado pela sociedade burguesa e capitalista”, uma retomada da tradição local e da deglutição “do inimigo europeu” (FACCHINETTI, 2012, p. 57). Nesse sentido, Oliveira (2006) destaca que os modernistas liam textos freudianos como *A Interpretação dos sonhos* (1900) e *Totem e Tabu* (1913), não com o objetivo de sistematizar uma prática da Psicanálise, mas para apropriarem-se de elementos para a construção de um

¹⁵ Segundo Facchinetti, o psiquiatra Júlio Porto-Carrero, apoiado na eugenia e na psicanálise colocou o país no divã, estabelecendo uma das primeiras clínicas com base psicanalítica no Brasil. É sobre a questão da educação e da sublimação que Porto-Carrero “se debruça como forma de aumentar a velocidade da máquina do progresso” (FACCHINETTI, 2012, p. 48).

¹⁶ Sobre a influência da Psicanálise no movimento modernista, ver Dunker (2015), Facchinetti (2012) e Facchinetti e Ponte (2003).

¹⁷ Os modernistas, problematizando uma ideia de síntese identitária, se aproximam da concepção lacaniana de sujeito. É nesse sentido que, ao emergir no contexto de institucionalização da psicanálise no Brasil, o lacanismo irá fazer uma retomada dessa origem modernista para poder pensar a particularidade da Psicanálise brasileira.

¹⁸ Esta e todas as demais traduções foram realizadas por mim para esta tese.

¹⁹ Segundo Facchinetti (2012), Oswald de Andrade, por exemplo, se serviu da psicanálise com o objetivo “diagnosticar a ‘realidade social, vestida e opressora’ trazida pelas caravelas” e problematizar o modelo identitário tido como “civilizado”, “imposta de fora” (FACCHINETTI, 2012, p. 56).

projeto de emancipação da sociedade brasileira: “não se trata, para os modernistas, de uma adesão à doutrina psicanalítica, mas de uma apropriação livre de alguns dos conceitos freudianos sem nenhuma filiação ou preocupação teórica” (OLIVEIRA, 2006, p. 66).

Assim, desde uma crítica ao projeto colonizador europeu e de uma valorização dos elementos da cultura brasileira até um dispositivo discursivo-pedagógico com uma roupagem higienista, a psicanálise foi, desde seus primórdios, utilizada como ferramenta para diferentes projetos políticos que envolviam o debate sobre a identidade nacional na primeira metade do século XX (FACCHINETTI & PONTE, 2003). Com o decorrer do século e das transformações políticas nacionais, o discurso sobre o primitivismo do povo brasileiro foi se modificando e passando a assumir uma versão internalista, voltada à prática clínica individual, ao lado da expansão do conhecimento e das práticas psicanalíticas no país. Em 1984, ainda vemos um rastro desse processo no discurso do psicanalista carioca Enersto La Porta ao afirmar que a crise intensa que assolava a sociedade na década de 1980 poderia “desestabilizar o equilíbrio da civilização e logo dar lugar ao aparecimento do homem primitivo, com seus modelos primários de existência”²⁰ (LA PORTA, 1984, pp. 411-412).

Um importante momento que marcou esse processo de internalização do discurso sobre o primitivismo e a transformação do saber e de práticas psicanalíticas ocorreu a partir da década de 1930 com as transformações políticas do Governo Vargas²¹. Segundo Oliveira (2012), os valores morais e conservadores do governo, junto às campanhas de patriotismo e desenvolvimento nacional levaram ao investimento nas noções de família e de cuidados com a infância, essa última sendo vista como a fase guardiã do futuro do país. Assim, como parte do “novo” projeto “varguista”, foram desenvolvidas políticas pedagógicas e educacionais com vistas à família e a intervenção no desenvolvimento infantil. Nesse contexto, iniciou-se a introdução da Psicanálise no campo da educação “com a finalidade de tornar a educação infantil menos repressora, condição que, em tese, garantiria o desenvolvimento de indivíduos saudáveis” (ABRÃO, 2011, p. 125).

Em 1926, junto à *Liga Brasileira de Higiene Mental*²², foi criado um serviço de psicanálise cuja coordenação foi conferida a Porto-Carrero²³, o qual justificou cientificamente

²⁰ O modelo de existência do homem primitivo que La Porta (1984) menciona baseava-se na concepção de desenvolvimento humano com ênfase na vida instintual. Nesse caso, dizia respeito aos instintos agressivos e de morte que não passaram pelo processo adequado de desenvolvimento que deveriam dar lugar ao homem “civilizado” e da cultura.

²¹ Para mais, ver Oliveira (2012) *Psychoanalysis in Brazil during Vargas' Time*.

²² A *Liga Brasileira de Higiene Mental*, fundado por Gustavo Riedel e a Associação Brasileira de Educação foram grupos engajados em um projeto de sanitização e higienização da população brasileira baseados em teorias eugênicas e higienistas (RUSSO, 2012a).

o *slogan* nacional da época (“a criança é o futuro da nação”) ao defender que é “na infância pré-escolar que o indivíduo adquire o molde de seu caracter. Cada hora, nessas idades, forja uma peça fundamental do homem futuro” (PORTO-CARRERO, 1929a apud ABRÃO, 2011, pp. 128-9²⁴). Ao lado de Porto-Carrero, outra importante referência foi o trabalho de Arthur Ramos, que implantou uma prática de assistência a crianças com problemas escolares fortemente sustentada na teoria psicanalítica (ABRÃO, 2008)²⁵. Segundo Ramos, os problemas escolares eram a expressão de mecanismos inconscientes originados nas proibições da sexualidade e da má resolução das situações edípicas, marcando um importante antecessor do discurso psicanalítico sobre a origem da rebeldia e do protesto adolescente que se consolidará décadas mais tarde.

Segundo Abrão (2008), as orientações de práticas saudáveis que garantiriam o desenvolvimento psicológico das crianças ganharam amplitude através da divulgação de princípios da higiene mental em livros, jornais e revistas da época. É o que destaca também Mandelbaum et al (2019), sobre a divulgação de orientações higienistas na cultura mais ampla realizada por alguns dos principais percussores da Psicanálise em São Paulo:

Assim, por exemplo, psicanalistas reforçaram por meio do rádio, em jornais e revistas direcionadas ao público feminino a importância da relação mãe-criança para o desenvolvimento psicológico saudável mantendo inquestionável o padrão da família de classe média burguesa, com seus tradicionais papéis de masculinidade, feminilidade e infância. No mesmo período em que Donald Winnicott estava transmitindo conselhos para mães na Inglaterra, o psicanalista Durval Marcondes mantinha uma coluna semanal em um jornal conservador diário de grande circulação, *Folha da Manhã*, com temas que envolviam a psicanálise (em outro importante jornal de São Paulo, ele dava conselhos sobre como as mulheres deveriam se vestir “com bom gosto”, “de modo a agradar os homens” (1960, p. 48)); e Virginia Bicudo, uma das primeiras psicanalistas de São Paulo, que também trabalhou com Durval Marcondes em um serviço público destinado a crianças, tinha um programa de rádio sobre vida familiar e educação das crianças (MANDELBAUM et al, 2019, p. 115).

²³ Porto-Carrero, que se definia como “um fanático da Psicanálise” (OLIVEIRA, 2002, p. 144), escreveu diversos trabalhos sobre a relação entre Psicanálise e Educação, tendo difundido teses psicanalíticas através de publicações e participação em congressos. Segundo Abrão, as teorias de Porto-Carrero tiveram a função de aproximar as teorias freudianas da sexualidade infantil com o entendimento do comportamento afetivo das crianças na escola, dando uma utilidade política e prática à psicanálise no ambiente escolar e também na família. Porém, mesmo tendo em vista a implantação de uma proposta educacional orientada pela psicanálise, as idéias de Porto-Carrero não teriam ultrapassado o campo retórico (ABRÃO, 2011, p. 131).

²⁴ Porto-Carrero, J. P. (1929a). A arte de perverter: aplicação psychanalytica à formação moral da criança. Em J. P. Porto-Carrero (Org.). *Ensaio de psychanalyse* (pp. 133-142). Rio de Janeiro: Flores & Mano.

²⁵ Artur Ramos transitava entre disciplinas como a Psiquiatria, a Psicanálise e a Psicologia Social, apropriando-se de conceitos de diversas áreas na construção de uma leitura do povo brasileiro, apresentando incursões em diferentes terrenos, como o da infância, da religião, do folclore e da raça (NASCIMENTO & MANDELBAUM, 2019). Para mais sobre esse assunto, ver a tese de doutorado de Luana Tiek Omena Tamano (2018) “*Manter normal a criança normal e normalizar a desajustada*”: Arthur Ramos e o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, 1934-1939.

Como relatam os autores, Durval Marcondes (figura central para o desenvolvimento e institucionalização da Psicanálise em São Paulo) foi um importante operacionalizador das práticas higienistas voltadas à infância vislumbradas por Porto-Carrero e Arthur Ramos. Em entrevista para a revista *IDE*, ele contou sobre como foi a inserção do pensamento psicanalítico dentro dos programas de Higiene Mental no Brasil, com o intuito de prevenir as doenças mentais²⁶. Segundo o psicanalista, inicialmente, “fazer higiene mental era combater o alcoolismo”, o que muda por volta de 1927 ao se tornar “psiquiatra escolar, o único para todas as crianças de São Paulo” (MARCONDES, 1978, p. 10). Conta que “era um bom começo para a higiene mental, para as crianças, porque Freud me ensinara que a doença mental tinha como base os pontos de fixação da infância, e isto era o que eu estava confirmando na minha clínica particular” (MARCONDES, 1978, p. 10). O psicanalista também ressaltou a vinculação e o reconhecimento político de suas práticas ao dizer que “pelos mesmos motivos pelos quais eu era antes louco, indecente, agora sou condecorado. Por exemplo: Há alguns anos, fui agraciado pelo Governo da República com a Ordem do Mérito Médico” (MARCONDES, 1978, p. 10).

Sobre o intrincado enlace entre os saberes e práticas analíticas e a esfera da política pública, Marcondes esclarece:

O governo me mandava ordens para proferir conferências dizendo às crianças para não beberem. Mas, eu era teimoso: não fazia isso. [...] Como eu era um psiquiatra escolar, fui propondo um serviço de higiene mental escolar: sair para fora dos portões da escola, preparar professoras, averiguar o nível mental das crianças, estudar seu ambiente familiar. Porque, a partir da experiência clínica com os pacientes do consultório, que eram ricos e abonados e podiam ter uma análise, eu poderia estender aquilo, que eles me ensinavam, para ajudar a grande massa da população [...] Acabei desenvolvendo um serviço de higiene mental multidisciplinar contando com o psiquiatra, o psicólogo, o pediatra, o neuropediatra, o psicólogo escolar (função que eu criei). *Eu criava os problemas*. Por exemplo: formava uma classe especial para débeis mentais. Depois o governo vinha e tinha que regularizar a situação. E a coisa ia crescendo (MARCONDES, 1978, p. 11, grifos meus).

Também em entrevista para a *IDE*, Lygia do Amaral, outra pioneira da institucionalização da Psicanálise em São Paulo, falou de suas origens na Psicanálise destacando o momento em que a embrionária disciplina se associou às políticas estatais de

²⁶ Marcondes falou também sobre como foi a sua iniciação na Psicanálise, destacando suas influências e o clima de familiarismo entre aqueles que recebiam a novidade psicanalítica: “Eu tive alguns antigos professores meus, que me estimularam. [...] O Franco da Rocha foi um caso especial. Eu não fui aluno dele na Faculdade de Medicina, porque quando cheguei ao Sexto Ano, na psiquiatria, ele já se havia retirado. Mas, acontece que ele era muito amigo de minha família e morava perto de nós, de modo que eu ia muito a casa dele, à noite, para conversarmos sobre um assunto que nós dois não sabíamos muito bem do que se tratava, a psicanálise [...] Tecnicamente, ele não sabia nada de psicanálise. Ele costumava me perguntar: seus pacientes lhes contam sonhos? - Contam, pois é, ainda hoje um paciente me contou um sonho... Eu descrevia o sonho e ele arregalava os olhos e ficava estatelado na cadeira” (MARCONDES, 1978, p. 9-10).

higiene mental ainda de forma rudimentar. Ao ser perguntada sobre como se envolveu com a Psicanálise, a psicanalista diz que “foi levada”:

Eu havia feito um curso de educadora sanitária e havia assistido a uma conferência do Dr. Durval Marcondes sobre psicanálise. Eu estava trabalhando no Serviço de Antropometria. Um dia uma amiga minha, Clarice Fleury da Silveira, disse-me: Você não quer trabalhar no Serviço de Higiene Mental? Eu perguntei: *o que é isso?* E ela respondeu-me: você se lembra do Durval Marcondes? Ele vai criar esse serviço dentro da Secretaria de Educação, e você se interessa? Sim, acho que sim; eu não sabia no que iríamos trabalhar e nem que acabaríamos trabalhando em psicanálise [...]. Eu me lembro de que eu estava jogando tênis e minha irmã chegou com o “O Estado de São Paulo” na mão contando que o Serviço de Higiene Mental havia sido criado e minha nomeação saía, assim como a de outras pessoas. Lembro-me que eu estava, naquele momento, mais interessada na partida de tênis. Mas, entrando na Higiene Mental Escolar o estudo, a observação nos conduziu ao aprofundamento do trabalho junto às crianças, às escolas e estávamos sendo levados para a psicanálise [...]. *Sentíamos a necessidade da psicanálise sem saber ainda muito dela.* Lembro que a Dra. Koch nos deu uma conferência, na Higiene Mental, sobre as teorias de Freud e tudo me pareceu estranho, mas atraente (AMARAL, 1979, p. 11-12, grifos meus).

Assim, com a contribuição daqueles que se tornaram posteriormente a primeira geração de psicanalistas formados segundo os critérios da *International Psychoanalytic Association* (IPA) no Brasil, foram desenvolvidos diferentes serviços vinculados a órgãos governamentais para atenção à criança em São Paulo e no Rio de Janeiro nas décadas de 30, 40 e 50. A Clínica de Orientação Infantil funcionou por mais de trinta anos, imersa em concepções higienistas, e contribuiu “para a consolidação de um importante espaço de penetração da psicanálise na esfera social, ainda que praticada como método preventivo para ‘curar’ desvios de comportamento” (OLIVEIRA, 2017, p. 80). Conforme o relato de Marcondes acima, de serviços com cunho diagnóstico evoluiu-se para o atendimento clínico dessas crianças. O que, segundo Coimbra (1995, p. 61) chegaria à um nível de “intervenção na vida sexual e familiar, prática bastante desenvolvida no Brasil nos anos 70”:

Era necessário fazer da ferramenta psicanalítica uma prática científica institucionalizada. Foi assim que surgiram a Clínica de Psicanálise dentro da Liga Brasileira de Higiene Mental, a inserção da psicanálise na Associação Brasileira de Educação, a criação da Sociedade Brasileira de Psicanálise e da especialização em Psicanálise dentro da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Nesses espaços científicos foi possível organizar toda uma “metapsicologia ortopédica” para instruir os brasileiros a moldarem seus comportamentos, educarem seus filhos e aprenderem como “descarregar” seus impulsos no ambiente com o mínimo de prejuízo para a sociedade (e, de preferência, em seu benefício) (CASTRO, 2015a, p. 1453).

Assim, na década de 1940, havia no país uma psicanálise aliada a práticas e discursos higienistas e psiquiátricos, uma presença relativa na cultura e pioneiros e estudiosos da psicanálise “mas, paradoxalmente, não havia psicanalistas” formados institucionalmente nos

preceitos da IPA (DUNKER, 2015, p. 139). Com o afastamento dos modernistas, o interesse de alguns pioneiros em institucionalizar uma formação em Psicanálise, como Durval Marcondes, foi sincrônico a “uma demanda de reconhecimento crucial e natural em um país que aspirava incluir-se no mundo” (DUNKER, 2015, p. 140). Assim, os anos 40 trazem a renovação do projeto psicanalítico que visaria agora uma formalização do movimento e uma maior cientificidade em acorde às demandas de Freud e da IPA. Essas mudanças no desenvolvimento da Psicanálise no Brasil foram acompanhadas, e, em certa medida, impulsionadas, por mudanças também no contexto político brasileiro. A partir da década de 1950, o país passou por uma fase de intensa modernização, com rápido crescimento urbano e desenvolvimento econômico. Com o *slogan* “cinquenta anos em cinco”, é o período no qual o país tem grandes avanços na chamada modernização do Brasil, através da expansão da industrialização, urbanização e o aumento das classes médias urbanas.

É o que fica claro no vocabulário escolhido por Marcondes para sinalizar esse momento de modernização também da Psicanálise: “a obra que se impõe à psicanálise no Brasil, não é mais a de *propaganda teórica*, que boa ou má, já está feita de sobejo, mas a formação de *técnicos competentes*” (MARCONDES, 1939 apud FACHINETTI E PONTE, 2003, p. 66, grifos meus²⁷). Segundo Dunker, o profissional da Psicanálise surge ao mesmo tempo em que a “aparição de um novo tipo social”, que se distingue do perfil anterior ao absorver ideais com ares liberais:

O intelectual de classe média, cujo empreendimento de formação deve prestar contas ao mercado e, ao mesmo tempo, responder a aspirações de liberdade. [...] Portanto, foi bem depois de nosso interlúdio inicial, com a mudança de posição social de nossos cirurgiões-barbeiros da alma, que as novidades vindas de Paris e de Londres adquiriram a função de mercadoria com força de lei (DUNKER, 2015, p. 144).

Nesse sentido, Facchinetti aponta que entrada da figura do “psicanalista formado” em meados dos anos 50²⁸ teria feito com que a Psicanálise se tornasse “cada vez mais voltada para a singularidade e para as fantasias inconscientes, em um projeto psicanalítico de ruptura com questões locais e com o sentimento de pertencimento” (FACCHINETTI, 2012, p. 57). Esse aparente distanciamento se intensifica ainda mais com a chegada da década de 60 e com os novos acontecimentos políticos.

²⁷ Marcondes, Durval (1939) “Aspectos do aproveitamento prático da psicanálise” Conferência proferida no I Congresso Paulista de Psicologia, Neurologia, Psiquiatria, Endocrinologia, Identificação Medicina Legal e Criminologia. Neurobiologia. São Paulo, 2(1), 7-27.

²⁸ Como fenômeno não restrito a sua particularidade brasileira, Forrester destaca que os anos 50 marcaram uma “fase de brilhante inovação a origem da freudianização da França e a abertura de novos caminhos para profissionais e intelectuais com inclinações analíticas, atingindo rincões inverossímeis” (FORRESTER, 1990, p. 15).

Sob a presidência Juscelino Kubitschek (1956-1961) e sua política do nacional-desenvolvimento, o país vê a entrada de capital estrangeiro, a multiplicação da dívida externa e o aumento da inflação (SKIDMORE, 1969 apud NETO & PÁDUA, 2015²⁹). O seu sucessor, Jânio Quadros, abandona o governo seis meses após assumir o mandato e coloca o país novamente em crise. Nesse contexto, assume João Goulart, representante de Getúlio Vargas e alinhado a uma política esquerdista. De 1961 a 1964, ocorre a retomada de uma política populista através de reformas de base, tidas como necessárias para que “o capitalismo industrial brasileiro pudesse alcançar um novo patamar de desenvolvimento” (TOLEDO, 2016, p. 45). Tomam corpo movimentos sociais e debates em torno da conscientização popular, do engajamento e do processo revolucionário. Vê-se, por exemplo, a atividade do Centro Popular de Cultura (CPC), que buscava aumentar a conscientização da população.

Os primeiros anos da década de 60 marcam, assim, um levante nas produções culturais e nos movimentos sociais que marcam certo engajamento com projetos de tomada de poder. Coimbra (1995, p. 3) afirma que o clima de mobilização e os avanços da modernização e industrialização desse período intensificam “as preocupações com a participação popular”. O que leva, por sua vez, a uma reação dos grupos dominantes vinculados ao monopólio do capital estrangeiro. Com o apoio dos Estados Unidos e do clima de intensa polarização política da Guerra Fria, estabeleceu-se a atualização da figura do comunista como traidor da pátria.

[...] são organizadas as Marchas da Família com Deus e pela Propriedade. Multidões de senhoras e suas famílias de classe média e média alta desfilam pelas ruas, do centro do Rio de Janeiro e São Paulo e, juntamente com a cúpula da Igreja Católica, denunciam a “comunização” da sociedade brasileira e exigem um governo forte (COIMBRA, 1995, p.5).

Nesse contexto de grandes tensões políticas e declínio econômico é deflagrado o golpe civil-militar, iniciando uma série de medidas e ações autoritárias que durariam até 1985³⁰ (RUSSO, 2012b). O golpe conta com o apoio das camadas dominantes e setores da classe média que, inicialmente, acreditavam na militarização provisória do Estado como forma de conter o populismo e a ascensão política das classes trabalhadoras (VALLE, 2016, p. 31). Porém, mesmo com as medidas autoritárias já em ação, os anos que se seguem a 1964

²⁹ Skidmore, Thomas (1969) *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Editora Saga.

³⁰ A deposição de João Goulart em 1964, o acirramento das políticas de segurança e repressão em 1968 e o desmanche do aparato repressivo e início de abertura política através de Geisel foram detalhados cuidadosamente por Elio Gaspari (2014) nos cinco livros que compõem uma coletânea sobre o período ditatorial no Brasil.

continuam tendo uma intensa difusão do que Coimbra (1995) chama de “postura participante e conscientizadora” da população (COIMBRA, 1995, p. 8).

A influência do Maio de 68 chegou ao Brasil trazendo, por exemplo, o questionamento dos valores autoritários relacionados à religião, à família, ao patriarcado. A intensificação dos protestos organizados pelo Movimento Estudantil, que lutava contra a reforma universitária e o autoritarismo do regime, acabou por adicionar a instabilidade política que faltava para a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5)³¹, fazendo o quadro social e político do país se transformar na direção do acirramento autoritário.

Não iremos discutir com maior profundidade a história desse período político brasileiro por ser demasiado complexo e por existir vasta bibliografia especializada no assunto, cada qual inserida em uma tradição historiográfica específica (GASPARI, 2014; MOTTA, 2015; TOLEDO, 2016; RIDENTI, 2010). Contudo, destacamos que, entre os elementos que viabilizaram a implantação da ditadura civil-militar, estava a ideia de que seria necessário conter a “ameaça comunista”, sacrificando o bem-estar social em proveito da segurança nacional (NETO & PÁDUA, 2015). Foi assim que os jovens e os seus corpos protestantes começaram a ser vistos pelo governo e pela mídia como uma “inspiração comunista de ‘alcance subversivo’ e uma ‘ameaça à segurança interna’ na ótica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)” (VALLE, 2016, p. 34). Os jovens, então, passam a ocupar uma posição de destaque nas políticas estatais de controle e também nas estatísticas das vítimas deste período³².

Assim, após 1968, iniciaram-se os terríveis “anos de chumbo”, com perseguições, torturas, desaparecimentos forçados dos que se opunham aos modelos vigentes, tanto no plano político, como da moral familiar e nos subjetivos. Diferentes movimentos de resistência artística e cultural sofreram com a repressão policial, como o Tropicalismo, que viu a perseguição, prisão e exílio de muitos de seus membros. Dentro do escopo das lutas do movimento negro³³ que se opunham à difundida ideia de uma suposta democracia racial, em

³¹ O Ato Institucional Número Cinco (AI-5), emitido pelo presidente Costa e Silva em dezembro de 1968, autorizava o presidente a fechar o Congresso Nacional e Assembléias Legislativas e suspendeu as garantias constitucionais como o habeas corpus, o que acabou resultando na institucionalização da tortura.

³² Em estatística levantada pela jornalista Cynara Menezes, que consultou o relatório da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, das 434 vítimas fatais reconhecidas, 56% deles eram jovens com menos de 30 anos de idade e 29%, ou quase um terço dos mortos e desaparecidos da ditadura, tinham menos de 25 anos. Disponível em: <http://www.socialistamorena.com.br/eles-mataram-garotos/> [acesso em 01/07/2018].

³³ Os movimentos de resistência política e cultural na primeira década do regime ditatorial, como o Movimento Estudantil e o Tropicalismo, eram formados majoritariamente por jovens da classe média urbana. Contudo, segundo Relatório da Comissão da Verdade (2015, p. 1) “a oposição ao golpe militar no Brasil não se limitou a setores da classe média urbana de maioria étnica branca; a presença negra no movimento de combate ao regime foi também expressiva. Dentre os mortos e desaparecidos figuram nomes de militantes de origem negra. Afora

1974, é criado o primeiro bloco carnavalesco afro-brasileiro, chamado Ilê Aiyê. Buscando enfrentar o racismo na Bahia, o bloco sofreu com a repressão política. Antônio Carlos, um de seus fundadores, conta em entrevista (2014)³⁴ que “qualquer tipo de movimentação e você já era tachado como comunista”. Desencorajados pelas autoridades a colocar o nome do bloco de Poder Negro, passaram três anos desfilando sob a guarda da polícia. Assim como o Ilê Aiyê, outro bloco carnavalesco fundado ainda no final da década de 60 que sofreu repressão política foi o Os Apaches do Tororó: “o maior da cidade, composto por negros que entoavam cânticos de candomblé e rituais característicos” (FIGUEIREDO, 2016, p. 73). Com a difamação pela mídia e os apelos das elites, as autoridades responsabilizavam os integrantes do bloco pela violência e desordem do carnaval baiano, tendo levado à prisão cento e vinte membros por “desordem” em 1977 (FIGUEIREDO, 2016, p. 74)³⁵.

A criação da “ameaça comunista” e da “subversão juvenil”, encarnando o perigo da desordem nacional no corpo dos jovens, estimulou a ampliação da atenção à adolescência e à juventude também no campo das Ciências Humanas. Emergia a natureza diversa da adolescência e da juventude como fenômeno que inquietava na clínica, nas instituições e no espaço público. Nesse contexto do final da década de 1960, o historiador Gillis (1981) afirma que a ciência “emprestou” o seu prestígio para que fossem sancionados parâmetros que definiam as fronteiras do que era aceitável em relação a certas formas de comportamento social do jovem, como a atitude sexual das garotas, os guetos juvenis, a desistência escolar, o protesto juvenil. Tais comportamentos foram classificados como disfuncionais e referidos a instituições que tinham por objetivo “reformatar” os desviantes. É o que afirma Patto (1995, p. i) ao dizer que o conjunto de práticas psi estabelecidas no país na década de 1970 buscou ajustar os corpos vistos como desviantes, arredondando “as arestas de respostas de resistência justas e saudáveis, patologizando-as em nome da *ordem e do progresso*”.

isso, por serem maioria entre os mais pobres, os negros eram os maiores atingidos pelas políticas autoritárias do período”. Pesquisas recentes têm se voltado para a reconstrução da memória-social em torno da repressão e violência sofrida pela população negra e seus movimentos de luta e resistência nesse período (FIGUEIREDO, 2016). De acordo com Kossling (2008, p. 30) “a ascensão dos movimentos negros no final da década de 1970 ocorreu no período conhecido por ‘abertura política’”. Os arquivos públicos da época apontam que, no final da década de 1970 e no início da década de 1980, ocorre uma intensa vigilância aos movimentos negros, fundamentada na perspectiva de preservação da “democracia racial” brasileira, visando evitar “antagonismos sociais” (p. 30-31). É importante notar que, para a reflexão psicanalítica, debates incluindo o racismo, por exemplo, começam a tomar lugar somente após a década de 1980.

³⁴ Disponível em <https://www.geledes.org.br/vovo-do-ile-aiye-fala-sobre-a-resistencia-a-ditadura/> [acesso em 10/02/2020]

³⁵ Os movimentos culturais e artísticos da população negra já sofriam com a repressão desde muito antes do período ditatorial. No carnaval, no final do século XIX, os negros eram acusados de ameaçarem os padrões europeus “civilizados” através da “Africanização” da Bahia, e eram reprimidos e considerados “selvagens” e inapropriados para o carnaval que se “desejava “refinado” e “elegante”, ao estilo dos carnavais de Paris e Veneza. (Pinho, 2004 apud Figueiredo, 2016).

Esse mesmo período foi o momento do *boom* da psicanálise³⁶ no Brasil e da hegemonia do movimento psicanalítico vinculado à *International Psychoanalytic Association* (IPA). Logo, um saber que emerge como subversivo no contexto do *establishment* psiquiátrico europeu, no Brasil, ele se mantém alinhado às pretensões normatizantes do Estado, mas nesse momento refugia-se em torno dos muros institucionais (DUNKER, 2015). Nesse sentido, com o desenvolvimento de um discurso sobre a adolescência, as práticas psi, incluindo a Psicanálise, não somente adquiriram um papel importante ao explicar algumas das mudanças sociais e culturais da juventude que estremeciam as certezas e garantias sociais, políticas e culturais da época, como também obtiveram um papel na prevenção desses fenômenos.

Repensando a ruptura

Retomamos agora o argumento de Facchinetti (2012) de que, na virada da metade do século, ao migrar para uma dimensão mais privativa da vida e se institucionalizar, a Psicanálise perde sua ligação com as pautas sociais³⁷. Nesse sentido, gostaríamos de refletir como o programa social da psicanálise não é abandonado, mas volta-se para uma prática clínica nomeadamente “neutra”, onde são elaborados novos sistemas discursivos (e performáticos) acerca dos mal-estares sociais. Com isso, estamos propondo uma possível continuidade histórica no que tange a apropriação de determinados saberes psicanalíticos para fins de um projeto psicanalítico manifestamente despolitizado. Dessa vez menos explícito e mais voltado ao particular, mas que mantém em pauta a normatização das individualidades. Isso ocorre com redirecionamento de foco das políticas públicas da Era de Vargas relativa às crianças (ainda que essas não tenham se extinguido) para uma atenção maior ao adolescente e à subversão juvenil, representada pela potência dos movimentos estudantis e contraculturais durante a ditadura.

Nesse sentido, uma das vias pelas quais se materializou essa despolitização ou “psicologização” do sofrimento social (COIMBRA, 1995), que deu espaço para a patologização da rebeldia política como veremos, foi por meio da importação de uma densa tradição teórica inglesa e anglo-saxã. Coimbra é enfática na sua crítica ao uso de referências

³⁶ Ver Russo (2012a).

³⁷ Nesse sentido, Sônia Azambuja, em 1979, endereça a Lygia um questionamento sobre o declínio do trabalho social do psicanalista e a ênfase das gerações mais novas em atuar no consultório particular. Diz Azambuja: “parece que o trabalho de pesquisa feito no consultório tende a se confinar ao próprio consultório. O analista se isola cada vez mais, e este trabalho, às vezes altamente refinado, reverte apenas a poucas pessoas, afinal das contas, a uma elite” (AZAMBUJA & FAVILLI, 1979, p. 8).

“importadas” dos centros europeus e americanos na formulação de uma “teoria da vida psicológica de sujeitos históricos” no Brasil (COIMBRA, 1995, p. 125).

São centros de formação que importam continuamente uma psicanálise estrangeira e os psicanalistas locais são meramente reprodutores dessa psicanálise importada (sobretudo da Inglaterra). Não há, portanto, uma produção que se possa chamar de original; estuda-se e aplica-se a teoria e a técnica dos “mestres” estrangeiros de forma mecânica e totalmente acrítica (COIMBRA, 1995, p. 70).

Essa crítica foi levantada no final do período ditatorial pelos psicanalistas das sociedades “oficiais”, como mostra a produção de Heitor Bandeira de Paola (1984). No seu texto, o psicanalista destaca a inadequação da aplicação de conceitos psicanalíticos clássicos para pensar a realidade brasileira na produção psicanalítica existente. O psicanalista afirma que nas sociedades psicanalíticas daquele período, a prioridade era formar analistas clínicos, e que “a ânsia por novos conhecimentos, *sem resposta nativa adequada*, leva-nos a repetir o modelo da ‘importação de tecnologia’” (PAOLA, 1984, p. 265, grifo meu). A operação de importação e simplificação foi colocada por Mandelbaum et al (2019) em termos de uma antropofagia. Mesmo que antropofagia nomeie um movimento de “digestão” e, por isso de elaboração, essa maneira de produzir conhecimento enquadrou-se dentro de um formato científico, que por sua vez construiu uma resposta possível aos mal-estares advindos do social daquele período político da sociedade brasileira.

Outro elemento que atravessou os diferentes momentos da assimilação da Psicanálise no Brasil, marcando uma continuidade, foi a questão relativa à conquista da identidade. Em um primeiro momento, conforme destacamos, o saber psicanalítico foi pensado por médicos e psiquiatras (e questionado pelos Modernistas) para contribuir em um projeto de construção de uma identidade nacional desejada, por meio da elaboração de uma “identidade moral” e europeizada do brasileiro. Já nos anos 60, a conquista da identidade foi vista como processo psicológico individual fundamental para o alcance de uma vida adulta saudável, o que garantiria o funcionamento da ordem social. Assim, no momento mais difícil da repressão, da intolerância à diferença e da violência do regime político (1968-1974), a Psicanálise buscou reforçar a importância do adolescente em conquistar sua maturidade e sua identidade integrada e adquiriu um papel importante em explicar algumas das mudanças sociais que estavam acontecendo no mundo e no Brasil, como o aumento na delinquência ou o aparecimento de movimentos culturais e estudantis, assim como um papel na prevenção desses fenômenos vistos como desviantes.

Estabelecida essa relação de continuidades no mutante papel social desempenhado pela Psicanálise no decorrer do século XX no Brasil, nossa tese detém-se em um dos objetos de investigação e de práticas psicanalíticas durante o período ditatorial (1964-1985): o jovem, enquanto corpo individual e político. Para tal, nossa aposta foi na análise do discurso psicanalítico presente na produção de conhecimento dos psicanalistas da época, buscando elucidar como estes pensaram, instrumentalizaram e divulgaram seus saberes e práticas. Para tal compreensão, este trabalho foi operacionalizado na forma apresentada.

O primeiro capítulo tem por objetivo esclarecer os pressupostos metodológicos dessa pesquisa, na intersecção entre a Psicanálise e a História. Ao aventurarmo-nos na escritura de uma historiografia da Psicanálise, estamos lidando com a própria impossibilidade e com a não-intencionalidade de elaborar um discurso integral ou total. Por meio da recuperação das vozes e daquilo que elaboraram os atores sociais de e no seu tempo, buscamos manter viva a tensão entre individual e social e dar forma a um conhecimento histórico que diz a respeito da Psicanálise, mas nunca sobre seu todo.

No segundo capítulo, elucidaremos a relação entre a produção de conhecimento psicanalítico e suas filiações institucionais, dando destaque aos movimentos políticos dessa inserção. Esse será um movimento externo de análise, considerando o que De Certeau (1987/2011) destacou:

Uma psicanálise da história elabora-se, de preferência, a partir de um modelo interno com o trabalho necessário de elucidação dos déficits da teoria no que diz respeito: a) às relações de transferência e de conflito a partir das quais se constroem os discursos analíticos; b) ao funcionamento das associações ou escolas freudianas e, por exemplo, às formas de agregação e de poder que habitam a “segurar” a posição de psicanalista (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 87).

No terceiro capítulo, chegaremos à análise interna da produção psicanalítica sobre a adolescência e sobre o comportamento jovem a nível individual e grupal, buscando elaborar uma reflexão crítica sobre as construções teórico-clínicas representados nas produções de alguns psicanalistas daquela época. Na primeira parte deste capítulo, analisaremos as políticas de Segurança Nacional criadas para controlar a ameaça subversiva que atingiram fortemente o movimento estudantil, mas que também condenaram os movimentos artísticos e culturais daquela época. Entendemos que a criação da ameaça comunista e da subversão juvenil, encarnando o perigo da desordem nacional no corpo dos jovens, estimulou a ampliação da atenção ao comportamento jovem também no mundo psi. A partir de então, dedicaremos nosso estudo à análise e investigação da produção psicanalítica em torno da temática da adolescência, do novo perfil do jovem e as possíveis implicações políticas desses discursos

psicanalíticos, decorrentes da intersecção da Psicanálise com o momento social³⁸. Buscaremos demonstrar por quais vias e através de quais operadores teóricos específicos esse discurso psicanalítico produziu saberes sobre a adolescência e os fenômenos da juventude durante o período ditatorial. Sem deixar, contudo, de atentar para como essas construções sofreram resistências de dentro e de fora dos seus núcleos. Em um último momento, o caso de Ivan Seixas ilustra um acontecimento³⁹ com potencial condensador dos alcances práticos e reais dos efeitos desse discurso sobre os corpos dos adolescentes.

O capítulo final deste trabalho traz um desdobramento institucional da existência de elementos desse discurso psicanalítico sobre a adolescência aplicada na própria instituição psicanalítica. A visão de mundo familiarista e a ênfase no desenvolvimento justificaram metapsicologicamente um programa de formação analítica tradicional, produzindo um efeito real de enquadramento, assim como para o jovem na sociedade e sua desejada normalidade, do candidato ideal e de seu futuro como analista “normal”.

Propomo-nos a refletir como uma disciplina que nasce subversiva⁴⁰, ao se aproximar de um modelo de discurso científico, acaba se transformando em um aparato discursivo que neutraliza duplamente a subversão: a própria da Psicanálise, mas também a do discurso adolescente. Com isso em mente, articulamos nossa pesquisa a partir de visões e pesquisas de diferentes autores que tomamos como referências para pensar a história da Psicanálise brasileira. Mostraremos como as produções psicanalíticas revelam, de acordo com Vianna (1994), como algumas sociedades psicanalíticas repetiram uma lógica política condizente com a da sociedade maior. Porém, buscamos demonstrar também a existência de movimentos de resistência, como ilustrará a proposta da revista *IDE* da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) ou o questionamento por membros da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) a respeito do autoritarismo existente na instituição, ainda na primeira metade da década de 1970. Além disso, inserido em um contexto maior de produção de subjetividades

³⁸ Matheus (2010, p. 82), no seu projeto de elucidar as implicações ideológicas e políticas das teorias da adolescência na Psicanálise, sublinhou que o desafio se coloca “em compreender o motivo pelo qual tais conteúdos adquiriram determinada relevância” em determinada realidade social. Logo, sem a pretensão de estabelecer, segundo Matheus, um lugar isento, “é preciso considerar seu uso para destacar a política que ele anuncia”, ou, por vezes, que silencia. Nesse sentido, o psicanalista afirma que o “texto é, ao que parece, a melhor referência sobre a política que acompanha e sustenta os saberes e conceitos apresentados” (MATHEUS, 2010, p. 90).

³⁹ Para De Certeau (1975/2011, p. 104), acontecimento não se equivale a um fato histórico, “o acontecimento é aquele que recorta, para que haja inteligibilidade; o fato histórico é aquele que preenche para eu haja enunciados de sentido. O primeiro condiciona a organização do discurso; o segundo fornece os significantes, destinados a formar, de maneira narrativa, uma série de elementos significativos” (DE CERTEAU, 1975/2011, p. 104).

⁴⁰ “A psicanálise é uma experiência de cura, cuja referência é a verdade do desejo, e um conjunto de técnicas de palavra, cuja referência é a retórica; mas ela é também um capítulo da história da clínica no Ocidente, mais precisamente uma *subversão* da clínica médica” (DUNKER, 2012 apud PAULON, 2017, p. 29, grifo meu).

hegemônicas ligadas à modernidade (COIMBRA, 1995; MATHEUS, 2010), por meio da análise do discurso sobre o adolescente, a Psicanálise fez movimentos de aproximação com um discurso mais científico, que saldava uma visão de unidade e maturação do indivíduo, dificultando a possibilidade de acessar a singularidade ou suturando a verdade do discurso adolescente. E, por último, refletindo sobre os efeitos de um sistema de formação analítica tradicional (KUPERMANN, 1996), que se valia de pressupostos teóricos-metodológicos semelhantes ao do discurso psicanalítico sobre a adolescência, foi convocada uma postura de submissão e obediência do candidato, ao mesmo tempo em que buscava garantir a sua posição de hegemonia no campo.

1. História e Psicanálise: uma construção metodológica

Forrester (1990, p.14), logo no início de *Seduções da Psicanálise*, faz o seguinte apontamento: “de onde provêm os componentes e peças de minha *bricolage*?”, ou seja, as pedras angulares que sustentarão a casa por onde o leitor irá se aventurar nas próximas páginas. Uma vez que tanto a Psicanálise como a História se debruçam sobre o imaginário popular do “contar histórias”, faz-se necessário que a escritura de uma história da Psicanálise não seja guiada somente pela “lógica da sedução”⁴¹, ainda que não esteja completamente isenta desta (FORRESTER, 1990).

Começamos, então, pontuando que esta pesquisa se inclui no horizonte dos estudos historiográficos da Psicanálise no Brasil e que nosso método aloca-se na interseção entre a História e a Psicanálise. Para esclarecer do que se trata esta interseção, inicialmente faremos um breve panorama da evolução dos métodos historiográficos nos estudos da Psicanálise no país, a fim de localizar o lugar de nossa pesquisa nesse horizonte a partir de como Michel de Certeau⁴² define sua operação historiográfica.

Após isso, tomando como referência as reflexões sobre a narrativa histórica em Freud também segundo De Certeau, pontuamos diferenças entre o discurso científico e a entrada do que definiremos neste trabalho como “discurso psicanalítico”⁴³. Essa diferenciação exigirá também a elucidação sobre sua estrutura de narrativa, a qual constitui o discurso psicanalítico, perpassando as noções de ficção, mas também pelas relações particulares com seus regimes de verdade, sujeito e temporalidade – que modificam e concebem diferenças na concepção de história no discurso científico e no psicanalítico.

Postas estas articulações teóricas, por último, trataremos de elucidar a operação metodológica que realizamos para dar corpo à escrita deste trabalho. Assim, considerando as aproximações existentes entre as abordagens e métodos do campo da historiografia e da

⁴¹ Sobre a dimensão da sedução na historiografia, Mark Bloch afirma que “a história, no entanto, não se pode duvidar disso, tem seus gozos estéticos próprios, que não se parecem com os de nenhuma outra disciplina. É que o espetáculo das atividades humanas, que forma seu objeto específico, é, mais que qualquer outro, feito para seduzir a imaginação dos homens. Sobretudo quando, graças a seu distanciamento no tempo ou no espaço, seu desdobramento se orna das sutis seduições do estranho” (BLOCH, 2012, p. 44).

⁴² Michel de Certeau, historiador e psicanalista, refletiu sobre a importância do “Freud historiador” para os estudos históricos. Apesar de se debruçar sobre a obra de Freud para pensar a herança textual da Psicanálise, não chegou a refletir sobre as implicações das escritas histórias de Freud sobre o movimento psicanalítico. Sua relação com a Psicanálise e com a História foi uma singular: “ele atribuía uma grande importância a essa maneira de atravessar um lugar de saber, sem ter direito de residir nele, sem ser titular de um discurso ‘autorizado’, legitimado pela filiação a esse saber instituído” (GIARD, 2011, p. 13).

⁴³ A nomeação de “discurso psicanalítico” foi a nível operativo nesta pesquisa. Sabemos que a relação entre ciência e psicanálise é particular e complexa e que a Psicanálise não se posiciona fora do discurso da ciência, mas sim em pólos discursivos diferentes. Como referência para esse debate ver Beer (2015).

psicanálise, buscamos nesse capítulo tecer as considerações pertinentes ao nosso método, mais precisamente na articulação dos preceitos da operação historiográfica descrita pelo historiador Michel de Certeau com determinadas noções da gramática psicanalítica.

1.1 Historiografias da Psicanálise no Brasil: do real à ficção

Estudiosos da área sinalizaram a existência de diferentes momentos dentro das tradições dos estudos historiográficos da psicanálise no Brasil desde sua insurgência na década de 1920 (OLIVEIRA, 2002; ABRÃO, 2007; MEZAN, 2009; FACCHINETTI & CASTRO, 2015). Os primeiros trabalhos históricos na Psicanálise, escritos pelo psiquiatra Júlio Pires Porto-Carrero, são tão antigos quanto a própria emergência deste saber em terras brasileiras. Com o texto-histórico inaugural “Psychanalyse – a sua história e o seu conceito”, de 1928, inspirado no emblemático “Sobre a história do movimento psicanalítico”, de Freud (1914), Porto-Carrero descreveu *acontecimentos* do movimento psicanalítico mais amplo para “concluir com algumas referências ao movimento psicanalítico brasileiro” (OLIVEIRA, 2002, 145). Um ano depois, escreveu “A contribuição brasileira à psychanalyse”, texto no qual também destacou *acontecimentos* e *personagens* que marcaram a introdução das teorias psicanalíticas no Brasil (ABRÃO, 2007).

Abrão (2007) destaca que a abordagem historiográfica descritiva constituiu-se como a “primeira tentativa de delinear um campo de investigação sobre a história do movimento psicanalítico” (ABRÃO, 2007, p. 8). Dentro dessa tradição, a história da psicanálise foi narrada como uma sucessão de fatos e eventos por meio de uma abordagem que enfatizava “a periodização de acontecimentos, descrição dos eventos e a nomeação de personagens que marcaram a evolução do movimento” (ABRÃO, 2007, p.8-9). Facchinetti e Castro (2015) comentam sobre os textos de Porto-Carrero:

[...] a perspectiva adotada por Porto-Carrero mostra os desenvolvimentos da psicanálise no Brasil sempre conectados aos nomes preeminentes da psiquiatria ou da intelectualidade daquele período. As intenções do autor não eram somente apresentar as teorias de Freud como uma ciência verdadeira (reconhecida pela medicina psiquiátrica brasileira), mas também mostrar que ele era parte de um grupo de intelectuais capazes de entender uma teoria “tão complexa e inovadora” (FACCHINETTI & CASTRO, 2015, p. 20).

Podemos perceber, desde então, uma busca por legitimidade ao nomeá-la como “ciência verdadeira” e conectá-la a importantes nomes da época, mesmo que, nesse momento, ainda não houvesse um discurso hegemônico sobre o que consistiria uma práxis psicanalítica.

Se essa tradição positivista esteve presente desde Porto-Carrero, foi com a entrada do movimento institucionalista que se iniciou um período de disputa pela legitimidade do saber psicanalítico e das narrativas históricas em torno dele. A formalização da Psicanálise no Brasil se iniciou com os esforços em prol da institucionalização do movimento nos moldes da IPA, quando surgiram também os primeiros trabalhos voltados à construção de uma história “oficial” da disciplina no país (OLIVEIRA, 2002). Esse movimento de institucionalização do campo psicanalítico no país ocorreu simultaneamente ao que Mezan (2009) denominou como a “Era das Escolas” na Psicanálise⁴⁴, indo do início da década de 1940 até meados da década de 1970 e marcando um período de “coexistência forçada e a intolerância recíproca das grandes Escolas” (MEZAN, 2009, p. 39).

De acordo com Oliveira (2009), os trabalhos da história “oficial” apresentavam um estilo positivista e “uma visão legalista do movimento ipeísta”, além de uma narrativa histórica plana, produzida pelos próprios psicanalistas e “discípulos do movimento”. Eram nomeados personagens heroicos e os sacrifícios feitos para que a Psicanálise fosse consolidada no país. O canal de divulgação desses trabalhos eram, geralmente, os órgãos “oficiais” afiliados à IPA no Brasil, como a *Revista Brasileira de Psicanálise* (OLIVEIRA, 2009, p. 98).

O texto que marcou o início da tradição de uma história oficial teria sido de Virgínia Leone Bicudo, em 1948, no qual a autora faz uma “apologia do movimento lançado por Durval Marcondes⁴⁵ em São Paulo” (OLIVEIRA, 2002, p. 147). É o que vemos também no texto da psicanalista Cléo Lichtenstein Luz, quase três décadas depois, demonstrando a continuidade de uma abordagem voltada à hagiografia da história da psicanálise no Brasil:

A Durval Marcondes, bandeirante, desbravador, lutador incansável, e Adelheid Koch, batalhadora, mestra, mãe, irmã, amiga e companheira dos primeiros analistas e de muitos de nós – homem e mulher admiráveis, cuja chama e capacidade de amor e doação não se extinguiram ou diminuíram com o passar dos anos – as homenagens de nós, psicanalistas que já encontramos os caminhos abertos, quase sem pedras, amaciados, aplainados (LUZ, 1976, p. 509).

⁴⁴ Após a 2ª Guerra, Mezan (2009) destaca transformações na história da Psicanálise com a formação de sistemas de psicanálise “baseados em visões específicas tanto do que é a mente humana quanto de como se deve conduzir uma análise. Assim, se formam as quatro principais escolas: a kleiniana, a da psicologia do ego, a lacaniana e a das relações de objeto” (MEZAN, 2009, p. 38).

⁴⁵ Oliveira (2002) destaca a construção biográfica em torno do personagem de Durval Marcondes no movimento paulista, que “aparece como um herói solitário, um Dom Quixote que contra ventos e moinhos funda esse saber num universo psiquiátrico hostil e marginalizado pela *intelligentsia* médica. No entanto, nossas recentes pesquisas sobre a implantação da psicanálise em São Paulo nos revelaram um Marcondes bem integrado e participante ativo no meio médico paulista, em particular na Associação Paulista de Medicina (APM)” (OLIVEIRA, 2002, p. 147).

Abrão (2007) cita também Marialzira Perestrello, do Rio de Janeiro, como uma referência nos estudos históricos da psicanálise no Brasil. Apesar de ter, nos anos 90, elaborado trabalhos com “tom menos descritivo a bem de uma abordagem contextual” (ABRÃO, 2007, p. 12), o livro *História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro* de 1987 é um exemplo da narrativa histórica oficial. No livro, Perestrello aborda os estudos dos que vieram antes (os outros) como ambivalentes e contraditórios e que teriam se utilizado de forma parcial da Psicanálise. A psicanalista, assim, dividiu a história da psicanálise em um antes e um depois, quando a “psicanálise veio a ser totalmente entendida pelo grupo no qual ela foi membro” (FACCHINETTI & CASTRO 2015, p. 24).

Os autores apontam também a versão semelhante de Mário Pacheco Prado, da mesma sociedade, afirmando que a história da psicanálise começou efetivamente em 1945 com a formação do grupo ipeísta na cidade. Nesse sentido, como cunhado por Danilo Perestrello (1976), os “precursores” ou os “psicanalistas selvagens”, diferentes dos “pioneiros” (a primeira geração de psicanalistas ipeístas), teriam se utilizado de uma forma errônea da teoria psicanalítica (Perestrello, 1987).

Ao falar da historiográfica ocidental, De Certeau (1975/2017) aponta que essa se fundou como uma “heterologia” (discurso sobre o outro, diferente de si), marcando uma clivagem entre um antes e depois que definiu por séculos a escrita da história (DE CERTEAU, 1975/2017, p. XVII). Na luta por se afastar dos mitos, das lendas, da memória coletiva, a historiografia realizou um corte entre os discursos ditos da “ficção” e o da “história”. O primeiro foi concebido como o errôneo e o segundo autorizou-se a falar em nome do real. Ou seja, ao falar daquilo que não é falso ou errôneo, “fazia-se crer na existência do verdadeiro” (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 46). A afirmação “a ficção é a sereia de que o historiador quer defender-se” (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 48) tem ressonância no discurso dos psicanalistas brasileiros e nas narrativas em torno do que seria a “verdadeira” psicanálise⁴⁶, distinta daquela que é parcial, que traz desvios e aplicações “selvagens” ou ainda dos tipos de “falsa adesão” e resistência à disciplina (i.e. BICUDO, 1967).

O “falar em nome do real” é um aspecto central trazido por De Certeau nos seus apontamentos sobre a historiografia, chamando a atenção para o duplo movimento presente nesse tipo de narrativa: “As representações são autorizadas a falar em nome do real apenas na

⁴⁶ Os psicanalistas formados institucionalmente na primeira geração do movimento psicanalítico brasileiro se viam como os responsáveis pela disseminação da “verdadeira psicanálise” no país, movimento que Oliveira (2005) define no seu livro como tendo início em 1969. Iremos explorar o que representava essa “verdadeira psicanálise” e os efeitos práticos de suas narrativas nos próximos capítulos deste trabalho.

medida em que elas fazem esquecer as condições de sua fabricação” (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 54). Sobre os perigos desse tipo de operação, o autor aponta como os poderes políticos e econômicos, “freqüentemente mais lúcidos que os próprios historiadores” (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 54), podem tomar essas narrativas como uma ferramenta para projetos políticos e sociais próprios, que não necessariamente foram visionados no momento de sua criação.

Nesse ponto, relembremos o caráter performático do discurso, que será de fundamental importância ao nos debruçarmos na reflexão sobre o discurso psicanalítico a respeito do jovem no Brasil ditatorial. Isso porque a narrativa que fala em nome do real:

Ao pretender relatar o real, ela o fabrica. Ela é *performática*. Ela torna crível o que diz e faz agir por essa razão. Ao produzir crenças, ela produz praticantes. A informação declara: “O anarquismo está nas nossas ruas, o crime está à nossa porta”. O público, imediatamente, arma-se e ergue barricadas. A informação acrescenta: “Existem indícios de que os criminosos sejam estrangeiros”. O público procura os culpados, denuncia pessoas e vai votar em favor de sua condenação à morte ou de seu exílio. A narração do historiador desvaloriza ou privilegia práticas, exagera a dimensão dos conflitos, inflama nacionalismos ou racismos, organiza ou desencadeia comportamentos. [...] As vozes charmosas da narração transformam, deslocam e regulam o espaço social; elas exercem um imenso poder que, por sua vez, escapa ao controle por se apresentar como a *verdadeira representação do que se passa ou do que se passou* (DE CERTEAU, 1987/2011, pp. 53-54, grifos meus).

De acordo como o historiador, se a historiografia e sua representação da realidade seduzem e conseguem a adesão dos leitores ao apresentar e interpretar “fatos”, por outro lado, esse real criado não tem uma equivalência com o real que determina sua produção, porque ele esconde (atrás do passado que está representando) a prática presente que o organiza. O discurso aí assume uma coloração neutra e “transforma-se mesmo numa maneira de defender lugares ao invés de ser o enunciado de ‘causas’ capazes de articular um desejo” (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 62). O papel da neutralidade no discurso científico, segundo o autor, evitaria a designação de suas escolhas e indicação seus poderes, negligenciando “as ideias e a localização ou as condições de sua produção nos conflitos socioeconômicos de uma sociedade” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 17).

O papel de uma suposta neutralidade analítica presente no discurso dos psicanalistas nesse período da Era das Escolas, que se estendeu para além dos consultórios analíticos, foi um tema já levantado pela historiografia psicanalítica (Oliveira, 2017; RUBIN, MANDELBAUM, FROSH, 2016). Assim, a recomendação de uma postura de neutralidade analítica a respeito de questões ideológicas e políticas, junto a um discurso em torno da

“verdadeira psicanálise”, foram os dois elementos centrais que compuseram o projeto de legitimidade do saber e da prática psicanalítica daquele período.

Porém, a ideologia⁴⁷ que aparece eliminada pelos métodos e operações que representam o real está implícita em cada sistema de interpretação. Segundo o historiador, “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência [...] que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à ‘subjetividade’ do autor” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 48). Assim, “o que ela [a ideologia eliminada] manifesta realmente é o inconsciente dos historiadores, ou, mais exatamente, do grupo ao qual pertencem” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 17), podendo inclusive informar sobre a situação econômica na qual se encontra uma categoria social da época (em ascensão ou em perda de seu poder) (DE CERTEAU, 1975/2017).

Para De Certeau, Freud ao deixar o campo da Psiquiatria, atribuidor de autoridade ao saber, foi criticado por afastar-se da seriedade e acabou por buscar na consolidação da instituição a compensação desse desvio. O papel da instituição na Psicanálise, nesse sentido, consistiria em fazer com que o discurso fosse dotado de referencialidade, e autorizá-lo pelo viés do real, instituindo-o como suposto saber. Seria essa “máquina institucional” que efetuaría e garantiria a operação em que o nada [do discurso romanesco] é substituído por algo de autoridade (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 108).

Em vez de renunciar (eis o que seria um “luto” mallarmeano) a uma posição que dê crédito à aparência da referencialidade, ele desenha essa posição por saber que, sem ela, seria apenas um romancista. Quando mais evidente se torna sua descoberta de um discurso e as antigas lendas, tanto mais premente se torna a instauração, e a restauração de dia em dia, de uma posição institucional que confira autoridade a esse discurso diante dos discípulos e da posteridade (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 113).

Nesse sentido, De Certeau relembra a expressão de Castel (1973) sobre a instituição psicanalítica ser o “inconsciente social da psicanálise”, e que a história política, social, econômica retorna no espaço insular da cura e do discurso. Na medida em que a Psicanálise “esquece” sua própria historicidade e sua relação interna com conflitos de poder ao supor-se “neutra” ou “verdadeira”, ela se torna um mecanismo de pulsões, um dogmatismo do discurso (DE CERTEAU, 1987/2011, pp. 80-81). O problema da ideologia deveria ser reintroduzido como referência em função da qual se elabora uma historiografia, o que transforma a “pesquisa de um sentido desvendado pela realidade observada, em análise das opções ou das

⁴⁷ Para De Certeau, a denegação da particularidade do lugar do qual se fala seria um princípio do discurso ideológico. Além de excluir a teoria, ela instala “o discurso em um não-lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, quer dizer, proíbe-a de ser a história” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 64).

organizações de sentido implicadas por operações interpretativas” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 19).

Sobre os estudos históricos e sua dimensão ideológica, Matheus (2010) aponta que:

Se as distintas escrituras da historiografia carregam consigo uma inevitável implicação ideológica, por outro lado, é a partir desta mesma superfície que se torna possível investigar o real que aí se faz presente, seja como silêncio, seja como parcela do real que conquistou inscrição simbólica. A historiografia, ao ser tantas vezes reescrita, em tantas variações e ressignificações, permite a investigação das distintas realidades sucessivamente produzidas no velamento do antagonismo que as acompanha (MATHEUS, 2010, p. 106).

Assim, o movimento de destituição do relato “daquilo que aconteceu” e a destituição da “neutralidade” produzem um deslocamento na referência e na relação com o real.

Ela [a realidade] não é mais imediatamente dada pelos *objetos* narrados ou “reconstituídos”. Está implicada na *criação* de “modelos” (destinados a tornar os objetos “pensáveis”) proporcionados às *práticas*, pela confrontação com o que lhes *resiste*, o que os limita e exige outros modelos, finalmente, pela elucidação *daquilo que tornou possível* essa atividade inscrevendo-a numa economia particular (ou histórica), da produção social (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 36, grifos do autor).

Essa reformulação metodológica da historiografia se deu em meio à emergência de novas epistemologias na década de 1970, que marcou uma virada cultural, lingüística, antropológica e intelectual (SILVEIRA, 2010). A Escola dos *Annales*⁴⁸ teve, desde sua criação na primeira metade do século XX, a intenção romper com antigos modelos de historiografia hegemônicos, por meio de uma abordagem nova e interdisciplinar dos estudos históricos. Contudo, a radicalidade na esfera política protagonizada pelos jovens ao redor do mundo ocidental no final da década de 1960 teve efeitos tanto no campo da historiografia francesa dos *Annales*, como no movimento psicanalítico, como demonstraremos nos próximos capítulos. Para a primeira, esse momento marcou o início do terceiro momento dos *Annales*, fase na qual as mudanças intelectuais foram mais significativas, sendo mais difícil caracterizar essa geração do que as duas anteriores⁴⁹.

⁴⁸ Assim como a Psicanálise, o paradigma histórico do *Annales* nasce como uma proposta de ruptura com o *establishment* científico no início do século XX. Porém, seus objetos, métodos e propostas se complexificaram ao longo do tempo, assim como as trajetórias de desenvolvimentos ao longo das gerações, marcando ambos os movimentos por continuidades e descontinuidades com suas propostas iniciais. Nesse sentido, a afirmação de Febvre de que a história é “filha de seu tempo” (Odália, 1990, p. 7), refletindo a forma como os próprios rumos da disciplina se transformam em vistas a acontecimentos do momento, serve também para refletir sobre o movimento psicanalítico.

⁴⁹ Durante essa terceira geração dos *Annales* se consolidou a interdisciplinaridade dos estudos históricos em aliança a outros campos das ciências sociais, podendo ser visto um policentrismo temático e de objetos, incluindo inclusive a própria história-conhecimento. Foi ampliado o conceito de fontes históricas e houve uma fragmentação e descentralização no movimento, tanto dos seus protagonistas como geograficamente. Essa geração traz uma perspectiva mais cultural, “e uma influência muito marcante da antropologia, que vai permitir o

Já a partir da década de 80, outro movimento historiográfico se estabelece, denominado “Nova História Cultural”⁵⁰. Inserido dentro da “crise da modernidade” e da emergência de novas epistemologias que marcam debates da década anterior como o pós-modernismo, o estruturalismo, desconstrucionismo, etc, os embates desse campo chegaram a historiografia sacudidos por formulações teóricas diversas que miravam nos domínios da história, com Barthes na semiótica, Bordieu na sociologia, Derrida na filosofia, e Foucault com a sua investida estruturalista contra a história que não deixou passar nem os *Annales* (tampouco a Psicanálise). Um historiador desse movimento foi Michel de Certeau, que toma a operação escriturária como objeto de análise e desvios metodológicos, introduzindo “outras possibilidades teóricas e práticas no funcionamento ocidental da escrita” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. XII).

As influências que possibilitaram essa virada metodológica da terceira e quarta geração dos *Annales* também tiveram lugar nas transformações que ocorreram tanto no movimento psicanalítico brasileiro, como nos estudos historiográficos da Psicanálise brasileira após da década de 1980. A “Era das Escolas” no movimento psicanalítico, que carregava o dogmatismo do discurso de uma história oficial, começou também a sofrer transformações a partir da década de 1970, em função do contexto de transformações sociais, políticas e intelectuais. De acordo com Mezan (2009):

A partir do maio francês, surge a contestação à autoridade da IPA como exclusiva detentora da legitimidade psicanalítica, originando a formação de inúmeras instituições independentes (Em São Paulo, entre outras, o curso de psicanálise do Sedes); no interior da própria IPA, a contestação conduz à reforma de estatutos e a grandes mudanças no regime dependente da autoridade do analista didata (MEZAN, 2009, p. 40).

Dessa forma, as diferenças teórico-metodológicas e políticas entre os psicanalistas brasileiros dentro e fora das instituições oficiais começam a formar uma disputa mais

que alguns autores chamaram de ‘descrição densa’ das realidades históricas” (SOUZA, 2010, p. 121). A “história das mentalidades”, que havia sido marginalizada na segunda geração, consolidou-se nesse momento, marcando uma oposição ao determinismo do qual Braudel era representante. As historiadoras mulheres e feministas são incluídas nessa fase dos *Annales* com debates acerca da história das mulheres, gênero, sexualidade, família, trabalho, etc.

⁵⁰ Na “Nova História Cultural” há um deslocamento da ênfase nos seus objetos para os métodos, a revisão do conceito de mentalidades (i.e. Ricouer, 2000), a preocupação com o resgate do antagonismo social e uma reformulação da compreensão em torno da ‘cultura’ abrangendo uma série de formulações (SILVEIRA, 2010, p. 50-51). A insatisfação com a “história das mentalidades” e a “história serial” de terceiro nível leva uma vertente voltar-se aos *estudos antropológicos*, especialmente da antropologia simbólica de Erving Goffman, Pierre Bourdieu, Michel de Certeau e também Roger Chartier. O interesse pela Micro-história recupera a biografia histórica, vista como a possibilidade de entender a mentalidade de um grupo. É nesse sentido que, semelhante a ênfase nas descontinuidades que Foucault introduz, De Certeau afirma que “a pesquisa se dá objetos que têm a forma de sua prática: eles lhe fornecem o meio de *fazer aparecer diferenças* relativas às continuidades ou às unidades das quais parte a análise” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 79).

pungente a partir da primeira metade da década de 1970. De cada lado, estavam psicanalistas identificados como “progressistas” e psicanalistas que representavam paradigmas e valores das gerações anteriores, pautados pela discussão em torno de uma ideia de verdadeira psicanálise. Essa questão será desenvolvida nos próximos capítulos, em particular no Capítulo 2.

Por fim, destacamos que a influência desse cenário de interdisciplinaridade e mudanças de paradigmas epistemológicos atingiu os estudos historiográficos⁵¹ da Psicanálise no final da década de 1980. Segundo Abrão (2007, p. 6) foi “a partir da década de 1980 que a historiografia da psicanálise se consolida enquanto campo de conhecimento autônomo, enquanto área de pesquisa e ensino”, movimento que acontece em acorde com um cenário mais amplo, como sinalizado por Roudinesco e Plon (1998) ao narrarem a eclosão de uma escola histórica do freudismo na França, Alemanha, Estados Unidos e Grã-Bretanha nos anos 80. No Brasil, o crescente interesse pelos estudos historiográficos dessa disciplina aparece tanto dentro dos círculos psicanalíticos, como no meio universitário, abrindo para uma diversidade de discussões metodológicas (ABRÃO, 2007).

Destacando a influência do trabalho de Michel Foucault⁵² sobre os trabalhos historiográficos acadêmicos, Facchinetti e Castro (2015) afirmam que:

foi um tempo em que uma reorganização das ciências sociais e humanas estava ocorrendo, buscando uma melhor definição dos seus respectivos campos e objetivos. No domínio acadêmico, os estudos psicanalíticos experimentavam um avanço considerável nos anos 1980, e a autonomia universitária tornou possível para esses estudos fossem mais amplamente disseminados (FACCHINETTI E CASTRO, 2015, p. 26).

Assim, muitos pesquisadores redescobrem o discurso psicanalítico dos anos 20 e começam a investigar a recepção da psicanálise em meio diversos discursos, o médico, literário, educacional (FACCHINETTI & CASTRO, 2015). As abordagens acadêmicas, especialmente nas últimas décadas, levam em conta particularidades regionais e complexidades locais, mostrando que políticas específicas e contextos sociais particulares

⁵¹ Enfatizamos aqui o efeito de tal contexto político e intelectual na historiografia psicanalítica em particular. Mas antes, na história brasileira, já podiam ser vistos estudos com uma abordagem interdisciplinar, tal como foi desenvolvida pelos trabalhos do historiador Sérgio Buarque de Holanda, com o livro *Raízes do Brasil* de 1936. Além da famosa trilogia sobre a história social do Brasil do historiador-sociólogo Gilberto Freyre trabalha com tópicos como família, sexualidade, infância e cultura material, antecipando a nova história dos anos 70 e 80 (BURKE, 1990).

⁵² Segundo Oliveira (2009), essa ruptura com a história “oficial” aconteceu com a dissertação de mestrado em Filosofia de Gilberto Rocha, pela PUC-RJ, em 1983. Baseado na abordagem foucaultiana, Rocha questionou a história “enquanto discurso que se caracteriza não simplesmente pela narração de acontecimentos ou de lembranças concernentes a um episódio ou a experiência do passado”, propondo-a como método de conhecimento capaz de informar sobre a emergência do saber psicanalítico no Brasil.

influenciam a maneira com que o conhecimento é absorvido (FACCHINETTI & CASTRO, 2015). Como parte do novo momento, destaca-se a publicação de importantes livros de denúncia de acontecimentos críticos da Psicanálise, como o de Helena Besserman Vianna em 1994 e o livro organizado por Cerqueira Filho (1982) sobre a crise na psicanálise carioca na década de 1980, episódio que abordaremos neste trabalho.

Nota-se que a entrada desses novos tipos de metodologias acontece no momento em que as pesquisas sobre a história da Psicanálise no país extrapolam os muros das instituições psicanalíticas. Assim, a ruptura dos modelos vigentes da historiografia da Psicanálise no Brasil veio acompanhada da ruptura na filiação institucional ou, mais particularmente, com o tipo de filiação marcado pela transferência analítica das instituições psicanalíticas. A partir dessa constatação, argumentamos que foi a partir de uma expansão do lugar profissional do pesquisador (da sociedade de psicanálise aos centros acadêmicos), que se deu início a um movimento de escrita da história que se mostra mais informada sobre seu lugar de implicação na fabricação do real da história da Psicanálise no Brasil.

Porém, se esse contexto social, político e intelectual possibilitou a publicação de importantes livros de denúncia de acontecimentos críticos da vida psicanalítica brasileira, é importante destacar que a tradição da história oficial não é uma abordagem que foi ultrapassada por novos modelos e métodos historiográficos. Nesse sentido, Oliveira (2005) destacou um novo impulso da história oficial na década de 1990 com o projeto de recuperação da memória da SBPSP e publicação do *Álbum de família* (1994). Frosh e Mandelbaum (2019) apontam como a história contada no livro não é nem analítica, nem crítica, ao contrário, é sugestiva e evocativa, e traça a história da SBPSP com fotografias de personagens de destaque que retrocedem até seus fundadores, alcançando o próprio Freud, que nunca visitou o Brasil. A pequena parcela textual presente no livro evita qualquer discussão dos significados e contextos políticos e sociais das fotos ou da instituição. Segundo os autores, a introdução ainda destaca a importância do esquecimento e os textos e fotos do livro são “sugestões para serem tomadas como restos diurnos para que sonhemos nossa psicanálise, nosso meio, nossa história e, por fim, nossa identidade” (NOSEK et al, 1994 apud FROSH E MANDELBAUM, 2019, p. 7⁵³). Nesse sentido, os autores apontam que, lançado alguns anos após o final do período ditatorial brasileiro, o livro parece abandonar seu dever histórico em encarar e avaliar sua participação e resposta em relação às violações do período autoritário. Outro exemplo mais recente de esforço pela continuidade desse tipo de projeto historiográfico se mostrou

⁵³ NOSEK, Leopoldo (et al). *Álbum de família: imagens, fontes e idéias da psicanálise em São Paulo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

com a republicação, em 2016, sem nenhuma consideração sobre seu método ou seu lugar nos estudos históricos da Psicanálise no Brasil, do emblemático texto “Notas para a história da psicanálise em São Paulo” escrito por Luiz Almeida Prado Galvão (1967).

Vemos, assim, a coexistência da uma “produção de uma história pragmática, racionalista e positivista” (OLIVEIRA, 2005, p. 45) e também de projetos que visam outras formas de contar e fazer a história do movimento psicanalítico brasileiro⁵⁴. De acordo com De Certeau (1975/2017), dentro dessa segunda linha, a prática historiográfica se volta para as condições de elaboração desse pensável, sobre os métodos e sobre as condições de produção de sentido. O corte entre o presente e o passado se mantém para que seja instaurado o trabalho científico, mas suas fronteiras são revistas. Esse corte agora se move, se inverte, se desloca, caracterizando a relação própria do lugar da operação científica. Essas mutações do lugar científico “seguem os movimentos mais amplos das sociedades, suas revoluções econômicas e políticas, as relações complexas entre gerações ou entre classes etc”⁵⁵ (De Certeau, 1975/2017, p. 28).

Considerando o desenvolvimento pouco linear disciplina psicanalítica, Abrão (2007) sublinha que o historiador da Psicanálise deve voltar-se para “as continuidades e descontinuidades do desenvolvimento teórico, que são afetadas pelas contingências históricas” (ABRÃO, 2007, p. 8). Levando esse aspecto em consideração, com a abertura política da sociedade brasileira e os reflexos da virada epistemológica da década de 1970, ampliaram-se as abordagens históricas e seus métodos, incluindo na pauta historiográfica da Psicanálise brasileira a reconstrução de memórias e fatos, mas, especialmente, de esquecimentos e rasuras das narrativas históricas prévias. Nada mais pertinente à historiografia desse campo quando pensamos que, assim como propõe a psicanalista Elizabeth Roudinesco, “retornar às origens é em si um ato freudiano” (ROUDINESCO, 1995, p. 52).

Dessa forma, a comunidade psicanalítica pôde começar a elaborar o retorno do recalcado, silenciado pelo discurso científico promulgado pela história oficial até então. Ao restituir esse passado esquecido, criou-se uma condição de possibilidade para a sustentação de

⁵⁴De Certeau (1975/2017) coloca a escrita histórica na oscilação entre “contar histórias” e “fazer história”, sem ser redutível nem a uma nem a outra. Segundo ele “[A escrita histórica] não se interessa por uma ‘verdade’ escondida que seria necessário encontrar; ela *constituiu* símbolo pela própria relação entre um espaço novo recortado no tempo e um *modus operandi* que fabrica “cenários” susceptíveis de organizar práticas num discurso hoje inteligível – aquilo que é propriamente ‘fazer história’” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. XIX, grifo do autor).

⁵⁵Para ilustrar essa questão, De Certeau comenta a passagem do interesse na história social para a história econômica durante o entre guerras, o crescimento dos estudos em história cultural em um momento em que se impõe a importância social econômica e política da “cultura” (lazer e *mass media*), ou ainda, o “atomismo histórico” de Langlois e Seignobos combinado ao liberalismo da burguesia reinante no final do século XIX.

elementos antagônicos, contraditórios, sem a necessidade de suturá-los no sentido e na explicação (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 69). Inserido nesse novo paradigma historiográfico, propomos a importância de recuperar a noção de “ficção teórica” do texto freudiano, que desloca o caráter de cientificidade da Psicanálise, assim como outros elementos aliados a teoria psicanalítica, como possibilidade de construção de um outro fazer historiográfico.

Posto isso, localizamos o nosso estudo nesta terceira tradição dos estudos historiográficos da Psicanálise, marcado pelo seu lugar acadêmico⁵⁶ e pelas escolhas epistemológicas e metodológicas de sua autoria, as quais buscamos evidenciar não somente nesse capítulo, mas também em toda extensão do texto. Voltando-nos para os movimentos de descontinuidade, passaremos agora a pensar sobre nossa concepção de discurso psicanalítico, para então passarmos ao esclarecimento do procedimento utilizado em nossa prática historiográfica.

1.2 A ficção teórica de Freud: o discurso psicanalítico em face ao discurso científico

Segundo De Certeau (1987/2011), a Psicanálise marcou uma ruptura na maneira de conceber a narrativa histórica dentro do campo das Ciências Humanas no início do século XX. Com Freud, foi realizado um retorno à “economia dos afetos” que, após Spinoza, Locke e Hume, parecia ter sido esquecida devido à economia produtivista e à cientificidade positivista, ou, ainda, repelida para o domínio do literário. Assim, a observação clínica do inconsciente por Freud retomou aquilo que a epistemologia do século XIX havia feito das paixões ao retirá-las dos discursos legitimadores da razão e reduzi-las a um desvio psicológico em relação à ordem, colocando-as à margem do discurso científico (DE CERTEAU, 1987/2011). O autor afirma que “se o positivismo rejeita, enquanto não científico, o discurso que é a confissão da subjetividade, por sua vez a psicanálise considera como cego, até mesmo patogênico, aquele que a camufla” (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 104-5).

Tal transformação ocorreu em função das categorias da realidade psíquica e do inconsciente, que, com a “fenda do eu”, causaram um descentramento no indivíduo da Razão.

⁵⁶ De Certeau comenta, por exemplo, a escolha do autor em usar a primeira pessoa do plural, que seria a “encenação de um contrato social ‘entre nós’. É um sujeito plural que ‘sustenta’ o discurso” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 55), onde “a mediação deste ‘nós’ elimina a alternativa que atribuiria a história *ou* a um indivíduo (o autor, sua filosofia pessoal, etc.) *ou* a um sujeito global (o tempo, a sociedade, etc.). Substitui a estas pretensões subjetivas ou a estas generalidades edificantes a positividade de um lugar onde o discurso se articula sem, entretanto, reduzir-se a ele” (ibid., p. 56, grifos do autor). É neste sentido que escolhemos neste trabalho utilizar tal voz narrativa, atribuindo autoria, mas também filiação institucional.

O sujeito do conhecimento da modernidade científica, tendo com referência o *cogito* cartesiano (“penso, logo existo”), foi problematizado pela Psicanálise em função das suas características de autoreflexividade, identidade, autodeterminação (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016, p. 85). Assim, ocupando uma posição de diferença dentro dos discursos científicos, a “psicanálise infiltrou-se como crítica da psicologia e como parte integrante da epistemologia dos saberes científicos ao mesmo tempo que era questionado por estes” (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016, p. 41).

Nesse âmbito, indicamos a diferenciação que a Psicanálise realiza na sua concepção de sujeito em relação às categorias modernas de indivíduo, que o concebem através de um ideário de unidade e maturidade. Na visão de Matheus (2010, p. 245-6), essa noção de síntese do indivíduo com seu ideal de completude, tão difundida dentro de algumas teorias psicanalíticas, aparecem como um construto imaginário, efeito ilusório que a idéia de identidade carrega⁵⁷. Dentro do campo psicanalítico, a dimensão do inconsciente, os mecanismos e efeitos do recalque e a cisão do conteúdo traumático são alguns dos fenômenos e condições do sujeito que revelariam a impossibilidade de conquistar a promulgada síntese do indivíduo moderno⁵⁸.

Assim, através das teorias do inconsciente e do sujeito, Freud inaugurou uma epistemologia diferente daquela que definia o lugar do saber como um lugar “próprio” (como a da cientificidade), restabelecendo o eliminado da ciência, que volta a aparecer em um discurso de cunho econômico (DE CERTEAU, 1987/2011).

Ele volta a introduzir as lutas míticas em uma cientificidade; ele enfeitiça, de novo, o saber, incluindo o aprazível escritório dos historiadores que pressupõem o passado arrumado em peças e em ordem nos arquivos. Aparece o aspecto sério da história acompanhado por seu perigo. Meio século depois de ter sido afirmado por Michelet, Freud observa que, de fato, os mortos “voltam a falar” [...], à sua revelia, em seu trabalho e seus silêncios (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 78).

O restabelecimento das relações entre ciência e literatura (ou com a ficção) na “invenção da psicanálise”, conforme propõe De Certeau (1987/2011), remonta ao século XIX com o texto “Estudos sobre a histeria”, no qual Freud percebeu que as histórias de suas pacientes se liam “como se fossem romances (*Novellen*)” e eram, “por assim dizer,

⁵⁷ Nesse sentido, a chamada “atomização da individualidade”, representada por ideias em torno da maturidade e da síntese do eu, seria “fruto da ideologia do indivíduo, que acompanha estas sociedades e que produz subjetividades e sofrimento” (MATHEUS, 2010, p. 349). Iremos explorar mais detidamente os efeitos do individualismo e seus efeitos nas práticas psi nas décadas de 60, 70 e 80 no Brasil nos próximos capítulos.

⁵⁸ Embora seja um marco epistemológico escolhido para esse trabalho, é importante ressaltar que não se trata de uma unanimidade dentro das teorias psicanalíticas desenvolvidas no decorrer do século XX, particularmente daquelas utilizadas mais frequentemente pelas produções aqui analisadas.

desprovidas do caráter sério da cientificidade (*Wissenschaftlichkeit*)” (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 94). A maneira de abordar a histeria por Freud transformou sua maneira de escrever, realizando uma conversão literária e introduzindo o gênero poético no discurso científico. Nesse sentido, mesmo que Freud tenha sido “alimentado pela *Aufklärung* científica do século XIX” e se empenhado por fazer ser reconhecida a seriedade do seu modelo acadêmico vienense, ele não deixou de afirmar que “o romancista precedeu sempre o cientista” (FREUD, 1971, apud DE CERTEAU, 1987/2011, p. 94⁵⁹).

O historiador também afirma que, ao “atraíçoar” os padrões da norma científica da época, o discurso criado pela Psicanálise assumiu a forma do que se pode chamar, de acordo com uma expressão freudiana, de “ficção teórica”. Ao fazer “sobressair o caráter fictício de seu objeto ao mostrar as contradições que o determinam” (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 102), Freud rompe com a lógica da “ficção científica”, mas não completamente com a cientificidade, cunhando outro tipo de ficção. O autor aponta para um tipo particular e inovador de *narrativa* da Psicanálise, na qual “o discurso freudiano é a ficção que retorna à seriedade científica, não só como objeto de análise, mas também como sua forma” (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 95).

Enquanto a “cientificidade” constrói para si um lugar próprio ao eliminar desse próprio tudo o que não lhe é conforme, a análise freudiana identifica a alteridade que obceca a apropriação e a determina à sua revelia; *ela mostra os jogos contraditórios que se desenrolam no mesmo lugar*, entre o que se manifesta e o que se oculta aí; *ela diagnostica o equívoco e a pluralidade do lugar*. Desse ponto de vista, também, ela é do tipo romanesco (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 101-2, grifos meus).

Lacan teria apontado Freud como o único autor contemporâneo a criar “mitos” que seriam “romances com função teórica” (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 95). Porém, De Certeau defende que a narrativa freudiana, sendo um retorno ao gênero do romance, não deixa de ser histórica. Ao desdobrar operações formais que organizam uma “efetividade histórica”, Freud constrói uma “ficção teórica em que é possível reconhecer e produzir os modelos lógicos indispensáveis a qualquer ‘explicação’ histórica” (DE CERTEAU, p. 100, grifos meus). Há, assim, uma mudança do estatuto da história dentro da narrativa freudiana. Ao inaugurar seu método através de uma prática da linguagem diferente daquela consolidada pelo discurso médico, Freud transformou o campo das ciências humanas. A partir da diferença do papel da linguagem na Psicanálise, em contraposição ao discurso científico do modelo médico-psiquiátrico da época, podemos definir o que chamamos de “discurso psicanalítico”.

⁵⁹ Freud, S. *Um souvenir d'enfance de Léonard de Vinci*. Paris: Gallimard, 1971.

Porém, antes disso, faz-se necessário esclarecer o nosso entendimento de “discurso”. Discurso é um termo polissêmico, do qual diferentes escolas de pensamento e autores se apropriaram e a partir do qual desenvolveram estratégias próprias de utilização, a exemplo de Lacan e Foucault, duas referências importantes para este trabalho⁶⁰. A noção de discurso varia ao longo da obra de Foucault, passando de uma vertente arqueológica e genealógica até uma noção de poder ou ética em torno de práticas (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016). Se na perspectiva foucaultiana o discurso relaciona-se com noções de poder e de práticas, para Lacan, o discurso é o que faz “laço social”⁶¹. Não se reduzindo à soma das suas falas individuais, o discurso se apresenta como condição de possibilidade para um conjunto de ditos e enunciados possíveis (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016, p. 18).

Assim, o discurso cria determinadas relações de linguagem que, por sua vez, engendram uma dimensão ética e política de “relações que constituem sujeitos, organizam saberes e formas de poder” (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016, p. 130). Dentro dessa perspectiva, se a linguagem for reconhecida na sua dimensão performativa⁶², o discurso poderá ser entendido como da ordem da ação, o que permite, segundo os autores, “pensar que os discursos criam corporeidades” (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016, pp. 130-131). É o caso de como, no discurso médico moderno, o corpo se tornou “um quadro legível e, portanto, tradutível naquilo que se pode escrever num espaço de linguagem. [...] O corpo é um código à espera de ser decifrado” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. XVII).

Semelhantemente, De Certeau destacou o lugar do corpo no discurso das ciências históricas⁶³, marcando a violência originária da colonização eurocêntrica por meio do sentido: “o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história. Fará dele o corpo historiado – o brasão – de seus trabalhos e de seus fantasmas. Isto será a América ‘Latina’” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. XI). Segundo o historiador, a chamada “escrita conquistadora” marcou o “funcionamento novo da escrita ocidental”, e o alvo primeiro foi o

⁶⁰ Contudo, não nos propomos aqui a fazer uma análise do discurso segundo uma metodologia foucaultiana, tampouco lacaniana, apenas tomamos como referência alguns elementos do operador “discurso” proposto por esses autores.

⁶¹ Ainda dentro da perspectiva lacaniana, destaca-se a primazia do discurso, não existindo um discurso *sobre* o discurso. Ou seja, deve-se levar em conta que não há metalinguagem, e assim, “a análise do discurso deve incluir-se em sua própria perspectiva como se fizesse parte do discurso que se pretende analisar” (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016, pp.124-125).

⁶² Sendo a fala um instrumento simbólico que formaliza pactos com o outro, os atos de fala agem no interior de um regime de performatividade (promessa, engano, transgressão) e formam a gramática geral do reconhecimento (ibid., p. 129).

⁶³ Aqui, destacamos tanto as ciências médicas como as ciências históricas como parte de um discurso científico condizente com uma *Weltanschauung* científica, na qual está em jogo uma investigação e dominação do ser (BEER, 2015).

corpo da Índia, presença não nomeada da diferença. Ao escrever o seu sentido⁶⁴ no corpo do outro, o historiador operacionaliza a colonização do corpo através de um discurso de poder. Nessa operação colonizadora do discurso, o passado, o louco, o selvagem, o terceiro, tudo aquilo que marca uma diferença entre sujeito e objeto, cunha uma inteligibilidade instaurada na relação com o outro e garante “o trabalho interpretativo de uma ciência (‘humana’)” (DE CERTEAU, De Certeau, 1975/2017, p. XVII).

A Psicanálise, inserida às margens das ciências humanas, porém dentro do paradigma das ciências modernas do homem, também se incluirá nesta “heterologia” (discurso sobre o outro), como o historiador nomeia. Logo, o efeito real dos discursos nos corpos nos aponta para a necessidade de entender como determinados discursos – operacionalizados pelas narrativas e formulações discursivas próprias – produzem transformações e mudanças nos regimes de saber e sentido (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016, p. 124).

Para Reis e Lopes (2010), é no plano narrativo que discurso e história se articulam. Ambos tornam-se covariantes, no sentido em que a narrativa “funda-se no discurso e a partir dele toma sua forma” (PAULON, 2017, p. 37). Ao destacar a narrativa como “etapa intermediária ao discurso no processo de significação”, nos é apresentada “uma relação entre discurso e história atravessados pela ação, o que permite identificarmos em sua construção elementos de performatividade” (PAULON, 2017, p. 26). Dessa forma, através da análise da narrativa, seria possível apreender alguns elementos sobre o saber e as práticas que ele gera, bem como a relação que estabelece entre sujeito-narrador e objeto-narrado (seu distanciamento, regime de alteridade e possível posição de neutralidade em relação ao objeto).

Dentro do que De Certeau nomeou como “ficção científica”, a narrativa apresentaria um caráter mais descritivo e determinativo. O caso médico, loco narrativo privilegiado da semiologia médica, “demonstra sua acurácia a partir da capacidade do clínico de *descrever* de maneira precisa os sintomas” (PAULON, 2017, p. 45, grifo meu). Segundo Paulon (2017), dentro dessa modalidade de narrativa, a descrição tem o objetivo de informar sobre as condições psicológicas do sujeito, descrever sintomas e expor as técnicas utilizadas para a superação desses sintomas. Ainda segundo a autora, há uma nomeação pautada pela normatividade (os sentidos flutuam do normal ao patológico), pela universalidade (a personalidade seria algo replicável em outras culturas ou épocas) e pela determinação de sentido, que revela um diagnóstico e prognóstico ao caso. Mesmo em casos clínicos em que o

⁶⁴ O discurso, para Lacan, é de onde partem as construções narrativas de sentido (Dunker, Paulon e Milan-Ramos, 2016). Destacaremos, adiante, como determinados discursos envolvem uma política de atribuição de sentidos específica.

sujeito é localizado historicamente e socialmente no quadro de sua patologia, esses elementos discursivos atuam no sentido de determinar a construção de seu sintoma. Dessa forma, o discurso médico e psiquiátrico baseia-se em uma política mais determinativa de produção de sentido, que contribui com acurácia, precisão e eficácia ao caso (PAULON, 2017, pp. 55-56).

Nesse sentido, a narrativa dos casos médicos, orientada para a determinação, está em acorde com o discurso científico que guiou também os preceitos da historiografia positiva, com concepções empiristas e descritivas sobre o passado, seu objeto de estudo. O passado, na crítica da historiografia geral de De Certeau, assim como o corpo e seus sintomas para a narrativa médica, deveriam ser unidades observáveis, descritíveis. Destas duas narrativas, depreendem-se dois elementos centrais: a sua dinâmica temporal - a forma pelo qual o processo narrativo se inscreve no tempo - e sua política de atribuição de sentido.

A respeito da temporalidade, De Certeau coloca que a historiografia moderna, incluída no paradigma da cientificidade, instaurou um corte entre o sujeito (presente) e o objeto (passado). Essa operação se realiza ao compor uma cronologia de períodos que indica a posição de ser outro (e de não ser mais o que havia sido até então), marcando um tempo novo, diferente do seu passado. Foi o que destacamos no primeiro momento da historiografia da Psicanálise no Brasil através da história oficial. O historiador aponta que haveria um tipo de “funcionamento neurótico” nessa clivagem estabelecida entre o presente e o passado, restando um apagamento, um esquecimento.

Na narrativa de casos médicos, então, há uma estabilização temporal que se faz em uma relação linear e progressiva com o tempo no discurso científico, e seu representante seria a ideia de desenvolvimento. A narrativa freudiana, por sua vez, rompe com os casos médicos, uma vez que os casos não são mais apresentados como na tradição francesa de Charcot, da semiologia médica, como observações e quadros coerentes (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 95). O tempo na Psicanálise não é quantificado cronologicamente e envolve a temporalidade própria do inconsciente. As noções de “elaboração” e de “construção” inserem essa temporalidade própria no processo de significação da análise, assim como Freud esboçou em “Recordar, repetir e elaborar”, texto de 1914 (PAULON, 2017).

Com isso, na narrativa freudiana, a clivagem se coloca de outra forma ao reconhecer o passado no presente (na ideia de repetição e do equívoco, por exemplo) modificando a sua perspectiva histórica. A noção de *posterioridade*, articulação temporal da psicanálise entre passado, presente e futuro, “subverte o sentido clássico de história como seqüência cronológica de fatos e prevê, em seu lugar, uma história que está sempre sendo reescrita” (MATHEUS, 2010, p. 331). Assim, a Psicanálise se ocupa da restituição do passado, da

reconstrução da ordem da história que não é individual, mas é singular. Aqui a ideia de singularidade da experiência humana difere de uma história individual, pois leva em conta as heranças recebidas de um caldo cultural transmitido entre gerações, juntos às inscrições produzidas ao longo da vida (MATHEUS, 2010). Ainda segundo o autor:

a dimensão humana do tempo apresentada por Freud, é, em última instância, de ordem *simbólica* e se anuncia na singularidade da história de vida de cada um – conforme a noção de posterioridade permite – precedida por sua vez por uma pré-história, história das gerações anteriores que se atualizam, para cada sujeito, como um mosaico, e pela história de cada cultura, história mítica coletivamente escrita sempre *a posteriori* (MATHEUS, 2010, p. 245, grifos do autor).

Nesse sentido, Matheus (2010) afirma que a perspectiva histórica da Psicanálise é aquela que destoa de uma que “pretende descrever a cronologia dos fatos que determinam de modo homogêneo e inequívoco a condição dos diferentes sujeitos que participam do corpo social” (MATHEUS, 2010, pp. 329-330). Retomando a distância existente entre a dimensão da história e do desenvolvimento para a Psicanálise (não podendo reduzir uma à outra), Lacan coloca que “a história só se desenrola como um contratempo do desenvolvimento. Ponto do qual a história como ciência talvez deva tirar proveito” (LACAN, 1966, p. 890).

Semelhantemente, Bloch (1993/2002), afirma que “quaisquer que sejam os progressos de uma unificação da medida do tempo, o tempo da história escapa à uniformidade” (BLOCH, 1993/2002, p. 24). Para ele, a história é ciência dos homens no tempo e orienta que “resguademo-nos de retirar de nossa ciência sua parte de poesia” (BLOCH, 2012, p. 44). Lembrando que a poesia e a ficção foram, por muito tempo, combatidas pela História, fica clara a mudança na política de atribuição de sentido do discurso psicanalítico em relação ao discurso científico. Segundo Paulon (2017), o discurso pode variar na atribuição de sentido, quanto mais intensa a determinação, maior a literalidade do sentido e seu caráter referencial, e quanto menos intensa, mais indeterminada e maior a polissemia.

O discurso científico, em um modelo positivista, tem, na sua narrativa, características mais descritivas e determinativas, com “construção de sentidos compartilhados e previamente estabelecidos” (PAULON, 2017, p. 59), o que funciona como princípio de eficácia e acurácia. A informação nesse discurso vigora “através da busca de uma verdade indivisa, que não pode deixar de ser: uma verdade toda, completa em sua existência” (PAULON, 2017, p. 61). Além disso,

enunciados e enunciação não se distinguem a não ser no nível da temporalidade cronológica ou de seus aspectos concretos; o sentido é biunívoco, o que tem como efeito na estrutura narrativa uma construção linear, ao modo de uma história com

início, meio, fim. Esse tipo de narrativa está comprometido a chegar em conclusões específicas (PAULON, 2017, p. 22).

É nesse sentido que, para De Certeau, as ditas “ficções científicas” da historiografia geral buscam costurar as dilacerações dos acontecimentos com uma linguagem de sentido, tecendo representações das realidades históricas e camuflando as condições reais de sua produção. Essa sutura produz um resto, aquilo “que num momento dado se tornou impensável para que uma identidade nova se *tornasse* pensável” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. XVIII, grifo do autor). O resto volta como um retorno do recalcado, como “‘resistências’, ‘sobrevivências’ ou atrasos [que] perturbam, discretamente, a perfeita ordenação de um ‘progresso’ ou de um sistema de interpretação” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. XVII). Assim, costurar o real e o sujeito (ou suturar), estabelecendo um sentido voltado à determinação, é característica do discurso científico e da sua *ficção própria*⁶⁵.

A Psicanálise surge no interior de discurso científico médico e positivista, mas ao acolher a “contingência de modo a não suturá-la à não contradição”, explora-a como condição de método, através da associação livre (PAULON, 2017, p. 89). Assim, para a autora, a narrativa no caso clínico em Psicanálise faria movimentos de determinação e indeterminação, sendo marcada pela transferência na relação analítica, responsável por manejar o sentido e marcar a relação com a linguagem não em uma ordem biunívoca com o sentido, mas sim plural, incompleta e contingencial:

A linguagem, aqui, adquire um espectro polissêmico – pela pluralidade de significações atestadas na relação paciente e psicoterapeuta – e performativo – por basear a própria prática curativa da psicoterapia em ritos que viabilizam a transmutação dos significados, possibilitando novos sentidos a partir da relação verticalizada estabelecida entre paciente e psicoterapeuta (PAULON, 2017, p. 16).

Contudo, é importante destacar que a Psicanálise não se sustentou somente por meio dessa narrativa no decorrer da história do movimento psicanalítico. No início de sua obra, Freud apresentava um discurso com predominância mais determinativa, aproximando-se da construção narrativa descritiva, “segundo certa concepção de ‘objetivação histórica’ pertinente ao caso clínico em medicina” (PAULON, 2017, p. 21). Isso porque, inicialmente, Freud buscava colocar a Psicanálise em acorde com os princípios científicos. Essa foi uma preocupação notável no início de sua obra, ao se aproximar das causas endógenas na origem

⁶⁵ Após os anos 80, é estabelecido um debate mais robusto sobre a crítica política e ética do que vem a ser o estado atual da ciência em sua organização disciplinar. Nesse âmbito, aparecem críticas da conveniência entre a ciência e os processos de individualização da modernidade, ou ainda, “entre a forclusão do sujeito e seu retorno sob a forma de racionalidade técnica, segregação e alienação” (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016, pp. 45-46).

das neuroses, como vemos no texto “Três Ensaio sobre a Sexualidade”, de 1905, por exemplo. Ou seja, a relação com um discurso psicanalítico mais ou menos determinativo é ambígua desde seus primórdios.

As discussões sobre a proximidade de Freud com a ciência, tornando a Psicanálise próxima de uma nova religião com garantia de verdade, não são novas. As transformações epistemológicas e metodológicas em que a Psicanálise enveredou na sua história marcaram aproximações e afastamentos com uma perspectiva histórica mais alinhada a um discurso científico, dentro de suas teorias. A Psicanálise nasce com um discurso próximo de discurso científico no modelo médico, mas distinto dele. E, em sua trajetória singular de disseminação, marcada por especificidades culturais, sociais e políticas, sofre movimentos de aproximação e afastamento desse discurso, ou seja, modificações em seu regime de verdade.

Nesse sentido, Matheus (2010) sublinhou que mudanças nas categorias epistemológicas e metodológicas da Psicanálise realizaram diferentes recortes da obra freudiana, privilegiando, por vezes, aspectos que nunca foram abandonados por Freud. Como, por exemplo, as teorias que colocaram importante ênfase em aspectos biológicos (instintuais) e uma visão de desenvolvimento que visa integrar o ego na sociedade, esquecendo da divisão insuperável entre os instintos que marcam uma relação de conflito entre a sociedade e os desejos.

Dentre as reformulações na sua episteme que reposicionaram a Psicanálise no âmbito das ciências humanas, a teoria lacaniana teria abarcado a indeterminação em sua prática discursiva, demarcando critérios distintos para a direção do tratamento e aproximando-se das ciências da linguagem, sobretudo da análise do discurso (em oposição à análise das resistências do Eu). Tendo na linguagem a sua sustentação, o sentido é construído a partir da operação de linguagem no sujeito, conferindo um caráter singular e polissêmico da língua. Assim, a linguagem se torna um dispositivo transformativo através do sentido (PAULON, 2017).

Lacan propôs que o sujeito não se iguala à categoria de indivíduo, ou mesmo do Ego ou do Eu, pois é dividido entre verdade e saber⁶⁶; entre o enunciado (o dito, aquilo que fala) e a enunciação (o dizer, para além do enunciado, a significação). Essas duas partes nunca se

⁶⁶ Saber, para Lacan, associa-se com o discurso científico, do conhecimento e da consciência: “Na ciência, o sujeito não é finalmente mantido a não ser no plano da consciência, porque o sujeito na ciência é no fundo o cientista. [...] Freud, pelo contrário, mostra-nos que há no sujeito humano algo que fala, que fala no pleno sentido da palavra, quer dizer, algo que mente, em conhecimento de causa, e independentemente do que traz a consciência” (LACAN, 1953-4, p. 255).

unificariam perfeitamente. Além disso, o sujeito seria um efeito do discurso, e não seu ator e agente (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016).

[...] esse lugar da enunciação, segundo a hipótese do inconsciente, é parcialmente insabido para o próprio falante. Em outras palavras, o eu acredita-se senhor, diretor e autor da sua fala, mas é mais seguramente um personagem que está alienado de sua própria condição de personagem (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016, p. 127).

De tal divisão entre verdade e saber se deduz o seu regime de verdade, que assume uma estrutura de ficção, passando a incluir o erro e o equívoco na sua estrutura. A verdade seria aquilo que *resta do saber, o saber não realizado*. Sendo no ponto de *não saber* que está uma verdade, a Psicanálise se coloca como uma teoria da opacidade do discurso, onde serão “as oposições, os contrastes, a articulação das diferenças - e não as positivities - que devem presidir a investigação do discurso” (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016, p. 89). Logo, o seu regime de verdade deve tomá-la “não como adequação do saber em relação ao real, mas ao contrário, enquanto em seu limite, irreduzível, o que resta e faz oposição ao saber” (BEER, 2015, p. 46).

Lembremos da colocação de De Certeau ao afirmar que a ficção na historiografia positiva era vista como o errôneo da história e a feiticeira do saber. Na sua reformulação do trabalho historiográfico, ele é entendido como uma mistura de *ciência* e *ficção* e deveria estabelecer “a justaposição de elementos não coerentes ou, até mesmo, contraditórios, sem deixar de fingir, frequentemente, ‘explicá-los’: ela é a reação dos modelos científicos com seus déficits” (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 69). A ficção, neste sentido, estabelece condição para um determinado regime de verdade tanto na Psicanálise como no modelo historiográfico que queremos construir. Ao aproximarmos o discurso psicanalítico da concepção de historiografia de De Certeau, e afastá-las de um discurso científico baseado em um modelo médico e positivista, não supomos uma elaboração em torno da verdade ou do real, mas buscamos o verossímil e o inteligível. Atendo-se “ao *discurso* e à sua fabricação, se apreende melhor a natureza das relações que ele mantém com o seu *outro*, o real” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 5, grifo do autor).

Posto isso, voltamo-nos à análise das diferentes narrativas presentes nas produções psicanalíticas brasileiras, a fim de elucidar as relações estabelecidas entre os desenvolvimentos da Psicanálise e o contexto social e político em que estavam inseridas. A seguir descreveremos os passos de nosso procedimento metodológico, baseando-nos na operação historiográfica descrita por De Certeau, em seus objetivos e obstáculos.

1.3 A operação historiográfica na produção psicanalítica brasileira

Buscando investigar as relações entre os desenvolvimentos da Psicanálise no Brasil e o seu contexto social, propomos realizar uma historiografia da produção psicanalítica⁶⁷ brasileira durante o período ditatorial. Para tanto, descreveremos aqui os principais elementos referentes à nossa escolha de objeto e trajetos metodológicos tomados.

De Certeau (1975/2017) concebe a operação historiográfica como a combinação de um lugar social, pois todo sistema de pensamento está referido a lugares sociais, econômicos, culturais, etc. e de práticas científicas relativas “às regras científicas de um domínio e a construção de um relato ou texto” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. XII); e, por fim, de uma escrita histórica. O lugar social condensa uma dimensão usualmente oculta na obra historiográfica, que a delimita com permissões e interdições. De Certeau pontua que levar a sério o lugar não é ainda explicar a história, mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser legendária ou sem deixar de ter pertinência. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 47).

Sobre essa questão, destacamos que nossa pesquisa está filiada à tradição dos estudos acadêmicos da historiografia da Psicanálise no Brasil. Além disso, De Certeau destaca que um estudo inserido em uma instituição e um lugar social será “definido pela relação que mantém com outros, contemporâneos, com um ‘estado da questão’” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 57). Pensando nisso, buscamos estabelecer uma articulação com diversas pesquisas da área e suas reflexões, desde a primeira seção deste capítulo, no qual localizamos nosso paradigma histórico dentro dos estudos historiográficos da psicanálise brasileira, até um diálogo mais aprofundado com determinadas pesquisas históricas da Psicanálise no Brasil, como será visto, principalmente, a partir do trabalho de Matheus (2010), Coimbra (1995), Vianna (1994), Kupermann (1996), entre outros.

Além disso, a realização desta pesquisa consistiu na articulação de dois movimentos. Uma vez que a produção de conhecimento se localiza socialmente e historicamente, estabelecendo uma relação particular entre sujeito, história e produção de saber, o primeiro movimento voltou-se para uma análise externa do nosso objeto, localizando-o no seu contexto social e político. Para estabelecer as condições externas da produção de conhecimento,

⁶⁷ A título de operacionalização, definimos o conjunto da produção intelectual analisada, produzido por psicanalistas, em formato de publicação (de artigos, relatórios, entrevistas, atas, transcrição de transmissão oral, a editoriais) sob o operador de “produção psicanalítica”.

investigamos as filiações institucionais dos psicanalistas brasileiros. A análise das filiações adquire importância uma vez que a instituição, na construção do discurso, não fornece “apenas uma estabilidade social a uma ‘doutrina’. Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina”, além de se tornar “a condição de uma linguagem científica (revista ou Boletim, continuação e equivalente das correspondências de antigamente)” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 52-53).

O segundo movimento metodológico centrou-se em uma análise interna que investigou as narrativas presentes na produção psicanalítica durante o período ditatorial brasileiro, explorando alguns elementos específicos que possibilitam a leitura e a compreensão do discurso psicanalítico dentro do seu contexto.

1.3.1 Tempo de definir

O trabalho historiográfico se inicia com o gesto de “*separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 69, grifo do autor). Neste movimento, De Certeau afirma que há a produção de tais documentos, “pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 69).

Não se trata apenas de fazer falar estes “imensos setores adormecidos da documentação” e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma *outra coisa* que funciona diferentemente (De Certeau, 1975/2017, p. 72, grifo do autor).

A proposta de investigar a história da Psicanálise no Brasil através do campo da produção psicanalítica vinculada a revistas e periódicos da época, diferentemente de uma pesquisa que se debruça no testemunho oral e na memorialização, por exemplo, envolveu um retorno a um material esquecido e de pouco acesso na atualidade, tanto por serem considerados desatualizados, como também pelo difícil acesso (grande parte do material estava disponível somente em sua forma física, nos arquivos). Não consideramos as publicações psicanalíticas propriamente como arquivos do movimento psicanalítico, uma vez que não se tratam de documentos internos, relatos, ou materiais de cunho pessoal; e também porque a publicação é destinada a informar a uma classe sobre sua produção de conhecimento. Por outro lado, propomos que tais documentos apresentam propriedade histórica importante, representando a produção de saber gerada pelos próprios atores e que guardam o registro

daquilo que estava sendo pensado, discutido e externalizado como fruto dos seus trabalhos com a Psicanálise da época.

Assim, tomaremos os textos e suas narrativas como o outro que, pensado como um sistema lingüístico, buscamos investigar: “Que tipo de compromisso ele realiza? Do que ele se apropria e nos obriga a esquecer? Ou ainda “que ‘desejo’ ele realiza? Qual posição ele reserva ao sujeito?” (DUNKER, PAULON, MILÁN-RAMOS, 2016, p. 134).

Após a definição do tipo de documento histórico a ser investigado, o próximo passo foi estabelecer o escopo da produção psicanalítica que iríamos pesquisar. Nesse sentido, foram mapeados os periódicos científicos, revistas e boletins vinculados ao campo psicanalítico em circulação entre 1964 e 1985⁶⁸. Apesar de não ser nossa fonte primária, optamos por analisar também alguns dos principais periódicos científicos em circulação na área da Psicologia e da Psiquiatria, a fim de observar a disseminação do pensamento psicanalítico nesses campos. Deste mapeamento, foi selecionado um total de dezenove periódicos (tabela A), sendo doze pertencentes a sociedades psicanalíticas, três da área psiquiátrica e quatro da área da Psicologia. Além disso, como parte de um doutorado sanduíche oportunizado pela FAPESP, pesquisamos também publicações de psicanalistas brasileiros nos principais periódicos psicanalíticos internacionais. De uma busca feita em dezesseis periódicos, foram encontrados vinte artigos escritos por analistas brasileiros de 1964 a 1985 (Tabela B).

Uma vez que os periódicos e suas edições estavam disponíveis apenas em cópias físicas originais, a coleta de dados envolveu um amplo trabalho de consulta em arquivos físicos. Isso, por sua vez, exigiu um trabalho de mapeamento, localização e acesso a esses exemplares. Muitas edições de revistas (geralmente as mais antigas) foram somente localizadas nas próprias instituições de origem, como foi o caso do *Jornal de Psicanálise* (SBPSP), o *Boletim do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais* (CPMG) e os periódicos *Cadernos de Psicanálise* (CPRJ e SPCRJ). A revista *Rádice*, por exemplo, foi disponibilizada através do acesso a um arquivo pessoal de uma pesquisadora do Rio de Janeiro⁶⁹.

Após a definição do escopo documental a ser pesquisado, as próximas etapas metodológicas envolveram a coleta de dados, a classificação e a seleção do material segundo critérios definidos antes e após o contato com os dados, conforme descritos a seguir. Num

⁶⁸ Ficaram, então, excluídas as produções literárias, culturais e midiáticas desse campo, o que com certeza abriria a possibilidade de uma outra historiografia.

⁶⁹ Um agradecimento especial à Profa. Heliana Conde, da UERJ, que generosamente disponibilizou as revistas de seu arquivo pessoal.

segundo momento realizamos a leitura dos textos selecionados e a análise do material. E, por fim, a elaboração do texto através da escritura historiográfica marcou a etapa final.

1.3.2 Tempo de descrever

Em função do grande volume do material analisado, o primeiro momento da pesquisa foi marcado por um trabalho mais quantitativo, voltado à coleta, classificação, mapeamento das informações e uso da informática para registrar e organizar o material coletado. As informações de cada periódico pesquisado e de suas edições foram tabeladas em uma planilha analítica, onde foram descritos: o título do artigo, o nome do autor, ano e a edição da revista, assim como os temas-chave. Após a leitura de resumos (ou leitura dinâmica quando o resumo estava ausente), cada artigo foi classificado em determinada categoria. Foram elencadas algumas categorias *a priori* e, posteriormente, outras foram adicionadas, conforme observada a necessidade no contato com os documentos. Segue abaixo uma breve descrição das categorias criadas:

- Teóricos: Artigos que versavam sobre algum conceito clínico específico.
- Técnica: Artigos que discutiam a técnica ou o método psicanalítico.
- Clínico: Artigos que traziam a discussão de um caso clínico ou um relato de caso clínico.
- Profissão: Artigos que versavam sobre a profissão do psicanalista.
- Históricos: Artigos que traziam questões históricas da Psicanálise.
- Psicossociais: Artigos que desenvolviam uma relação entre a teoria psicanalítica e questões ou conceitos sociais ou teorias sociais.
- Culturais: Artigos que relacionavam a teoria psicanalítica com a análise de filmes, livros, peças de teatro ou questões ligadas à cultura.
- Institucionais: Artigos que discutiam aspectos da instituição psicanalítica, como regras, regulamentos, critérios de aceitação de membros, abertura de novas sociedades, entre outros.
- Formação: Artigos que versavam sobre a formação psicanalítica e a relação entre analistas didatas e candidatos.
- Reportagens/Entrevistas: Textos em formato de reportagem jornalística sobre algum assunto, ou entrevistas.
- Relatórios: Resumos ou relatórios de Congressos, Jornadas ou Eventos ou Relatos de experiência.

- Pesquisa Aplicada: Artigos que traziam uma pesquisa quantitativa aplicada ou estudos com grupos de pessoas.

O trabalho partiu, inicialmente, de um questionamento amplo que buscava elucidar, por meio da produção de conhecimento, a relação entre os desenvolvimentos psicanalíticos e o contexto ditatorial brasileiro. Visto a diversidade dos assuntos, temáticas e narrativas das publicações, foi necessário que partíssemos de uma pesquisa mais intuitiva, aberta e exploratória do material. Ao mesmo tempo em que mais aberta, pensamos que as medidas de classificação e reconhecimento do material nos direcionariam para campos mais específicos de análise.

Ao final desse momento exploratório que marcou os dois primeiros anos da pesquisa, chegamos a um momento de impasse em função de duas questões principais: por um lado, a escassez de trabalhos que abordassem de forma explícita o contexto social e político brasileiro e a resposta da Psicanálise frente a isso; e por outro, as variadas temáticas abordadas nas produções, que não deixavam de fazer uma espécie de leitura psicanalítica da realidade social. Diante de tal situação, decidimos afinar nosso objeto de estudo debruçando-nos sobre dois temas-chaves (um principal e outro secundário) que acreditamos contribuir na elucidação de nossa pergunta inicial. Foi feita, então, uma seleção do material coletado de acordo com a temática, não necessariamente pela sua categoria. Voltamos-nos para a seleção dos textos que abordavam: (1) a adolescência, a juventude e seus fenômenos individuais e coletivos (2) a instituição e a formação analítica. Essa decisão acabou por se refletir também em uma mudança no próprio título da pesquisa.

Inicialmente, esses dois temas não pareciam apresentar uma relação mais específica entre si. Porém, ao nos aproximarmos do material e fazermos uma análise de suas narrativas e seu conteúdo, notamos determinadas continuidades entre os dois assuntos. A seguir, elaboramos brevemente o que nos motivou na escolha desses dois elementos para compor nossa análise textual.

1.3.2.1. A adolescência e a juventude na produção psicanalítica

Ao entrarmos em contato com as publicações psicanalíticas, notamos uma preocupação crescente com o tema da adolescência e da juventude nos periódicos psicanalíticos desde o final da década de 60, início do período mais conturbado da ditadura civil-militar brasileira. Neste mesmo período, na esfera política e social brasileira, a juventude

ocupava lugar de destaque nas políticas de Segurança Nacional do Estado, sendo uma das grandes representantes de uma chamada ameaça subversiva nacional. Pensamos, então, que o discurso psicanalítico em torno da adolescência e da juventude poderia ser uma possível via de acesso para entender as relações entre os desenvolvimentos da Psicanálise no Brasil com o período histórico e político no qual estavam inseridos. Porém, antes de nos aventurarmos por tal tarefa, alguns esclarecimentos se fazem pertinentes.

Os termos adolescência e juventude geralmente são usados para designar o período da vida entre a infância e a vida adulta. O primeiro indicaria uma relação mais estreita com o período da puberdade e suas transformações psicológicas correlativas, enquanto o segundo teria uma referência mais voltada à coletividade. O termo juventude também é concebido como um momento posterior à adolescência e como objeto propriamente do campo de investigação da Sociologia, ao passo que a adolescência seria uma definição mais ligada ao campo da Psicologia. Contudo, de maneira geral, as duas noções diriam respeito a uma concepção de passagem ou transição da infância ao “mundo adulto” (MATHEUS, 2010).

Na produção psicanalítica analisada não percebemos unicidade, mas uma polissemia nos usos de ambas categorias. Nas publicações analisadas, os analistas utilizam tanto uma dimensão bio-psicológica da adolescência, como também uma análise mais psicossocial dos fenômenos da juventude, por vezes até no mesmo texto. Pensamos que tal indiferenciação possa ser um reflexo do recorte social-econômico, uma vez que se tratam, em grande medida, de adolescentes ou jovens brancos de classes sociais urbanas economicamente mais abastadas. Neste trabalho, apesar de também utilizarmos tanto jovem como adolescente, estamos atentos para os atravessamentos históricos, políticos e econômicos dessa escolha. Na atualidade, as estatísticas da sócio-educação revelam como meninos de baixa renda, periféricos e negros são representados como “delinquentes” ou “menores infratores”, “já os meninos de classe média ou média alta, estudantes ou universitários majoritariamente brancos, têm seus atos interpretados como a manifestação da *impulsividade comum a todo adolescente ou garoto*” (STRZYKALSKI & GURSKI, 2020, p. 23, grifo das autoras).

Além disso, tomamos o livro do psicanalista Tiago Matheus (2010) *Adolescência: História e política do conceito na Psicanálise* como referência para pensar a categoria de adolescência no mundo ocidental, mais particularmente após a metade do século XX, quando se concretiza como objeto de estudo do campo psi⁷⁰. Esse recorte histórico foi definido em

⁷⁰ Contudo, a concepção moderna de adolescência começa a tomar contornos mais precisos com a eclosão da Revolução Francesa e o do processo de periodização das idades através da *práxis* das principais instituições que nasceram neste século (a Igreja, a Escola e o Exército), e que contribuíram para a fabricação do ideal do homem

função do surgimento, no final da década de 1950, das famosas gangues como *Hell's Angels* e *Black Knives* na América do Norte e Europa e do crescimento nas estatísticas de crimes cometidos por “delinquentes”. Em 1968, explodem as mobilizações estudantis, com ocupações de universidades e enfrentamentos com a polícia, além da irradiação dos movimentos contraculturais das camadas médias da juventude pela Europa, América e Ásia, que contestavam as instituições, o *status quo* e defendiam as liberdades individuais (SILVEIRA, 2010, p. 38).

Desde a explosão das mobilizações estudantis em 1968 e a irradiação dos movimentos contraculturais dentro das camadas médias urbanas na Europa, América e Ásia, a juventude passou a ocupar um papel central nas transformações sociais, políticas e culturais, nessas várias partes do mundo. Sobre o “acontecimento de 1968”, Barthes destaca que o estudante, por sua origem de classe, dispunha da linguagem, porém não fazia um “uso ativo”, não lhe tomava o poder. Com o Maio de 68, a palavra estudantil transbordou tão plenamente, a ponto de definir, segundo o autor, “a revolta universitária como uma Tomada da Palavra (como se diz Tomada da Bastilha)” (Barthes, 1988, p. 193-4).

As rupturas promulgadas pela geração de Maio de 1968 tiveram ressonância nos dois campos do conhecimento que atravessam esta pesquisa: na Historiografia e na Psicanálise. Sobre a historiografia da juventude, em particular, Gillis (1981) afirma que novos estudos históricos sobre esse tema começaram a despontar no início de 1970:

Até o final da década de 60, a História permitiu às ciências sociais monopolizar o estudo da juventude de uma forma ahistórica. Esses cientistas preferem atribuir à juventude certas características imutáveis, e colocar a juventude “fora da história”, retornando-os ao status de sujeitos passivos ao invés de agentes ativos de mudança. Nessas circunstâncias, existe uma razão importante para revisar a história da juventude (GILLIS, 1981, p. 212).

Dentro das ciências humanas, tal momento histórico colocou o adolescente como objeto de interesse ainda maior para os psicólogos e psicanalistas, ampliando o uso de noções populares e as preocupações com a adolescência e seus distúrbios (CONGER, 1977, p. 8). É o que afirma o psiquiatra e psicanalista argentino naturalizado brasileiro, Maurício Knobel (1981), ao dizer que “é importante destacar que foi precisamente um fenômeno social, o desenvolvimento da delinquência juvenil nos Estados Unidos da América do Norte, que

moderno esclarecido, pautado pela autodeterminação e pela racionalidade. No século XIX, consolida-se a crescente especialização dos saberes e a setorialização da vida iniciada no século anterior e efetiva a construção da categoria moderna da adolescência no século XX, delimitando um espaço que é privado e intimista para essa fase, próprio da família burguesa (MATHEUS, 2010).

influiu enormemente para que se fizessem estudos extensos e prolixos a respeito da adolescência” (KNOBEL, 1981, p. 51).

Matheus (2010) coloca a diferença existente entre as noções de discurso adolescente e o discurso *sobre* o adolescente. O primeiro discurso, próprio do seu portador, guarda algo de não-conformidade, de estranheza. Já o segundo nasce como efeito do primeiro e é enquadrado pela moldura da modernidade e do discurso científico-pedagógico. Nesse sentido, o adolescente portador um discurso tido como estranho, porque contestador do *status quo*, representava uma fragilidade para a conquista da vida adulta nos moldes da individualidade liberal e também para o progresso social. Assim, a Psicanálise, na carona de outras disciplinas das Ciências Humanas, também se apropriou do tema da adolescência e elaborou um discurso *sobre* o adolescente, adquirindo um papel importante em explicar algumas das mudanças sociais que estavam acontecendo ao redor do mundo em relação à juventude, como também propondo uma prevenção desses fenômenos.

A construção da noção da “crise da adolescência” atuou, segundo o mesmo autor, como um diagnóstico a tamponar a natureza diversa da adolescência, colocando-se como resposta para o fenômeno que inquietava na clínica, nas instituições e no espaço público. Esse diagnóstico, segundo o autor, teria permitido um descompromisso daquele que escutava o *discurso adolescente*, abafando o que poderia portar de “inquietação, de inconformidade, e de insubordinação”. Além de anunciar “um diagnóstico sobre um provável futuro para este indivíduo” (MATHEUS, 2010, p. 41), associado a uma possibilidade de futuro ou de ameaça para o bom funcionamento da sociedade.

O resgate historiográfico indica, portanto, que essas crises não estiveram anunciadas apenas nas formulações teóricas, mas se entranharam no senso comum e, seguindo a tendência hegemônica da ideologia do indivíduo, penetraram corpos sociais ou rearranjos, como sugere o caso brasileiro. É porque a ideologia tem efeitos no real e passa a estruturar a própria realidade, que os dizeres produzidos sobre os indivíduos em crise não são apenas deformações a serem revistas, mas caminhos de investigação do real e da realidade na adolescência em sua versão contemporânea, resgatando a estranheza ou a inquietação de um discurso tantas vezes abafado (MATHEUS, 2010, p. 155).

Para o autor, estudar o lugar da adolescência e da juventude nas teorias psicanalíticas através da historiografia permite visualizar a realidade simbólica onde surgiu esta concepção de adolescência e as tensões que acompanharam o embate teórico entre os autores que se detiveram neste tema, além de permitir “desenhar o cenário onde é possível reinscrever na teoria a perspectiva política que ela porta, na medida em que oferece a possibilidade de compor os *campos de força* em meio aos quais os conceitos foram produzidos – tensões

próprias” (MATHEUS, 2010, p. 56, grifo do autor). Além disso, o autor sublinha o campo das teorias psicanalíticas sobre a adolescência como um lugar “onde a tensão entre psicanálise e história se mostra particularmente presente” (MATHEUS, 2010, p. 351):

O conceito de adolescência, na psicanálise, inquieta, não somente em função das práticas clínicas e institucionais, mas também da teoria que lhes dá suporte, pois faz emergir as contradições ou *nós* que percorrem a metapsicologia freudiana, levando ao confronto das diferentes vertentes, que então são convocadas a se posicionarem umas em relação às outras, configurando assim, o cenário institucional psicanalítico e a história deste saber (MATHEUS, 2010, p. 328, grifo do autor).

A história das teorias psicanalíticas e suas diferentes epistemes refletiram diferentes concepções de perspectiva histórica na Psicanálise. Por exemplo, teorias com ênfase no desenvolvimento, apesar de se desviarem de um discurso biologizante das doenças mentais, estabeleceram um caminho necessário (e desejável) ao desenvolvimento humano e favoreceram a naturalização dos processos psíquicos, em acorde com um discurso científico. Algumas teorias psicanalíticas, nesse sentido, acabaram por naturalizar a adolescência através da universalidade da integração e maturação egóica enfatizando a capacidade adaptativa do ser humano. Vale a pena indicar também outras teorias psicanalíticas mais culturalistas, como a de Erik Erikson, que “inaugurou, entre os psicanalistas, o empenho em inscrever a perspectiva histórica e sociológica na problemática da adolescência” (MATHEUS, 2010, p. 353). Destacamos que, nesse trabalho, abordamos somente as principais teorias psicanalíticas visualizadas na produção psicanalítica dos brasileiros, mas que pensamos e sistemas teóricos desse campo não se restringem aos aqui demonstrados.

Com isso em mente, buscamos demonstrar como o discurso psicanalítico hegemônico se constituiu enquanto saber sobre a adolescência e os fenômenos da juventude durante o período ditatorial brasileiro, marcando uma relação particular entre a Psicanálise e a sociedade. Ao mesmo tempo, estaremos atentos para como esse discurso sofreu resistências e transformações de dentro e de fora dos seus próprios núcleos.

1.3.2.2 A instituição e a formação analítica na produção psicanalítica

Segundo De Certeau (1987/2011), foi a aposta de Freud na sua “ficção teórica”, deixando o campo da Psiquiatria atribuidor de autoridade ao seu saber, que o fez ser criticado por afastar-se da seriedade e o levou a buscar na consolidação da instituição a compensação desse desvio.

O discurso freudiano continua fazendo o gesto poético, mas institucionalizando-o: respalda sua autoridade nele quando, afinal, o poema é o texto ao qual nada confere autoridade. Essa diferença detém o romance psicanalítico no limiar do poema; ela o mantém em uma economia do crer/levar a crer que, ao reproduzir o gesto poético, serve-se dele de uma forma que já não é poética (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 110).

O papel da instituição na Psicanálise, nesse sentido, consistiria em fazer com que o discurso fosse dotado de referencialidade, em autorizá-lo pelo viés do real, instituí-lo como suposto saber. Seria essa “máquina institucional” que efetuaría e garantiria a operação em que o nada [do poema] é substituído por algo de autoridade (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 108). Retirado o título e a filiação, restaria o romancista. Há uma relação entre o texto e o lugar que “confere sua forma e sua garantia ao suposto saber do texto” (DE CERTEAU, 1987/2011, p. 113), e, dessa forma, manter e preservar o território (interna e externamente) passa por uma disputa dos sentidos e seus efeitos materiais.

Nesse sentido, levar em consideração o papel da instituição dentro da produção de conhecimento psicanalítico (como construção de sentido) se torna fundamental para entender as relações de saber-poder estabelecidas. Além disso, pensamos que a institucionalização é o que marca (e talvez possibilite) esses movimentos geracionais de afastamento e aproximação, e as reformulações epistemológicas e metodológicas de sua proposta inicial. Assim, os textos sobre a formação analítica foram selecionados inicialmente com o objetivo de analisar a lógica interna das relações entre diferentes níveis hierárquicos dentro das instituições (candidatos e analistas didatas). Essas relações dentro da instituição entre membros, transpassada pela modalidade da formação analítica, poderia ser um indicativo das relações desta última com a sociedade no geral.

Essa questão foi levantada por Kupermann no livro *Transferências Cruzadas* (1996), onde explora os efeitos anti-analíticos da “manipulação da transferência para fins de manutenção de poder e aquisição de privilégios” (KUPERMANN, 1996, p. 184). Ao nos familiarizarmos com os textos dessa temática, observamos que os debates em torno da formação analítica eram informados por uma lógica discursiva semelhante àquela elaborada em relação à adolescência. É o que exploraremos no último capítulo deste trabalho.

1.3.3 Tempo de analisar

1.3.3.1 Leitura dos textos selecionados

Dunker, Paulon e Milán-Ramos (2016) abordam diferentes estratégias de leitura de textos e seus pontos positivos e negativos. Dentre elas, citam a hermenêutica, que, baseada na interpretação do sentido do texto, implicaria uma suposição de soberania do sujeito à linguagem. Na perspectiva historicista, o sentido do texto decorre do contexto histórico cultural que envolve a sua produção, o que poderia incorrer no perigo de colocar o contexto no lugar na obra e o sujeito falante tornar-se a-sujeito à linguagem. Dentro da perspectiva relativista, o sentido do texto decorre da tradição que o assimila, recebe ou decodifica, logo, quem define o sentido do texto é quem escuta e não quem fala. Já na vertente perspectivista, a produção de sentido é uma espécie de cotejamento de posições, de luta por hegemonia entre diferentes posições de recepção e contextos. Aqui o problema seria que a linguagem torna-se uma construção social e o discurso uma espécie de análise das condições cognitivas e normativas da imposição de sentido.

Para essas quatro perspectivas, o sentido é um efeito segundo que mede um conjunto de relações anteriores, e o texto, então, se torna secundário em sua materialidade. A perspectiva estruturalista, por fim, retorna ao texto como portador do sentido em si. Privilegia-se a forma, a ordem e a estética mais do que uma verdade de conteúdo, e o sentido não é algo a ser descoberto, pois não há um sentido verdadeiro a ser desvelado. Essa perspectiva assemelha-se à prática do método freudiano, na medida em que a Psicanálise se detém nos não-sentidos e a análise do discurso visa transformar o latente em manifesto (DUNKER, PAULON E MILÁN-RAMOS, 2016).

Ora, as controvérsias históricas sobre como ler um texto no fundo são variações sobre onde colocar *o acento da determinação no sentido*: no autor (psicologismo, hermenêutica romântica), no receptor (estética da recepção, antropologia da leitura), no código (historicismo, contextualismo) ou na própria mensagem (estruturalismo) (DUNKER, PAULON E MILÁN-RAMOS, 2016, p. 98, grifo meu).

Para leitura dos textos deste trabalho, buscamos fazer uma abordagem mista entre algumas dessas perspectivas, atentando-se desde a sua recepção até a implicação histórica e social do seu tempo, mas também a própria mensagem e seus sentidos (enunciados) e não-sentidos (enunciação). Após a leitura dos textos, realizamos a análise do material, não necessariamente como etapa separada, mas aqui dividida para fins de operacionalização.

1.3.3.2 Análise dos textos

A análise dos textos ocorreu a partir de dois movimentos (interno e externo), mas de maneira integrada e dinâmica. Na análise externa, buscamos analisar o contexto histórico, social, político e institucional no qual a produção de conhecimento se deu, uma vez que pensamos o texto como produção dependente de suas condições históricas. Essa dimensão que pensa o discurso a partir de um processo mais longo e amplo de perspectiva histórica foi integrada a uma análise mais detida de acontecimentos mais pontuais, como ilustraremos com o caso de Ivan Seixas no final do capítulo 3. Já na parte internalista, realizamos uma análise dos discursos contidos nos textos, através de suas diversas narrativas.

Para Dunker, Paulon e Milán-Ramos (2016), uma análise dos discursos deve levar em conta a crítica do sujeito como emissor autônomo e o fato de que este está submetido às ideologias, a hipótese do inconsciente e aos processos políticos e discursivos da individualização. Deve-se também considerar que a mensagem não é transparente e sofre efeitos deformativos (recalque, forclusão, denegação), logo, que o discurso é dividido em seu conteúdo latente e manifesto. E, por último, que o emissor e receptor não possuem uma relação neutra, envolvendo sempre uma dinâmica de poder, dominação ou autoridade.

Levando os elementos acima mencionados em consideração, partimos de um olhar mais amplo para visualizar elementos centrais existentes nos diversos textos, apontando suas permanências, assim como suas rupturas e silêncios. Quais foram os principais operadores teóricos centrais nas temáticas analisadas, seus conceitos⁷¹ e particularidades (recorrências e ausências)? Haveria uma mudança nas concepções em torno da adolescência no decorrer do tempo, teoricamente e metodologicamente, em diferentes grupos? A escrita de casos nos explicita algo a mais sobre esse discurso? Essas foram algumas das perguntas feitas aos textos.

Na escrita da análise do material, buscamos apontar os elementos provenientes do discurso analisado que marcavam uma heterogeneidade como repetições, contradições, silêncios, rupturas, etc., submetendo o elemento a uma análise mais detida quando julgamos apresentar uma importância maior na articulação do discurso. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o debate nomeado pelo conceito de Conflito de Geração e que mobilizou diferentes narrativas dos psicanalistas, elucidando questões concernentes ao mundo do adolescente e da

⁷¹ Para Dunker, Paulon e Milan-Ramos (2016, p. 70), o conceito tem a função de descrever objetos para seu reconhecimento, classificar diferenças de forma a incluir e excluir elementos, organizar dados estabelecendo relações lógicas, e prever o comportamento de processos e funções por meio de modelos e construções. Para Foucault a formação de conceitos deve levar em conta a repetição histórica de ideias em sistemas teóricos, tradições, disciplinas, culturas, discursos. Localiza-se em séries anunciativas com demonstrações, generalizações, descrições deduções.

juventude da época, mas também modalidades de relações dentro da própria instituição psicanalítica.

Não obstante, se é por meio da narrativa que podemos analisar as alterações em relação a determinação de sentido, regime de verdade e temporalidade, investigamos também os movimentos e oscilações do discurso psicanalítico na tensão entre uma narrativa mais indeterminada (ficção teórica) e outra mais determinativa (ficção científica), conforme definida por De Certeau. Entendemos que o discurso psicanalítico não se posiciona fora do discurso científico e sim em pólos discursivos diferentes, dentro de um espectro que se move, de acordo com variantes do movimento psicanalítico e sua relação com o corpo teórico e institucional, como o lugar profissional e o tempo histórico-político. Interessa-nos visualizar esses movimentos, que indicam a que tipo de discurso essas produções (narrativas) responderam.

1.3.4. A escrita histórica

Por fim, após a coleta de dados, a leitura e a análise do material, a fase final consistiu na escrita do texto e seus resultados. Foi nesse momento que “se declara plenamente a intenção historiadora, a de representar o passado tal como se *produziu* – qualquer que seja o sentido atribuído para esse ‘*tal como*’” (RICOEUR, 2007, p. 147, grifos meus). Esse momento é onde há o maior risco, e cuidado de nossa parte para que a análise do discurso sobre o adolescente não se torne outro discurso sobre o discurso sobre o adolescente, o que pode ocorrer quando se esquece do lugar do qual se fala e da suposição de falar em nome do real.

Logo, destacamos a não-suposição de equivalência entre o nosso objeto de estudo e o objeto em si. Segundo Dunker, Paulon e Milan-Ramos (2016, p. 33), em cada pesquisa há de se pensar um método de análise discursiva que eleve o seu objeto à dignidade da coisa, subordinando seus meios à experiência que ele pretende investigar, “deixando-a falar e reconhecendo o percurso de sua verdade”. Nesse sentido, pretendemos realizar uma operação historiográfica e uma análise do discurso psicanalítico e submetê-los novamente ao texto, mas buscando manter uma fresta pela qual a verdade do sujeito não seja suturada.

Essa fresta se daria pela própria ambivalência da historiografia, que, segundo De Certeau, é a condição de um fazer e a denegação de uma ausência; age ora como discurso de uma lei (o dizer histórico abre um presente a fazer), ora como álibi, ilusão realista (o efeito de real cria ficção de uma outra história). A escrita histórica, nesse sentido, oscila entre contar

histórias e fazer história, sem ser redutível nem a uma nem a outra (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 110).

[A escrita histórica] Não se interessa por uma “verdade” escondida que seria necessário encontrar; ela *constituiu* símbolo pela própria relação entre um espaço novo recortado no tempo e um *modus operandi* que fabrica “cenários” susceptíveis de organizar práticas num discurso hoje inteligível – aquilo que é propriamente “fazer história” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. XIX, grifos do autor).

Sua ambigüidade também estaria na afirmação de que “o texto produz destruindo”, “na medida em que um trabalho movimenta e corrói o aparelho conceitual, entretanto, necessário. *Construção e erosão* das unidades: toda escrita histórica combina essas duas operações” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 107, grifos meus). Lembrando do conceito de construção na teoria freudiana, necessária para dar conta daquilo que não pode ser lembrado, como uma ponte entre fragmentos de memória que podem não ser factuais, mas carregam um valor de verdade. Assim, construção nos remete a ficção, sendo um dos critérios da verdade para Lacan⁷² e para a escrita historiográfica para De Certeau. De acordo com Dunker, Paulon, Milan-Ramos (2016), a construção é importante porque, assim como a sutura, ela é uma forma de cercamento do Real, é uma espécie de escrita, lógica ou poética, do Real. Contudo, diferente da sutura, ela “inclui os próprios ato, hipótese, ilação, sobre o objeto, estudos como parte desse objeto e os efeitos do método sobre os próprios princípios do método, tal qual a noção psicanalítica de transferência” (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016, p. 102).

Mas, diferente do processo analítico, a escrita é caracterizada como histórica somente ao se articular com o lugar social da operação científica e ligar-se a uma prática de desvios com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos. Nesse sentido, poderia parecer contraditório pensá-la em relação ao fechamento do texto. De Certeau aponta que “enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 89-90). O texto apresenta uma arquitetura estável de regras e conceitos, “preenche ou oblitera as lacunas que constituem, ao contrário, o próprio princípio da pesquisa, sempre aguçada pela falta” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 90).

Porém, o texto não deixa de ser uma *prática*, pois ele tem um papel performativo: “a linguagem permite a uma prática situar-se com relação ao seu *outro*, o passado” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 110, grifo do autor). Assim, escrita histórica é um trabalho representativo que articula num mesmo espaço ausência e produção. Nesse sentido, funciona

⁷² “A verdade se estrutura como ficção, e a ficção se estrutura como uma construção” (DUNKER, PAULON, MILAN-RAMOS, 2016, p. 101).

como uma “imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria esses relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 91-92). Ao mesmo tempo em que simboliza a morte, a escrita histórica

permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente: “marcar” um passado é dar um lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está *por fazer* e, conseqüentemente, utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 109, grifo do autor).

Assim, propondo que nossa relação com a linguagem é sempre uma relação com a morte, De Certeau coloca o discurso histórico como a representação privilegiada de uma “ciência do sujeito” e do sujeito “tomado numa divisão constituinte”, mas “com a representação das relações que um *corpo* social mantém com a sua *linguagem*” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 110, grifos do autor). Essas são as coordenadas que guiaram-nos na escrita deste trabalho.

2. A produção psicanalítica no período ditatorial e suas filiações institucionais

Pensando em esclarecer as condições materiais que possibilitaram a produção de conhecimento psicanalítico durante a ditadura civil-militar, esse capítulo dá destaque para a institucionalização de diferentes grupos psicanalíticos brasileiros e seus respectivos periódicos, boletins e jornais inaugurados durante o período (1964-1985)⁷³. Para tal, levantamos os principais veículos de divulgação das ideias e produções vinculados a diferentes instituições em funcionamento no período e destacamos os principais debates desse campo, particularmente, aqueles em torno de uma verdadeira psicanálise e as tensões entre diferentes grupos, gerações⁷⁴ e suas propostas.

Entendemos que o debate sobre a produção de conhecimento em psicanálise norteia uma série de questões cruciais para esse campo do saber no Brasil durante as décadas do regime ditatorial. Assim, esse capítulo foi organizado em três momentos, de forma a seguir certa linearidade cronológica. A primeira fase movimento institucional, no final dos anos 60, marca a busca por legitimidade e a consolidação da hegemonia ipeísta, seguido por uma segunda fase nos anos 70 de expansão e disputa no campo. O último momento, já nos anos 80, retrata a crise das sociedades ditas oficiais e a luta por reformas e reformulações do movimento psicanalítico brasileiro.

Começaremos expondo os objetivos de legitimação do movimento ipeísta, no qual a *Revista Brasileira de Psicanálise* teve papel central. Esse projeto envolveu também, através do pressuposto da neutralidade científica e analítica, a elaboração de narrativas para os mal-estares que atravessavam a práxis psicanalítica naquele período. Essas leituras, aportadas em dispositivos teóricos específicos, endereçaram uma resposta a questões relativas ao campo social sem entrar em embate com os projetos políticos do regime ditatorial no seu período mais crítico.

Posteriormente, chamaremos atenção para a expansão das práticas psicanalíticas que se consolidavam para além das instituições oficiais. Essas instituições e associações tinham como importante diferença em relação à Psicanálise oficial uma abertura para diferentes

⁷³ Tabela A.

⁷⁴ Roudinesco (1995, p. 64) chama atenção para o uso do termo “geração”, que foi “empregado por todos os biógrafos de Freud e de seus discípulos”. Aqueles que tinham sido parte da formação do primeiro círculo vienense constituíram a primeira geração freudiana. Assim, o conceito de “geração” aqui aplicado sinaliza a genealogia de formação dos psicanalistas. Como veremos, o tema do “conflito de gerações” será um assunto caro à Psicanálise brasileira nas décadas de 1960 e 1970. Dessa forma, buscamos estar atentos para não cair em um uso psicológico e uniformizante desse termo. Usaremos a divisão geracional dos analistas do movimento ipeísta referida por Gomes (2018, p. 258-262): a primeira geração composta por analistas formados de 1938 a 1950, a segunda de 1951 a 1960, a terceira geração de 1961 a 1970, e a quarta de 1971 a 1986.

escolas e teorias psicanalíticas em voga, assim como um projeto de relações institucionais mais democráticas. A questão da pluralidade teórica está retratada nas produções vinculadas aos periódicos e boletins dessas organizações, como a revista *Tempo Psicanalítico* (SPID), *Cadernos de Psicanálise* (CPRJ) e *Rádice*. Também iremos mostrar que havia uma tensão no interior das sociedades oficiais buscando romper com a lógica monolítica das suas teorias, como veremos com a proposta da revista *IDE*.

O terceiro momento desse capítulo destaca a gradual pressão por abertura do movimento psicanalítico ipeísta que aconteceu junto à abertura política mais ampla da sociedade. Ainda em meados da década de 1970, os debates em torno da escassez e da pobre qualidade da produção psicanalítica era debatido, inicialmente através de um entendimento mais psicológico dos mecanismos individuais envolvidos. Nesse momento, começa a ganhar destaque e voz uma geração de analistas que coloca em pauta a legitimidade do projeto científico da Psicanálise tida como verdadeira e promulgado no interior da instituição. Com a chegada da década de 1980, um novo cenário se abre na natureza das publicações, especialmente da produção ipeísta. É visto um campo de tensões mais dicotômico entre psicanalistas nomeadamente mais “ortodoxos” e mais “progressistas” que debatem a dimensão institucional e política envolvida nos problemas relativos à produção de conhecimento, relacionando-os com o autoritarismo e conservadorismo presente na instituição e nos modelos de formação analítica.

No decorrer do capítulo, destacamos as principais temáticas estampadas nas páginas desses periódicos, sem adentrar em uma análise aprofundada destas, mas introduzindo, quando pertinente, os recortes da produção psicanalítica que serão explorados em maior profundidade nos próximos capítulos. Por último sinalizamos que não tivemos a pretensão de fazer uma historiografia do movimento psicanalítico ou das instituições psicanalíticas, mas sim de informar as filiações⁷⁵ institucionais e políticas dos atores por trás das produções psicanalíticas que farão parte da tessitura desse trabalho.

⁷⁵ Mesmo que Roudinesco aborde o conceito de gerações, ela se refere a necessidade de considerar a “existência de um modo específico de transmissão do saber de mestre a discípulo, passando pela experiência da análise” (ROUDINESCO, 1995, p. 64). Nesse sentido, entendemos essa transmissão estando associada a um tipo de filiação, o que se relaciona, por sua vez, com as modalidades de formação analítica de cada instituição e os vínculos pessoais e institucionais que ela implica. Para De Certeau (1987/2011, p. 79), a filiação transferencial seria a relação dos psicanalistas com a pessoa de Freud marcada pela particularidade da transferência, que estabelece uma relação de dependência entre uma teoria da história e a sua relação com a instituição psicanalítica e submete seus membros a suas leis – “frequentemente dissimulado pela teoria” e o contexto das situações sociopolíticas locais em relação a regras da “família” freudiana e internacional.

2.1 A divulgação do saber psicanalítico oficial: *Jornal de Psicanálise* (1966) e *Revista Brasileira de Psicanálise* (1967)

Dentre as primeiras instituições psicanalíticas a serem formalizadas no Brasil, as sociedades filiadas à *Associação Internacional de Psicanálise* (IPA) aparecem com maior extensão, sendo três ainda na década de 1950. A primeira foi a *Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo* (SBPSP) em 1951⁷⁶, seguida pelas duas cariocas: a *Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro* (SPRJ) em 1955 e a *Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro* (SBPRJ)⁷⁷ em 1959. Destas, a primeira a ter um periódico oficial em circulação foi a SBPSP. O *Jornal de Psicanálise*, inaugurado em 1966, se propunha a ser um periódico com caráter científico, com o objetivo disseminar as produções psicanalíticas escritas pelos candidatos e membros da sociedade, discutir temas teóricos, clínicos e concernentes à instituição, como o processo de formação analítica.

Nas primeiras edições de 1966, Luiz Almeida Prado Galvão, analista didata da SBPSP, publica “Indicações da Psicanálise e de outras formas de psicoterapia” e “Sobre o exercício da Psicanálise: Uma nova profissão”. Ao debater sobre temas como o percurso de vida de Freud, o surgimento da Psicanálise, a diferença desta para outras formas de psicoterapia e sobre quem poderia ou não exercer a Psicanálise, deixava evidente a preocupação que o periódico e seus representantes teriam em demarcar um tipo de “apropriação” do saber psicanalítico pelo grupo oficial. Nesse sentido, também Virgínia Leone Bicudo, pioneira da psicanálise em São Paulo, publicou em 1967 “Duas formas ativas de resistência à psicanálise: Hostilidade declarada e falsa adesão”. Ali, Bicudo alerta para as novas formas de resistência que a Psicanálise estaria enfrentando e demarca um tipo correto de adesão à disciplina.

Esses discursos marcam, desde cedo, o terreno do que será entendido como o da defesa de uma verdadeira psicanálise⁷⁸. É o que nota Gomes (2018) ao dizer que no contexto

⁷⁶ Entre os psicanalistas que formaram a primeira geração dessa sociedade: Durval Marcondes, Virgínia Bicudo, Darcy de Mendonça Uchoa, Frank Philips, David Ramos, Lygia Alcântara Amaral, Isaías Melsohn (Jacó-Vilela, 2011, p. 415). Sobre a história dessa instituição, ver *História da psicanálise – São Paulo 1920-1969* de Carmen Lucia Valladares de Oliveira (2005).

⁷⁷ A SBPRJ é o resultado da união entre os psicanalistas que foram à Argentina em busca de formação e do grupo que se aliou a Mark Burke e a sua tradição inglesa (Jacó Vilela, 2011). Sobre a história da institucionalização dessa sociedade, ver PERESTRELLO, M. (Org.). *História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio De Janeiro: suas origens e fundação*. Cidade: Editora, 1987.

⁷⁸ Associadas ao uso dos termos “psicanálise verdadeira”, estão expressões como “psicanálise oficial”, “ortodoxia” e “heréticos”, que pode ser remontado à Freud no seu icônico texto “A história do movimento psicanalítico” de 1914. Nele, Freud (1914[2012], p. 246) faz uma delimitação sobre o que diria respeito à Psicanálise por ele criada e o que seriam “desvios”, logo, versões “não-oficiais” ou “falsas”, citando os estudos de Jung e Adler como exemplos.

da ditadura civil-militar e da ampliação das práticas psis no Brasil, o esforço para garantir as condições que possibilitariam uma psicanálise respaldada em um saber científico exigiu a construção de um discurso psicanalítico que fosse hegemônico e legitimado pela “verdadeira psicanálise”. Essa seria a Psicanálise das instituições formadas pelos herdeiros “diretos do Grande Pai”, que deteriam os conhecimentos ensinados por ele, marcando uma relação de submissão e fidelidade em relação à instância de Freud. Personificado na IPA, esta garantiria também um prestígio e privilégio político e social (GOMES, 2016, p. 68).

Como parte desse projeto de legitimação do saber psicanalítico no Brasil, o ano de 1967 foi marcado pelo re-lançamento do principal meio de divulgação das ideias psicanalíticas das sociedades oficiais brasileiras. Em publicação sobre a história da *Revista Brasileira de Psicanálise*, Galvão (1976a, p. 7) fala, em tom nostálgico, dos dias em que se almejava uma revista que “estimulasse a investigação, a pesquisa e o trabalho de todos nós, membros e moços em formação”. O projeto da *Revista Brasileira de Psicanálise* (RBP) acompanhou a mudança das reuniões que ocorriam nas salas do Serviço de Higiene Mental para o prédio sede dos consultórios particulares, marcando, simbolicamente, a transição entre dois momentos da emergência do saber psicanalítico em São Paulo. Pelo fato de ter sido criada e coordenada pelo grupo paulista, a RBP sofre, inicialmente, ampla influência do *Jornal de Psicanálise*, o que Gomes (2018) chamou de sua fase paulista. Dessa forma, várias publicações divulgadas no *Jornal* serão publicadas também na RBP e vice-versa.

No início da década de 1970, a RBP é transferida à *Associação Brasileira de Psicanálise* (ABP) por questões financeiras, mas o conselho editorial continuou sendo majoritariamente formado por psicanalistas de São Paulo, assim como o escritório que lá se manteve. Após essa mudança, deu-se início ao que Gomes (2016) chamou de período nacional da revista, e que continuou refletindo, em certa medida, os acontecimentos políticos e científicos da SBPSP (MASSI, 2007, p. 223). A RBP se tornou, então, um projeto nacional de maior alcance, e ganharam espaço as produções dos cariocas e dos gaúchos, assim como de estrangeiros⁷⁹. A ideia era colocar a revista em livrarias, e não fechá-la a uma circulação

⁷⁹ Segundo Gomes (2018, p. 121-122), na primeira fase da revista, os maiores colaboradores foram Virgínia L. Bicudo, Durval Marcondes, Darcy M. Uchôa e Laertes Moura Ferrão, todos da SBPSP. Já na fase nacional, apesar da hegemonia paulista, foi possível identificar uma perspectiva mais ampla com a participação de psicanalistas do Rio de Janeiro e Porto Alegre, sendo os principais de ordem decrescente de publicações: Mario Pacheco de A. Prado (SBPRJ), Victor Manoel Andrade (SPRJ), Mara P. Manhães (SPRJ), David Zimmermann (SPPOA), Armando Bianco Ferrari (SBPSP), Odilon de Mello Franco Filho (SBPSP), Virgínia L. Bicudo (SBPSP), Leão Cabernite (SPRJ), Durval Marcondes (SBPSP), Laertes Moura Ferrão (SBPSP), Paulo Dias Corrêa, Bernardo Blay Neto, Darcy Uchôa (SBPSP), David Ramos (SBPSP), Eugênio Davidovich (SPRJ), Fabio Herrman (SBPSP), Gecel L. Szterling (SBPSP), Heitor F. B. de Paola (SBPSP). Esse levantamento de Gomes vem ao encontro da produção dos principais psicanalistas utilizadas nesse trabalho.

“clandestina”⁸⁰, sendo que os resumos em inglês pretendiam dar visibilidade aos trabalhos em âmbito internacional (PRADO, 1976, p. 17). Na edição comemorativa dos 10 anos da RBP, David Ramos (1976) afirma que a RBP “contribuiu decisivamente para o aprimoramento do espírito de pesquisa e de criatividade entre os profissionais brasileiros de Psicanálise” (RAMOS, 1976, p. 22), o que, como veremos adiante, será questionado pelos próprios membros dessas sociedades.

Dessa forma, vinculada à ABP, a RBP passou a fazer parte de um objetivo maior de formalização e enquadramento científico da Psicanálise no Brasil, concentrando-se na publicação de trabalhos teóricos e clínicos dos candidatos, mas também no importante debate em torno da concretização da formação psicanalítica dentro dos parâmetros da psicanálise ipeísta, conforme iremos explorar no último capítulo. Apesar da qualidade e possíveis falhas do próprio sistema de formação, Walderedo Ismael de Oliveira (1971), psicanalista e presidente da SBPRJ na década de 1970, explica que, se as bases do funcionamento dos centros psicanalíticos se baseiam nos estatutos da IPA, a começar pela própria concepção do que é Psicanálise, logo, todas as sociedades ipeístas devem seguir os Estatutos e Regulamentos propostos por ela. Assim, para Oliveira, a fidelidade aos preceitos da IPA, submetendo a ciência do irracional a uma padronização, colocava-se como mais importante que atentar-se para as condições locais de aplicação e desenvolvimento desse saber.

Supõe-se, também, que o ensino e o treinamento serão organizados – *independente de idiosincrasias pessoais ou condições regionais* – tendo em vista a adoção do *standard universal* que possuímos. Esta adesão a um modelo único poderá encerrar desvantagens, mas tem o mérito de permitir o desenvolvimento de experiências tanto quanto possível semelhantes, comparar resultados e – o que parece *mais importante numa ciência que lida com o irracional, prestando-se por isso a tantas distorções* – assegurar e preservar o sistema psicológico, sem naturalmente interferir ou impedir as mais amplas possibilidades para seu desenvolvimento e para novas conquistas (Oliveira, 1971, p. 102, grifos meus).

Conforme comentamos, a busca pela cientificidade do saber psicanalítico e sua expansão aconteceu concomitantemente à ampliação das práticas psi no Brasil e do *boom* editorial em meados da década de 1960 (COIMBRA, 1995). Gomes (2018) destaca que “apoderar-se deste veículo [RBP] poderia garantir os dispositivos de poder dentro do movimento psicanalítico brasileiro” (GOMES, 2018, p. 73). Projeto de poder que se daria por meio de alguns elementos importantes, como a unidade do movimento em torno do saber aportado nas teorias psicanalíticas de linha inglesa, criando um discurso de legitimidade e

⁸⁰ Termo usado por Prado (1976) ao se referir à circulação da revista somente dentro das sociedades ipeístas, demonstrando seu objetivo de alcance maior na sociedade e na cultura.

controle de uma psicanálise verdadeira, a ideologia da neutralidade analítica e a psicologização da realidade social.

Sobre o primeiro elemento, Gomes cita a afirmação de Oliveira (2005) de que a posição ideológico-política, ser de esquerda ou de direita, não impediu psicanalistas de fazerem carreira na SBPSP, apesar da desconfiança existente a respeito da não-aceitação de Regina Chnaidermann em função de sua militância de esquerda (COIMBRA, 1995). Nesse sentido, era mais importante garantir a adesão dos membros à filiação teórica e metodológica, uma vez que se pensava que ela poderia impedir divergências e garantir o controle dos mandatários. Outras teorias poderiam tirar o caráter científico da Psicanálise (GOMES, 2018, p. 180).

Assim, vemos que a produção psicanalítica vinculada tanto pelo *Jornal de Psicanálise*, como pela RBP apresentam uma prevalência significativa das teorias psicanalíticas com ênfase no desenvolvimento psíquico e teorias das relações de objeto⁸¹. O que chamamos nesse trabalho de teorias psicanalíticas com ênfase no desenvolvimento referem-se a teorias que destacam o desenvolvimento mental como caminho para uma normalidade adulta, dentre elas, guardando suas especificidades, estariam a Psicologia do Ego, a teoria Kleiniana e as teorias das relações de objeto. Frosh (2019) destaca que o termo “teoria das relações de objeto” pode ser aplicado de uma forma ampla a diferentes abordagens que enfatizem o Eu em desenvolvimento com os objetos e vêem o desenvolvimento como caminho de uma individualidade integrada. O autor inclui nessa categoria o trabalho de Fairbairn, Guntrip e Winnicott.

Segundo ele, mesmo tendo abordado relações eu-objeto, Melanie Klein melhor se enquadraria numa vertente denominada “intersubjetividade”, que estudou “as maneiras pelas quais as representações psíquicas dos relacionamentos são formadas e os efeitos que elas possuem no desenvolvimento e nos relacionamentos sociais reais dos indivíduos” (FROSH, 2019, p. 102). As teorias de Winnicott e Klein concebem a cisão do sujeito como parte do desenvolvimento, então sua visão de integração do Eu não é totalitária ou idealista. Importante destacar que, apesar dessas teorias apresentarem maior ou menor potencial para um horizonte de transformação social ou de normatização social, não é essa análise que se propõe esse trabalho, mas como essas teorias ou elementos teóricos provenientes delas foram apropriados, pensados e articulados para pensar a realidade social brasileiro e justificar usos políticos e normativos da Psicanálise em determinado período histórico.

⁸¹Essa constatação também foi feita por Massi (2011) e Gomes (2018), contudo, ambos analisaram somente a produção vinculada a RBP.

Na fundação da RBP, a base teórica kleino-bioniana, para utilizar o termo de Gomes, já estava fortalecida no movimento psicanalítico paulista. Segundo o historiador, as teorias de Melanie Klein foram citadas por Darcy Uchôa no artigo “Psicanálise e Higiene Mental” de 1938. Essa tendência na disseminação teórica da Psicanálise se consolidou em função da influência trazida pelos primeiros analistas estrangeiros vindos ao Brasil, como Adelheid Koch e Frank Phillips⁸², assim como pelos analistas que buscaram formação na Inglaterra ou na Argentina, como Décio de Souza, Mário Martins, Lygia Amaral e Virgínia Leone Bicudo. Sobre essa última, Jacó-Vilela aponta:

O monopólio [teórico] se consolidou a partir da criação do Instituto de Psicanálise e aprovação de seu regimento interno, em 1961. Coube a Virgínia Bicudo a responsabilidade pela sua estruturação. Ela acabara de retornar de uma estadia de quatro anos em Londres, onde estagiou na *Tavistock Clinic*, frequentou os seminários do instituto e foi analisada por Frank Philips. Com esse percurso, passou a encarnar a renovação da sociedade paulista. Rompendo com a tradição ortodoxa freudiana, ela introduziu concepções modernas, para utilizar expressão da época, então representadas por Melanie Klein e Wilfred Bion, atualizando e tornando mais sedutoras as técnicas psicanalíticas (JACÓ-VILELA, 2011, p. 416).

Para ilustrar a predominância dessas teorias na RBP, analisamos o ano de 1970 com quatro edições. Na primeira e na terceira edição, cada publicação continha no seu referencial bibliográfico pelo menos uma referência kleiniana e/ou bioniana. A última edição contém oito trabalhos, dos quais seis deles referenciam Klein com o texto “Inveja e gratidão” (1957) e Bion com “O Aprender com a experiência” (1962). Sobre essa predominância teórico-epistemológica, chamaremos atenção para como alguns dos principais elementos conceituais da obra de Klein e também de Bion, como as etapas mais primitivas do desenvolvimento, defesas contra a angústia, os conceitos de posição e de fantasia foram apreendidos pelos psicanalistas e aplicados em formas particulares de leituras psicanalíticas da sua realidade clínica e social, incluindo desde teorizações sobre seus casos clínicos até o funcionamento da própria instituição psicanalítica e dos mal-estares da sociedade brasileira daquele período⁸³.

Sobre esse último uso, observamos que entre 1966 e meados da década de 1970, período de grande repressão política da ditadura brasileira, não foram observadas menções diretas ao regime ditatorial na produção psicanalítica oficial. O que, por outro lado, não significa dizer que não foram tratados diversos temas relativos ao social. Por exemplo, a incidência da realidade social no trabalho analítico foi uma questão que mobilizou os

⁸² Segundo Gomes (2018, p. 129), Philips se tornou referência para os psicanalistas brasileiros que pretendiam fazer alguma formação em Londres. Analisado por Melanie Klein e também por Wilfred R. Bion, Frank Phillips, foi responsável por trazê-lo ao Brasil e impôs seu pensamento como lei máxima da psicanálise em São Paulo.

⁸³ Esses três usos serão demonstrados nos próximos capítulos.

psicanalistas ipeístas. Em 1967, Virginia Leone Bicudo assina o Editorial do *Jornal de Psicanálise* com o título “Os institutos de Psicanálise frente às ideologias sociais”, e em 1972, publica na RBP o trabalho “Incidência da Realidade Social no Trabalho analítico”. Com a mesma temática, Adelheid Koch e Helládio Francisco Capisano, ambos da SBPSP, publicam a “Influência Histórico-Social na atitude analítica” e Mario Pacheco de Almeida Prado, da SBPRJ, escreve “Realidade Social e Psicanálise” em 1976. Sobre esse último, Prado explica como seria a regra da técnica analítica em relação às ideologias, vistas como algo que deveria ser neutralizado pela sua própria análise:

Sugiro que, se o analista tem uma determinada ideologia política ou religiosa, é talvez devido à existência de algo que *resistiu à análise*, mas o que realmente importa é que essa ideologia seja mantida ausente em sua mente, e não interfira em seu trabalho analítico. Por ausente em sua mente, quero dizer que não deve ser misturado no material do paciente como outro qualquer material seu – como de regra sempre assim se considerou de boa técnica analítica (PRADO, 1976, p. 273, grifo meu).

Defendia-se que o analista deveria se isentar desta influência político-ideológica ao máximo, seguindo a regra freudiana da abstinência e mantendo uma posição de neutralidade analítica. Contudo, essa regra acaba sendo aplicada em um contexto mais específico de assepsia da realidade social, que tão pungente invadia os consultórios e as instituições psicanalíticas daquele período. Essa forma de expansão da ideologia da neutralidade analítica se deu por duas vias principais, a primeira realizada dentro da prática analítica através da redução de fatos da realidade social a interpretações transferenciais do “mundo interno” do paciente, e a segunda que se expandia para fora do *setting* analítico, nos corredores das instituições e moldando as relações entre os membros das sociedades (RUBIN, MANDELBAUM, FROSH, 2016; OLIVEIRA, 2017; GOMES, 2018).

Acreditamos que a escolha das temáticas dos congressos e jornadas também retrata uma forma de resposta do movimento ao momento político e social. Por exemplo, o II Congresso Brasileiro de Psicanálise em 1971 teve como tema a agressão, que gerou a publicação de diversos trabalhos sobre o assunto na RBP e no *Jornal*. Um deles foi de Virgínia Bicudo e Armando Ferrari no qual discutiram “os fatores externos geradores da agressão na experiência interna do indivíduo, elementos que representavam uma realidade violenta e agressiva, porém sem se referir à realidade brasileira” (GOMES, 2018, p. 167). Em particular, destacamos o congresso de 1973, auge do período ditatorial brasileiro, que teve

como tema o “Conflito de Gerações”⁸⁴, gerando discussões teóricas e institucionais sobre o assunto. Gomes (2018) afirma que os psicanalistas produziram um “discurso que tecia representações sobre a realidade presente a partir de temas como conflito de gerações, incidência da realidade externa no trabalho psicanalítico, regressão, interdisciplinariedade” (GOMES, 2018, p. 162).

Sendo assim, materializavam uma forma possível de pensar a realidade, trazendo para as páginas da revista assuntos proibidos ou polêmicos para a época, como os movimentos pela liberdade dos anos 60, a Guerra no Vietnã, a contracultura, a violência, entre outros. Porém, para que fosse possível falar sobre temas sociais e políticos polêmicos, os psicanalistas assumiram uma posição de relativa isenção e distanciamento dessa realidade social, o que acabou por converter os temas “à uma certa normalização psicanalítica” (KATZ et. al, 1985 apud GOMES, 2018, p. 215). Mostraremos como certas temáticas, como a do conflito de gerações, contribuíram para uma normalização psicanalítica ao abordar questões da adolescência, da delinquência e do “novo perfil” emergente do jovem na sociedade.

Assim, a consolidação da RBP ocorreu durante o período mais duro do regime autoritário, e, ao abordar questões relativas à realidade social através de uma leitura kleino-bioniana e da orientação da neutralidade analítica, garantiu seu caráter de isenção frente ao regime autoritário. Além disso, Gomes aponta que a ênfase nessa abordagem teórica marcou uma relação de poder e de mercado entre seus membros, exercida por meio da formação analítica, dispositivo institucional que garantiria a transmissão de uma “verdadeira Psicanálise”.

Sem dúvida, a psicanálise kleino-bioniana não era a única escola ipeísta, havia ainda os annafreudianos e psicologia do ego, mas a sua hegemonia no Brasil era inconteste e suas práticas ganhavam o respeito de uma clientela oriunda da classe média e elite brasileira desejosos por tratamento psíquico. As ameaças de outras correntes e o perigo de rupturas que poderiam afetar o controle e o poder dos mandatários do movimento psicanalítico poderiam ser obstruídas da seguinte forma: reforçar a ideia de formação nas Sociedades e Institutos, despertando o interesse do candidato a almejar um dia ser membro efetivo e ou analista didata, ter controle sobre a abertura de novos núcleos e Sociedades psicanalíticas e manter na vida societária e na revista a hegemonia da psicanálise kleino-bioniana. Torna-se desnecessário frisar o caráter de exclusão destas formas e estratégias que privilegiava uma pequena fração dos psicanalistas. Na sua versão mais restritiva, essa representação conferia aos analistas didatas e membros efetivos a condição natural e institucional de guardiães da psicanálise. Mais do que garantir a unidade e fidelidade da psicanálise, a abordagem kleino-bioniana e ipeísta permitia o exercício do poder e uma fatia potencialmente interessante do mercado (GOMES, 2018, p. 254).

⁸⁴ O conflito de gerações, como elucidaremos no próximo capítulo, foi um debate em voga nas ciências sociais e humanas que se intensifica especialmente depois do Maio de 68 e da explosão dos movimentos contraculturais pelo mundo.

Nesse sentido, ao passo que se consolidava a ampliação das práticas psi e a aparição de novas sociedades não-vinculadas à IPA, se intensificavam também as discussões em torno dos critérios para a criação de novos núcleos, da regulamentação da profissão, da qualificação dos analistas didatas e estrutura da formação analítica. O VIII Congresso Brasileiro de Psicanálise⁸⁵ ilustra a gama de temáticas que exigiam a atenção do movimento oficial no início da década de 1980, como a concorrência na oferta de formação analítica, as novidades na técnica analítica que começavam a serem aplicadas também para além do consultório particular e a questão da adolescência na cultura da época

2.2 Outras faces da produção ipeísta: *Alter* (1970) e *IDE* (1975)

Virgínia Bicudo conta que, enquanto residia em Londres no ano de 1958, acompanhava a construção da nova Capital através de um programa mensal da BBC. Ao pensar sobre a missão disseminadora que tinha para a Psicanálise no Brasil, conclui que

a Psicanálise deveria estar presente em uma cidade nova, inteligentemente planejada; edificada pela força do sonho de idealistas, pela mão-de-obra do candango, gente assolada no Nordeste em busca de seu ganha pão, pela ambição de aventureiros. O psicanalista deveria participar da vivência desse “melting pot”; mas eu continuava residindo em Londres (BICUDO, 1980a, p. 171).

No seu retorno em 1960, Bicudo visita Brasília e confirma que “aqui há espaço para a Psicanálise medrar ‘impoluta’” (BICUDO, 1980a, p. 171). Mas, em função dos cargos de direção que ocupava na SBPSP, o projeto é postergado em uma década. Em 1970, começa a concretizar seu plano de desenvolver um núcleo de psicanalistas em Brasília e, com a ajuda de Luiz Meyer, é contratada pela Universidade de Brasília (UnB) para ministrar aulas de Psicanálise no Departamento de Psiquiatria. Segundo a psicanalista, após palestra proferida por ela na *Associação de Psiquiatria de Brasília* no mesmo ano apareceram vinte interessados em iniciar análise, dos quais aceitou seis.

Dessa forma, ainda em 1970, a SBPSP iniciou o que Bicudo chamou de “migração do Instituto” para concretizar a formação dos primeiros analistas em Brasília, com o “deslocamento semanal da analista didata e de analistas professores para os seminários

⁸⁵ Os temas do VIII Congresso Brasileiro de Psicanálise foram: “O Exercício da Psicanálise como Profissão: As Sociedades Filiadas à ABP e a Proliferação de Instituições Pseudoformadoras de Psicanalistas”; “Preservação e Alteração do Setting na Análise”; “Participação do Psicanalista em Hospitais Gerais e Psiquiátricos”; “A Participação e a Orientação das Figuras Ambientais na Análise de Crianças e Adolescentes”; “O Prolongamento da Adolescência na Cultura Atual”; “Migração no Movimento Psicanalítico”; “As Cisões nas Instituições Psicanalíticas e suas Relações com Núcleos Anti-analíticos do Psicanalista”; “Psicanálise de Psicóticos”. Fonte: <https://www.febrapsi.org/quem-somos/memorias/> [Acesso em 10-02-2019].

teóricos e práticos foi possível desenvolver o mesmo programa adotado para os alunos de São Paulo” (BICUDO, 1980a, p. 172). Entre os nomes vindos de São Paulo para ajudar na formação da futura *Sociedade de Psicanálise de Brasília* estavam Armando Ferrari, Gecel Szterling, Cesar Augusto Ottalagano e Félix Gimenes. Assim, o que se transformou inicialmente em uma subseção paulista, e serviu de modelo nacional para o início da expansão da Psicanálise oficial brasileira fora do eixo SP-RJ-POA.

Nesse mesmo ano é inaugurada a revista *Alter*. Inicialmente chamada *Jornal de Estudos Psicodinâmicos*, nasceu independente de uma vinculação formal com a IPA, pelo menos até 1994, quando a *Sociedade de Psicanálise de Brasília* é reconhecida como *Study Group*. Idealizada também por Virgínia Bicudo, a revista propôs-se a estabelecer elos entre a UnB e outras instituições interessadas nos estudos psicodinâmicos. Tanto Bicudo como Marcondes tiveram um importante trabalho de inserção do pensamento psicanalítico na Universidade em São Paulo, modelo que foi proposto também para a disseminação da Psicanálise em Brasília.

No início, a *Alter* publica predominantemente produções dos psicanalistas paulistas. As publicações indicam que a revista retoma um projeto psicanalítico paulista anterior que não vingou dentro do escopo do movimento oficial, misturando produções sobre a aplicação da teoria dentro de instituições (psiquiátricas ou não), aplicações da Psicanálise na cultura e também na universidade. Além disso, temáticas retratadas no decorrer na década de 1970 pela produção ipeísta também são discutidas na *Alter*, como os temas da adolescência, do *acting-out*, da análise de crianças, da identidade e da formação analítica. Outra continuidade com a RBP seria as traduções de textos de Klein e Winnicott, mas também a grande influência dos psicanalistas argentinos como Arminda Aberastury e Angel Garma. As edições dos anos de 1976 e 1977 trazem as conferências de Bion no Brasil, ao lado de textos de Arnaldo Rascovsky e André Green. A influência da sociedade paulista se faz presente na revista durante toda a década de 1970, incluindo textos sobre a vida científica e institucional da SBPSP. Contudo, diferentemente do *Jornal* ou da RBP, textos de caráter interdisciplinar, como a inserção da Psicanálise em serviços de atenção à saúde mental são vistos desde o início da revista, dando ao movimento de Brasília características particulares, construindo um saber e uma prática mais aberta do que a sociedade paulista no início da década 70.

Nesse sentido, se o *Jornal de Psicanálise* e a RBP eram os veículos oficiais da psicanálise ipeísta e refletiam o seu conservadorismo teórico, por outro lado, o lançamento da *IDE* vem para indicar a existência de tensões teóricas e políticas contra o monopólio da “verdadeira psicanálise” dentro da sociedade SBPSP. Atendendo ao pedido do então

presidente Laerte Moura Ferrão para a criação de algo novo, Chaim Hamer, Arlindo Deodato e Deodato Azambuja, todos da quarta geração de analistas⁸⁶, pensaram na ideia de uma nova revista para a sociedade (HAMER et al, 2015).

Em uma entrevista dada sobre os 40 anos da *IDE* em 2015, Hamer falou que a ideia era fazer uma revista que fosse direcionada à comunidade, para que a Psicanálise fosse difundida e expandida, levando “a psicanálise para a cultura”. Nesse sentido, Myrna Favilli afirmou que a *IDE* foi “esse *start* da psicanálise como um diálogo, ou melhor, da linha editorial da revista que procura um diálogo com a cultura” (HAMER et al, 2015, s/p). Já Deodato Azambuja destacou o caráter de retomada às origens da Psicanálise paulista e sua inserção na esfera cultural:

No início, o que tínhamos? Havia o Durval Marcondes, que fez parte do movimento modernista de 1922, a Virginia Bicudo, que também era uma pessoa que fazia conferências, dava aulas no rádio, o que é bem interessante... Existia essa história que, de certo modo, mostra que nós *não tínhamos nenhuma originalidade, era mais uma espécie de retorno às origens* (HAMER et al, 2015, s/p, grifo meu).

A revista é lançada em 1975 em um modelo que se assimilava aos jornais alternativos da época, como *O Pasquim*. Seguindo esse modelo, a *IDE* estampava no primeiro editorial a sua proposta:

Dentro desse espírito criativo, foram então surgindo as ideias para diversas secções: entrevistas e reportagens; críticas a trabalhos publicados em livros e revistas, ou apresentados à Sociedade; colaborações informais que colegas queiram fazer sobre suas idéias, experiências ou inquietações; uma seção sobre a história da nossa Sociedade; seção para a correspondência do leitor, seção livre com colaborações diversas, tais como psicanálise aplicada, pequenos contos, charges, anedotas, notícias em geral (EDITORIAL, 1975, s/p).

Além de trazer discussões e reportagens que dialogavam com elementos do cenário da contracultura brasileira da década de 1970, a revista apresentava também entrevistas abertas com pioneiros do movimento psicanalítico ipeísta e com diferentes figuras da cultura brasileira. Por exemplo, a segunda edição, de 1976, traz uma entrevista com Luiz Almeida Prado Galvão, estampando na sua capa “o mais novo membro a se tornar analista didata” e outra com Caetano Veloso. Outros psicanalistas entrevistados pela *IDE* no período foram: Adelheid Koch e Virgínia Leoni Bicudo em 1976, Darcy M. Uchôa em 1977, Durval Marcondes em 1978, Lygia Amaral em 1979 e Isaias Melsohn em 1980. Em meio a calorosas

⁸⁶ Myrna Favilli destaca o papel desempenhado por sua geração na proposta de abertura da vida científica da sociedade. De acordo com Gomes (2018, p. 416), a segunda geração de psicanalistas formada nos anos de 1950 era majoritariamente masculina e com formação médica, marcada por experiências em diferentes instituições psiquiátricas. A terceira geração também era composta predominantemente por homens e médicos, porém, revelando-se mais entusiasta pela vida societária.

discussões sobre o conflito de gerações existente na sociedade brasileira e na própria instituição psicanalítica, nota-se a construção de um diálogo com os analistas das primeiras gerações, a fim de entender e historicizar o momento da Psicanálise atual e as questões que apareciam na vida pessoal e analítica dos membros mais novos.

O psicanalista Deodato Azambuja, destacando a posição periférica que ocupavam no momento do lançamento da revista, contou sobre as iniciativas dessa geração de analistas em estudar os trabalhos culturais de Freud que não eram contemplados no currículo do instituto no início da década (HAMER, 2015).

Foi uma época de intensa movimentação. Decidimos trazer à tona o feminismo, em vários artigos sobre a condição da mulher. Era um tema muito pouco oficial que fomos abordando, tanto que a Rose Azambuja pôde escrever sobre uma história em quadrinhos em que se conversava sobre as criadas e as crianças, abordando toda uma dimensão psicológica e cultural. A *ide* era nova. Tínhamos o Deodato falando da psicanálise existente em nosso meio e refletindo sobre a nossa Sociedade, a de um grupo fazendo ciência; o Chaim falando sobre mitos; eu e o Paulo Duarte falando sobre os candidatos; o Tenório realizando entrevistas com Caetano Veloso, enfim, tínhamos uma temática variada. Abrimos caminhos, eu penso. (HAMER et al, 2015, s/p).

Outra questão que marcou um movimento de rompimento com o modelo da RBP foi à abertura a diversidade teórica das abordagens psicanalíticas, tendo, em 1977, publicado a tradução de uma entrevista de Jean-Bertrand Pontalis⁸⁷. Em crítica à hegemônica linha Kleiniana e Bioniana representada pela RBP:

Esta abertura para a interpretação dos livros ou para diferentes leituras dos livros, só é possível se os mesmos não são controlados pelos que se colocam como os *únicos intérpretes verazes*. Imediatamente ocorrem-nos os perigos a que nós mesmos psicanalistas estamos sujeitos. Para alguns *monges desse convento o conhecimento* pode ser fonte de uma vida mais fértil, para outros o conhecimento envenena os espíritos, desviando-os do “verdadeiro” caminho (Editorial, 1984, p. 3, grifos meus).

Com um posicionamento de questionamento frente a ideia de uma “verdadeira psicanálise”, Chaim Hamer destaca a resistência que existia dentro da sociedade a respeito da proposta da revista: “havia gente que achava que não se devia difundir a psicanálise. [...] o fato é que alguns colegas achavam que psicanálise é alguma coisa de elite. E até certo ponto é verdade, infelizmente” (HAMER, 2015, s/p). Nesse sentido, entendemos que as publicações da revista *IDE* são uma importante fonte historiográfica de elucidação sobre as tensões políticas internas da sociedade paulista, onde membros buscavam uma abertura do

⁸⁷ Psicanalista francês membro da Associação Psicanalítica da França e diretor da *Nouvelle Revue de Psychanalyse* na época.

movimento, teciam críticas e instigavam o diálogo entre diferentes representantes da hierarquia institucional da Sociedade Paulista.

2.3 O pluralismo teórico e institucional da Psicanálise “independente”

Desde o final dos anos 50 já dão sinal outros estabelecimentos de formação analítica marcando posições diferentes da “verdadeira psicanálise”, o que, no entanto, acabam por não atingir “a mesma fama, prestígio, poder e procura que as Sociedades ligadas à IPA” (COIMBRA, 1995, p. 107). Todos esses novos grupos e instituições psicanalíticas destacavam sua posição de independência à IPA, mantendo outra relação de filiação com instituições internacionais. Contudo, todas trazem a crítica a dita psicanálise oficial e sua ortodoxia, através de uma proposta que se propunha mais democrática, centrando-se numa diferença que era em grande parte traduzida na questão do pluralismo teórico e na formação analítica.

Contudo, Coimbra destaca que a noção de uma “verdadeira psicanálise” acaba não se restringindo as sociedades filiadas à IPA. Algumas dessas instituições psicanalíticas se mostrarão impregnadas “da ortodoxia e da intolerância reinantes nas Sociedades ‘oficiais’” (COIMBRA, 1995, p. 110).

A “verdadeira” psicanálise, de início através da criação da IPA e dos diferentes Institutos de Formação, tem a pretensão de ser a “pura” psicanálise, e estes dispositivos são alguns dos principais fatores para que se possa assegurar essa “pureza”, pelos cuidados no sentido de evitar poluições, misturas. Se tais equipamentos são criados para cuidar da transmissão, instituem, por isso, uma determinada escuta. Essa escuta “verdadeira” e um certo *discurso psicanalítico* são pedagogicamente ensinados, transmitidos nas Sociedades “oficiais” como os únicos que, realmente, representam a psicanálise; ganham foro *de verdade única*, absoluta e inequívoca. Isto não é privilégio da formação ligada à IPA, pois as diferentes filiações vão determinar diferentes tipos de escuta e discursos. Cada estabelecimento criado vai instrumentalizar a instituição da formação de modo que fique encarcerada num determinado território, onde estão presentes o dogmatismo, a escuta “verdadeira”, a ortodoxia, a estrita observância a determinadas regras do pensar fazer, o impedimento da criação, a permanência da “mesmice”. Em suma, mesmo aqueles que criticam a formação “oficial” vão, em muitos momentos – ou em quase todos – cair no dogma, na ortodoxia, no enclausuramento (COIMBRA, 1995, p. 78, grifos meus).

Veremos que a pluralidade teórica e um questionamento a formação analítica tradicional não garantiu necessariamente um funcionamento mais democrático. Essas instituições procuram uma prática psicanalítica e uma filiação diferente da marcada pelo dogmatismo e rigidez da IPA, mas suas histórias burocráticas, organizacionais e institucionais e suas práticas instrumentalizam dispositivos semelhantes aos presentes na psicanálise dita

oficial e na formação por ela instituída. Iremos explorar, no decorrer desse trabalho, o limite dessa ruptura com a proposta oficial através da teoria e prática clínica voltada ao adolescente e no âmbito institucional da formação. Por ora, destacaremos as propostas desses grupos e algumas principais características e debates presentes nos seus periódicos.

2.3.1 Estudos de Psicanálise (1969), Boletim Informativo do CPMG (1972) e Caderno de Psicanálise (CPRJ - 1979)

Uma das vertentes psicanalíticas a se instalar no Brasil em meados do século XX foi a escola da Psicologia Profunda, encabeçada por Igor Caruso, um dos poucos psicanalistas que permaneceu em Viena quando a Áustria foi anexada pela Alemanha em 1938 e um dos responsáveis pela reorganização da Sociedade Psicanalítica de Viena. Buscando uma aproximação com a “filosofia antropológica de bases cristãs” (SANTOS & NETO, 2014, p. 155), acaba se afastando da rigidez e do dogmatismo ipeísta e fundando o *Círculo de Psicologia Profunda* em 1947. Alguns brasileiros frequentaram seus seminários em Viena e foram analisados por ele, como Malomar Lund Edelweiss⁸⁸, Francisco Vidal, Gerda Kronfeld e Sigfried Kronfeld. Em 1956 é fundado o Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda em Pelotas no Rio Grande do Sul⁸⁹. Para o Círculo, a questão do seu afastamento com a ortodoxia psicanalítica era central, buscando atuar como uma comunidade relativamente aberta e autônoma. Essa posição se estabeleceu historicamente frente à exclusão de seu movimento em relação a Psicanálise dita oficial, dirigida por Anna Freud e Ernest Jones, especialmente após o estopim da Segunda Guerra.

Desde 1965, circulava internamente o *Boletim Interno do Circulo de Psicologia Profunda*, veículo de divulgação das ideias e produções dos membros dos Círculos do Brasil e da Colômbia. Em 1969, o *Boletim* se transforma em *Estudos de Psicanálise*, tornando-se o periódico oficial desse grupo. Na revista, a relação da Psicanálise com questões sociais estavam em pauta desde a primeira edição, como sinalizam as publicações de Igor Caruso “Sorve el psicoanálisis de coartada social?”, assim como temas relativos ao funcionamento institucional, como mostra o texto de Malomar Lund Edelweiss (1969) “O Mau relacionamento entre psicanalistas: Um questão terapêutica?” do mesmo ano. Mostrando também a sua vertente católica-marxista, as primeiras edições trazem textos de Igor Caruso

⁸⁸ Padre, diretor da Universidade Católica de Pelotas e “maior entusiasta da vinda de Caruso ao Brasil” (SANTOS & NETOS, 2014, p. 157). Muda-se para Belo Horizonte e assume as atividades do Círculo no estado.

⁸⁹Santos e Neto(2014) chamam atenção para o fato de que, diferentemente dos gaúchos que lideraram o grupo ipeísta empreendendo sua formação junto aos argentinos, o grupo do Círculo interessou-se por articular a Psicanálise das ideias dentro do eixo do existencialismo cristão.

sobre “A Psicanálise entre a ideologia e a Crítica da Ideologia” (1969), “Prolegômenos ao diálogo entre a Psicanálise e a Religião = Freud e Marx” (1971).

Em 1970, o Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda filia-se à Federação Internacional de Sociedades Psicanalíticas⁹⁰, e no ano seguinte, muda seu nome para Círculo Brasileiro de Psicanálise (CBP). As suas sociedades integrantes adotam daí em diante a denominação de Círculo Psicanalítico acrescido do nome do estado. A primeira década da *Estudos de Psicanálise* apresenta uma constância nas publicações de autoria de Igor Caruso, Malomar Edelweiss e Krattin Kemper, que se torna uma grande contribuinte desta revista. Em 1973, Malomar Edelweiss publica “A psicanálise dos leigos – tema cíclico”, retomando os escritos em que Freud abordou o tema e enfatizando a posição freudiana de que a formação psicanalítica independia da formação médica⁹¹. A edição de 1981 traz a notícia da morte de Igor Caruso e da reestruturação da revista, que passa a ter sede em Salvador.

O primeiro círculo regional formado foi o Círculo Mineiro de Psicologia Profunda, no estado de Minas Gerais⁹², fundado em 1963 por Malomar Edelweiss. Segundo Santos (2017), Malomar, de base cristã, se atraiu pelos estudos de Caruso uma vez que esse teria suprimido a importância da sexualidade na sua concepção de Psicanálise. Além disso, Santos (2017) também afirma que a psicanálise do Círculo sofreu resistência da classe psiquiátrica local justamente pela sua não-vinculação com a IPA, mas seguiu juntando adeptos que viam na proposta uma alternativa as terapêuticas psiquiátricas organicistas. O Editorial da *Estudos de Psicanálise*, de 1970, questiona o fato de a Psicanálise ser endereçada somente a uma elite social e destaca o lugar do CPMG nesse projeto de tornar a Psicanálise um saber e uma prática mais democrática:

Estas conjuncturas vêm a propósito do plano, em estudo, do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, para a criação de meios, através dos quais possa, sem prejuízo da técnica, tornar a psicanálise acessível a um numero maior de indivíduos a exemplo do que já vem sendo realizado por associações congêneres (Editorial, 1970, p. 6).

Com a expansão do movimento, a formação desestruturada da CPMG foi sendo questionada. Nesse sentido, Santos e Neto (2014) destacam que no ano de 1969 foi criada a

⁹⁰ A “Federação Internacional de Sociedades Psicanalíticas” congregava grupos dissidentes que se encontraram fora da IPA, como a Sociedade Psicanalítica Mexicana representada por Erich Fromm e J. Silva, o Círculo Vienense de Psicologia Profunda de Igor Caruso e Raul Schindler e até a Sociedade Psicanalítica Alemão (GARCIA, 1984, p. 40).

⁹¹ O texto foi publicado também em 1973 na revista *PSICO*, órgão oficial de divulgação das atividades acadêmicas do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁹² Para mais sobre a emergência e disseminação da Psicanálise nesse estado, consultar: SANTOS, R. A. N. (2017) Horizontes psicanalíticos em debate: Notas sobre a história da psicanálise em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Psicanálise*. v. 51, pp. 201-218.

Comissão de Análise Didática, que acabou por hierarquizar a formação, aproximando a instituição do modelo de formação ipeísta e afastando-se do pensamento carusiano.

Na sua origem, os círculos estão ligados a obra de Igor Caruso, pensador com características instigadoras, discípulo de Von Gebattel. Caruso procurou relacionar a psicanálise à fenomenologia existencialista e às interpelações do marxismo. Rapidamente, porém, o CPMG distanciou-se desse pensamento (se é que o apreendeu) para mirar-se no modelo da IPA, buscando sua reprodução (BARRETO, 1999, p. 208).

Em 1970, Círculo Mineiro de Psicologia Profunda torna-se Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG), “fazendo prevalecer a psicanálise sobre a psicoterapia, dando prioridade à análise clássica no divã, como estabelecido por Freud”⁹³. Nesse momento, apesar de sua proposta de afastamento, já se questionava a proximidade com o modelo ipeísta. É o que afirma Garcia, ao dizer que “atualmente este traço de originalidade (afastamento da IPA) não bastaria se temos em mente o programa proposto pela nova diretoria do CPMG” (GARCIA, 1984, p. 40).

Em 1972, começa a circular internamente o *Boletim Informativo do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais*. Já o periódico oficial dessa instituição, chamado *Reverso*, será lançado apenas em 1986. Conforme destacamos, o distanciamento com a psicanálise oficial se sustentava em grande medida pela proposta da pluralidade teórica, uma vez que, em termos organizacionais, a estrutura era bastante semelhante às sociedades ipeístas. É o que afirma o Editorial do *Boletim Informativo*, assinado por Jarbas Moacir Portela, presidente do CPMG em 1979. Segundo ele, a proposta do *Boletim* era ser mais que um informativo de notícias, mas também uma função de veiculação teórica:

Ao corpo de redatores do Boletim caberá a tarefa árdua, talvez impossível: evitar a anarquia, a salada ou a libertinagem teórica, poupando-nos também de um enrijecimento teórico em torno de um eixo que um ou outro grupo se julgue no direito de declarar o “ouro puro” da psicanálise (PORTELA, 1979, p. 1).

A segunda filial regional do CBP começou a ser pensada em 1968, quando Igor Caruso e Malomar Lund Edelweiss entram em contato com Katrin Kemper, que havia se desligado da SPRJ⁹⁴ após retorno à Alemanha de seu ex-marido Werner Kemper. Eles a

⁹³ Citação retirada do histórico do *website* do CPMG. Disponível em: <https://cpmg.org.br/circulo-psicanaltico-de-mg> [acesso em 13/05/2019].

⁹⁴ Segundo Lannes, no histórico do site do CPRJ, “o professor Kemper retornou para a Alemanha em 1967 e D. Catarina, embora didata, desinteressou-se da sociedade, que a desligou em 1968. Suas idéias originais, sua experiência, sua inquietação produtiva, sua criatividade e vitalidade, no entanto, tinham atraído e mantiveram em seu redor um grupo de estudiosos de psicanálise, de dentro e de fora da instituição que ajudara a fundar”

convidam para fundar no Rio uma unidade do CBP, o que aconteceu em 1969. Kattrin Kemper se tornou uma figura central em grupos psicanalíticos que contestavam e tentavam romper com a criticada ortodoxia ipeísta no Rio de Janeiro. Após juntar-se ao Círculo, outros psicanalistas também saem do SPRJ para segui-la.

Outros psicanalistas da SPRJ colocam que sua postura, enquanto analista, muito incômoda à ortodoxia kleiniana vigente nessa Sociedade, pois Kattrin não tem compromissos com modelos, é de uma grande versatilidade e não aceita o *setting* standartizado, o que se torna um escândalo para os kleinianos da época. Ao contrapor-se a esta tecnologia kleiniana, Kattrin rompe com o que há de mais sagrado para os adeptos da “verdadeira” psicanálise e traz más influências para a formação analítica tão cuidadosamente normatizada por esta ortodoxia e por seus dispositivos. Aproxima-se de seus pacientes, cerca-se de artistas (muito ligados à Bossa Nova) e intelectuais (COIMBRA, 1995, p. 84).

O Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ) que, desde 1972, oferece formação psicanalítica, tem grande crescimento durante essa década, tendo em 1978 um total de 55 membros. Porém, será somente a partir de 1979 que começa a circular o *Boletim Científico do CPRJ*, que passa a se chamar *Cadernos de Psicanálise* em 1981. Assim como o CPMG, o CPRJ irá se desligar do Circulo Brasileiro de Psicanálise (CPRJ) ainda na década de 1970, em busca de independência institucional e administrativa, porém solicita que continue filiada à *International Federation of Psychoanalytic Societies*⁹⁵, pois “a exemplo das Sociedades ‘oficiais’, as oposições e dissidências não são toleradas, sendo vistas como traições ao grupo que, por ter sido o fundador do estabelecimento, considera ter direito ao seu monopólio” (COIMBRA, 1995, p. 110).

2.3.2 Tempo Psicanalítico (1978)

Apesar da SBPRJ e a SPRJ continuarem “responsáveis pela quase totalidade da formação de psicanalistas em solo carioca até o final dos anos de 1960” (JACÓ-VILELA,

(Disponível em: <http://cprj.com.br/historia> [acesso em: 10/05/2018]). Assim como o silêncio sobre os motivos do retorno de Burke para Alemanha (VIANNA, 1994), Lannes parece criar uma versão mais romântica sobre o real motivo do desligamento de Kattrin, que teria sido acusada de charlatanismo, e então abandona a SPRJ e ajuda a fundar o CP da Guanaraba em 1969 seguida por sete pacientes. Além disso, Russo afirma que Kattrin teria sido considerada rebelde e libertária, ao se vincular com intelectuais e artistas que se opunham ao regime militar. Segundo Russo, Kattrin “rompeu com a neutralidade do *setting* psicanalítico tradicional, frequentemente usado menos como um método ortodoxo para tratar seus pacientes, e até recebia-os na sua casa como convidados. Ela se cercou de artistas e intelectuais, muitos deles eram seus pacientes, e estabeleceu a Clínica Social de Psicanálise em 1973, em parceria com Helio Pellegrino. Muitos profissionais que tinham interesse em se tornarem analistas licenciados, mas viam tanto a “ortodoxia” e a não-politização das duas sociedades “oficiais” com suspeita, preocupando o Círculo de Kattrin para o seu treinamento” (RUSSO, 2012b, p. 175).

⁹⁵ “Formada em 1966, pelas Sociedades psicanalíticas independentes - não vinculadas à IPA - como a Alemã, a Mexicana, a William Alonson White e o Grupo Austríaco de Igor Caruso” (COIMBRA, 1995, p. 108).

2011, p. 418), outro grupo psicanalítico que surgiu na cidade na década de 1960 foi a Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID). Iracy Doyle foi uma figura que contestou a ortodoxia e a rigidez do grupo de psiquiatras cariocas que detinham a tutela da formação psicanalítica brasileira desde os anos de 1940. Em 1946, vai aos Estados Unidos para fazer sua formação psicanalítica no *William Alanson White Institute*⁹⁶ (WAWPS) e ao voltar ao Brasil em 1949, funda o Instituto de Medicina Psicológica (IMP) em 1953, que se torna Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID) em 1984. João Paulo Gomes, psicanalista, supervisor, docente e editor do periódico desse grupo nos anos 80 destaca que:

É preciso que se reconheça que o Instituto de Medicina Psicológica, pela mão de sua fundadora a Dra. Iracy Doyle sempre se postou numa posição *vanguardista* dentro do campo da Psiquiatria, da Psicoterapia e da Psicanálise. Enquanto outras instituições até os dias [sic] de hoje se vêem presas a formas tradicionais de ensino, mostrando até um certo receio a “contaminação” de outras disciplinas, o IMP desde sua criação trouxe novas luzes a seus membros (GOMES, 1982, pp. 57-58).

O IMP, que se pretendia diferente da “verdadeira psicanálise” (COIMBRA, 1995), foi inaugurado com a presença e prestígio de diferentes instituições estatais, como “representantes do Ministério da Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, do Catedrático de Psiquiatria da Universidade do Brasil e do Diretor de Serviço Nacional de Doenças Mentais” (GOMES, 1982, p. 44). A primeira turma de formação de psicanalistas foi composta por Claudino Neves, Ewald Mourão, Hélio Pellegrino⁹⁷, Horus Vital Brazil, com a participação de professores estrangeiros como Meyer Maskin e Eric Fromm do WAWPS⁹⁸.

Em 1956, Iracy morre prematuramente, sem ter formado sua primeira turma, o que provoca uma diáspora entre os candidatos. Na busca de concluir as suas formações, alguns viajam para os Estados Unidos, outros entram para as duas instituições ipeístas da cidade. Segundo Coimbra (1995), somente em 1960 com o retorno de Hórus Vital Brazil de sua formação na WAWPS o IMP é reestruturado. Em 1967, abre-se a formação para psicólogos,

⁹⁶ *The William Alanson White Institute* (WAWPS), instituição fundada em 1943 pelos teóricos Erich Fromm, Frieda Fromm-Reichmann, Harry Stack Sullivan e Clara Thompson, como “uma alternativa revolucionária a ortodoxa e convencional psicanálise freudiana nos Estados Unidos”. Via a necessidade de questionar o sectarismo paroquial e rigidez da psicanálise americana. Fonte: <http://www.wawhite.org/index.php?page=our-history> [acesso em 15/06/2018]

⁹⁷ Sobre a escolha de Pellegrino de migrar posteriormente para a SPRJ: “Na época, só havia duas possibilidades: a sociedade de Iracy Doyle e da Kathrin Kemper. Como a Iracy faleceu, havia somente a possibilidade de formação na sociedade da Dra. Kathrin. Com o tempo, fui me dando conta da estrutura autoritária e da impossibilidade de articulação dentro da SPRJ. [...] Com a saída da Dra. Kathrin, me senti enfraquecido dentro da Sociedade, o que veio se agravando com o tempo. Um fato que demonstra meu pouco envolvimento com a SPRJ ao longo desses anos é que eles nunca me mandaram nenhum cliente. Construí minha vida profissional com meus próprios méritos” (PELLEGRINO, 1980-1, p. 19).

⁹⁸ Informação retirada do Histórico da instituição disponível em: http://www.spid.com.br/c_spid_historia.asp [acesso em 20/10/2018].

na busca por se diferenciar da proposta ipeísta. Organizado nos moldes do WAWPS, o IMP começa a ganhar corpo, e em 1969, é alçado à categoria de Sociedade-Membro.

Esta época, já está começando a ser produzida a demanda de um “mercado psicológico” e, justamente, para marcar uma posição diferente das “oficiais” no Rio de Janeiro, o IMP não pode desprezar esta parcela cada vez mais numerosa de profissionais “psi”. Entretanto, desde a sua reestruturação, o IMP exige do candidato à formação curso de especialização ou pós-graduação em Clínica, o que limita a entrada de muitos interessados e demonstra um profundo academicismo e elitismo. Pretendendo fortalecer as diferenças com as Sociedades da IPA, o IMP, em 1969, filia-se a *International Federation of Psychoanalytic Societies* (IFPS) (COIMBRA, 1995, p. 108).

De acordo com o obituário de Horus Vital Brasil, este sempre quis que sociedade fosse baseada numa democracia afastando-se de brigas improdutivas pelo poder. No processo de reestruturação da sociedade, Brasil participou dos debates recusando a idéia de escola e defendendo um caminho em que os membros fossem capazes de sustentar o diálogo, elemento essencial para uma instituição que se pretende ser pluralista. Assim, a SPID promulgava uma formação analítica que contemplasse a diversidade teórica, respeitando um espaço que deveria ser “democrático, crítico e livre de autoritarismo”⁹⁹.

Seguindo essa proposta, em 1978 foi inaugurado o periódico da sociedade, chamado *Tempo Psicanalítico*, que nasceu com o objetivo de ser uma referência na área da Psicanálise, seguindo as diretrizes da CAPES a fim de ter uma boa avaliação científica. Na primeira edição da revista, o texto de Malvine Zalcberg “Do hospital à instituição familiar da família a instituição hospitalar” (1978) demonstra tanto a perspectiva da Psicanálise fora do âmbito privado quanto a pluralidade teórica, trazendo nas referências o sociólogo francês que veio ao Brasil na década de 1930, Roger Bastide, além de Michel Foucault e aos psiquiatras brasileiros Joel Birman e Jurandir Freire Costa. A adolescência também aparece como temática abordada pelos psicanalistas dessa sociedade. Em 1979, João Paulo dos Santos Gomes publica “A sessão psicanalítica com adolescente” e, em 1983, “Adolescência prolongada, autoritarismo e política”.

As publicações trazem as mais diversas vertentes teóricas. Desde Erich Fromm, Wilhelm Reich, Joseph Sandler, Erik Erikson, os teóricos da relação de objetos (Donald Winnicott, Wilfred Bion, William Fairbairn, Margareth Mahler), até os franceses, Jacques Lacan, Jean Laplanche, Leon Grinberg e Paula Aulagnier. Mas também teóricos das ciências sociais como Paul Ricouer, Michel Foucault, Gilles Deleuze e um diálogo importante com

⁹⁹ Informação retirada do Histórico da instituição disponível em: http://www.spid.com.br/c_spid_historia.asp [acesso em 20/10/2018].

analistas brasileiros de diferentes instituições, como Leão Cabernite, Mário Almeida Prado, Wilson de Lyra Chebabi, Hélio Pellegrino, Igor Caruso, Danilo Perestrello, demonstrando que a sociedade mostrava-se aberta para o diálogo com a produção de psicanalistas de outros grupos psicanalíticos. Não era algo comum para os autores do movimento ipeísta utilizarem referências de outros psicanalistas das sociedades “oficiais”¹⁰⁰, tampouco de outros grupos psicanalíticos que não os ipeístas. Uma hipótese interessante, a qual não nos propomos aqui a responder, seria a de que essa pluralidade teórica possa ter levado a uma produção psicanalítica original, inovadora ou que fizesse uma reflexão mais detida da realidade social.

2.3.3 *Cadernos de Psicanálise (SPCRJ – 1982) e Rádice (1976)*

Como a SBPSP aceitava psicólogos como membros, uma concorrência mais significativa na formação de analistas começou a surgir em São Paulo somente em meados da década de 1970, com os cursos ofertados pelo *Sedes Sapientiae*¹⁰¹ (COIMBRA, 1995, p. 154). Em compensação, no Rio de Janeiro, as sociedades ipeístas não ofertavam formação para leigos, o que fez com que a disputa pelo mercado da formação analítica fosse mais plural e antagônica¹⁰². Assim, frente à expansão dos cursos de Psicologia na década de 70 e da restrição no acesso de psicólogos à formação psicanalítica na cidade, vê-se a expansão de um movimento que Figueiredo (2012) chamou de “psicologia psicanalítica”, além de novas formas de associações entre psicólogos e psicanalistas do próprio movimento ipeísta.

Assim, com uma proposta de oferecer formação psicanalítica “não-oficial”, mas nos moldes ipeístas para psicólogos no Rio de Janeiro, em 1971 foi fundada a Sociedade de

¹⁰⁰ No seu estudo, entre outras conclusões, Massi (2011) percebeu que os autores referenciados pelos psicanalistas são, em média, 90% estrangeiros e autores externos, entre os mais citados estariam Freud, Bion, Klein, Segal, mostrando uma forte predominância da Escola Inglesa na linha teórica e de ensino da sociedade. Apenas 10% das referências feitas entre os mais citados dos autores ativos (que também escreviam na Revista), e representavam, encontravam-se os nomes de Durval Marcondes, Virginia Leone Bicudo e Luiz Almeida Prado Galvão.

¹⁰¹ Coimbra (1995) destaca como a SBPSP tentou controlar e resistir à evolução do *Sedes*, que teria propiciado a quebra do monopólio psicanalítico em São Paulo. Roberto Azevedo coordenou o primeiro curso “paralelo” de formação com mais oito psicanalistas da SBPSP, que acabam pressionados a se afastarem da formação, no pressuposto de que “aos membros das Sociedades ‘oficiais’ é vetado dar formação analítica fora de seus estabelecimentos de origem. Nisso dos oito professores somente dois permanecem no curso do *Sedes*: Roberto Azevedo e Fábio Herrmann. Os demais rapidamente passam a didatas e têm uma rápida ascensão na Sociedade”. (COIMBRA, 1995, p. 156).

¹⁰² Segundo Jacó-Vilela (2011, p. 416), “beneficiando-se do crescimento da demanda de tratamento e formação, e sendo a única instituição autorizada a formar analistas na capital paulista, a SBP tornou-se rapidamente um espaço disputado pelos candidatos a analista, médicos e não médicos, sendo esta uma particularidade em relação às outras sociedades ipeístas no país”. Já no Rio de Janeiro, nas suas origens a SPRJ até admitia um pequeno número de candidatos não-médicos, porém, somente os membros antigos (geralmente os médicos) “estavam autorizados a se candidatar à presidência até a década de 1980” (JACÓ-VILELA, 2011, p. 443).

Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro – SPCRJ por um grupo de nove psicólogos ligados a Fábio Leite Lobo, psicanalista e diretor do Instituto de Ensino da SPRJ em 1970.

Originalmente, era uma associação de psicólogos clínicos que desejava sistematizar uma formação em Psicanálise, seguindo, à época, a orientação da escola inglesa e dos psicanalistas argentinos, que mantinham um trabalho constante de ensino e supervisão no Rio de Janeiro. Todos eram ou haviam sido pacientes de analistas das sociedades filiadas à International Psychoanalytical Association (IPA) e já possuíam um percurso como psicólogos clínicos, embora não tivessem uma formação sistematizada e a consequente autorização oficial para o exercício da Psicanálise (JACÓ-VILELA, 2011, p. 417)

Ao serem proibidos pela IPA de se intitular como “sociedade de psicanálise”, adotaram inicialmente o nome de Sociedade de Psicologia Clínica do Rio de Janeiro. Mesmo com a proibição da IPA, o programa de formação seguiria o modelo tripartite: análise individual, supervisão, seminários teóricos, técnicos e clínicos centrados no estudo profundo da obra freudiana, durante cinco anos, em encontros semanais. Ou seja, não estava em discussão a modalidade de formação do analista. Entretanto, conforme aponta Jacó-Vilela (2011) “duas modificações se faziam necessárias: abolir a análise didática [...] e, curiosamente, vetar a entrada de médicos em seus quadros, numa atitude reativa à restrição feita aos psicólogos nas sociedades da IPA no Rio de Janeiro” (JACÓ-VILELA, 2011, p. 427).

Uma expoente nesse grupo foi Gilda Sobral Pinto. Em entrevista recente, a psicanalista comenta sobre a disputa entre psicólogos e psicanalistas da IPA. Contou que, quando houve a possibilidade de psicólogos acessarem a formação nas sociedades ipeístas do RJ, o psicanalista com quem havia se analisado a chamou para juntar-se a ele. Ela recusou o convite, dizendo que decidiu ficar “porque aqui, na SPC, eu tenho voz, o que não seria possível nas Sociedades filiadas à IPA na década de 70. Aqui se questiona, se briga, se discute [...] e é por isto que aqui estou até hoje” (AZEVEDO, 2016, p. 30).

Também seguindo uma proposta de pluralidade teórica, a Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro (SPCRJ) publica seu periódico oficial em 1982, também denominado *Cadernos de Psicanálise*, a semelhança do nome dado ao periódico do CPRJ. No primeiro ano, a revista tem sua primeira edição já bem estruturada, com resumos e textos com referências teóricas diversas, como é o caso do trabalho de Carmen Silva Thompson (1982) citando os ingleses Donald Winnicott, Wilfred Bion, Paula Heimann e também os franceses Jean Laplanche e Jean-Bertrand Pontalis, assim como brasileiros Mario Pacheco Almeida Prado, da SBPRJ, e Moises Tractenberg, da SPRJ. Também publicam na revista os

psicanalistas Fábio Herrmann, Joel Birman e de Helio Pellegrino, que, apesar de não serem membros dessa sociedade, eram psicanalistas que se posicionavam fora da ortodoxia ipeísta.

Além da SPCRJ, outros grupos¹⁰³ foram organizados e liderados por alguns psicanalistas vinculados a SPRJ (o que colaborou para a desestabilização da sociedade nos anos 80), junto a psicanalistas argentinos imigrados ao país. Esses psicanalistas, parte de uma segunda geração, de acordo com Coimbra (1995, p. 153) chegam a serem considerados pelos mais conservadores como “subversivos” e “terroristas”¹⁰⁴. São eles que também através da “disseminação de uma abordagem flexibilizada do *setting* analítico promovem e instrumentalizam uma revisão da ortodoxia dos analistas brasileiros” (FIGUEIREDO, 2012, p.89).

Dentre os argentinos estava Gregório Baremlitt, psiquiatra e psicanalista, uns dos líderes do grupo Plataforma, e quem trouxe o modelo argentino de projeto de formação de trabalhadores em saúde mental. Baremlitt, junto a Chaim Samuel Katz e Luiz Fernando de Melo Campos fundam o Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupo e Instituições (IBRAPSI)¹⁰⁵, considerado como radical por trazer para o Brasil a capacitação de trabalhadores de saúde mental num viés marxista, buscando uma prática psicanalítica implicada e transversalizada (COIMBRA, 1995). O projeto é lançado publicamente em 1978, no I Congresso Internacional de Psicanálise, Grupo e Instituições que aconteceu no Copacabana Palace e contou com a

¹⁰³ Outros exemplos desses agrupamentos são: o CESAC (Centro de Estudos de Antropologia Clínica), fundado em 1972 por Inês Bsouchet, psicóloga e analista-didata da SPRJ e Wilson Chebabi (SPRJ). A APPIA (Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência), um agrupamento interdisciplinar que possibilitou a organização dos psicólogos em torno da psicanálise com subsídios para a ampliação de sua prática clínica. E a Clínica Social de Psicanálise, inaugurada em 1973, contava com a participação de 14 psicanalistas, liderados por Katrin Kemper e Hélio Pellegrino, foi uma instituição pioneira de atendimento gratuito que visava a integração entre psicanálise e sociedade e atendia principalmente uma população de classe média baixa, tendo desenvolvido um trabalho junto à comunidade da favela do Morro dos Cabritos (Oliveira, 2017).

¹⁰⁴ Segundo Russo, os argentinos que vieram para o Brasil trouxeram novidades nas técnicas que desafiavam a ortodoxia existente, como o número de sessões, discussões sobre a neutralidade, novas abordagens com crianças e adolescentes, mas também a preocupação com as dimensões sociopolíticas da profissão. Os psicanalistas mais conservadores viam a influência argentina como uma forma que comprometia a autenticidade do modelo psicanalítico. Coimbra faz uma diferenciação a respeito do efeito que a primeira e a segunda geração de psicanalistas vindos da argentina tiveram na psicanálise brasileira. De acordo com ela, a primeira geração de psicanalistas argentinos, considerada oficial, apesar de trazer uma série de contribuições um pouco mais flexíveis que a dos brasileiros ligados as sociedades ipeístas, defendia ainda a ideia de uma “verdadeira psicanálise” e a formação analítica nos moldes da IPA. Aqui seus interlocutores são os psicólogos – e sobretudo alguns psicanalistas da SPRJ e da SBPSP. Já “a segunda geração, que chega a partir de 1976, em sua maioria exilada, irá gradativamente romper com as instituições oficiais, demonstrando uma expressiva vinculação político-social em suas práticas, além de introduzir novas estratégias e táticas de ação” (COIMBRA, 1995, p. 145).

¹⁰⁵ O período de apogeu da IBRAPSI foi de 1978 a 1982, tendo 180 alunos inscritos e 75 terapeutas na sua Clínica Social. Após o primeiro congresso, Chaim Katz, se retira por discordâncias. Coimbra afirma que Katz foi uma das únicas vozes críticas da época no Rio de Janeiro e cita seu livro *Psicanálise e Instituição* de 1977, que questiona e denuncia a utilização de práticas psicanalíticas e o poder das sociedades que se julgam detentoras da formação analítica.

presença de teóricos como Félix Guattari, Erving Goffman, Robert Castel, Franco Basaglia, e de psicanalistas como Célio Garcia e Betty Milan.

Basaglia, Guattari, Castel, Szasz e muitos outros, atiraram em tudo que se mexia e que se chamava psicanálise, principalmente as “sociedades psicanalíticas”, acusadas de prática elitista, controladora e reacionária. Analistas foram constantemente comparados a curandeiros, agentes do poder e administradores governamentais da loucura. Tudo num clima de festa e excitação, onde sobravam palmas para todos (RALPH, 1978c, p. 33).

Frente ao intenso ataque ao que representava a psicanálise ortodoxa e hegemônica, Coimbra destacou a resistência encontrada das frentes mais conservadoras:

Aqueles que mais atacam e criticam a formação dada no IBRAPSI e suas realizações são os psicanalistas “oficiais”, sobretudo os da SPRJ. Além de violentos ataques feitos por meio da grande imprensa, registram-se inclusive ameaças de morte, particularmente a Gregório Baremlit, que, em 1981, ao publicar um artigo contra a visita do então ditador Videla, é obrigado a se mudar cinco vezes de residência. Desde 1978, ano de organização do I Congresso, Chaim S. Katz é seguido acintosamente pela Política Federal (COIMBRA, 1995, p. 167).

Uma revista que deu importante destaque para as diferentes iniciativas de união entre psicanalistas e psicólogos no contexto de cuidado à saúde mental da população, incluindo a formação da IBRAPSI, foi a *Rádice – Revista de Psicologia*. Lançada em 1976 foi “uma revista de contestação em um momento em que contestar era se posicionar nos declives do perigo” (LIMA, 2015, s/p). Por isso, transformou-se em uma produção bastante relevante para o tempo, abordando questões polêmicas e de cunho denunciativo sobre o campo da saúde mental e da política em plena ditadura militar¹⁰⁶. Rompendo com o modelo científico mais conservador da maioria dos periódicos psi da época, ela representou o pensamento vanguardista dos psicólogos cariocas (SANTOS & JACÓ-VILELA, 2005) e de alguns “psicanalistas mais críticos e abertos a outras abordagens terapêuticas”, como Eduardo Mascarenhas, Hélio Pellegrino e Chaim Samuel Kaz (LIMA, 2015, s/p).

O idealizador desse projeto foi Carlos Ralph Lemos Viana, “psicólogo, um dos pioneiros na implantação e difusão do pensamento de Wilhelm Reich no Brasil” (LIMA,

¹⁰⁶ A *Rádice* trouxe denúncias das torturas e violência do regime militar no Brasil e em outros países da América Latina, tendo dedicado uma edição inteira para esse assunto no ano de 1978 (SANTOS & JACÓ-VILELA, 2005). Ralph conta que, após a publicação dessa edição, “vários colaboradores da revista (estudantes que tinham se integrado à redação) saíram por temores diversos e pelas ameaças veladas que recebemos” (LIMA, 2015, s/p). Porém, que essa repressão reafirmou “postura combativa” do grupo, e que preparou na próxima edição uma matéria denunciativa sobre os manicômios nacionais, especialmente o Juqueri (SP). Nos seus seis anos de existência, a revista publicou matérias de denúncias aos maus tratos e violências que ocorriam dentro dos hospitais psiquiátricos brasileiros, dentro de uma forte abordagem da anti-psiquiatria. Tendo um enfoque crítico e comunitário, a *Rádice* buscou dar voz aos pacientes, com publicação de cartas, desenhos, poesias e trabalhos por eles elaborados em contexto de institucionalização.

2015, s/p). Segundo Santos (2008), Ralph foi um ex-militante da Ação Popular (AP), torturado pelos órgãos de repressão, que buscou construir um veículo de comunicação que pudesse se expressar. Além disso, afirma que a revista “foi de grande importância (intelectual e afetiva) para a geração que, durante o período da ditadura militar brasileira, graduava-se em psicologia” (SANTOS, 2008, p. 7).

Deste solo brotava um “jornalismo da Psicologia”, na esteira da imprensa alternativa, em que eram denunciados maus tratos nas instituições psiquiátricas, desaparecimentos políticos, hipocrisias de toda ordem. Com isso eram trazidos à tona Reich, Guatarri, Barenblitt, Basaglia e tantos outros de uma literatura frequentada cada vez mais pela *juventude psi engajada* (LIMA, 2015, s/p, grifo meu)

Dentre as críticas endereçadas na revista, estavam as práticas e pesquisas assépticas, com a realização de testes importados, sem reflexão adequada sobre as condições sócio-econômicas da população brasileira, além do afastamento das questões políticas e sociais em função do pressuposto da neutralidade e cientificidade da área psi (SANTOS & JACÓ-VILELA, 2005). Assim, a *Rádice* denunciou a psicologização e normatização dos comportamentos, de uma “‘psicologia (psicanálise incluída) bem comportada’ que não se posicionava com relação às graves questões que o país vivia sob o regime militar” (LIMA, 2015, s/p).

Ao incluir a psicanálise nesse tipo de discurso psicologizante, a *Rádice* promoveu um diálogo ativo com psicanalistas que se punham criticamente frente a questão, mas especialmente aos que nomeavam como modelo “feudal” a psicanálise oficial. Por exemplo, sua edição de 1978, cobriu a discussão do projeto de lei de Nelson Carneiro para regulamentação da profissão do psicanalista clínico, convidando Eduardo Mascarenhas e Chaim Katz para discutirem o assunto. Chaim Katz, junto a outros expoentes dentro desse movimento, protagoniza a edição de 1981 da revista, ano ápice da crise das instituições cariocas, com o tema “Guerra das estrelas da psicanálise” e com textos problematizando os chamados “*freudos* do saber” do modelo hegemônico da Psicanálise das sociedades oficiais¹⁰⁷.

2.3.4 Revirão (1984)

No Rio de Janeiro, Dunker destacou o pionerismo de Hórus Vital Brasil, junto a Magno Machado Dias, conhecido como M.D. Magno, para a disseminação das ideias lacanianas no Rio de Janeiro a partir da década de 1970. Como uma resposta ao que Dunker

¹⁰⁷ Ver as capas em anexo ao final deste trabalho.

chamou de condomínios psiquiátricos, mas também psicanalíticos, os representantes da corrente francesa no Brasil visavam uma renovação da racionalidade diagnóstica e de tratamento psicanalítico, assim como das práticas de formação e institucionalização da Psicanálise, por meio de noções como o desejo do analista e a ética da Psicanálise (DUNKER, 2015, p. 115).

Em geral, eram jovens intelectuais que retornavam de estadas na França, seja por exílio subjetivo, seja por viagem cultural ou acadêmica. Entre os fundadores estão: Luís Carlos Nogueira, Durval Checchinato, Jacques Laberge, Ivan Correa, Betty Milan, Magno Machado Dias, Luís Olyntho Telles da Silva e Paulo César d'Ávila Brandão. Pode-se dizer que o lacanismo emergiu respondendo, de um lado, à demanda de formação provocada pelo crescimento extraordinário dos cursos de psicologia no país (cuja profissão foi regulamentada entre 1962 e 1964), e, de outro, acompanhando a trajetória de implantação da doutrina na América Latina (OLIVEIRA, 2017, p. 81).

M.D. Magno e Betty Milan fundaram o Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, em 1975, que começa a oferecer formação psicanalítica em 1979. Além do Colégio Freudiano, outros grupos lacanianos se estabelecem no mesmo período, como o Instituto Freudiano de Psicanálise (IFP) em 1979 e a Letra Freudiana¹⁰⁸. Já em São Paulo, desde o início da década de 70, Regina Chnaiderman¹⁰⁹ inicia grupos de estudos sobre Lacan junto a Marilena Chauí, que era filiada inicialmente a SBPSP. Em 1976, Roberto Azevedo e Regina criam o primeiro curso de Psicoterapia Psicanalítica no Sedes Sapientiae com orientação lacaniana e, em 1982, Jorge Forbes cria a Biblioteca Freudiana Brasileira (BFB). Vale citar também que em 1975, inicialmente com um caráter nacional, foi criado o Centro de Estudos Freudianos (CEF).

Buscamos, nessa pesquisa, localizar as revistas psicanalíticas lacanianas em circulação até 1985. A respeito do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, existem registros de periódicos que recebiam produções desse grupo, como o *LUGAR em Comunicação* e *LUGARejus*¹¹⁰ e uma coleção dirigida também por Magno chamada *Semeion*. Contudo, não localizamos nenhum arquivo público com estas publicações. Em 1985, foi inaugurada a

¹⁰⁸ Diferentemente do IFP e o do Círculo, a Letra não se mantém distante de outros estabelecimentos não-lacanianos no Rio de Janeiro, tendo vinculações com a SPID, a SBPRJ e o Círculo Psicanalítico. Contudo, segundo Coimbra, acaba por encerrar-se e isola-se num espaço eminentemente psi (COIMBRA, 1995, p. 177).

¹⁰⁹ Formada em Psicologia pela USP, tentou entrar duas vezes na SBPSP e não foi aceita, sem explicações. Declaradamente de esquerda e vinculada ao Partido Comunista nos anos 40 e 50, “Regina sempre teve um pensamento muito próprio, tentando juntar Freud com a Filosofia e não isolando a leitura do inconsciente do contexto histórico e social” (COIMBRA, 1995, p. 90). Marcada por seu estilo próprio que percorreu todas as linhagens teóricas da Psicanálise, nos anos 60 muitos dos seus pacientes são “pessoas não gratas ao regime militar, perseguidos, exilados, ex-presos políticos”. Em 1968, ela seu marido e seus filhos (na época militantes secundaristas) participam das passeatas estudantis. Seu filho entra na clandestinidade e luta armada e seu marido é preso após o AI-5 (ibid., p. 91).

¹¹⁰ Fonte: <http://www.novamente.org.br/historico-colegio/> [acesso em: 10/09/2018].

revista oficial desse grupo, a *Revirão*, da qual analisamos três números publicados durante o mesmo ano.

O Editorial da primeira edição (elaborada em 1984, mas publicada oficialmente em 1985) afirma que alguns discursos psicanalíticos reduziam a psicanálise a “mera técnica terapêutica para funcionar ao bel-prazer das *exigências culturais de adaptação*” e que Lacan teria sido responsável por renovar a experiência psicanalítica, “valendo-se de outros saberes a ele contemporâneos” (Editorial, 1985, s/p, grifo meu). Destaca-se também a posição do Círculo, que “inclui não apenas a prática analítica enquanto tal, como também a incidência e a interferência do discurso psicanalítico nos mais diversos rumos do saber” (Editorial, 1985, s/p). Alguns apontamentos sobre a questão da formação analítica nos moldes lacanianos serão feitos no último capítulo desse trabalho.

A segunda edição da *Revirão* traz a primeira parte de um texto emblemático de MD Magno sobre o que seria a “prática freudiana” intitulado “Grande ser tão veredas – I”. Além deste texto, a mesma edição traz uma entrevista com Ferreira Gullar sobre o Brasil, abrindo os debates em torno do assunto da brasilidade e da Psicanálise, que será tema do II Congresso Brasileiro da Causa Freudiana do Brasil. Com o tema A Psicanálise do Brasil, o congresso foi realizado no Copacabana Palace e retomou a discussão da identidade brasileira e do colonialismo, tão cara aos modernistas na década de 1920. Neste contexto, destacou-se a questão da brasilidade da Psicanálise através de conceitos como a heterofagia da cultura brasileira. O congresso de 1985 se tornou icônico ao ilustrar um cacho de banana no seu pôster de divulgação, com Joãozinho Trinta e uma escola de samba apresentando-se no local.

Nas três edições, os autores com mais publicações são Lacan, M.D. Magno, Marco Antonio Coutinho Jorge, Betty Milan, Potiguara Mendes da Silveira Junior. São publicações variadas que incluíam discussões sobre a instituição, a transmissão da Psicanálise, assim como o papel desta para a análise da identidade brasileira. É importante notar que não identificamos produções com a temática específica da adolescência ou da juventude no Brasil nas edições analisadas da revista *Revirão*.

2.4 A crise da “verdadeira psicanálise”

A emergência de diferentes instituições psicanalíticas independentes à IPA e a união de psicanalistas em associações de cunho interdisciplinar desembocaram no momento mais crítico para as sociedades ipeístas no início da década de 1980, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Iremos destacar aqui alguns dos efeitos da crise retratados nas revistas e

periódicos das sociedades, como o questionamento da qualidade e originalidade da produção de conhecimento ipeísta, as revisões e transformações na forma com a qual a Psicanálise se posicionou perante a realidade social brasileira, a intensificação das críticas dirigidas ao modelo de formação analítica hegemônico e as propostas revisionistas das sociedades.

2.4.1 A crise da produção de conhecimento científico nas revistas ipeístas

Como destacamos anteriormente a partir dos pressupostos de Gomes (2018), em meio aos piores anos da ditadura civil-militar, a RBP buscou apresentar a Psicanálise como uma ciência neutra e isenta de posições políticas e ideológicas. Porém, a qualidade e a originalidade da produção de conhecimento psicanalítico começaram a ser criticados pelos membros dessas sociedades ainda na década de 1970, tendo seu ápice no início da década de 1980, quando uma crise maior atinge as sociedades ipeístas. Vemos, em 1984, o Editorial da RBP estampar o título *A crise*, que além de financeira, referia-se as colaborações científicas. Segundo Ana Maria de Azevedo, tal crise nas publicações de trabalhos científicos estaria ocorrendo em função de restrições, temores, objeções particulares, ou até mesmo desinteresse dos membros (AZEVEDO, p. 6, 1984).

Porém, em 1970, o presidente da SBPSP, Laertes Moura Ferrão, já alertava os novos membros, em palestra de abertura do curso do Instituto, para os fatores que poderiam levar a um estancamento das ideais psicanalíticas. Em sua comunicação, o psicanalista cita Freud, Klein e Bion como “investigadores de *talento*, que tiveram o *atrevimento* de pensar e a *coragem* de comunicar ideias novas. São exemplos de pessoas que têm [...] *capacidade para tolerar a ansiedade* que produz o conhecer” (FERRÃO, 1970, p. 306, grifos meus). Com isso, Ferrão introduz uma ideia disseminada durante a década de 1970 entre os psicanalistas, a de que a capacidade de produzir ideias novas (e o fracasso em criar algo original) estaria ligada a uma capacidade pessoal e psicológica de tolerar os sentimentos de solidão, perseguição, angústia e depressão envolvidos nesse processo.

O psicanalista explica que as ideias novas têm o potencial de promover mudanças e causar um efeito revolucionário e, por isso, podem sofrer rechaços e iniciar uma luta entre conservadores de um lado e os inovadores de outro lado. Pensando nisso, introduz a ideia de *establishment* para referir-se “as autoridades que desempenham a função executiva e controlam o cumprimento das normas dentro das sociedades científicas, religiosa ou do Estado” (FERRÃO, 1970, p. 307). Ao destacar que o *establishment* poderia falhar e acabar por retirar a vida do pensamento intelectual, pergunta-se se as sociedades psicanalíticas

estariam fornecendo um “*establishment* adequado”, capaz de conter e desenvolver as ideias novas que levaria ao aperfeiçoamento da técnica psicanalítica. Curiosamente, anos mais tarde, o grupo mais conservador da SBPSP será alvo de críticas e disputas dentro da sociedade e ficará conhecido pelo seu grupo opositor como o “*establishment* bioniano”.

Ferrão destaca os “fatores emocionais” envolvidos no conflito entre as atitudes mais conservadoras e mais inovadoras na sociedade que “podem ser racionalizados em torno de divergências científicas e metodológicas” (FERRÃO, 1970, p. 309). Esses embates seriam baseados em conflitos de gerações em que alguns “se sentem impulsionados a perpetuar a rebeldia infantil e *buscar figuras paternas contra as quais se rebelam*, como também há ‘pais’ que não toleram o crescimento e o valor de ‘filhos’ capazes e talentosos que ameaçam sua posição e prestígio” (FERRÃO, 1970, p. 308, grifo meu).

Seguindo a linha proposta por Ferrão, em 1973, psicanalistas da SBPSP passaram a pensar a questão da produção científica como a manifestação de um conflito de gerações latente, tema do congresso de psicanálise daquele ano. Ao refletir sobre a Psicanálise enquanto disciplina científica e os entraves para o seu progresso, no sentido de uma produção teórica nacional que fosse original, Ottalagano et al (1973, p. 322), denunciam que a “grande maioria dos trabalhos apresentados em congressos ou reuniões científicas é de natureza compilatória, deixando entrever *a angústia que causa ser portador de ideias novas*”.

A *angústia persecutória* pode tornar-se tão intensa que bloqueia toda a capacidade criativa. Protela-se a apresentação de trabalhos, a capacidade de elaborá-los torna-se lenta, desvaloriza-se as próprias ideias e acaba-se canalizando-as num dos modelos teóricos já conhecidos, corroborando falsamente o conhecido, recorrendo-se a bibliografia, especialmente dos grandes mestres, *como crianças tomadas por fantasias de castração e de idealização* (OTTALAGANO et al, 1973, p. 332, grifos meus).

Semelhante ao discurso de Ferrão, os psicanalistas afirmam que na história dos desenvolvimentos psicanalíticos houve homens que “tiveram *coragem* de desvendar sua verdade, mesmo correndo o risco de serem imolados” (OTTALAGANO et al, 1973, p. 322, grifo meu). Citam os desenvolvimentos de Melanie Klein como exemplo de ideias novas que resultaram em importantes alterações técnicas. Porém, diferentes desses homens de coragem, a capacidade de criar do “*homem comum*, como a maioria dos que se encontram neste congresso [...] morre na fonte” ou se revela à custa de muita angústia persecutória (OTTALAGANO et al, 1973, p. 322, grifo meu). Gomes (2018, p. 123) destacou como os analistas didatas, figuras mais antigas e com maior poder dentro da sociedade, detinham a

hegemonia da produção na revista¹¹¹. Neste sentido, poderíamos supor que os psicanalistas se referiam à angústia inerente ao processo de criação ao se estar inserido em uma sociedade que inibia a livre expressão das ideias ou que não propiciava um espaço de fala aberta sobre questões sociais e políticas¹¹² ou, ainda, à possibilidade da produção de ideias novas causar uma ruptura institucional, de fato, para além de questões metodológicas e até mesmo levar ao questionamento do projeto de cientificidade das sociedades. Reflexão, contudo, que não ocorre nesse momento.

Ao colocar o conflito como um processo inerente a mente humana, é pensada a dificuldade com o “novo” em termos de um conflito de gerações. De acordo com eles: “verificamos a repelência e o denegrimiento de ideias novas como um emergente do conflito de gerações, onde a mudança de ‘status’ e papéis fica catastroficamente ameaça” (OTTALAGANO et al, 1973, p. 325). Assim, questões de relações de poder dentro da sociedade ficavam intocadas enquanto os mal-estares institucionais eram abordados em termos de uma perspectiva psicológica, como, por exemplo, a psicodinâmica da inveja, capaz de atacar a “capacidade criadora ao nível do progresso da instituição” (OTTALAGANO et al, 1973, p. 331). É o que vemos também na ideia da fantasia de ser expulso do “Éden” por ser possuidor de pensamento livre, que poderia ser concebida não com uma ameaça fantasiosa, e sim real de expulsão da instituição:

A fantasia de ser expulso do Éden acompanha a adesão estrita às teorias ou hábitos vigentes. Em nossas instituições sobrevivem resquícios de tais fantasias, levando a uma adesão estrita no assumir os grandes mestres ou teóricos do pensamento psicanalítico. O temor de assumir plena e livremente a própria identidade de pensamento e de ser revelada na observação de que analisando de um analista ou de uma sociedade acabam por introjetar e se identificar em maior ou menor grau com sua ideologia, da qual o analista não consegue despojar-se totalmente em sua postura asséptica. Este fato é em parte explicável pelo longo convívio, mas decorre também inúmeras vezes do temor de *aceitar plenamente a própria identidade diante do perigo de ser expulso do paraíso* (OTTALAGANO et al, 1973, p. 326, grifo meu).

Como iremos explorar nos próximos capítulos, a noção de conflito de gerações será utilizada para pensar questões relativas ao comportamento tido como subversivo do jovem dentro do consultório e da sociedade, mas também no cerne da própria instituição psicanalítica, inserido no romance familiar da formação analítica. Esse último incluía a

¹¹¹ É o que destacou Mandelbaum et al (2018) ao sinalizar a estrutura de hierarquia e poder imbuída na produção de conhecimento: “ao invés de examinar a qualidade do pensamento ou da prática psicanalítica, o critério para publicação ‘era se alguém era importante ou não’” (ibid., p. 117).

¹¹² Sobre o conservadorismo nas sociedades oficiais, ver: Frosh, S., & Mandelbaum, B. P. H. (2017). “Like Kings in Their Kingdoms”: conservatism in brazilian psychoanalysis during the dictatorship. *Political Psychology*, 38(4), 591-604.

questão da formação da identidade e da maturidade do candidato e futuro analista, que deveria elaborar a sua rebeldia e suas fantasias persecutórias em relação à instituição e seu analista. Assim como o analista didata, que deveria manter-se em análise, realizando uma “profilaxia das discórdias” (GALVÃO, 1967).

Quase uma década depois, Luiz Py Mello e Silva (1982) escreve sobre “Ordem e Progresso” na instituição psicanalítica. O psicanalista da SBPSP retoma a ideia do conflito de gerações e sua relação com as disputas inerentes à vida científica na instituição psicanalítica. Segundo ele, uma organização com o objetivo de promover progresso e evolução “passa aos poucos, imperceptivelmente, a servir a si mesma assumindo uma finalidade de autopreservação egoística” (SILVA, 1982, p. 19). Diante disso, começam a surgir manifestações de descontentamento e sugestões de mudanças que dão lugar a uma tensão entre os que querem manter a instituição do jeito que está, pois usufruem dos direitos adquiridos, e os reformadores.

Para ilustrar essa tensão entre conservadores e reformadores que se dá a nível psicológico e geracional, o psicanalista comenta sobre o movimento contracultural que se espalhou pelo mundo: “Em 1968, observou-se um movimento de âmbito mundial que expressou com clareza a realidade de que *a luta de classes é uma luta de gerações*. Foi um movimento no qual os jovens conclamavam a não se confiar em ninguém com mais de 30 anos”¹¹³ (SILVA, 1982, p. 21, grifo meu). Baseando-se em Bion, Silva destaca o caráter intrapsíquico do conflito entre o conservador e o progressista, onde a resistência atuaria para manter as coisas como estão. E, por fim, destaca como esse caráter conservador do conflito intrapsíquico afeta a produção de conhecimento:

Se a cada momento do seu trabalho o analista não estiver se questionando da possibilidade de estar sendo reacionário, de estar torpedeando ou sabotando novas possibilidades de contato com o desconhecido, de estar usando o conhecimento como instrumento de bloqueio de novos conhecimentos e manifestação do *status quo*, que é ao mesmo tempo favorável e satisfatório; e ao mesmo tempo usando a situação analítica como instrumento de poder e auto-satisfação, se o psicanalista não estiver alerta a tudo isso, cairá inevitavelmente numa armadilha antipsicanalítica (SILVA, 1982, p. 22).

Apesar de não se furtar de uma concepção amplamente psicologizante para as disputas de poder dentro da sociedade, Silva demonstra um tom crítico a respeito da resistência dos analistas frente ao novo, o que refletia a necessidade do movimento

¹¹³ Marcos Valle, cantor e compositor, escreveu a música *Com Mais de 30* e obteve bastante sucesso na década de 1970: “Não confie em ninguém com mais de trinta anos / Não confie em ninguém com mais de trinta cruzeiros / O professor tem mais de trinta conselhos / Mas ele tem mais de trinta.

psicanalítico ipeísta se adaptar, mas, ao mesmo tempo, manter a hegemonia psicanalítica. Diante dessa situação, os dirigentes das sociedades oficiais realizaram uma dupla tarefa: fortalecer as ideias de Klein e Bion, mas também abrir para artigos que tivessem outras abordagens e leituras. Assim, paralelamente ao debate em torno da produção de conhecimento psicanalítico, vemos o aumento na publicação de textos abordando questões sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira mais explicitamente.

Gomes (2018) afirma que “a revista começava a aceitar artigos com um tom mais crítico e com referências a autores além da psicanálise” (GOMES, 2018, p. 256), e um maior número de publicações elaboradas por gerações mais novas de psicanalistas vão ganhando espaço e trazendo uma pluralidade de ideias e referências teóricas. Neste contexto, “críticas até mesmo ao núcleo dirigente foram feitas e publicadas na própria revista [RBP]” (GOMES, 2018, p. 256). Neste duplo movimento, ao passo que aumentavam as contribuições dos “psicanalistas das novas gerações”, incluindo agora não-médicos e mulheres, também “certa prioridade fora dada aos textos dos analistas didatas e membros efetivos, as duas posições consideradas mais importantes na hierarquia da formação psicanalista” (GOMES, 2018, p. 123).

Direção de Fajga e seu Conselho Editorial permitiram a publicação, entre os 131 artigos/textos, de questões que outrora não seriam ali cogitadas como: socialismo, capitalismo, violência política, repressão dando-nos a impressão de uma gestão mais aberta e democrática. Os analistas didatas, por sua vez, deixavam claro seu grau de decisão e poder no movimento psicanalítico a partir de seus Pré-Congressos ao afirmar as suas atribuições frente às Sociedades e Institutos psicanalíticos (GOMES, 2018, p. 149).

Russo (2012b) comenta que, apesar de as sociedades afiliadas à IPA servirem como “repositórios da ortodoxia psicanalítica e do conservadorismo” (RUSSO, 2012b, p. 117), também havia analistas mais liberais e até politicamente ativos como membros nessas sociedades. A partir de então foi possível observar um campo de disputa e tensão mais agudo entre os analistas tidos como progressistas e os tradicionais (aqueles que guardavam uma visão mais conservadora da Psicanálise), enquanto saber e prática. Por exemplo, em um texto de 1978, Victor Manoel de Andrade, analista da SPRJ e presidente da SPRJ na gestão 1979-1981, defende a ideia da neutralidade na relação analista-paciente, distanciando-se de qualquer interferência externa. Curiosamente, demonstrando como seu trabalho enquanto psicanalista e o cenário político para fora do consultório não estavam assim tão desvinculados, em 1979, o psicanalista redige uma carta ao presidente Figueiredo, informando da eleição e da posse da nova diretoria da ABP, na qual assumiu como secretário na gestão de

Leão Cabernite. Na carta, o psicanalista escreve que espera “continuar a merecer o apoio e a atenção que sempre dispensou a A.B.P.” e coloca-se à disposição (em anexo)¹¹⁴.

A produção de Antonio Garrido Pereira (1984), também da quarta geração de analistas da SPRJ, fornece outro exemplo do discurso psicanalítico mais conservador, que questiona a expansão do movimento psicanalítico como efeito de um modismo:

A busca da Psicanálise como apanágio-modismo, pela classe média brasileira, era um devorador-descobridor que escondia muitas vezes uma busca maníaca para realidades sociais e culturais inteiramente deturpadas [...] Até a psicanálise está sujeita a “influências” e modismos. O nascimento de tantas outras organizações psicanalíticas, que redundam em confusão, com prejuízo para todos como já foi acrescentado, nos permite aventar a hipótese de perguntar se esta proliferação não nasce de uma situação de violência com certa convivência nossa (PEREIRA, 1984, p. 404).

Denunciando uma tentativa de politização do campo psicanalítico e um “pensamento a nível ideológico”, José de Matos (1985, p. 27), psicanalista da SPRJ, declarou que: “em nossos dias, os termos ‘ortodoxos’ e ‘clássico’ se contrapõem a ‘liberal’ e ‘avançado’ e são fartamente usados em ocasiões públicas onde o tema favorito é a Psicanálise”. Mesmo após uma década de discussão sobre a psicologização (e despolitização) dos assuntos sociais e políticos, o psicanalista retoma a ideia do conflito de gerações, que “antes mais evidente entre pais e filhos se faz presente entre nós” (MATOS, 1985, p. 27), e reafirma o caráter psicológico dos conflitos institucionais:

Tem-se falado muito num poder psicanalítico incansavelmente questionado quanto ao *setting*, quanto à neutralidade analítica, etc. Parece-nos que a pretensão ao poder no sentido de domínio ou restrição à liberdade em qualquer setor deixa a situação científica indo para a patologia. Se pensarmos no campo psicanalítico, parece-nos inadmissível um psicanalista fazer uso destes recursos em seu trabalho, *a não ser que esteja incapacitado de perceber seus conflitos*. Se pensarmos em termos de Instituição Psicanalítica, ela pode ser depositária de conflitos coletivos e pessoais não resolvidos levando a tensões e crises onde a luta pelo poder é a causa *aparente* (MATOS, 1985, p. 27, grifos meus).

Ao afirmar que não se referia à escolha política do psicanalista enquanto ser social, mas sim à tentativa de usar a Psicanálise politicamente, a posição de Matos representa uma visão dentro do movimento psicanalítico de que algumas questões seriam próprias do campo, ou ainda, do funcionamento mental dos psicanalistas, e não diriam respeito ao campo político, supondo uma cisão entre o indivíduo e o seu contexto social. Há, ainda, uma segunda prerrogativa em jogo, a qual supõe que demandas ao mundo social motivadas por certa

¹¹⁴ Trazemos esta informação sabendo que a relação entre a postura conservadora dentro da sociedade e um documento histórico que demonstra a simpatia dos dirigentes dessa mesma instituição pelo regime ditatorial é complexa e merece um maior estudo e reflexão.

dinâmicas inconscientes perderiam a sua legitimidade, justamente em função da sua origem. Exemplifica esse pensamento ao citar Marie Langer, no prólogo do seu livro *Questionamos*, como exemplo de analistas que “frustrados seus desejos narcísicos infantis” e “na impossibilidade de serem transformadas em amor objetal”, buscariam “mudanças no método psicanalítico” e “tentam transformar a Psicanálise em algo idealizado, oniponte, aparentando lutas pelo poder” (MATOS, 1985, p. 28).

As chamadas “psicoterapias psicanalíticas” que ganharam espaço na década de 1970 foram citadas por Matos como exemplo de mudanças no método psicanalítico motivadas por conflitos psíquicos e seriam um “dos *perigos* que rondam o futuro da Psicanálise enquanto método científico de investigação” (MATOS, 1985, p. 28, grifo meu).

[...] das estruturas narcísicas, psicóticas e da onipotência que se *não suficientemente analisadas* levam à formação de ‘sociedades psicanalíticas’ como extensão do *self* grandioso. Nesta situação podem se incluir a supervisão e análise didática, levando a um ataque à Psicanálise pelas próprias sociedades psicanalíticas pela sua transformação em *Psicoterapia* (MATOS, 1985, p. 28, grifos meus).

Dessa forma, questões relativas à expansão do movimento psicanalítico e aos tipos de aplicações da Psicanálise daquele momento se transformam em fenômenos clínicos, relativos a uma resistência analítica do indivíduo. Assim, de fato, deixando de misturar política com a Psicanálise, devolvem a problemática para onde mantém o seu controle: a análise didática, que trata de formar o futuro analista aos moldes dos seus interesses - “sem dúvida, a análise mais importante que se realiza no momento é a do candidato, pois dele depende do futuro da psicanálise” (MATOS, 1985, p. 29). Com uma denegação clara, o autor finaliza:

Longe de menosprezar o fator econômico como um dos atuantes nas crises por que passa a Psicanálise, pensamos ainda que *não* é essencialmente do mundo objetivo que provêm as grandes objeções à Psicanálise, mas do subjetivo individual e coletivo (MATOS, 1985, p. 29, grifos meus).

Apesar de relatarmos que o ímpeto de mudança e questionamento tenha surgido por meio dos analistas das gerações mais novas, é interessante notar que o exemplo tanto de Matos como de Victor Manoel deixam claro que as diferentes posições e de gerações não marcam, necessariamente, uma diferença de posição frente ao *status quo* e no entendimento da posição ética da Psicanálise. Tanto que, nesse momento, vemos também produções mais moderadas de algumas figuras centrais que ocupavam posições hierárquicas superiores nas

sociedades oficiais, revendo suas posições estritamente psicanalíticas e aderindo a uma dimensão mais politizada na interpretação dos problemas da instituição.

Uma personagem que, nas produções psicanalíticas analisadas, pareceu demonstrar uma posição política moderada, ou mais central, entre os progressistas e os conservadores foi a da pioneira da Psicanálise de São Paulo, Virgínia Leone Bicudo. Em 1982, a psicanalista problematiza tanto os “institutos de Psicanálise que se fecham na utopia de produzir ‘o psicanalista perfeito’” e que “acabarão em se constituir em ameaça de extermínio da Psicanálise por asfixia”, como também a ameaça da vulgarização da Psicanálise, que atendem a “anseios narcísicos” de inovar, que se afastariam dos princípios básicos da técnica psicanalítica” (BICUDO, 1982a, s/p). Frente à ampliação das práticas psicanalíticas do contexto da década de 1970, Bicudo comenta sobre a reação conservadora, fazendo uma metáfora com as famílias que se assustam frente a sexualidade de suas filhas:

Um interesse crescente pela Psicanálise vem-se pronunciando cada vez mais. Até então, a Psicanálise era repudiada pelos cientistas. Hoje ela passa a ser disputada; mas agora é o psicanalista que quer mantê-la confinada. E a disputa entre *psicanalistas* e *leigos* se afina pelo mesmo diapasão de um conflito infantil. “Somente os médicos podem usar a técnica psicanalítica para a pesquisa do inconsciente”, assim regulamentam os estatutos da maioria das sociedades de Psicanálise. Por outro lado, em extremidade oposta, outros gritam que para ter a formação em Psicanálise basta a frequência de três meses, em “escola superior” de Psicanálise, sem nenhum requisito de instrução básica. E projetos de regulamentação da profissão e dos cursos de Psicanálise são sucessivamente levados ao congresso Nacional, enquanto os psicanalistas ficam levantando trincheiras sem leis estatutárias. A Psicanálise, atualmente, é uma ciência “jovem” por muitos disputada, e superprotegida por *pais temerosos de que ela se torne promíscua* (BICUDO, 1980a, p. 174, grifos meus).

Por outro lado, os psicanalistas identificados como progressistas protagonizaram os movimentos de questionamento e a liderança de grupos de ensino e formação psicanalítica alternativos à IPA. Além da proposta da pluralidade teórica, também questionavam a cientificidade e a neutralidade amplamente divulgada nas produções do início da década anterior. Um desses psicanalistas foi Odilon de Mello Franco Filho¹¹⁵, da quarta geração de psicanalistas da SBPSP. No artigo “O Rei está Nu” (1980), o psicanalista colocou em pauta a noção de neutralidade em ciência e na Psicanálise, apontando-a como um mito que daria suporte ao cientificismo.

Em outro texto do mesmo ano, o psicanalista destaca como a leitura de certas teorias psicanalíticas revelava a filiação a determinados valores, pressupostos filosóficos e

¹¹⁵ Segundo Katz (1985 apud Gomes, p. 192), “os artigos de Franco Filho eram exceção, um dos únicos psicanalistas que se preocupava com questões concretas”. Filho interessou-se pela questão da formação analítica durante toda sua vida na SBPSP.

determinantes culturais em que viviam. O que, justamente, colocava em xeque a ideia de que os autores e suas teorias seriam neutros ou isentos de posições. Segundo o psicanalista, a falta de produções que questionavam a ética da psicanálise indicava que os autores consideravam-se tão neutros “que jamais correriam o risco de elaborar ideias com fundo axiológico” (FILHO, 1980, p. 465). Nesse sentido, cita alguns exemplos de teorizações em que os psicanalistas tratavam categorias psicanalíticas como um modelo idealizado e com pressupostos que portavam finalidades específicas¹¹⁶.

Essa visão não só conduz ao questionamento da pretendida neutralidade da Ciência, como ilumina a questão de que, mesmo como psicanalistas, estamos inseridos num espaço e tempo culturais e nesse contexto é que fazemos a conceituação dos dados de nossa experiência analítica. [...] Resta a questão de se saber como lidar com as teorias que fazem parte do nosso referencial e que apresentam essa “contaminação” axiológica. É evidente que não se pode rejeitá-las, pura e simplesmente. Correr-se-ia, com isso, o risco de jogar fora o bebê junto com a água da banheira (FILHO, 1980, pp. 474-475).

Ainda em 1980, Odilon Franco Filho publica junto com Virginia Leone Bicudo o texto “Dilemas na Produção Científica da Psicanálise no Brasil”. Trata-se de uma transcrição de uma conferência proferida para a 31ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) do ano anterior. Citam alguns dilemas que se apresentam atualmente para os psicanalistas, como a solicitação de decifração dos mais diversos enigmas da humanidade pela teoria psicanalítica, a adaptação do discurso psicanalítico aos moldes do cientificismo, as acusações de elitismo da prática analítica, os dilemas referentes à oficialização da profissão e discussões sobre a formação do analista. Para a *Alter*, no mesmo ano, o psicanalista publica uma versão adaptada desse mesmo texto. Com o título “Psicanálise e Pensamento autoritário” (1980), o psicanalista analisa alguns tipos de exigências que estariam transformando o discurso psicanalítico em um discurso próprio do pensamento autoritário. Entre essas exigências, estão alguns dos aspectos já destacados no texto com Bicudo, como a aliança com um modelo de ciência que se colocaria como dona da verdade absoluta e que expressa o autoritarismo do discurso científico e os métodos de formação de analistas.

Já o psicanalista Heitor Bandeira de Paola (1984) destaca a inadequação da aplicação de conceitos psicanalíticos clássicos para pensar a realidade brasileira na produção psicanalítica existente. E, ao abordar o problema da produção de trabalhos psicanalíticos

¹¹⁶ Neste sentido, Fuad e Campos (2015) apontam que o mesmo poderia ser pensando em relação à vertente crítica à normatização da Psicanálise. Por exemplo, em Vianna (1994), Allouch (1997) teria identificado enquadre etificado da Psicanálise de seu argumento sobre o caso Amílcar Lobo.

relacionando-os aos objetivos estabelecidos para a formação analítica, o psicanalista avança na visão meramente psicológica da crise, vinculando essa problemática também as questões do autoritarismo e formação analítica, tão caras à psicanálise oficial nesse período. Tal vinculação entre a falta de originalidade das produções psicanalíticas brasileiras e o autoritarismo e o poder dos analistas didatas nas sociedades oficiais acabou por ser denunciado com mais apelo inicialmente fora do âmbito das publicações ipeístas. É o que vemos na fala Hélio Pellegrino, psicanalista da SPRJ, para a revista *Rádice*:

Como num sistema de poder tão rígido haverá espaço para o surgimento de pesquisas que, naturalmente, envolverão questionamentos e conseqüentes posturas ideológicas? A pouca produtividade teórica dos psicanalistas brasileiros é fruto da relação ditatorial a que estão impostos no convívio com as sociedades a que estão vinculados. Naturalmente que tem de haver humildade para se questionar, porém, a estrutura de poder autoritária favorece a arrogância, bloqueando assim as iniciativas de pesquisa e desenvolvimento teórico (PELLEGRINO, 1981, p. 19)

Serão esses psicanalistas identificados como progressistas, mas vinculados às sociedades oficiais, como Hélio Pellegrino, Wilson Lyra Chebabi e Eduardo Mascarenhas que irão protagonizar o ápice da crise institucional nas sociedades do Rio de Janeiro.

2.4.2 O autoritarismo na formação analítica e o reformismo institucional

Conforme apontou Coimbra (1995), o regime militar começou a mostrar-se fragilizado com a intensificação dos movimentos sociais desde a segunda metade dos anos 70. Os psicanalistas também são atravessados por esses movimentos, deixando evidente que o autoritarismo vigente nas sociedades tidas como oficiais não tinha mais espaço frente às mudanças trazidas pelo momento político do país¹¹⁷. Em São Paulo, a psicanalista Favilli destaca o contexto político do momento e o aumento da demanda por formação como condições para o estabelecimento de um amplo debate crítico sobre o funcionamento da sociedade e de seu Instituto de formação:

1975-1976 parecem fornecer um perfeito pano de fundo para “bouleversements”, no seio de um conjunto tão disjunto como uma sociedade de psicanalistas: anos de grande turbulência contida, em nível político econômico mundial (Watergate, Líbano, Oriente Médio, petróleo, inflação com recessão, e muitos outros) com reflexos tão importantes no ambiente brasileiro (sinais evidentes de fissuras no sistema político econômico, altas taxas de inflação, eleições municipais, afrouxamento da censura aos meios de comunicação, etc.), não poderiam deixar de

¹¹⁷ Sobre esse momento, Coimbra destaca que “Em 1979, a Lei da Anistia, embora bastante “capenga”, era votada. Aos poucos a censura vai sendo suspensa. Multiplicam-se as Comunidades Eclesiais de Base e as Associações de Moradores. O movimento sindical mostra-se revigorado, após as vitoriosas greves no ABC, em 78 e 79” (COIMBRA, 1995, p. 190).

imprimir suas marcas numa sociedade como a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (FAVILLI, 1977, p. 25).

No mesmo texto, destacou-se a fala de abertura de Laerte Ferrão no VI Congresso Brasileiro de Psicanálise ao demonstrar que, no final da década de 1970, importantes reformulações políticas institucionais estavam sendo gestadas: “Com tal proposta introdutória de trabalho, reuniram-se mais de 90 pessoas entre membros da Sociedade e alunos do Instituto para um debate livre [...] sobre o tema central do simpósio: a crítica a organização e funcionamento da Sociedade e do Instituto” (FAVILLI, 1977, p. 27).

Tanto os reacionários como os utópicos anseiam por uma sociedade estagnada; como a transformação só pode ser impedida pelo mais rígido controle social, privando o povo de qualquer iniciativa própria para se impedir as graves conseqüências dessa sua atuação, ambos aqueles ideais caminham em direção ao totalitarismo. Por isso devemos prestigiar a opinião pública, a opinião das assembléias e, através do processo de erros e acertos dela, encontramos os nossos caminhos (FAVILLI, 1977, p. 27).

Com isso em mente, teria sido convocado pela Diretoria da SPBSP um Grupo de Trabalho, representando “as três qualidades de participantes: efetivos, associados e candidatos [...] grupo este incumbido de apresentar propostas concretas para a implementação das sugestões aprovadas na reunião administrativa do Simpósio” (FERRÃO, 1977, p. 27-28). As propostas trazidas pelos grupos exigiam um amplo espectro de reformas, desde a estrutura da comissão de ensino, contando com uma maior representatividade das várias qualidades de sócios, a reestruturação administrativa e científica da sociedade, do Instituto de Psicanálise até uma reformulação estatutária. Na mesma ocasião, outras demandas foram levantadas por membros da sociedade, como o fim do clima de mistério, a relação paritária entre professores e alunos e “que o representante dos alunos fosse convidado com mais freqüência pela Comissão de Ensino” (FAVILLI, 1977, 33). Darcy Uchôa destaca que “os alunos devem ter direito a voto e decisão na comissão de Ensino” (FAVILLI, 1977, p. 33).

O grupo que lidera as críticas, chamado de oposição democrática, é encabeçado por Isaias Melsohn, Fábio Hermann, Sônia e Deodato Azambuja. O grupo vence as eleições para os principais cargos da SBPSP e tira o chamado *establishment* bioniano de um longo período de poder desde os anos 70, representado principalmente por Laerte Ferrão e Frank Phillips (COIMBRA, 1995, p. 185). Contudo, os próximos anos ainda seriam de dificuldades e disputadas para as tão desejadas mudanças democráticas:

Os primeiros meses após a posse da nova chapa de “frente ampla”, a situação é tensa, pois, além da perda das posições de poder do antigo grupo, não estão ainda garantidas para a “oposição” as mudanças pretendidas e a questão da formação de

um *Study Group*. Diante disso, Isaias Melshon e seu grupo encaminham à IPA uma denúncia sobre o número crescente de candidatos não atendidos pela SBPSP e a existência de um pequeno número de didatas. Em 1983, a IPA envia representantes a São Paulo e, após avaliações, resolve colocar a Sociedade sob observação. Em 1986, suspende por alguns anos a entrada de novos candidatos, até que todos os inscritos possam ser atendidos pelos didatas que, gradualmente, têm seu número aumentado. Somente em 1991 a IPA permite a inscrição de novos candidatos na SBPSP (COIMBRA, 1995, p. 186).

No Rio de Janeiro, ao serem nomeados 12 didatas em caráter extraordinário em 1979 durante a presidência de Inaura Vaz Carneiro Leão, vem à tona uma série de críticas ao funcionamento interno na SBPRJ, deflagrando “numerosas e acaloradas assembleias se sucedem durante todo o ano de 1980” (COIMBRA, 1995, pp. 186-187). É concebido direito a voto ao associado, uma luta de anos por parte de um grande grupo da SBPRJ, mas a crise somente apazigua em 1982 com a votação dos novos Estatutos, que extinguem as diferenças entre membros. Contudo, também nessa sociedade as tentativas de reformas sofrem resistência, com progressos e retrocessos. Coimbra (1995) destaca que no final de 1990, a IPA intimida à SBPRJ, dizendo que “será excluída da Internacional se não instituir novamente as três categorias de membros (associado, titular e didata). Em 1991, após uma série de assembleias para a discussão do assunto, a SBPRJ institui de novo as três categorias” (COIMBRA, 1995, pp. 186-187).

Coimbra (1995) também destaca que na SBPSP e SBPRJ os debates ficam dentro de seus marcos institucionais, ao passo que a crise na SPRJ acabou por ultrapassar os muros da sociedade. Em 1980, o *Boletim Informativo da SPRJ* reportava as comemorações dos 25 anos de existência da sociedade, ocasião em que foram oferecidas medalhas comemorativas cunhadas pela Casa da Moeda, simbolizando o elitismo e a tradição do grupo. Segundo o *Boletim*, há 25 anos a SPRJ procurava “ensinar e transmitir a Psicanálise, como idealizada por Freud, e aplicá-la seguindo os padrões *científicos, éticos e morais* [...] mais ainda quando na atualidade vemos tantas *distorções sobre a psicanálise*” (Noticiário, 1980b, p. 5, grifos meus). Porém, nem todos os membros viam motivos para comemorar o legado da sociedade e seus padrões científicos, éticos e morais. É o que demonstra Hélio Pellegrino e a sua denúncia sobre a estrutura centralizadora e autoritária existente nessa sociedade:

Gostaríamos de introduzir também na SPRJ a abertura que vem se processando a nível de comportamento em nossa sociedade. Mas, parece que lá o exercício de autoritarismo ainda é exercido, basta expor sua pirâmide hierárquica: de cento e tantos membros, apenas vinte e três têm direito de voto; cinquenta não têm direito a votar, enquanto setenta e quatro dos outros membros da sociedade não tem nenhum direito de articulação, nem sequer verba (PELLEGRINO, 1981, p. 19).

Também em 1980, o *Boletim* noticia “O Brasil será o anfitrião para o Congresso de 1983” (Noticiário, 1980a, p. 7), o que acaba por não acontecer em função da crise que eclode em 1981 nas sociedades cariocas. Neste ano, a SPRJ enfrenta o ressurgimento¹¹⁸ da denúncia a respeito de Amílcar Lobo, o que leva a direção expulsá-lo da sociedade, alegando, porém, “a longa interrupção de seu processo de formação” como causa e não a relação com a denúncia (Dossiê, 1982, p. 214). Soma-se a isso a expulsão de Eduardo Mascarenhas e Hélio Pellegrino, acusados de terem falado sobre assuntos proibidos fora da instituição psicanalítica^{119, 120} e outros atos autoritários tomados pela cúpula da SPRJ, como a suspensão por seis meses de Carlos Castellar, a punição de Fábio Leite Lobo, a suspensão por um ano e cassação do cargo de didata de Ernesto La Porta e ameaças a outros membros que assinaram carta de solidariedade à Pellegrino (FILHO, 1982, p. 19).

Sobre a expulsão de Pellegrino, em entrevista para a *Rádice*, Baremlitt diz que foi dado ao psicanalista um tratamento de herege e não de cientista. O psicanalista argentino criticou também o caráter religioso da SPRJ, sendo

uma sociedade que faz congressos em segredo, tem hierarquia de vigilância comum, obriga o analista a informar sobre seus pacientes, está estruturada em nível religioso, não em termos de ciência, mas em termos de verdade revelada, de um lado, e de heresia, do outro (RALPH & VIOLA, 1981, p. 17).

A situação no Rio de Janeiro tem uma grande repercussão nos grupos psicanalíticos que se colocavam críticos ao autoritarismo presente nas sociedades ipeístas. Paulo Blank,

¹¹⁸ Conforme documento redigido ao então presidente da SPRJ, Victor Manual Andrade, Hélio Pellegrino comunica que “numa mesa-redonda promovida pela Clínica Social de Psicanálise, no dia 24 de setembro passado, na Pontifícia Universidade [sic] Católica do Rio, sob o título PSICANÁLISE e FASCISMO, surgiu o tema das torturas praticadas contra presos políticos durante os governos militares. Aberto os debates, tomou da palavra o Sr. Rômulo Noronha de Albuquerque e, declarando sua condição de ex-presos político, relatou as torturas de que foi vítima, afirmando inclusive ter visto na equipe de torturadores o dr. Amílcar Lobo Moreira da Silva, no papel de supervisor do estado físico e mental das vítimas” (Dossiê, 1981, p. 213).

¹¹⁹ Na onda do levante da censura e do clima de denúncias sociais, é publicada uma matéria sob o título “Baronato Da Psicanálise” do jornalista Roberto Mello no *Jornal do Brasil* em setembro de 1980, que cobria os principais pontos do seminário realizado por Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas e Wilson Chebabi no Simpósio citado acima, o que teria motivado “oficialmente” expulsão dos dois primeiros da SPRJ. Na matéria, Mello cita as denúncias e acusações feitas pelos psicanalistas na ocasião, entre elas: “A Psicanálise está dominada por um baronato. Suas instituições são marcadas por cargos vitalícios, nelas o clima é feudal” (MELLO, 1981, p. 10).

¹²⁰ Todos os detalhes que envolvem a expulsão de Lobo e a subsequente expulsão de Pellegrino e Mascarenhas foram explorados em profundidade em diversos trabalhos, o maior deles sendo o livro de Vianna (1994). Recentemente foram divulgados arquivos da ditadura civil-militar através do portal Memórias Reveladas do Ministério da Justiça com novas informações envolvendo as solicitações de proteção de Amílcar Lobo aos militares em face às “campanhas comunistas de difamação” que estaria sofrendo. Conforme documento confidencial do SNI sob o assunto “Pressões contra ex-integrante do SIE”, consta uma carta de Lobo, escrita em uma folha do seu bloco de receitas médicas, no qual afirma que Pellegrino e Mascarenhas o acusaram “provavelmente sob orientação do PC, ao qual Pellegrino está filiado. Por outro lado, ele tenta tomar o poder da Sociedade Psicanalítica e ali implantar um *foco de subversão*. Isso seria lastimável, mas ele está conseguindo mais adeptos”. Disponível nos anexos ao final.

psicanalista vinculado ao CPRJ e a Clínica Social de Psicanálise, afirma que o ato de expulsão foi “digno filho do AI-5” e chama atenção para o caráter político e de disputa de poder envolvido na atitude repressora da SPRJ, uma vez que nenhum pressuposto básico da Psicanálise teria sido questionado pelos psicanalistas:

Psicanalistas, em público, e, para espanto geral, falam. [...] O importante, no caso, é a presença social que marcam. Preferem falar quando os seus pares optam pelo aconchegante anonimato do enquadre. E, qual a reação destes pares? Convidam-nos de forma britânica a retirarem-se e, como não atendem, são excomungados. Mas qual a heresia? Curiosamente, não atacaram nem mesmo um dos postulados teóricos da psicanálise. [...] Em nenhum momento algum participante duvidou dos efeitos positivos da prática clínica tal qual é exercida. Não há, portanto, divergências visíveis (BLANK, 1981, p. 134)

Esses fatos acabaram por culminar em uma grande crise institucional entre os defensores de Leão Cabernite e os seguidores de Pellegrino e Mascarenhas. Cria-se na rua o Fórum de Debates¹²¹, denunciando ao público o autoritarismo que se passava dentro da sociedade. Pellegrino (1982b, p. 34) afirma que a única demanda feita pelo grupo era de uma reforma estatutária que desse aos membros associados o direito de voto, em sintonia com momento político do país: “o direito de voto, amplo, geral, irrestrito [...] é hoje a máxima aspiração política do povo brasileiro”. Porém, para ele, a crise nas sociedades cariocas envolvendo o autoritarismo e as tratativas do caso Amilcar Lobo tinham forte relação com a estrutura autocrática do sistema de formação analítica.

Notificado da situação carioca, Limentari, presidente da IPA na gestão de 81-85, envia um *Site Visit Committee* (SVC)¹²² para atuar no caso. Um informe sobre a reunião de avaliação com o SVC foi publicado no *Boletim da SPRJ* de 1984, constando as determinações feitas pelo comitê que, entre outras questões, determinava a interdição da nomeação de analistas didatas. A SPRJ teve suas atividades congeladas, não podendo aceitar novos membros e nomear novos analistas didatas, o que os leva revisar a pauta da seleção dos analistas didatas e questões relativas à formação, conforme relata Moisés Tractenberg, analista didata da SPRJ:

¹²¹ Sobre a criação do Fórum de Debates, Filho (1982, p. 19-20) fala sobre os “ventos da abertura política” que sopram na SPRJ: “A ânsia de discussão e participação que vai tomando conta do País se reflete em cada instituição e é absolutamente compreensível que, neste momento, os psicanalistas queiram resgatar o seu compromisso histórico com a realidade brasileira. Os psicanalistas reunidos no recém-criado Fórum de Debates não querem só exorcizar os fantasmas do passado recente que habitavam, habitam ainda, a SPRJ: querem tomar o destino da Sociedade nas suas mãos, querem o direito inalienável do voto, a participação no processo decisório, não querem fazer da Psicanálise um gueto autoritário, elitista e conservador”.

¹²² Sabendo das crises nas sociedades cariocas que envolviam um “ex-funcionário da SIE”, há nos arquivos da Segurança Nacional que mostram a monitoria e informações sobre a chegada do comitê internacional no Brasil. Documento disponível nos Anexos.

Atualmente na SPRJ sob a intervenção da IPA, e nesta por determinação de sua própria história também cheia de equívocos e erros, começa a delinear-se um consenso em torno do que qualificaria um Membro da Sociedade para assumir as funções didáticas [...] Este critério não será o definitivo, nem certamente resolverá uma série de problemas, mas retirará o IEP da sua atual estagnação devida a concentração de tantos encargos nas mãos de tão poucos (TRACTENBERG, 1983, p. 6).

Em outra publicação no *Boletim da SPRJ*, de 1985, Moises Tractenberg discute uma proposta que teria surgido naquele ano de unir as duas sociedades cariocas. Segundo ele, “a existência de uma Sociedade Psicanalítica de 350 membros, no lugar de duas de 175 membros, permitirá uma melhor defesa dos interesses dos psicanalistas do Rio de Janeiro” (Tractenberg, 1985, p. 26). Apontando para como a concorrência do mercado desempenhada por instituições como a SPID, a IBRAPSI e o Colégio Freudiano tornava-se uma ameaça para a hegemonia do grupo ipeísta, o psicanalista afirma que “estas *pretensas* Sociedades psicanalíticas [...] conquistaram relevância e prestígio perante o ambiente cultural de nossa cidade, ocupando espaços que *nos deveriam pertencer* se formássemos uma Sociedade mais numerosa” (TRACTENBERG, 1985, p. 25, grifos meus). Nesse sentido também, o autor afirma que não ter uma revista que pertencesse às duas sociedades deixava-os “relegados até em relação a outras *agremiações locais* (Sociedade de Psicologia Clínica, Instituto de Medicina Psicológica etc.) que possuem uma revista que as identifica” (TRACTENBERG, 1985, p. 26, grifo meu).

O psicanalista retoma o conflito entre Werner Kemper e Mark Burke que dividiu o movimento psicanalítico carioca em seus primórdios, o que teria levado a um “‘divórcio’ entre estas sociedades e o ambiente cultural e científico da cidade”, causando um “atraso relativo quanto ao desenvolvimento científico com respeito a outros centros como Buenos Aires, Montevideu, México, São Paulo, que toleram melhor um pluralismo teórico” (Tractenberg, 1985, p. 25). Mas, também, teria levado ao surgimento das “famílias didáticas” no seio das duas sociedades, o que causou graves discórdias e as crises nos anos 81, 82 e 83, e “trouxeram profundas mudanças em ambas as sociedades” (TRACTENBERG, 1985, p. 26).

Já as discussões em torno da atual conjuntura da formação analítica, presentes desde a década de 1970 na produção dos psicanalistas, tornam-se centrais não só nos periódicos das sociedades ipeístas e levantam uma acirrada crítica ao autoritarismo existente nesse modelo ipeísta¹²³. Introduzida por Pellegrino, circulou entre outros psicanalistas a ideia de

¹²³ No *Boletim da SPRJ*, em 1983, são vários os textos que discutem a temática, como “Formação Psicanalítica: Algumas anotações breves” do próprio Moises Tractenberg, “Aprendizado da psicanálise: formação ou

“deformação” analítica, como vemos na produção de Horus Vital Brasil, da SPID, com o artigo “Sobre a deformação da formação psicanalítica” de 1982, trabalho que foi apresentado em painel “Formação do psicanalista” organizado pela Clínica Social de Psicanálise na PUC em 1981. O mesmo psicanalista já havia tecido críticas à situação do cenário da formação psicanalítica brasileira em um artigo internacional sete anos antes, quando a revista *Tempo Psicanalítico* ainda não existia.

Os problemas em torno da análise didática e sua relação com o elitismo ipeísta teve destaque também nas publicações da revista *Rádice*. Carlos Ralph aponta que a peste à qual Freud se referia ao desembarcar em Nova Iorque teria contagiado somente as classes sociais mais favorecidas, mesmo com a representação social da Psicanálise tendo passado a ocupar um lugar considerável em nossa cultura.

A principal explicação para os altos custos da terapia psicanalítica é de que a formação de um psicoterapeuta desta linha é extremamente cara. É certo, é caríssima; com menos de 40 mil cruzeiros mensais um profissional já formado em universidade não conseguirá continuar seus estudos, agora especializados, na “ciência do inconsciente”. Isto porque é indispensável, também, que o futuro analista faça a sua terapia pessoal, a custos bastante elevados, na forma denominada “análise didática”, singular modalidade terapêutica oferecida e controlada pelas associações psicanalíticas. Sobre essa formação repousa uma série de graves divergências (RALPH, 1981, p. 10).

Diante desse cenário, constatamos não só a quantidade, mas também a função política dos trabalhos que criticavam ou que justificavam a existência da análise didática e de outros aspectos relativos à formação analítica no contexto da produção de conhecimento psicanalítico desde a década de 1970. Neste sentido, observamos que o sistema de formação analítica no modelo ipeísta, que foi seguido não somente pelas sociedades oficiais, aportou-se no uso de determinados referenciais teóricos e metapsicológicos já conhecidos, a fim de justificar seus pressupostos teórico-metodológicos. No Capítulo 4 desse trabalho, exploraremos como essa operação serviu para a manutenção desse sistema de formação

deformação” de Hélio Pelegrino, “A transmissão do conhecimento psicanalítico através da análise didática” de Galina Schneider, “Considerações sobre a transmissão da psicanálise e algumas ideias sobre reformas institucionais” de Roberto O. Musacchio e “Sobre a teoria e prática ou uma opinião sobre a análise didática” Ronaldo da Silveira. Em 1984, Carmen Dias, Sheiva Nunes Rocha, Antônio Celso Osório publicam “O poder na formação analítica - o poder na formação didática - O poder estatutário”. Na revista *Tempo Psicanalítico*, em 1982, João Paulo dos Santos Gomes escreve sobre o processo de seleção de candidatos à formação na SPID e, em 1984, Horus Vital Brasil publica o texto “A psicanálise entre dois Narcisos: O poder na transmissão do saber”. Na revista *Cadernos de Psicanálise* do CPRJ, em 1982, é publicado “Contribuição para o debate sobre a análise de candidatos à formação analítica” de Paulo Blank, assim como o texto de Hélio Pellegrino já vinculado no *Boletim da SPRJ*, “Aprendizado da Psicanálise: Formação ou Deformação”. Em 1983, Edson Soares Lannes, membro fundador do CPRJ, publica “Pronunciamento: fala sobre Instituição Psicanalítica” e Célio Garcia “Uma política científica, tentativa de definição” em 1984.

analítica como dispositivo de autoritarismo, controle sobre os candidatos e de poder sobre o saber e o mercado psicanalítico durante os anos didatoriais.

Na esteira de todas as transformações sociais e políticas da sociedade brasileira e do campo psicanalítico, Dunker (2015) destaca que “a fortaleza cercada dos institutos de formação tradicionais começa a fazer água frente à demanda de formação de uma massa de psicólogos egressos dos proliferantes cursos de psicologia” (DUNKER, 2015, p. 143). Soma-se a isso a consolidação do movimento lacaniano na cena psicanalítica institucional brasileira, que acabou por contribuir de forma mais significativa com a quebra da hegemonia em relação à formação analítica. Esses fatores levaram a um gradual processo de reformas no movimento ipeísta brasileiro. O que, entretanto, não teria causado maiores transformações na sua posição de prestígio dentro do campo.

A emergência de instituições novas e independentes desde a metade da década, trazendo uma efetiva ameaça da perda de legitimidade, associada à crise que irrompeu nas duas sociedades “oficiais” após a denúncia de Pellegrino e Mascarenhas sobre Amílcar Lobo, levou a uma reestruturação institucional das duas sociedades “oficiais”. Em 1980, ambas as sociedades finalmente admitiam psicólogos entre seus membros. Seria tentador dizer de que era tarde demais. Mas, a recente proliferação das sociedades afiliadas a IPA no país, duas das quais são no Rio de Janeiro, me faz acreditar que a despeito das falhas ocasionais, o prestígio da associação internacional permaneceu firmemente intacto (RUSSO, 2012, p. 179-180).

Neste sentido, Coimbra defende que as mobilizações dentro das instituições psicanalíticas aconteceram sem produzir territórios singulares ou sem provocar rupturas, estando dentro do que ela denominou como reformismo institucional, em que dentro do próprio marco institucional, as “mudanças que irão gradativamente avolumando-se e tornando, assim, o estabelecimento mais ‘aberto’, mais ‘democrático’” (COIMBRA, 1995, p. 190). Porém, essas conquistas e mudanças logo deram lugar a uma prática instituída, uma vez que tal reforma não levantou debates mais voltados a ética da Psicanálise, como o possível lugar político e social do analista e de seu saber, ou reflexões acerca de como suas práticas contribuem para engendrar “domínios de saber, constituindo sujeitos, demandas etc:

É impressionante a participação desses “psi” em intermináveis discussões sobre ínfimos detalhes do funcionamento dessas burocracias, das normas e regras que são criadas e/ou substituídas, sem as quais é impossível um bom funcionamento do estabelecimento. A chamada “vida institucional” toma grande parte de seu tempo e, com isto, encontram-se restritos a esses aspectos meramente instituídos, enclausurados em guetos assépticos. Enquanto isso, a vida lá fora fervilha: movimentos sociais e sindicais nascem, organizam-se, fortalecem-se e nada disso é percebido; ao contrário, é desqualificado. Não é por acaso que, nos poucos grupos que tentam se articular com a vida, com a transversalidade, como num dos Cursos de

Psicanálise do *Sedes Sapientiae*, no IBRAPSI, e na SEPLA, onde as situações de crise são intensa e profundamente vividas (COIMBRA, 1995, p. 194).

Assim, o argumento de Coimbra é de que as sociedades ipeístas foram forçadas a “vestirem outras roupagens e demonstrar igualdade”, mas que, na prática, a “verdadeira” psicanálise e a formação analítica permaneceram pouco tocadas. Na citação acima, a autora destaca algumas iniciativas de grupos psicanalíticos que teriam conseguido uma maior transversalidade, citando o trabalho desenvolvido no *Sedes Sapientiae*¹²⁴, no SEPLA¹²⁵ e na IBRAPSI. Em especial esse último, com a vertente marxista de seus membros, concebia que a reflexão e as transformações da Psicanálise não poderiam acontecer separadas de uma transformação no modelo político-econômico vigente, e por isso, a solução não poderia existir dentro do modelo de instituição existente¹²⁶. É importante, nesse sentido, marcar a diferença entre esses psicanalistas que eram considerados representantes de uma “esquerda freudiana” (NETO & CAMPOS, 2015), e os psicanalistas vistos como mais progressistas ou liberais do movimento ipeísta, que mesmo defendendo um combate as políticas de uma ideia de neutralidade e cientificismo da Psicanálise, guardavam uma posição de resguardo sobre o alcance da reflexão e da prática psicanalítica sobre questões mais amplas do mundo e da instituição.

Dessa forma, avançando na correlação existente entre o contexto macro e micro social, pensamos que as mudanças e as reformas ocorridas no movimento psicanalítico, especialmente nas sociedades oficiais, também conduziu a Psicanálise hegemônica brasileira a

¹²⁴ Segundo Coimbra (1995, p. 158), por suas implicações políticas e pelas contribuições dos argentinos, o *Sedes* debateu-se na ambigüidade de ser uma formação que pretende ficar comprometida socialmente e de estar contraposta à sua própria institucionalização. Entretanto, algumas entrevistas assinalam que a riqueza desse curso do *Sedes* residiu justamente nesse fator: a constante questão enquanto profissional é uma forma de viver esse paradoxo aguda e permanentemente.

¹²⁵ A SEPLA (Sociedade de Estudos Psicanalíticos Latino-Americanos) foi fundada em 1978 por Luiz Paiva de Castro e Lourival Coimbra (ex-membros da SPRJ). Absorveu as tendências da escola francesa até que vários de seus membros participaram da fundação do grupo lacaniano Letra Freudiana, engendrado dentro da própria SEPLA (FIGUEIREDO, 1998).

¹²⁶ A esse respeito Mascarenhas coloca que, apesar da Psicanálise ter se expandido durante um período de autoritarismo, “não quer dizer que a psicanálise seja reacionária, mas sim que espelha a sociedade em que se insere. A psicanálise não é de direita nem de esquerda, ela é uma prática social que se transforma conforme o solo que atua” (MASCARENHAS, 1981, p. 23). Além disso, os psicanalistas pensavam as transformações das práticas psi que atingiam também a psicanálise na década de 70 como um marcador da passagem de um sistema anterior, nomeado como “feudalista”, para outro modelo novo de organização “capitalista”. É o que destaca Mascarenhas: “Saímos de uma espécie de mandatos institucionais, feudos, onde pouquíssimos aristocratas – quase de linhagem de sangue – tinham diretos, indiscutíveis e eternos, à prática psicoterápica, e começamos a entrar num nível concorrencial mais capitalista, com instituições ingressando no período capitalista. Isto é um progresso visível, pois a competição pelo mercado exige uma qualificação maior do profissional. Então, uma das tensões atuais na área psi é o surgimento de várias instituições produtoras de profissionais para atender a procura, e o temor das instituições já estabelecidas de perder esse monopólio que lhes era garantido (ibid, p. 23).

uma “transição conservativa à democracia”¹²⁷ condizente ao cenário político brasileiro. Arriscamos dizer que os principais atores envolvidos na manutenção e na execução dos atos autoritários dentro da instituição psicanalítica foram anistiados e os órgãos loco de autoritarismo foram reformados. Porém, se por um lado o reformismo das instituições psicanalíticas ipeístas acabou por reinstituir uma nova normalidade em um contexto mais amplo de oferta no campo do saber e da prática psicanalítica; por outro, também abriu uma possibilidade de sustentação de disputa política do campo, do dissenso, do antagonismo e da circulação da palavra entre diferentes posicionamentos.

É o que pode ser visto no registro de uma mesa-redonda realizada em 1983 no aniversário da Grádiva (Orgão Oficial da Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo). Na ocasião, Carlos Castellar, psicanalista da SPRJ, convidou cinco psicanalistas para debaterem o tema *Psicanálise Hoje no Brasil*. Eram eles: Galina Schneider, então presidente da SPRJ, e Hélio Pellegrino, ambos da 4ª geração de analistas desta sociedade, Manoel Moreira Lyra e Walderedo Ismael de Oliveira, da segunda geração de analistas-didata da SBPRJ e José Ibsen de Almeida do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro.

Castellar inicia o debate comentando a expansão das instituições psicanalíticas, que somente no Rio de Janeiro contabilizavam quinze “sociedades que se intitulam formadoras de psicanalistas”. Diante desse cenário, traz ao debate a questão “falsa assepsia” e da neutralidade pretendida na prática clínica, afirmando que não podem “ficar aqui discutindo só numa torre de marfim sobre a psicanálise em si, separada da situação política, e da situação econômica” (PELLEGRINO et al, 1997, p. 80). Pellegrino aborda o assunto trazendo a correlação entre o autoritarismo da sociedade maior e da instituição psicanalítica: “a infelicidade da velha direção [da SPRJ] foi total, porque, no momento em que começava a abertura política, usou-se lá um recurso que lembrava exatamente o velho fascismo militar” (PELLEGRINO et al, 1997, p. 80), fazendo referência à forma como foi excluído da sociedade, sem direito de defesa. Galina Schneider concorda e afirma que o colapso “da estrutura da nossa Sociedade, foi devido à falsa idéia de que se pode manter a sociedade psicanalítica isolada da comunidade” (PELLEGRINO et al, 1997, p. 82). Nesse momento, Lyra comenta o caso de um analista, que por sugestão do seu supervisor, ameaçou cortar a análise de seu paciente caso ele se filiasse a uma organização política de esquerda ou estudantil. Além disso, comenta que membros da SBPRJ teriam denunciado colegas ao Serviço Nacional de Informação (SNI) do governo. Os psicanalistas citam também a postura

¹²⁷ Mais especificamente sobre a questão da justiça transicional, ver: Edson Teles e Renan Quinalha (2015) e Timothy J. Power (2000).

de Leão Cabernite frente ao caso de Amilcar Lobo e a atitude autoritária tomada contra Helena Vianna.

Pellegrino, então, afirmam que a conquista da psicanálise brasileira daquele momento era caracterizada a partir da crise que a SPRJ viveu: “qual foi a essência dessa crise? Foi a impossibilidade de suportar a dialética, de suportar a contradição” (PELLEGRINO et al, 1997, p. 85). Após ele e Mascarenhas terem sido reinseridos na SPRJ através de mandato judicial, afirma que conseguiram “reintroduzir na Sociedade exatamente o dissenso” (PELLEGRINO et al, 1997, p. 86). Afirma que a democracia é um espaço no qual se pode discordar, e na SPRJ isso não era possível: “Nesse ambiente, a psicanálise não pode advir” (PELLEGRINO et al, 1997, p. 87). Walderedo Oliveira, representando uma visão mais resguardada e cética, responde a fala de Pellegrino:

[...] queiramos, ou não, a sociedade psicanalítica é uma sociedade meio primitiva, hermética, quer dizer, regida ou movida também por forças muito irracionais. É difícil a gente tentar se libertar disso, porque os analistas vivem nesse mundo e são contaminados constantemente por essas energias. Então, dificilmente você vai conseguir que a sociedade funcione nos parâmetros e num nível perfeitamente racional, como uma sociedade, por exemplo, dos advogados ou dos físicos, ou outras semelhantes. Nós pagamos o preço de pretendemos lidar com o irracional, o mágico, o primitivo que subjaz em nossas mentes (PELLEGRINO et al, 1997, p. 88).

Walderedo Oliveira também afirma que os desenvolvimentos que se tem observado na SBPRJ no sentido de democratização e de reformas, “paradoxalmente, vai nos levando para uma situação que promete reduzir com a psicanálise a um nível bastante pobre” (PELLEGRINO et al, 1997, p. 89). Chega a afirmar, concordando com Mascarenhas, que a antiga Comissão de Ensino era “de certo modo um pouco autocrática, meio feudal, idiossincrásica” (PELLEGRINO et al, 1997, p. 89), onde poucas pessoas decidiam o destino de um analista após anos de formação. E concorda que essa velha Comissão de Ensino “realmente tinha poderes excessivos e decidia coisas como essa, e outras” (PELLEGRINO et al, 1997, p. 90), porém, condena o nível de permissividade que se chegou, “sem avaliar as qualificações da pessoa que vai ensinar”. Por fim, pergunta-se se “não era melhor a estrutura arcaica e mesmo um tanto conservadora da comissão de ensino. Ela não chegava a perturbar a qualidade do ensino e até ensinava melhor” (PELLEGRINO et al, 1997, p. 92).

Hélio Pellegrino, então, retoma a ideia de que a Psicanálise não pode encerrar em si mesma, e é parte de uma trama de elementos políticos, de mercado, de demanda, sendo esses os fatores que quebraram a hegemonia ilusória das sociedades tradicionais. Cita a influência do movimento lacaniano no Brasil e seu mérito com o questionamento da instituição e da

formação analítica. Reconhece o trabalho dos diversos atores sociais daquele momento: MD Magno, Vidal (da Letra Freudiana), o Instituto Freudiano de Psicanálise, a instituição do Horus Vital Brasil (SPID), o Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro feito de ex-integrantes da Sociedade do Rio de Janeiro, a SEPLA.

Ao final da mesa, há uma discussão calorosa entre Lyra e Ibsen sobre a técnica psicanalítica sob a perspectiva lacaniana. Em meio a discordâncias teóricas, técnicas e políticas, a realização dessa mesa-redonda foi bastante simbólica por reunir representantes de diferentes gerações, posições e instituições do movimento psicanalítico do Rio de Janeiro debatendo temáticas que por muito tempo ficaram silenciadas no movimento psicanalítico brasileiro.

3. O discurso (sobre o) adolescente

Como apontou Russo (2012b), durante os duros anos de repressão política brasileira, marcados pela modernização conservadora e pelo milagre econômico, o divã psicanalítico se tornou um espaço seguro de liberdade de expressão para a classe média brasileira, onde, protegidos entre quatro paredes e garantidos pelo sigilo, poderiam falar de suas inquietações. Mesmo que o adolescente não fosse o principal público dos consultórios psicanalíticos até então, percebemos a crescente preocupação teórica e clínica da Psicanálise a respeito do fenômeno da adolescência através das suas produções.

Em 1989, os psicanalistas cariocas Luiz Alberto de Freitas e Carlos Castellar publicam o livro *Crise da adolescência – Visão Psicanalítica*, uma coletânea dos trabalhos desenvolvidos por ambos no decorrer das décadas de 70 e 80. Segundo eles, os anos 70 foram o início de uma década pouco favorável para os adolescentes brasileiros e anos decisivos para os trabalhos sobre a adolescência no Brasil. Sobre a relação entre os acontecimentos políticos e culturais que envolveram os jovens brasileiros e a crescente demanda clínica (relativa a uma classe média e alta urbana e suas famílias) no Brasil, Freitas ressalta:

Com os grêmios estudantis fechados, a universidade silenciada, qualquer tipo de manifestação reprimida com violência, resta o sonho, a alienação e a curtição do “barato”. Os consultórios se enchem de jovens drogados, pessoas sem perspectivas que recebem, além de um ensino de má qualidade, a influência de uma mídia que se encarregava de corromper com o consumismo e a exaltação do “milagre brasileiro”. O quadro *favorecia* a colocação em prática das teorias sobre adolescência que vinham sendo desenvolvidas, técnicas específicas aplicadas a uma *clientela crescente, trazida por pais desnorteados com a maconha ou com a sexualidade de suas filhas*. Por estas razões multiplicaram-se os psicoterapeutas dedicados a atender adolescentes e suas famílias (FREITAS, 1989, p. 11, grifos meus).

Neste capítulo, buscaremos elucidar os operadores teóricos utilizados pelos psicanalistas brasileiros ao pensar a adolescência e a situação do jovem na sociedade daquele momento. Ao fazer isto, procuramos tencionar esses usos ao cenário histórico, político e social da época e destacar também as disputas internas ao campo psicanalítico no qual se inseriam. Para fins de operacionalização, este capítulo foi dividido em cinco seções.

A primeira traz uma contextualização dos movimentos políticos e culturais de resistência dos jovens no Brasil ditatorial, fenômenos que justificaram o autoritarismo e a repressão política desempenhada pelo Estado. Esse contexto é importante para entender como as teorizações psicanalíticas sobre a adolescência podem ser pensadas também como uma resposta a um mal-estar social encarnado por esses jovens e que inquietavam as suas famílias e a dita ordem social.

A segunda parte desse capítulo explora os principais elementos teóricos e conceituais que estruturaram o discurso psicanalítico sobre o adolescente, marcando permanências entre diferentes autores, filiações e momentos históricos dentro do período ditatorial. São eles: as capacidades do ego e a conquista da identidade; a sexualidade dos jovens; a crise social e a delinquência e, por último, o ideal construído por meio da ênfase no desenvolvimento psíquico para uma adolescência normal.

A terceira parte analisa, mais detidamente, as formulações psicanalíticas sobre o dito “novo perfil jovem”, através do entendimento psicodinâmico da rebeldia e do protesto juvenil pensados em termos que uma conflitiva edípica projetada na sociedade, e da noção em torno do conflito de gerações que teorizou sobre as disputas entre uma geração contestadores do *establishment* e outra defensora das tradições.

Na quarta seção mostraremos como a década de 1970 foi marcada pelas transformações importantes nos paradigmas epistemológicos das ciências sociais e pela diversificação e concorrência do movimento psicanalítico, colocando em disputa o assunto da adolescência. Essa disputa foi marcada por uma visão mais conservadora e outra mais progressista, onde o contexto social ganha maior relevância para o entendimento do fenômeno da adolescência.

A quinta parte explora a discussão em torno daquilo que se nomeava de analisabilidade do adolescente e das modalidades de intervenção-interpretação nessa clínica. Traremos a exposição de duas vinhetas clínicas e buscamos refletir sobre seus efeitos discursivos. Interessa-nos pensar as aproximações e afastamentos do discurso psicanalítico com um discurso científico em um modelo médico-psiquiátrico.

E, por último, exploramos o caso do jovem Ivan Seixas, visto como um acontecimento ao nível do corpo individual, mas capaz de reunir as diferentes dimensões exploradas nas seções anteriores. Buscamos nessa seção demonstrar como as produções psicanalíticas sinalizam a coerência existente entre teoria e a prática psicanalítica exercida no período.

3.1 O movimento estudantil e a resistência cultural no período ditatorial

“Você não faz uma omelete sem quebrar ovos.”¹²⁸

¹²⁸ Esta frase foi dita por Freud, em 1901, na escrita do Caso Dora, no contexto da inevitabilidade de falar sobre temas sexuais no tratamento de uma histeria: “*Pour faire une omelette il faut casser les oeufs*” (FREUD, 1905/2016, p. 227). Mas, também, por Golbery, chefe do Gabinete Militar do governo (GASPARI, 2014, p. 135) ao se referir às medidas repressivas do governo.

Passamos agora a abordar alguns dos aspectos centrais dos fenômenos que envolveram o cenário da juventude brasileira durante da ditadura civil-militar, como o papel e a atuação do movimento estudantil e a resistência cultural¹²⁹. O desenvolvimento desses dois fenômenos aconteceu paralelamente à construção de uma representação dos jovens dentro do regime brasileiro, mais especificamente nas políticas de combate à subversão da ditadura civil-militar promulgadas pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN).

Organizado pelo presidente Getúlio Vargas em 1934, o CSN foi, inicialmente, um facilitador do exercício do poder civil, tornando-se décadas depois o foro privilegiado das políticas repressivas da ditadura civil-militar. Os princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que foi desenvolvida dentro da Escola Superior de Guerra e influenciada pelas concepções pós-guerra norte-americanas, viram lei em 1968, com o objetivo central de identificar e eliminar os chamados inimigos internos previamente vinculados à figura do comunista (Almeida, 2015, p. 84). No mandato seguinte de Costa e Silva (1967 – 1969) foram realizados importantes ajustes nas legislações, como a promulgação da sua regulamentação e secretaria, ação vista com “desconfiança pelos políticos como possibilidade de submissão do governo ao dispositivo militar” (VALLE, 2016/1999, p. 32).

O Serviço Nacional de Informação (SNI) amplia ainda mais suas funções no governo de Médici (1969-1974). Golbery, chefe do Gabinete Militar da Presidência, concebe, organiza e dirige o SNI, passando a ser conhecido como uma rede de espionagem e repressão que, a partir de 1968, toma conta do Estado (GASPARI, 2014). Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) eram usados como forma de afirmação de um poder paralelo ao poder executivo.

Gaspari chama atenção para os IPMs que visavam à “subversão universitária”:

A repressão política, porém, emanava do coração do regime e tinha uma nova qualidade. Não se tratava mais de espancar o notório dirigente comunista capturado no fragor do golpe. A tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares. Instalado como meio eficaz para combater a “corrupção e a *subversão*”, o governo atribuía-se a megalomânica tarefa de acabar com ambas. O instrumento desse combate eram os inquéritos policial-militares (IPMs), aberto em todos os estados e submetidos, inicialmente, ao controle de uma Comissão Geral de Investigações, CGI, chefiada por um general. Pode-se estimar que os IPMs abertos entre 1964 e 1966 tenham sido mais de cem e menos de duzentos, resultado em processos judiciais para cerca de dois mil pessoas. Apuravam desde a *subversão nas universidades* até a corrupção no governo federal (GASPARI, 2014, p. 136, grifos meus).

¹²⁹ É importante destacar que as escolhas historiográficas para compreender a dimensão histórico-política do regime civil-militar brasileiro marcam uma possibilidade de olhar para as próprias fontes primárias desse trabalho. Por mais que não seja aqui o que se propõe esse trabalho, se faz necessário apontar que a leitura do contexto social não é natural, ela é resultado de uma escolha de fontes historiográficas específicas, que tem efeito na própria leitura de nosso objeto.

Somente o projeto Brasil: Nunca Mais foi capaz de reunir 717 IPMs que processaram mais de 20 mil pessoas. Até o final da ditadura, o projeto havia mapeado 125 desaparecidos e 300 assassinatos¹³⁰ (ARNS, 2011). Além dos IPMs, em 1968, foi criada a Operação Bandeirantes (OBAN), força anti-guerrilha que se institucionaliza em 1970 como DOI-CODI-SP (Destacamento de Operações e Informações Centro de Operações de Defesa Interna). Os líderes dos DOI-CODIs comandavam todos os órgãos de segurança, sendo acrescentado a eles os Esquadrões da Morte, que visam diminuir os “índices de criminalidade entre as populações marginalizadas”, dentro das quais a população jovem periférica (COIMBRA, 1995, p. 21).

Neste campo fértil, a tortura passa a ser prática comum e oficial, e este terrorismo de Estado dissemina o terror em toda a sociedade brasileira. Além de obter informações, fragilizar e pulverizar os opositores do regime, a tortura cumpre, como dispositivo social, uma função: produz subjetividades. Pelo medo, cala a sociedade, leva a um torpor social, a uma cumplicidade. A ditadura militar brasileira exportou *know-how* de tortura para as demais ditaduras latino-americanas (COIMBRA, 1995, p. 22).

Além do movimento estudantil, Coimbra (1995) destaca duas frentes de resistência política de jovens, de caráter distinto, que se estabeleceram após a intensificação da repressão em 1968¹³¹. Uma delas seria a geração que entra na luta armada na clandestinidade, tanto na cidade como no campo. A repressão mais sangrenta contra esses grupos aconteceu com a Guerrilha do Araguaia, no final de 1973 e início de 1974, onde todos os guerrilheiros daquele tempo são hoje desaparecidos (forçados). A outra frente se concentrou na geração voltada aos movimentos de resistência cultural, derivados do movimento *hippie* e do Maio de 68, com suas produções alternativas, anti-familiaristas, vivendo em bandos e comunidades, usando drogas, “viajando”, experimentando os corpos e novas sensações. Essa última será questionada no seu potencial político de resistência, sendo pensada por Martins (2004) como vítima e contribuinte para a própria cultura autoritarismo, como veremos a seguir.

Motta (2015) afirma que “as ações dessas agências, que vigiavam e reprimiam com a mesma intensidade subversivos políticos e indivíduos moralmente ‘desviantes’ (usuários de drogas, adeptos de práticas sexuais não convencionais)” (MOTTA, 2015, p. 43), revelam a influência da cultura conservadora e da tradição anticomunista sobre o aparato repressivo.

¹³⁰ Em 2010, a Comissão da Verdade, criada pela Anistia Internacional, elaborou um relatório oficial atualizando os números para 434 vítimas do regime ditatorial.

¹³¹ Para mais sobre os movimentos contestatórios na ditadura civil-militar, ver: ARNS (1985); RIDENTI (1993); FILHO E MORAIS (1988); MARTINS FILHO (1987).

Nesse sentido, Coimbra (1995, p. 29-30) destaca a criação de duas categorias de subjetividades para a juventude brasileira que apresentavam “problemas psicológicos sérios”: os subversivos e os drogados. A primeira tornou-se a mais perigosa e alvo direto da repressão política, pois era considerada uma ameaça à ordem vigente e devia ser controlada, pois não estava somente contra o governo, mas contra a família, a pátria, a civilização.

Tanto Coimbra (1995) como Dunker (2015) citam as famigeradas pesquisas encomendadas pelo governo sobre o perfil dos jovens subversivos, que demonstrariam “a preocupação dos governos militares em conhecer melhor os ‘inimigos da Pátria’ e retratar a juventude de classe média que entra para a clandestinidade e/ou luta armada” (COIMBRA, 1995, p. 196). Demonstrando o potencial de captura de operadores teóricos que não se permanecem restritos ao seu próprio campo, Dunker (2015) fala que essas pesquisas eram vagamente inspiradas na Psicanálise, elaborando respostas caricatas: “tais indivíduos, segundo o estudo, provêm de ‘famílias desestruturadas’, padecem de ‘desajustamento psicológico’, em geral originado em lares com ‘pais separados’” (DUNKER, 2015, p. 147), à moda dos diagnósticos formulados pelos higienistas da década de 30 e 40.

Sob o título de “Murici: recuperar jovens que se desviaram é a grande tarefa”, uma reportagem publicada em *O Globo* em 1971 retrata uma série de pesquisas dessa natureza. Tais pesquisas, que contaram com a participação de alguns psicólogos que trabalhavam no Centro de Estudos de Pessoal do Exército, tinham o objetivo de levantar o nível de escolaridade e as causas que levavam os jovens a se engajar na luta política. Em uma primeira pesquisa, “de 260 estudantes interrogados, 80% estavam no primeiro ano universitário, e as causas levantadas seriam: a) desajustes b) descaso dos pais pelos problemas da mocidade c) politização do meio escolar” (COIMBRA, 1995, p. 197). Outra pesquisa, realizada com 500 presos políticos, mostrou a predominância dos jovens nesse grupo: “56% eram estudantes ou pessoas que há pouco tempo haviam deixado a área estudantil” e a média de idade dos presos era de 23 anos (COIMBRA, 1995, p. 197).

Uma última pesquisa realizada sobre o “perfil psicológico do terrorista brasileiro” buscou responder por que jovens de classe média, parte da pequena burguesia, estariam indo para o caminho da contestação, do terrorismo, “negando suas origens de classe” (COIMBRA, 1995, p. 198). Essa preocupação emergiu com mais força após o Congresso da UNE em 1968, em Ibiúna, no qual cerca de 99% dos estudantes presos eram de classe média (filhos de senadores, advogados, médicos, altos oficiais das Forças Armadas). Tal questionamento retrata uma concepção naturalizada de que os jovens de classes sociais mais baixas, devido a sua condição sócio-econômica, eram vistos como figuras perigosas a ordem social,

representados, por exemplo, na figura do delinquente e do marginal. Logo, aparecia a necessidade de entender os motivos que levavam jovens de classes mais abastadas a assumirem esse lugar de ameaça. Sem haver a prerrogativa da pobreza, restava a esses jovens diagnósticos como “desajustados”, “imaturos”, “desequilibrados”, destacando o fracasso familiar em criar indivíduos mais adaptados aos valores da ordem social vigente (COIMBRA, 1995).

Coimbra enfatiza o discurso em torno da crise da família e do que ela chama de familiarismo, segundo o qual os filhos estariam se tornando subversivos ou *hippies* em função de problemas no âmbito familiar. Ao culpabilizar a família, ao mesmo tempo reforçava-se a necessidade da defesa dos interesses dessa mesma concepção de família e o seu papel na manutenção da desejada normalidade.

Assim, esses filhos “desviantes” e “diferentes” são produzidos pelos problemas por que essas famílias passam. Se algum militante é sequestrado, torturado e assassinado, se algum *hippie* após experiências com drogas não retorna da “viagem”, eles e suas famílias são os responsáveis, e não o estado de terror que grassa em toda a sociedade (COIMBRA, 1995, p. 31).

Em resumo, em busca da neutralidade dos antagonismos internos, a Doutrina de Segurança Nacional justificava que toda e qualquer oposição que pudesse abalar a segurança de Estado era crime e, como tal, punida. A “tal doutrina prevalece sobre todas as leis, até sobre a Constituição Federal, alcançando os diferentes campos da vida social, política, econômica, trabalhista, criminal, educacional etc.” (COIMBRA, 1995, p. 19). Neste sentido, entendemos que ela se desdobrou também nos dispositivos discursivos legitimados pelas ciências que visavam a descrição e o controle do comportamento do jovem, com a cooptação das famílias na tarefa de educá-los e adaptá-los.

Se para o governo o antagonismo representava uma ameaça para a suposta ordem nacional, semelhantemente, dentro do campo psicanalítico, o antagonismo psicológico característico da fase da adolescência também se torna uma questão importante a ser investigada pelos psicanalistas. A concepção de adolescência baseada no duelo das forças regressivas e progressivas (instintos de vida e de morte ou agressivos) presentes na *psique* adolescente contribuiu para explicar e neutralizar o comportamento do jovem que destoava, contestava e causava tensões no campo familiar e social, assim como no consultório e na técnica psicanalítica.

Antes de aprofundarmos especificamente a análise no tipo de discurso psicanalítico endereçado ao corpo dos jovens, faremos uma breve exposição a respeito de dois

movimentos de resistência política e social protagonizados pelos jovens e representantes da chamada ameaça subversiva no Brasil ditatorial: o movimento estudantil e a resistência cultural. Contudo, fazemos uma ressalva. Conforme destacamos, os movimentos que iremos expor eram formados, majoritariamente, por jovens brancos da classe média urbana, os quais chegavam aos consultórios psicanalíticos da época. Contudo, segundo Relatório da Comissão da Verdade (2015, p. 1):

a oposição ao golpe militar no Brasil não se limitou a setores da classe média urbana de maioria étnica branca; a presença negra no movimento de combate ao regime foi também expressiva. Dentre os mortos e desaparecidos figuram nomes de militantes de origem negra. Afora isso, por serem maioria entre os mais pobres, os negros eram os maiores atingidos pelas políticas autoritárias do período (Relatório, 2015, p.1).

Pesquisas recentes têm se voltado para a reconstrução da memória-social em torno da repressão e violência sofrida pela população negra e seus movimentos de luta e resistência nesse período (FIGUEIREDO, 2016; KOSSLING, 2008). De acordo com Kossling (2008) “a ascensão dos movimentos negros no final da década de 1970 ocorreu no período conhecido por ‘abertura política’” (KOSSLING, 2008, p. 30), como a construção do Movimento Negro Unificado em 1978. Os arquivos públicos da época apontam que, no final da década de 1970 e no início da década de 1980, ocorre uma intensa vigilância aos movimentos negros, fundamentada na perspectiva de “preservação da democracia racial brasileira”, visando evitar antagonismos sociais (KOSSLING, 2008, p. 30-31).

Os movimentos culturais e artísticos da população negra também sofriam repressão policial, como aconteceu com o primeiro bloco carnavalesco afro do Brasil, o já citado Ilê Aiyê. Antônio Carlos, um de seus fundadores, conta em entrevista: “qualquer tipo de movimentação e você já era tachado como comunista”¹³². Com a difamação da mídia e os apelos das elites, as autoridades responsabilizavam os integrantes do bloco pela violência e desordem do carnaval baiano, tendo levado a prisão de 120 membros por “desordem” em 1977 (FIGUEIREDO, 2016, p. 73)¹³³. É importante notar que, para a reflexão psicanalítica, debates incluindo o racismo, por exemplo, começam a tomar lugar somente após a década de

¹³² Disponível em <https://www.geledes.org.br/vovo-do-ile-aiye-fala-sobre-a-resistencia-a-ditadura/> [acesso em 15/08/2020].

¹³³ Lembramos que a repressão aos movimentos culturais e artísticos da população negra já existia desde muito antes do período ditatorial. No carnaval, no final do século XIX, os negros eram acusados de ameaçarem os padrões europeus “civilizados” através da “Africanização” da Bahia, e eram reprimidos e considerados “selvagens” e inapropriados para o carnaval que se “desejava “refinado” e “elegante”, ao estilo dos carnavais de Paris e Veneza (PINHO, 2004, apud FIGUEIREDO, 2016, p. 121-122).

1980¹³⁴. Logo, o adolescente e a juventude visada nas teorizações dos psicanalistas que apresentamos aqui não incluíam uma dimensão da discussão racial.

3.1.1 O movimento estudantil e seu papel na resistência política

Sobre o papel desempenhado pelos estudantes na história do país, Arns (2011) afirma que:

Na história do Brasil, assim como na história de todos os países nos tempos modernos, tem sido marcante o papel desempenhado pelos estudantes nas lutas políticas e sociais de seus povos. Em nossa evolução histórica, o meio estudantil serviu de caldo de cultura para a fermentação do sentimento nacionalista frente à dominação colonial, impulsionou as lutas pela Abolição e pela República e participou de todas as grandes viradas políticas vividas pelo país neste século (ARNS, 2011, p. 153).

Segundo Pellicciotta (1997), a ação dos estudantes dentro da universidade teve um lugar central no projeto político do Estado nacionalista das décadas de 1930. A União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, constituiu-se como símbolo e entidade unificadora das lutas estudantis no país, tanto aquelas voltadas para questões específicas do ensino e da educação quanto para as pautas mais amplas da democracia, como o apoio às lutas operárias e dos Direitos Humanos (ARNS, 2011). Esteve, desde seus primórdios, debatendo sobre os mecanismos tutelares do Estado sob a ação da política estudantil, desenvolvendo ações e projetos que colocavam em xeque o caráter autoritário da própria universidade, da sociedade e do Estado (PELLICCIOTTA, 1997).

As movimentações estudantis do pós-30 foram capazes de construir e consolidar um exercício político com ação direta sobre as estruturas acadêmicas, o lugar e o papel dos estudantes na universidade e na sociedade, alcançando uma dinâmica tão articulada até a década de 60 que confere ao estudante um papel político e social de destaque (PELLICCIOTTA, 1997, p. 15).

Até o golpe de 1964, a UNE desempenhava um papel fundamental no crescimento das lutas nacionalistas e das campanhas da Reforma de Base. Lançou o Centro Popular de Cultura (CPC), que disseminou várias modalidades artísticas com mensagens nacionalistas e de justiça social. Em função disso, segundo Arns (2011), é fácil entender porque as elites conservadoras e políticas irão associar a UNE à grande ameaça comunista do país,

¹³⁴ Uma importante referência nesse campo é o trabalho de Lélia Gonzales, intelectual e ativista pelo feminismo negro, fez parte do Círculo Freudiano e escreveu o texto “Sexismo e Racismo na sociedade brasileira” publicado no livro *Psicanálise e Política*, com os textos das conferências realizadas na PUC – Rio em 1980. Outra publicação localizada sobre o tema foi de Carmen Dias e Wilson Lyra Chebabi “Negritude e Psicanálise no Brasil” publicada no Boletim Científico da SPRJ em 1985.

transformando o ME em uma das principais forças políticas reprimidas durante o período ditatorial. Assim, o golpe de 1964 interrompe de forma gradual a estrutura montada até então e transforma também o interior das instituições universitárias.

O golpe de 64 consolida um outro processo de reformas econômicas, políticas e sociais no qual a instituição universitária e atividades políticas se constituem objeto específico de controle e intervenção, alterando o modelo de ensino superior, as relações de trabalho e produção e circulação de cultura (PELLICCIOTTA, 1997, p. 19).

Em 1964, já haviam sido abertos processos para apurar o envolvimento das lideranças estudantis em atos subversivos. Em 1966, assiste-se a emergência das manifestações de rua e o avanço da repressão “justificada pelo presidente Castelo Branco, que vê nestes protestos ‘inspiração comunista’ e ‘alcance subversivo’: uma ‘ameaça à segurança interna’ na ótica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)” (VALLE, 2016, p. 34). São editadas duas normas que levaram ao fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE) e “sua substituição por organizações diretamente subordinadas ao Estado – com caráter de colaboração e assessoramento ao mesmo” (VALLE, 2016, p. 33).

Ainda assim, vê-se um aprofundamento das reivindicações específicas educacionais, inflamadas pelos protestos dos “excedentes” em que aprovados no vestibular não conseguiam vagas para acesso a universidade. A reforma universitária, colocada em ação após o golpe, também passa a ser alvo do movimento universitário, uma vez que atende às necessidades advindas da crescente industrialização e começa a instalar uma educação tecnicista, em concordância com o projeto político-econômico da época¹³⁵. Os acordos MEC/USAID¹³⁶ abrem novos rumos para a educação, agora inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. Segundo Valle, o Movimento Estudantil reage aos acordos (2016):

[...] parte, assim, o ME para o repúdio à infiltração imperialista na educação brasileira, que estaria colocando em risco o ensino público e gratuito através da transformação das universidades em empresas, adaptando-as à nova fase do desenvolvimento capitalista, sem que seja resolvida a questão dos excedentes (VALLE, 2016, p. 36).

¹³⁵ Este modelo político econômico tinha como característica fundamental um projeto desenvolvimentista que buscava acelerar o crescimento sócio-econômico do país. A educação desempenhava importante papel na preparação adequada de recursos humanos necessários ao projeto de crescimento econômico e tecnológico da sociedade de acordo com a concepção economicista de educação (VEIGA, 1989, p.34).

¹³⁶ Entre 1964 a 1968, o MEC firmou doze acordos com a *United States International for Development* (USAID), que provia assistência técnica e financeira ao sistema educacional brasileiros. A educação tecnicista nos moldes americanos era baseada nos ideais de racionalismo, objetivando organização e eficiência (GHIRALDELLI, 2000).

Ainda em 1966 é realizado o 28º Congresso Nacional da UNE já na clandestinidade, seguido do encontro no ano seguinte, realizado em um mosteiro com a ajuda de uma congregação religiosa. No mandato de Costa e Silva (1967 – 1969), o monitoramento do movimento estudantil se torna prioridade para o CSN e a preocupação com a “agitação estudantil”, tratada como “uma ameaça ao regime”, aparece “constantemente em documentos da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional desde abril de 1967” (ALMEIDA, 2015, p. 90).

Foram anos de lentas e permanentes atividades. Até que em 1968, com o impacto da avalanche mundial de manifestações estudantis que atingiam Paris e Praga, “o Movimento Estudantil saltaria para ocupar, no Brasil, o primeiro lugar nas mobilizações de protesto e manifestações de descontentamento frente ao governo” (ARNS, 2011, p. 155). Esse ano torna-se bastante significativo para o entendimento da escalada da resistência estudantil e da reação em torno da ameaça subversiva pelo governo e suas políticas de repressão¹³⁷. Entendemos que os eventos desse ano, assim como seus desdobramentos na mídia, influenciaram os desenvolvimentos psicanalíticos a respeito da juventude, uma vez que serão citados como referência para pensar a questão da violência juvenil por alguns psicanalistas, como destacaremos a seguir.

Desde janeiro de 1968, intensificavam-se os protestos dos estudantes do restaurante do centro estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, que havia sido demolido sob clima de forte tensão política em maio de 1967 e reconstruído em fins de setembro. Segundo Ridenti (2010), o Calabouço foi o caso mais conhecido de radicalização do movimento estudantil brasileiro, proveniente de setores da população de classe social mais baixa¹³⁸. Segundo ele, o perfil dos alunos que freqüentavam o Calabouço estava longe do estereótipo do estudante de classe média (RIDENTI, 2010).

Segundo Almeida (2015), o Calabouço foi tema de quatro ofícios da Secretaria-Geral entre Julho e Agosto de 1967, que apontavam a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) como “uma associação ilegal, com finalidade subversiva, ligada à extinta UNE, e

¹³⁷ Neste sentido, Valle (2016) narra os episódios políticos envolvendo o Movimento Estudantil e os bastidores da política brasileira nesse turbulento ano, reconstruindo os acontecimentos a partir do registro da grande imprensa, do movimento estudantil e das autoridades militares.

¹³⁸ Elinor Brito, presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço em 1968, falou sobre a composição social dos estudantes que freqüentavam o centro: “cerca de 90% eram estudantes que trabalhavam: bancários, boys, comerciários, escriturários. Trabalhavam de dia e estudavam a noite. De modo geral, eram também originários do interior e de outros estados do Brasil, procuravam o Rio para tentar mudar de vida, atraídos pela cidade grande, com mais oportunidades de estudo e trabalho. Havia também operários, ou filhos de operários, mas com expressão pouco significativa. E um pequeno percentual, aí em torno de 5% de estudantes, morando em favelas: Jacarezinho, Praia do Pinto, Ladeira dos Tabajaras, etc. [...]” (MORAES E REIS FILHO, 1988, p.156).

com o único objetivo de congregar os estudantes para agitações políticas” (ALMEIDA, 2015, p. 85). Em março, os estudantes participaram de uma manifestação contra o aumento do preço da refeição e para que fossem concluídas as obras do restaurante. No confronto da polícia com os estudantes Edson Luís, secundarista paraense de dezesseis anos, é morto.

Edson Luís, assassinado pela PM: estudante secundarista, “pobre”, “trabalhador”, recém-chegado ao Rio de Janeiro. Não traz, portanto, adjetivos como “líder subversivo”, “comunista”, “agitador” tão caros às buscas militares. Morre “indefeso” enquanto faz a sua refeição no Calabouço – restaurante universitário no qual auxiliava na limpeza para poder prosseguir em seus estudos. “O primeiro assassinato explícito da ditadura”, como enfatizam os estudantes. A violência policial explode contra um “inocente”, levando, assim, setores da população de vários estados à indignação (VALLE, 2016, p. 69).

Segundo Valle, a polícia militar justifica a sua ação atribuindo-a a agressividade dos estudantes. Por exemplo, a revista *Visão* “abordará a morte de Edson Luís atribuindo à revolta da força estudantil parte da responsabilidade pela ameaça à tranquilidade nacional” (VALLE, 2016, p. 46). O enterro¹³⁹ de Edson Luís torna a maior mobilização popular após o golpe de 64, concentrando mais de 50 mil pessoas, uma vez que “o tratamento repressivo dispensado aos estudantes, neste momento, leva a população a solidarizar-se com eles em seus protestos” (VALLE, 2016, p. 69). Coimbra relata que “as missas de sétimo dia transformam-se em verdadeiros atos cívicos contra a ditadura, e registram-se os primeiros choques violentos com a política”, apontando para uma mudança de caráter nas manifestações estudantis e nos seus tratamentos (COIMBRA, 1995, p. 14).

Após manifestações nos dois meses seguintes, o ME passa por redefinições, os estudantes começam a apoiar as manifestações dos operários, assim como a intensificar as lutas específicas¹⁴⁰ dentro das universidades contra o acordo MEC-USAID. Em junho, ao aceitarem a proposta de diálogo do Ministro Tarso Dutra, os estudantes são atacados pela polícia ao chegarem ao Ministério da Educação em uma passeata de protesto e denúncia da violência. No confronto com a repressão policial, a adesão de setores populares aparece como um elemento novo dando corpo a um episódio de “guerrilha urbana” e “cenas de guerra” que ficou conhecido como a “Sexta-Feira Sangrenta” por causa de seus vinte e oito mortos

¹³⁹ Os estudantes se recusam a entregar o corpo de Edson às autoridades, pois significaria perder a prova da morte ilegal. Nesse sentido, “a ‘batalha’ pelo corpo de Edson parece até mesmo antecipar a prática da ditadura, que se tornará tão comum, de dar sumiço aos corpos de suas vítimas” (VALLE, 2016, p. 73).

¹⁴⁰ Outro elemento destacado por Valle é a divergência entre as lideranças do ME sobre as chamadas lutas políticas e lutas específicas. Na primeira, entende-se como necessária a luta contra a ditadura e o imperialismo, e na segunda, a luta se dá no interior das universidades. A partir de maio, as divergências entre as posições dos líderes se agravam, pois os reformistas aceitam o diálogo com o governo e os divisionistas consideram a proposta de diálogo como uma traição e submissão à ditadura.

(VALLE, 2016). Durante o desfecho do incidente, Valle destaca a disseminação pelo governo de um discurso que clamava a presença de infiltrados comunistas nos protestos dos estudantes e sobre um suposto plano geral de subversão, o que justificava o reforço das ações repressivas dos militares.

Em junho, os estudantes convocam a população para a Passeata dos Cem Mil e recebem o apoio de vários setores da sociedade civil, sendo realizada sem a intervenção da polícia militar¹⁴¹. Além disso, de junho a agosto de 1968, a faculdade de Filosofia, a Clínica de Psicologia e o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP) são ocupados pelos estudantes.

Na Faculdade de Filosofia da USP, são ocupados o Bloco 10 (que sedia a Psicologia Social e Experimental) e a Clínica (onde os alunos do 4º e 5º anos estagiam). Nesta última, a ocupação atinge proporções tais que culmina com a saída de vários professores, dentre eles os psicanalistas que lá estavam desde o início do curso de Psicologia. Com a clínica de Psicologia ocupada, praticamente durante todo o semestre, os atendimentos são paralisados, porque muitos estagiários e mesmo professores consideram não haver condições para isso. [...] O modelo “psi” de atendimento já está marcado nos alunos de final de curso; os demais, que estão nos primeiros anos, não são “entendidos” no assunto, ainda não estão “contaminados” pela neutralidade, pela assepsia que deve comandar a relação terapeuta – paciente. As Universidades e o movimento estudantil em 1968 fervilham, mas os atendimentos na Clínica da USP devem ser mantidos longe de tudo isso; são espaços onde a vida e o mundo não podem penetrar (COIMBRA, 1995, p. 121).

Coimbra (1995) destaca a tensão existente entre alguns psicanalistas que faziam parte do quadro docente da USP na época com os estudantes vinculados a militância estudantil. Um exemplo desta tensão é relato de uma situação ocorrida durante uma assembléia sobre a reestruturação curricular do curso de Psicologia. Com a notícia da prisão da aluna do curso, Iara Iavelberg, é organizado um abaixo assinado para que o reitor tomasse providências a respeito dessa situação. Um professor do curso e psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) intervém dizendo que teria vindo à assembléia para falar de currículos e não de política¹⁴².

Outro local ocupado pelos estudantes foi a Faculdade de Filosofia da USP que, sediada na Rua Maria Antonia, funcionava como um QC do ME. No dia 2 de outubro, foi realizado um pedágio para recolher fundos para realização do 30º Congresso da UNE, que

¹⁴¹ Chama-se atenção para o caráter pacífico do protesto e a necessidade de controle da violência, sendo “o recuo nas ações violentas parte da estratégia política dos dois grupos em questão, para tentar atribuir o ‘caráter violento’ ao ‘inimigo’” (ibid., p. 144).

¹⁴² Nesse sentido, Coimbra aponta para a contaminação do que ela define como ideologia da “verdadeira” psicanálise e da formação analítica no curso de Psicologia: “a instituição formação analítica está presente, da mesma forma que a academia, com todas as suas características de arrogância, autoritarismo e imposição de submissão” (COIMBRA, 1995, p. 123).

terminou em conflito com ocupantes da Universidade Mackenzie, no prédio vizinho. Valle destaca “a radicalização do uso da violência tanto por parte dos grupos paramilitares e da polícia quanto dos estudantes” (VALLE, 2016, p. 209). No mesmo mês, o congresso clandestino de Ibiúna é estourado pela polícia e cerca de 700 líderes estudantis são presos. Nos dias que precederam a decretação do Ato Institucional nº 5, o CRUSP sofre uma gigantesca operação de cerco militar, que deu lugar a centenas de prisões e apreensão de material considerado subversivo nos apartamentos em que residiam os alunos da USP, o que incluía até caixinhas de pílulas anticoncepcionais (ARNS, 2011, p. 158). As ocupações e protestos se estenderam até o final de 1968, “quando há a decretação do AI-5 e a invasão da Universidade pelo Exército” (COIMBRA, 1995, p. 15). A instauração do ato institucional nº 5, que já ameaçava acontecer desde o início do ano, ocorre em dezembro, e os estudantes e suas manifestações são alvos privilegiados do mesmo.

A partir de então “o movimento entra em refluxo, pois qualquer manifestação de protesto organizada é respondida a bala pela política que não hesita em invadir igrejas e hospitais”, provocando medo e desânimo (COIMBRA, 1995, p. 15). Sobre as ações repressivas, Motta (2015) destaca dois momentos mais agudos. O primeiro em 1964, quando se realizou a operação limpeza, tendo demitido aproximadamente 100 professores e o mesmo número de estudantes expulsos, e um segundo momento logo após a instauração do AI-5, tendo demitido cerca de 120 professores, além de atingir lideranças acadêmicas e estudantes, com estimativas de 500 a 1000 estudantes expulsos em função do Decreto nº 477, que permitia “expulsar sumariamente das universidades os estudantes que se envolvessem em atividades consideradas politicamente inconvenientes” (MOTTA, 2015, p. 42).

Chega-se, assim, ao coroamento da atuação do CSN contra o movimento estudantil, com a edição do Decreto-Lei n. 477. A partir desse decreto, qualquer atitude de aluno, professor ou funcionário julgada como “infração disciplinar” implicaria demissão e proibição de nova nomeação para cargo público por cinco anos ou, no caso dos alunos, desligamento e proibição de matrícula em qualquer outro estabelecimento de ensino por três anos (ALMEIDA, 2015, p. 98). Também os estudantes do curso secundário se tornam vítimas de inúmeros processos e inquéritos e processos judiciais.

Em 1970, foram criadas as agências específicas para as universidades, as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), permitindo um maior controle sobre a vida acadêmica, proibindo eventos, vigiando publicações, censurando a circulação de livros. Motta (2015) também cita dois projetos militares criados com a intenção de disseminar entre os jovens “certos valores caros ao regime militar, como patriotismo, civismo autoritário, respeito à

ordem social, e à moral cristã, na tentativa de disputar com a esquerda a formação da juventude” (MOTTA, 2015, p. 43), como o Projeto Rondon e a criação da Educação Moral e Cívica (EMC).

O período Médici, então, marca um declínio das manifestações estudantis, com a desarticulação e perseguição das lideranças (ARNS, 2011). Após 1968, a chamada “massa avançada”, particularmente formada pelas as lideranças do ME, aderem às organizações clandestinas de esquerda, boa parte delas armadas. Algumas lideranças do Calabouço são recrutadas por organizações políticas como a Ação Libertadora Nacional (ALN), Dissidência do PCB, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Ação Popular, entre outras (RIDENTI, 2010). Nos anos seguintes, muitos líderes estudantis são mortos, como Honestino Guimarães, Gildo Macedo Lacerda, Humberto Câmara e José Carlos da Mata Machado. Em 1973, a UNE acaba por ser extinta.

Por outro lado, a reforma universitária foi levada a cabo pelo regime militar, houve a racionalização de recursos, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, fomento à pesquisa e a pós-graduação, com sistema de créditos, obras de expansão e de campi universitários, ampliação de vagas e a expansão de instituições privadas.

De modo similar ao “milagre”, nas universidades, o crescimento foi desequilibrado e socialmente injusto. Algumas regiões do país foram mais beneficiadas, e as instituições públicas acabaram por recrutar mais entre os jovens de nível social superior, que tinham melhor escolarização de nível médio e ganhavam a disputa pelas vagas no vestibular (que também foi reformado no regime militar com a criação de exames centralizados). Os jovens de estratos sociais inferiores tendiam, majoritariamente, a dirigir-se para as faculdades privadas, que tinham menor qualidade e cobravam mensalidades (MOTTA, 2015, p. 46-47).

Os anos 70 marcam, assim, alterações no campo da Educação e da vida universitária brasileira. Segundo Dunker (2015) o plano do Ministro da Educação de Médici envolveu “expandir a população universitária de técnicos e cientistas, apoiando cursos mais práticos e orientados para solução de problemas reais” (DUNKER, 2015, p. 152). Nesse contexto, é visto uma expansão nos cursos de psicologia e uma retração nos cursos de sociologia e filosofia. Com a repressão controlando as “novas ‘associações’ estudantis” e a reforma universitária priorizando a competência técnica, o resultado no ensino brasileiro é um “arremedo colonizado de novidades européias” (HOLLANDA, 1992, p. 93).

Após 1976, com a progressiva abertura política, a busca pela liberdade dos estudantes presos, pelo fim da tortura e da administração autoritária das universidades faz a agitação estudantil se intensificar, encorajando a reconstrução da UNE, que ocorre em 1979. No início dos anos 80, há a conversão de alguns valores do movimento contracultural (que

descreveremos a seguir) junto ao movimento estudantil universitário. Para ilustrar esse quadro, a revista *Rádice*, de 1980, traz uma matéria sobre as eleições do Movimento Estudantil na Psicologia da PUC-RJ, que teve como vencedora a chapa chamada Libido. Carlos Ralph, editor da revista, questiona sobre o nome da chapa, e um jovem integrante da chapa responde:

Como próprio Reich fala, a luta de classes não é fundamentalmente uma questão econômica, mas engloba outras variáveis, entre as quais se insere também a sexualidade, logo, achamos que poderíamos também contribuir neste terreno, pois a moral burguesa, além dos fatores econômicos, está destruindo a juventude (RALPH, 1980b, p. 15).

Outros estudantes da mesma chapa se referem aos atritos com a própria esquerda estudantil. É o que afirma Rogério ao dizer que “por causa dessas discussões sobre família fomos muito criticados por um pessoal que acha que fazer política é gritar o tempo todo ‘abaixo a ditadura’”. Complementa o estudante Carlos Eduardo: “é interessante notar que muita gente acha que nossa plataforma é vazia politicamente *somente porque partimos do indivíduo*”. Thaís, outra integrante da chapa, resume a união do movimento cultural com o movimento estudantil: “Na PUC há espaço para que isso aconteça, porque as ‘vanguardas’ já sentem que a abordagem nas turmas tem que ser outra, *o velho discurso do ME já está cansando o ouvido dos estudantes*” (RALPH, 1980b, p. 15-16, grifos meus).

Com isso em mente, passemos agora para o campo da resistência cultural, que, assim como o ME, após a segunda metade da década de 1970, absorve os ideais corporalistas e se utilizam de referências teóricas como o trabalho de Wilhelm Reich. É importante destacar a ebulição cultural revolucionária que toma a sociedade brasileira particularmente na década de 1970 para que possamos pensar também como a teoria psicanalítica respondeu a esses novos arranjos sociais e culturais protagonizados pela juventude.

3.1.2 A resistência cultural e a Geração AI-5

De acordo com Napolitano (2015), a chamada resistência cultural que se organizou contra o regime militar brasileiro emergiu do fracasso de um projeto de arte voltado para a promoção das reformas de base e da revolução brasileira nacional, democrática, antifeudal e anti-imperialista, conforme os termos do debate político anterior ao golpe militar de 1964.

Esse projeto, por sua vez, era tributário da cultura nacional-popular de esquerda que possuía várias matrizes histórico-estéticas: o Modernismo de 1922, a literatura regionalista dos anos de 1930 e a arte engajada produzida por membros e

simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro nos anos 1940 e de 1950. Entre 1958 e 1964, essas matrizes convergiram na formulação de um projeto de engajamento artístico-cultural que se manifestou no Teatro de Arena de São Paulo, no Centro Popular de Cultura da UNE e no Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife (NAPOLITANO, 2015, p. 193).

Os anos 60 foram marcados por debates em torno da eficácia revolucionária da palavra poética, pensada enquanto projeto de tomada de poder e do engajamento cultural visto como militância política. Nesse contexto, o Centro Popular de Cultura (CPC) propunha uma atitude revolucionária integrando-se povo, através de seu conceito de “arte popular revolucionária”, que concebia a arte como instrumento de tomada de poder (HOLLANDA, 1992). O movimento do CPC teria alcançado uma importante mobilização das camadas mais jovens de artistas e intelectuais no Brasil.

O que ficou de maravilhoso no período 61-64 da Cultura Brasiliensis foi justamente a doidera conscientizante que se apossou dos artistas. Como as esquerdas estavam próximas do Poder, montaram-se mil veículos de conscientização em massa do povo brasileiro. [...] O povo olha embasbacado aquela multidão de jovens que lhes ensinam coisas de dedo em riste, lhes faziam equações, empurrões, gritos de estímulo, eias! SUS! Querendo transformar os operários e camponeses em revoadas de torsos heróicos (HOLLANDA, 1992, p. 28).

A crítica de Hollanda, também assinalada por Napolitano (2015), é de que a poesia populista, apesar de seu propósito engajado, não teria desempenhado uma função realmente revolucionária. Colocando-se crítica a um uso indiscriminado da expressão “povo” por essa corrente, Hollanda (1992) afirma que a vanguarda caiu em uma “armadilha desenvolvimentista” própria do programa político da época, colocando-a numa posição de colonizada e colonizadora. A utopia desenvolvimentista buscava atualizar a modernização, trazer para o processo cultural brasileiro o modelo dos grandes centros, na suposição de que a informação cultural estrangeira poderia contribuir para “a formação de um ambiente cultural adequado à realidade de um país prestes a tornar-se desenvolvido” (HOLLANDA, 1992, p. 42).

Ao reivindicar para o intelectual um lugar ao lado do povo, não apenas se faz paternalista, mas termina – de forma ‘adequada’ à política da época – por escamotear as diferenças de classe, homogeneizando conceitualmente uma multiplicidade de contradições e interesses (HOLLANDA, 1992, p. 19).

Mesmo após o golpe civil-militar de 1964, a hegemonia cultural da esquerda no país manteve relativa presença. Segundo Roberto Schwarz (1978), nesse primeiro momento do período ditatorial (1964-1968), a intelectualidade socialista foi poupada, sendo aprisionados e

torturados somente aqueles em contato com os movimentos operários e camponeses. Nesse caso, o governo Castelo Branco não chegou a impedir a circulação do ideário esquerdista, mas cortou as pontes e conexões entre o movimento cultural e as massas. Impedida de chegar às classes populares, a produção poética se desloca para o teatro, o cinema e a música, em forma de espetáculo, passando a ocupar a atenção dos produtores culturais e a ser consumida por um público de intelectuais e estudantes da classe média.

É o que destaca Holanda (1992) ao dizer que a ação cultural de esquerda foi canalizada para um circuito de espetáculo, um simulacro de militância. Vê-se o nascimento de uma nova geração de cineastas que constituem o grupo do Cinema Novo, a chamada esquerda festiva, em que a festa, elemento subversivo, é a “marca de uma crítica ao tom grave e nobre da prática e do discurso político que caracterizava e definia a ação cultural da geração anterior” (HOLLANDA, 1992, p. 33). Os Festivais de Música Popular Brasileira, iniciados em 1965 e 1966 pela TV Record, assim como o Fino da Bossa com Elis Regina e Jair Rodrigues, trazem a tendência da canção protesto, que atua como catalisadora política de setores da classe média, especialmente entre os estudantes.

Essa tendência irá explodir em 1967 com o Tropicalismo, junto a uma crítica vigorosa em relação ao discurso populista das produções culturais existentes do período. No clima de declínio da euforia desenvolvimentista e das esperanças reformistas, “um novo grupo de jovens artistas começa a expressar sua inquietação, desconfiando dos mitos nacionalistas e do discurso militante do populismo” (HOLLANDA, 1992, p. 53). Informados pelos movimentos culturais e políticos da juventude que explodiam nos EUA e na Europa, o grupo começa a desempenhar um papel fundamental na produção cultural da época. Como coloca Holanda (1992, p. 63) eram “Nova Iorque e Londres, os dois templos da contracultura, do rock, da movimentação cultural jovem, os referenciais modernos de uma nova atitude que se configurava”. Neste caminho, a identificação não era mais com o povo ou com o proletariado, passando a ser com as minorias, “os negros, homossexuais, *freaks*, marginal de morro, pivete, *Madame Satã*, cultos afro-brasileiros e escola de samba” (HOLLANDA, 1992, p. 66). A Bahia é descoberta como o paraíso das minorias, marca da negritude, dos rituais africanos. Lá surgem os principais líderes do movimento tropicalista, como Caetano Veloso e Gilberto Gil, ambos presos e exilados quando a repressão se intensifica.

No momento de desilusão com a política, quando alguns movimentos de massa foram desarticulados pela instauração do AI-5, o Tropicalismo se torna a expressão de uma crise, ao valorizar a ocupação dos canais de massa, marcando a ruptura com o discurso do engajamento e recuperando um tom festivo em reação à sisudez dos ortodoxos. Marcando a

fragmentação do campo de resistência da esquerda no Brasil, o exemplo dos Novos Baianos mostra a politização e possibilidade de construção de novas singularidades, em oposição à outra esquerda brasileira representada pelos revolucionários nacional-populares, que “já estava dando provas, na prática, de um autoritarismo e de uma burocratização” (HOLLANDA, 1992, p. 61).

Para muitos, o tropicalismo, herdeiro de Oswald de Andrade e do movimento antropofágico e modernista de 1922, trava com as canções de protesto uma verdadeira guerra de interpretações, tendo como pano de fundo as duas visões de Brasil e de mundo presentes na esquerda (COIMBRA, 1995, p. 11-12).

Mas, a situação de hegemonia cultural da esquerda começa a se alterar com a intensificação da repressão, que buscava evitar qualquer possibilidade de mobilização junto aos movimentos de resistência, como o ME e a emergência da luta armada. Sobre isso, Napolitano afirma que:

Sob a ótica do regime militar, àquela altura era preciso evitar que a hegemonia cultural de esquerda criasse uma ponte entre o movimento estudantil (e o movimento social como um todo, pois os operários também se moviam) e a luta armada. O movimento estudantil tinha grande impacto na classe média, pois eram seus filhos que estavam nas ruas enfrentando a polícia e o governo (NAPOLITANO, 2015, p. 206).

Coimbra afirma que “apesar do Tropicalismo ser uma novidade em relação ao modo tradicional de a esquerda fazer política [...] muitos estudantes não conseguem, na época, perceber a ruptura que o tropicalismo faz” (COIMBRA, 1995, p. 12). Napolitano (2015) destaca a limitação existente na relação entre a resistência cultural, que era de origem notadamente “pequeno-burguesa” e os movimentos sociais ligados às massas trabalhadoras, sendo esse um dos motivos para o fracasso do projeto revolucionário e de conscientização da resistência cultural. Mas que, mesmo sem o povo e com pouco alcance político, “a arte de esquerda teria triunfado na indústria cultural brasileira, renovando o teatro, a música, o cinema”¹⁴³ (NAPOLITANO, 2015, p. 195-196).

Como já mencionamos, a virada da década traz o silenciamento ou a desarticulação dos movimentos de resistência política, particularmente o estudantil. A repressão política, junto à euforia do “milagre brasileiro”, cria um clima de ufanismo, e a classe média “vai, maravilhada, comprar seus automóveis, televisões coloridas e apartamentos conjugados para

¹⁴³ Por outro lado, Napolitano (2015) destaca a importância que a disseminação de uma cultura radical na classe média teve na batalha da memória, que contribuiu para o julgamento histórico negativo do regime nas parcelas mais cultas da classe média no processo de transição e consolidação democrática.

veraneio” (HOLLANDA, 1992, p. 90). A modernização provoca, então, “um salto na indústria cultural que encontra no consumismo da classe média um ótimo público” (HOLLANDA, 1992, p. 91). Dessa forma, a hegemonia cultural de esquerda não é extinta, mas acaba por ser “incorporada e capitalizada paulatinamente pelos liberais” após a derrota da luta armada que aconteceu por volta de 1973-1974 (NAPOLITANO, 2015, p. 207).

Junto a isso, na primeira metade da década de 1970, acontece o que Coimbra (1995) chama de uma “escalada na produção de subjetividades hegemônicas” e destaca o surgindo de uma cultura “alternativa”, que causará mudanças nas diversas relações do âmbito social e humano:

Apesar de tais resistências, das tentativas de se forjar singularidades, as subjetividades hegemônicas – através não só do clima de medo imperante, mas também das promessas de ascensão social muito fortes na época – cooptam muitos artistas e intelectuais. Esses passam a se ligar às agências estatais vinculadas à área da cultura e que são dinamizadas ou, mesmo, criadas nesse período. Vão ser, sem dúvida, os movimentos de resistência, por muitos chamados de “alternativos”, que conseguirão, por caminhos diferentes dos da luta armada, se opor à “ilha da tranquilidade e progresso”, ao Brasil do “milagre” imposto pela ditadura. Vão ser esses movimentos que continuarão – de outra forma – as contestações oriundas das décadas de 60, e que fortalecerão as mudanças que efetivamente ocorrem nas relações familiares, sexuais, nos costumes e comportamentos que a década de 80 em muito irá absorver (COIMBRA, 1995, p. 27).

Coimbra destaca a intensificação das questões relativas ao interior presentes inicialmente em movimentos de resistência cultural como o Tropicalismo, e depois, marcando também o fenômeno que Martins (2004) chamou de “geração AI-5”. Segundo o autor, a “geração AI-5” era formada por jovens brasileiros de uma elite urbana obrigados a viver sob os perigos do regime de opressão, criada por famílias liberais, que demonstravam alguma forma de oposição ao regime e tinham valores modernos, permissivos e particularmente “em crise” (MARTINS, 1979/2004). Nesse sentido, Russo (2012) destacou a mudança na noção do que significava família nessa época, aderindo valores de uma família capitalista moderna e contrapondo-se ao modelo patriarcal tradicional. Segundo a autora, o movimento contracultural adere a esse novo modelo, que, através do uso da propaganda do “milagre brasileiro”, contribuiu também para o projeto de individualização relativo ao movimento contracultural¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Um contraponto da autora a esse argumento seria a atitude de quebra com os padrões sociais e cultural representaram uma potência política de questionamento e ruptura com o *establishment*. Frente à crítica do esvaziamento político e do individualismo, Holanda (1992, p. 66) destaca a dimensão política que estaria implícita no comportamento desviante, “enquanto expressão de uma divergência em termos de visão de mundo que se concretiza em determinadas relações com o poder”, visando diretamente o sistema pela subversão da

Ao pensar alguns elementos dessa interiorização da Geração AI-5, Hollanda (1992) destaca as preocupações com o uso de drogas, a adesão à psicanálise, o culto ao rock, a preocupação com o aqui e agora e a necessidade de revolucionar o corpo e o comportamento. O lugar da psicanálise mostra-se ambíguo nesse contexto, uma vez que detém um possível símbolo de subversão, ao mesmo tempo em que é alvo de críticas que desnudam um papel normatizador, elitista e alienante da sua prática voltado às pequenas burguesias. No âmbito do seu caráter subversivo, destacamos um poema de Wally Salomão citado por Helena Buarque de Hollanda (1992, p.77):

MATERIALISMO DIALÉTICO E PSICANÁLISE

*As duas filhas da família comentam as suas sessões de análise. Uma delas vai para Inglaterra prosseguir análise com o analista – ídolo do seu pai.
A outra fala dos rapazes que freqüentam as sessões drogados e que portanto não podem ter seus problemas resolvidos.*

Sobre o segundo poema de Wally, Hollanda comenta sobre o papel da Psicanálise:

O portrait é perfeito. Duas meninas de família conversam casualmente sobre o assunto da moda. Mas já na compostura da conversa a tesoura-gilete de Wally “ataca” nos momentos-chave que, pelo corte, se imobilizam em contradição; é o “analista ídolo-do-pai”, é o modelo do cliente-bom além que informa a imagem da psicanálise de salão. Como se não bastasse, ainda pelo fio da gilete, Wally recorta pelo título de seu poema o nome do clássico livro de W. Reich, teórico marxista da psicanálise (HOLLANDA, 1992, p. 77).

Todos esses elementos contraculturais passam a incentivar uma recusa do projeto anterior e um progressivo desinteresse pela política, no qual o engajamento é substituído pela transformação individual através da função libertadora da sexualidade, das drogas e da psicanálise (HOLLANDA, 1992). Balizados largamente pela obra de Reich e as influências da ideologia do corpo, o movimento contracultural modifica a concepção de revolução social dos jovens da classe média. Essa geração começa a pensar que a possibilidade de revolução ou transformação social passaria por uma revolução individual, pois há a descrença em todas as formas de autoritarismo. É o que se vê nas páginas da revista *Rádice* ao trazer exemplos de movimentos sociais organizados naquele período, como a SOMOS-RJ, um agrupamento independente do movimento homossexual. Sobre a relação homossexualidade e política, João, membro do grupo, explica: “a vivência homossexual altera a ordem normal desta produção porque não há a geração de filhos, e aí você bloqueia um dos pilares da sociedade [...] Acho

linguagem e do comportamento, na qual “a loucura passa a ser vista como uma perspectiva capaz de romper com a lógica racionalizante da direita e da esquerda” (HOLLANDA, 1992, p. 69).

que existe uma subversão implícita na prática homossexual, uma subversão moral mesmo” (RALPH, 1980c, p. 28). Acrescenta ainda a associação entre revolução individual e social e sua articulação com as demais lutas de caráter identitário:

Seria uma forma dupla, simultânea de liberação: individual e social, pois se as pessoas não estiverem liberadas individualmente não vai adiantar nada cá fora porque a base vai estar furada [...] Não temos uma metodologia definida; está claro pra gente que temos que ocupar espaços e abrir alianças, e por isso estamos transando com o Movimento Negro e o Coletivo de Mulheres, que é uma parte do Movimento Feminista, que em sua maioria tem uma tremenda hostilidade contra a gente, *o que pra mim Freud explica* (RALPH, 1980c, p. 27, grifo meu).

É interessante notar a extrapolação dada ao significante *transar* para além de seu significado comum relativo ao ato sexual, da mesma forma que a sexualidade é elevada como um significante central para a conquista revolução social. *Transar* se torna um verbo (uma gíria) pra expressar várias ações: trocar, descolar, pensar, relacionar, conceber. Transa é inclusive o nome do famoso álbum de Caetano Veloso que foi produzido durante seu exílio em Londres. Nesse âmbito, Russo (2012) afirma que as políticas sexuais se tornam o principal terreno de luta no novo mundo da cultura juvenil, recuperando a obra de Reich.

A autora também destaca como a ideia de revolução individual funcionou como requisito para a revolução social, construindo a necessidade de auto-conhecimento e liberação, cultivando um terreno fértil para a aparição e desenvolvimento de uma cultura psicanalítica. Essa cultura, por sua vez, contribuiu para o citado *boom* psicanalítico, que se torna parte do processo de modernização conservadora na fase do milagre econômico brasileiro. Entre os valores que Martins (2004) descreve sobre o que ele chamou de Geração AI-5 estava a moda psicanalítica, um importante elemento que o autor diz ter contribuído para a alienação política dessa geração.

No seu ensaio, Martins (2004) reconhece a existência de um crescimento nos níveis de ansiedade da população como decorrência de várias questões sociais, como as rápidas mudanças econômicas na sociedade, o estado caótico dos centros urbanos, a qualidade de vida precária também em função da obstrução dos canais de representação e capacidade de protestar. Contudo, afirma que as práticas analíticas, dentre as quais estão as psicanalíticas, teriam se abstraído de entender a realidade social causadora de sofrimento psíquico, colaborando para a alienação do sujeito de seu contexto social e anestesiando conflitos entre família e ego e controle social e instinto (MARTINS, 2004).

Jurandir Freire Costa, psicanalista vinculado ao Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, publicou o livro *Violência e Psicanálise* em 1984 e dedicou um capítulo à Geração

AI-5, definindo-a como “o pólo vanguardista e intelectual do movimento [contracultural], que tem suas bases no estrato formado pelas elites culturais” (COSTA, 1984, p. 120). Propondo-se a refletir criticamente sobre o ensaio de Martins, Costa destaca a emergência do fenômeno da Geração AI-5 dentro de uma lógica identitarista:

Estudar as relações existentes entre o surgimento deste novo universo de valores e a criação de novos hábitos psíquicos individuais [...] e mostrando como este recentramento corpóreo do individualismo repercute penosamente no psiquismo do sujeito, levando-o *compulsoriamente* a recorrer cada vez mais a agências de controle e manutenção da *identidade pessoal* (COSTA, 1984, p. 120, grifos meus).

Costa diz que Martins foi “o primeiro autor brasileiro a propor uma interpretação de conjunto desta nova ideologia urbana, no contexto da realidade nacional” (COSTA, 1984, p. 120). A crítica feita por Costa se concentra no fato de Martins defender o reducionismo de conflitos político-econômicos na dinâmica do psiquismo individual sob a égide da cultura autoritária, porém, sem mostrar as condições de possibilidade para tal operação.

Além do que, afirmar que o subjetivismo tem sua origem no autoritarismo moderno não significa desconhecer que a visão do mundo construída a partir do indivíduo e de sua moralidade é um patrimônio de cultura burguesa, desde que esta solidificou-se na cultura ocidental? E, no Brasil, pode-se dizer que no período anterior a 68 as elites possuíam uma visão não-subjetivista dos problemas políticos? (COSTA, 1984, p. 130).

Logo, a “subjetivização de problemas políticos são fenômenos que antecederam, de muito, o surgimento da Geração AI-5” (COSTA, 1984, p. 137), sendo mais uma variação da ideologia da intimidade, na qual o autoritarismo criou condições políticas e econômicas para a desestruturação do núcleo da família burguesa, levando seus membros a redefinirem suas identidades privadas (COSTA, 1984, p. 137). Seria “na medida em que o indivíduo ignora as determinações sociais de sua realidade íntima, privada ou psicológica” que ele estaria “imerso no subjetivismo denunciado por Luciano Martins” (COSTA, 1984, p. 137). Dessa forma, semelhante ao que desenvolve Matheus (2010), Costa redefine histórica e culturalmente o fenômeno definido como Geração AI-5, reinserindo-o em um funcionamento mais amplo da modernidade e capitalismo, sem deixar de dar atenção para as particularidades dessa emergência no contexto particular do autoritarismo da ditadura civil-militar.

O fenômeno da contracultura promoveu uma materialidade social com a radicalização das experiências sensoriais e emocionais, o aumento de número de entradas em hospitais, desintegrações e até suicídios. Essa materialidade foi tomada pelos psicanalistas como fundamento para suas ideias em torno do imaginário de uma “iminente crise social” e a

sua relação com a emergência do descrito “novo perfil jovem” e “o psicologismo fornece uma legitimação ‘científica’ à tecnologia do ajustamento” (COIMBRA, 1995, p. 35).

Inseridas em um escopo de proximidade com o discurso científico, vemos a emergência e a hegemonia das teorias psicanalíticas do desenvolvimento que enfatizam a transitoriedade da contestação juvenil e do confronto com os autoritarismos como um fenômeno de caráter psicológico, característico da dinâmica endopsíquica de sua fase de desenvolvimento. Veremos como um movimento que se esforçou para não cair na estigmatização dos corpos e na patologização psiquiátrica acabou por transmitir uma outra mensagem carregada de um ideário normativo da vida adulta esperada: trabalhar, casar-se, realizar-se como trabalhador e construir uma família.

3.2 Elementos teóricos do discurso psicanalítico sobre o adolescente

Ao longo do período ditatorial brasileiro que durou pouco mais de duas décadas, as produções psicanalíticas, assim como os caminhos do seu movimento, sofreram e causaram modificações na composição do seu discurso psicanalítico. Não perdendo de vista a presença de descontinuidades, buscamos inicialmente destacar certas permanências nas principais noções e operadores teóricos sobre o fenômeno da adolescência presentes nas produções psicanalíticas durante o período estudado (1964-1985).

Para tal, alocamos alguns elementos teórico-discursivos em quatro categorias principais, buscando informar sobre a filiação teórica e epistemológica da produção dos psicanalistas analisados. A primeira aborda a noção de adolescência como fase de teste e incremento das capacidades do ego, destacando o horizonte ético e moral que atribuíu um papel social na conquista da identidade madura e saudável da adolescência. Depois, discutimos a questão da sexualidade na adolescência e seu ideal normativo, posto em cheque com a emergência da contracultura e da retomada que essa geração faz da obra de Reich. Na terceira seção, exploramos a noção de perigo da dita juventude transviada e da delinquência frente a um pressuposto de ameaça do esfacelamento do tecido social. Por último, destacamos o ideal desenvolvimentista e a noção de adolescência normal que aproximou a Psicanálise de um discurso científico alinhado ao cenário político ideológico do momento.

Para pensar essas quatro categorias centrais, foram trabalhados três textos principais de psicanalistas vinculados a diferentes instituições em períodos históricos diferentes. O primeiro sendo em 1967, quando a repressão política ainda não estava em seu ápice, o segundo em 1973, já dentro dos chamados anos de chumbo, e o último em 1983, quando a

censura já sendo desmontada. Notamos que, nesse primeiro momento, a despeito da diferente autoria, filiação e momento histórico, não observamos grandes dissonâncias a respeito das concepções de adolescência e o seu papel na conquista da identidade e normalidade adulta. Além disso, serão destacadas algumas produções do campo da Psiquiatria e da Psicologia como forma de demonstrar o alcance para fora do campo específico psicanalítico do seu discurso.

3.2.1 As capacidades do Ego e o papel da conquista da identidade

Lygia Amaral, uma das precursoras do movimento psicanalítico em São Paulo, foi também uma das primeiras a escrever sobre o tema da adolescência, na primeira edição da *Revista Brasileira de Psicanálise* (RBP) em 1967. Ao introduzir o assunto, Amaral apresenta sua visão sobre o desenvolvimento psíquico baseado na teoria kleiniana¹⁴⁵, e afirma que a transição entre a infância e a vida adulta ocorre em duas fases distintas: a fase de latência e a adolescência. O período de latência seria o momento no qual a criança elabora suas “angústias persecutórias e depressivas, resultando dessas atividades psíquicas, certo desenvolvimento das capacidades do ego” (AMARAL, 1967, p. 94). Nessa fase, os conflitos (angústias e fantasias) de caráter edípico e relativos à sexualidade adulta são reprimidos e há uma intensificação dos mecanismos de defesa que controlam os objetos internos. Espera-se, dessa fase, o fortalecimento do ego, fundamental para o enfrentamento dos “embates da adolescência” que se seguirão. A puberdade traz “o estímulo fisiológico, acarretando as manifestações sexuais secundárias” que rompem com o “equilíbrio obtido com muito esforço” (AMARAL, 1967, p. 96). Colocando ênfase na dinâmica instintual da vida psíquica, a psicanalista destaca que a puberdade e o incremento dos instintos sexuais derivativos da maturação genital ativam um intenso estado de fantasias e projeções em relação às figuras parentais¹⁴⁶. Matheus (2010)

¹⁴⁵ No período entre guerras, Melanie Klein dava vida à sua extensa obra sobre a análise de crianças. A sua visão de desenvolvimento concebe, dentro da polaridade instintual de Freud, a combinação das perspectivas biológica e social-relacional. A teoria kleiniana, para Frosh, se diferencia das teorias de Winnicott e Fairbairn ao contestar a ideia de unidade inerente à psique, o humano é visto como fundamentalmente cindido e “o desenvolvimento é visto como a alternância de período de maior ou menor integração das relações eu-objeto” (Frosh, 2019, p. 123-4). Mesmo que a psicanalista não tenha desenvolvido especificamente teorias sobre a adolescência, o seu trabalho com crianças e estudos sobre desenvolvimento infantil se tornaram base para muitos psicanalistas, inclusive brasileiros, desenvolverem suas formulações sobre os fenômenos da adolescência e da juventude contemporâneos, especialmente em função da sua visão de integração entre o “mundo interno” das “fantasias” (representações psíquicas dos instintos) e do “mundo externo”, ambos constituídos por forças conflituosas.

¹⁴⁶ Amaral coloca que, com o desenvolvimento real do corpo físico, há a ameaça do indivíduo de não restabelecer o equilíbrio conquistado pelos mecanismos defensivos na latência. Além disso, a realização do seu crescimento desencadeia diversas fantasias relativas ao envelhecimento dos pais, o que o faz entrar em conflito com seu próprio amadurecimento físico e psicológico (Amaral, 1967).

coloca que essa visão é derivada de uma determinada ênfase dada ao texto freudiano, em particular, a contida em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905)¹⁴⁷, onde Freud introduz o entendimento do papel da sexualidade infantil na etimologia das neuroses.

No lançamento do texto freudiano em 1905, a puberdade estava marcada por um determinismo finalista que a concebia como momento de síntese e integração das pulsões. A terceira parte desse texto é dedicada à “metamorfose da puberdade”, começando com a famosa frase: “com o advento da puberdade, introduzem-se as mudanças que levarão a vida sexual infantil à sua configuração *definitiva normal*” (FREUD, 1905/2012, p. 121, grifo meu). Com a entrada do jogo identificatório, do narcisismo e do complexo de Édipo anos mais tarde, Freud elabora os dois momentos da sexualidade e revê sua posição no sentido de privilegiar uma perspectiva mais simbólica, questionando a ideia de uma normalidade psíquica absoluta. A importância atribuída ao segundo momento da constituição do psiquismo, especialmente no que tange à dependência das experiências infantis na constituição final da sexualidade adulta, será uma das referências freudianas mais importantes no desenvolvimento dos estudos sobre a adolescência a partir dos pós-freudianos¹⁴⁸, como vemos na obra de Anna Freud e Melanie Klein.

Amaral aponta que, para o adolescente defender-se das angústias e estados confusionais desse período, ele recorre a mecanismos de defesa como a identificação projetiva e “*vale-se do grupo social*, pela integração ou pela fuga, para exteriorizar a *cisão* do ego e dos

¹⁴⁷ “Três ensaios” é uma das principais referências freudianas utilizadas posteriormente para o desenvolvimento das teorias psicanalíticas da adolescência dos pós-freudianos. Mesmo tendo guardado suas principais delimitações, é o trabalho de Freud que mais sofreu modificações ao longo do tempo, num total de cinco reedições até a última em 1924. Segundo Matheus (2010), na sua primeira edição, Freud buscava chegar a uma formulação que estabelecesse a correlação entre os fatores constitutivos e acidentais. A primeira versão do texto acaba por dar ênfase maior ao aspecto orgânico e constitucional, uma vez que “a própria teoria freudiana, em função do momento pelo qual passava, ainda não dispunha de recursos suficientes para que os fatores acidentais ganhassem importância frente aos fatores constitucionais” (MATHEUS, 2010, p. 165). Evitando, inicialmente, uma vertente mais essencialista, Freud adquire uma dimensão finalista ao colocar como desenvolvimento necessário a integração e subordinação das pulsões parciais à primazia da zona genital e escolha objetual. Já em um momento posterior, Freud tenta reequilibrar a correlação entre fatores internos e externos, e em 1914, enfatiza a independência da Psicanálise em relação ao saber biológico, afirmando que “os fatores acidentais são colocados na frente, os fatores disposicionais são deixados em segundo plano” sendo, que o “acidental desempenha o papel principal na psicanálise” (FREUD, 1905/2012, p. 15). Como solução para não cair nem no inatismo e nem no essencialismo, ele insere a temporalidade na equação e propõe que o conteúdo herdado só se atualiza através da experiência, que preenche essa matriz ou guia inata. Dessa forma, Freud mantém aquilo que fez a virada radical na ciência que propunha, ao defender a compreensão do psiquismo a partir de leis próprias, mas que não se desligavam totalmente da referência ao orgânico (MATHEUS, 2010).

¹⁴⁸ Frosh (2019) afirma que as particularidades das escolas psicanalíticas pós-freudianas centraram-se em torno de dois pontos centrais. O primeiro seria a ênfase maior ou menor atribuída à teoria dos instintos biológicos. Se o comportamento humano é determinado pelos instintos, então esse poderia ser visto minimamente como produto da construção social. As teorias pós-freudianas, entre outros elementos, variam na extensão e relação entre esses dois pólos. O segundo ponto centra-se nas abordagens a respeito da cisão ou da unidade psíquica humana, e o papel do desenvolvimento e do meio nesse contexto (se esses levariam a um maior grau de integração ou de cisão psíquica).

objetos” (Amaral, 1967, p. 97, grifos meus). Nesse sentido, ela afirma: “não é possível falar do adolescente sem levar em consideração o ambiente em que vive” (AMARAL, 1967, p. 97). Porém, o ambiente em que vive é colocado em termos da atitude dos pais frente às transformações da adolescência de seus/suas filhos/filhas.

Para ilustrar sua teorização, Amaral apresenta o caso de Marcos, um jovem de 19 anos, “encaminhado ao tratamento psicanalítico pelo médico da família que havia ficado responsável pelo rapaz durante a viagem dos pais ao estrangeiro” (AMARAL, 1967, p. 101). A expressão “viagem ao estrangeiro” marca a posição social da família e a condição de transferência dos cuidados sobre o corpo e a saúde do jovem da instituição familiar para a instituição médica. Em vista de atrasos de Marcos nas consultas psiquiátricas e na escola, e em função da morte de um amigo em um acidente automobilístico, “o médico, responsável *total* pelo jovem, decidiu *apelar* para a psicoterapia. Suas preocupações eram agravadas pela desconfiança de que Marcos estivesse bebendo *por influência de más companhias*” (AMARAL, 1976, p. 102, grifos meus). Nesse segundo momento, o psiquiatra “apela” à Psicanálise, como se essa tivesse algo a mais a dizer sobre o comportamento do jovem.

Na primeira sessão, Amaral conta que Marcos acusa o médico de excesso de zelo e afirma estar se sentido bem, o que a psicanalista explica ser uma projeção de suas ansiedades na figura do médico. Após o manejo inicial das angústias mobilizadas pelo jovem, a psicanalista diz ter sido capaz de ver um quadro contrastante com a “aparência ilusória, despreocupada e sorridente do jovem”. Marcos, então, relata sofrer de insônia, tendo de beber para dormir, e descreve vínculos ambivalentes com os amigos, incluindo o que falecera no acidente. Sentia-se culpado pela morte do amigo em função de seu comportamento ambivalente, o que negava onipotentemente em defesa. Após algumas sessões, “foi possível a Marcos reconhecer que essa viagem dos pais era sentida como a volta de grandes angústias adormecidas” da sua infância. Assim, a psicanalista afirma que o jovem se encontrava “identificado com o objeto interno, ‘mãe generosa e frustradora’”, sendo “compelido a repetir com os amigos a situação que não fora capaz de elaborar” na sua relação com ela (AMARAL, 1967, p. 104).

Contudo, o tratamento é interrompido pelo casamento do paciente com uma jovem de outra cidade. O termo interrompido é utilizado por Amaral como uma resistência ao tratamento: “o meio foi demasiadamente sedutor e assim, pois, paciente e família [...] numa festa maníaca forçaram a interrupção do tratamento”. Por fim, conclui sua vinheta, afirmando que “o *ego frágil* do paciente e os poucos recursos da analista foram insuficientes para deter a onda de *falsa reparação* de Marcos a seus objetos”. Além disso, “Marcos *não* tinha direito à

vida”, pois sua relação com as fantasias primitivas não elaboradas o faziam “atuar, muitas vezes, de maneira desastrosa, prejudicando o seu *desenvolvimento e contato com a realidade*” (Amaral, 1967, p. 105, grifos meus).

Basendo-se em preceitos da teoria kleiniana, como fantasia e reparação, a psicanalista não reconhece enquanto vida o que Marcos tinha, em função de ser guiada por um funcionamento inconsciente não elaborado que afetava a sua apreensão da realidade. A análise, nesse sentido, seria o que levaria Marcos em direção a elaborar essas fantasias e, por fim, adquirir a vida própria. Outro elemento importante trazido por Amaral é o entendimento de que o funcionamento mental de Marcos teria prejudicado o seu contato com a realidade. Veremos, ainda nesse capítulo, que o mesmo argumento é utilizado no exame de sanidade mental realizado em Ivan Seixas, preso político, para explicar suas atitudes em relação à militância política. Retomaremos essa questão ao final deste capítulo.

Uma maneira de abordar o entendimento dos conflitos e crises da fase da adolescência foi por meio da dicotomia entre mundo interno e mundo externo. A adolescência era vista como uma fase em que esse antagonismo dos instintos (mundo interno) e as forças civilizatórias, representadas pela família e pela sociedade (mundo externo), se encontravam mais presentes. É o que apresentam os psicanalistas da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), entre eles Leão Cabernite e Ernesto La Porta, em uma produção de 1973. Neste texto, os psicanalistas também examinam “à luz da Psicanálise” como se dá o desenvolvimento infantil “considerado do ângulo do desenvolvimento intrapsíquico”, a fim de assinalar de que maneira esse desenvolvimento torna-se núcleos para futuros conflitos, “em particular o *conflito de gerações*” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 278, grifo meu). Para tal, citam as diversas vertentes das teorias do desenvolvimento, como Winnicott, Bion, Klein, Anna Freud, Farbairn, Heimann, Jacobson, até chegarem à conceitualização da “adolescência, a explosão do conflito”. Segundo eles, é quando “se desenvolve uma luta mais intensa entre as forças progressivas e regressivas”, caracterizada por “tendências antiéticas em relação às forças do ambiente familiar e social” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 288).

Nessa luta, dizem eles, as “influências culturais têm seu papel na eclosão dos conflitos intrapsíquicos, mas estes são universais” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 286). Posteriormente, ainda afirmam que “a adolescência é um processo universal de mudança, mas terá características externas de cada cultura, que a facilitará ou dificultará” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 287). Nesse sentido, semelhante a Amaral (1967), colocam que os adolescentes são suscetíveis aos “ataques projetivos” dos pais e da sociedade, o que pode agravar o conflito adolescente e levar ao “desenvolvimento de personalidades e grupos sociais mais ou menos

anormais, que implicam numa autodestruição” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 287, grifos meus).

Citam, então, Anna Freud¹⁴⁹, para quem a adolescência é considerada uma entidade “semipatológica”, em função da dificuldade de estabelecer o que é normal ou patológico desta fase. Nesse sentido, dentro da “normalidade”, estariam os comportamentos adolescentes que não se colocam regressivamente (ou em contradição) aos ideais da família e da ordem social. Os “desequilíbrios e instabilidades” perturbam tanto o jovem como o mundo adulto, mas seriam absolutamente necessários, pois é desse processo que o “adolescente vai estabelecer sua identidade, objetivo fundamental desse momento de vida” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 286). Assim, o estabelecimento de uma identidade saudável indicaria um caminho para a normalidade.

A conquista da identidade ao final da adolescência é um elemento que figurou nas teorizações dos brasileiros, seguidores da tradição teórica preconizada por Anna Freud e pelo culturalista Erik Erikson¹⁵⁰. Matheus (2010) destaca que Erikson preocupou-se em aproximar o saber psicanalítico a uma corrente de pensamento que se debruçava em determinações culturais. Ele se propunha a “disponibilizar as formulações de uma psicanálise pautada na tese de um desenvolvimento predeterminado, utilizando-as na análise da questão da juventude”, que começou a mobilizar “pesquisadores, clínicos e governantes, sobretudo a partir da Segunda Guerra” (MATHEUS, 2010, p. 219). Assim, a partir dos anos 50, as noções de identidade, crise de identidade e moratória adolescente¹⁵¹ passam a ser amplamente utilizadas

¹⁴⁹ No decorrer de sua vida, Anna Freud esteve interessada em analisar os obstáculos psicodinâmicos para o desenvolvimento normal, que consistia em “sequências nas quais aspectos particulares da personalidade gradualmente se desdobram, sempre de uma posição de relativo domínio por parte do Id para o controle relativo por parte do Eu” (FROSH, 2019, p. 94). Anna Freud propôs uma visão segundo a qual “as chamadas ‘agitações adolescentes’ não são mais do que indicadores externos de que tais ajustes internos estão ocorrendo”. Por “ajustes”, referia-se à perda do equilíbrio interno entre ‘ego’ e ‘id’, na tentativa de alcançar a sexualidade adulta e integrar-se em uma personalidade individual.

¹⁵⁰ Contemporâneo a Anna Freud na América do Norte, Erik Erikson, psicanalista que estudou em Viena e emigrou para os Estados Unidos em 1933 em função da emergência do Nazismo na Europa, desenvolveu estudos que deram importante atenção para a influência de determinantes culturais, sociais e situacionais na formação da personalidade, considerando especialmente os traumas de identidade da adolescência (FROSH, 2019). Erikson escreveu extensivamente sobre adolescência e juventude nos anos seguintes ao final da Segunda Guerra Mundial e no contexto de emergência dos movimentos de contracultura. Em 1976, foi publicada a versão em português do seu livro *Identidade: Juventude e Crise*.

¹⁵¹ Erikson propôs a ideia de moratória psicossocial e da possibilidade de experimentação da adolescência, “à medida que os progressos tecnológicos ampliam cada vez mais o intervalo de tempo entre o começo da vida escolar e o acesso final do jovem ao trabalho especializado”. Nesse contexto, afirma que “alguns adolescentes preferem não trabalhar, por algum tempo, em vez de serem forçados a ingressar numa carreira que, sendo promissora, ofereceria perspectiva de êxito, mas sem a satisfação de funcionar com excelência ímpar” (ERIKSON, 1976, p. 128). A disponibilidade da juventude ao lazer e à experimentação, como aponta Matheus (2010), teria conferido um viés liberal a suas teorias, na medida em que tomou como modelo a referência dos segmentos juvenis privilegiados, que não eram obviamente a maioria, excluindo de cena os jovens que não

por diversos estudiosos da adolescência, tanto na psicanálise como em correntes da psicologia e das ciências humanas, fazendo de Erikson uma das principais referências no campo.

Erikson descreveu as tarefas psicológicas envolvidas na fase da adolescência, como a superação da crise de identidade e o estabelecimento da identidade de ego. O desafio de conquistar uma identidade integrada e final estaria na capacidade fazer um acordo entre mundo interno e mundo externo, na capacidade de integrar as identificações e vicissitudes da libido do indivíduo com as aptidões naturais e as oportunidades oferecidas socialmente (MATHEUS, 2010, p. 223). Nesse contexto, os momentos históricos e as mudanças sociais poderiam tornar essa tarefa mais difícil¹⁵². Por exemplo, se um jovem pressentir que o meio tenta privá-lo de todas as formas de expressão que lhe permitiriam desenvolver e integrar o passo seguinte, ele poderá “resistir com vigor *selvático* que se encontra nos animais que são forçados, subitamente, a defender a própria vida”, uma vez que “na selva social da existência humana, *não existe sentimento vivencial sem um sentimento de identidade*” (ERIKSON, 1976, p. 130, grifos meus). Assim, o fracasso na tarefa de adquirir uma identidade pessoal poderia levar a quadros vistos nas desordens de personalidade psicótica e na delinquência. Dessa forma, a conquista da identidade seria um processo psicológico fundamental para separar o normal e o patológico, e, ainda mais, o primitivo e o civilizado.

Quais seriam então os indicativos de que o jovem de fato teria conquistado a sua identidade saudável ao final da adolescência na teorização dos psicanalistas brasileiros? Entre os elementos descritos estavam o estabelecimento da identidade sexual heterossexual, a capacidade para o trabalho e a constituição familiar. Ou seja, os elementos da conquista da identidade individual são condizentes aos objetivos sociais e políticos pensados para a identidade do povo brasileiro, que conduziria o país ao progresso, mas agora pensados enquanto conquista psicológica individual. Essa posição é compartilhada por Marco Aurélio Baggio, psiquiatra e psicanalista de Minas Gerais no *Boletim do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais*. Segundo o psicanalista, “o término da adolescência configura-se pela constatação das seguintes características”: existe uma identidade sexual *confirmada* e um

deixavam também de experimentar a condição juvenil sem a possibilidade de moratória ou período de experimentação.

¹⁵² Frosh (2019) aponta que, se por um lado, essas teorias avançam em incluir uma maior influência do meio no desenvolvimento psicológico, por outro, elas apenas o tomam como empecilho. E, dessa forma, a problematização da dimensão cultural resta intocada. A crítica que Frosh endereça aos teóricos da Psicologia do Ego, e para os psicanalistas que enfatizam o ideal de maturação e fortalecimento das capacidades do Ego se concentra no seu caráter conformista. Elas tenderiam a tomar a estrutura social como um dado incontestável, “restringindo-se a uma explicação de como os indivíduos conseguem ajustar-se às suas culturas” (ibid., p. 100). Além disso, Frosh aponta para como a teoria do desenvolvimento de Erikson prevê como o indivíduo poderia absorver e internalizar os recursos culturais para uma maior integração do Eu visto como um centro de identidade pessoal coerente (ibid., p. 97).

sistema pessoal de valores éticos estabelecido, o jovem é capaz de estabelecer relações interpessoais *duradouras*, incluindo o amor sexual e “*aceita o trabalho como uma necessidade econômica*, vislumbrando a possibilidade de obter alguma forma de realização pessoal através dele” (BAGGIO, 1983, p.18, grifos meus).

Para o psicanalista, a adolescência seria o processo de formação do indivíduo, que transmite e renova o “patrimônio cultural da humanidade” (BAGGIO, 1983, p. 13). Este pensamento está alinhando com a publicação de Schneider et al (1973), na qual a superação da fase da adolescência envolve um alinhamento ético com os objetivos civilizatórios e também condizentes aos ideais da Psicologia do Ego. Segundo o Frosh, as teorias da Psicologia do Ego podem dar margem para pressuposições normativas ao apontar o desenvolvimento como um caminho em direção a uma maior força do Eu e uma adaptação mais bem-sucedida ao ambiente. Matheus (2010) também aponta que o projeto pedagógico implícito nos estudos de adolescência dessa linha tinha como pano de fundo um ideal de humanidade específico, no qual a evolução do indivíduo dependia do domínio dos instintos e da adaptação às exigências do meio. Assim, o momento da puberdade, ativando os conflitos característicos da adolescência, tornava-se crítico porque ameaçador desta tarefa.

Assim, através do ideal da conquista da identidade, da individualidade adulta e da importância desta para a transmissão da cultura, os três psicanalistas, em momentos diferentes do período ditatorial, e filiados a diferentes instituições, apontam para como os ideais que norteavam suas concepções de adolescência na teoria psicanalítica estavam alinhados com os ideais e valores da modernidade dentro dos padrões da “cultura cristã-ocidental-urbanizada” sobre a formação de um indivíduo heterossexual, trabalhador, casado e com valores correspondentes deste grupo social (BAGGIO, 1983, p. 13).

O psicanalista Franco Filho (1980a), da SBPSP, chamou atenção para o caráter pretensamente neutro e científico que as teorizações psicanalíticas apresentavam, mas que demonstravam determinadas conotações éticas¹⁵³ para a proposta da Psicanálise:

É fácil perceber como a ‘valorização’ dos processos psicológicos influi na noção que se tenha em relação às *finalidades* da Psicanálise. Passa esta a se inscrever na linha dos meios que devem conduzir a *padrões previamente delimitados*, porque *desejáveis*. Enfim, nessas condições, a Psicanálise ultrapassa a questão da ética da investigação para se confundir com a ética da transformação desejável (FILHO, 1980, p. 467, grifos meus).

¹⁵³ Acrescenta o autor: “Minhas indagações se situam numa outra perspectiva e se referem à possibilidade de as teorias psicanalíticas veicularem intrinsecamente noções de bom e mau, de desejável e rejeitável, e assim, se colocarem naturalmente a serviço de um papel ético” (FILHO, 1980 p. 465).

Dentro das transformações desejáveis propostas por alguns psicanalistas, Filho destaca como a sexualidade teria se tornado uma ferramenta teórica de uma teleologia da genitalidade.

3.2.2 A sexualidade dos jovens

Atrelado ao debate da conquista da identidade, aparece a discussão sobre a sexualidade dos jovens, trazendo a questão da diferenciação sexual e da escolha objetal heterossexual e sua importância no surgimento de possíveis quadros neuróticos. Observamos um recorte de gênero dentro da discussão: as poucas produções que tratavam especificamente sobre a adolescente mulher acabam debruçando-se sobre a sua sexualidade, enquanto as discussões sobre delinquência e atitudes anti-sociais referiam-se ao gênero masculino. É o que podemos ver no já citado texto de Lygia do Amaral que, ao visar o desenvolvimento da adolescência, desvela o ideário da época para a jovem mulher: ser feminina, casar-se e ser maternal.

Há para a menina, por exemplo, o pesar de *não* mais poder alimentar a esperança de se transformar em menino. Ao mesmo tempo em que experimenta a decepção dessa fantasia, vem a satisfação de estar vencendo outras, por exemplo, o medo de *não se realizar* como mulher, o de ter o seu interior destruído, de *não* ser capaz de ter filhos. O aparecimento da menarca e o crescimento dos seios são recebidos com satisfação misturada com desconfiança. No momento em que há a *possibilidade real de ser mulher*, surge a dúvida de encontrar quem a queira, é o período do desejo urgente do casamento e o *pavor de ficar solteira*. A menina-moça torna-se mais feminina e mais maternal, como a própria mãe (AMARAL, 1967, p. 96, meus grifos).

Vemos nessa citação de Amaral uma série de marcações que se realizam através da negativa. A adolescência marcaria, então, para a mulher, o momento certo da *realização* – tanto no âmbito de um “dar-se conta de”, como poderia sugerir a tradução do verbo “realise” no inglês, como das possibilidades do real e da efetivação da diferença sexual e do gênero como o correspondente com seu sexo, assumindo sua capacidade de ter filhos. É algo semelhante ao que vemos no discurso de Elza Barra (1970), psicóloga e psicanalista da SBPSP¹⁵⁴. Em publicação para o *Boletim de Psicologia*, ela afirma que: “a aparição da menstruação na menina e do sêmen no menino lhes *objetivam e definem* a diferenciação de

¹⁵⁴ O *Jornal de Psicanálise* de 1971 traz o obituário de Elza Barra escrito por Gecel Sztterling. Segundo o psicanalista, Barra dedicou-se desde 1933 à Psicologia, tendo sido Psicóloga do Departamento de Educação de São Paulo e também do Serviço de Psicologia da Penitenciária do Estado de São Paulo. Foi também professora de Pedagogia e do ensino infantil, tendo se dedicado intensamente à psicanálise de crianças e à psicologia educacional.

sexos, e o papel que *devem* assumir na união e na procriação” (BARRA, 1970, p. 40, grifos meus). A masturbação, nessa fase, é vista como meio de descarregar as pulsões sexuais, mas também como defesa que nega “onipotentemente que se dispõe de um só sexo e que para a união se necessita de outra parte” (BARRA, 1970, p. 40). Matheus (2010) ressalta a particularidade da filiação ao texto freudiano, como já destacamos anteriormente, em que os adeptos das teorias do desenvolvimento fazem um recorte da obra freudiana privilegiando aspectos nunca abandonados por Freud:

A ênfase finalista, realçada por estes autores, resgata e põe em destaque a concepção freudiana da primazia da genitalidade em sua relação com a reprodução, permitindo, juntamente com a noção de fases ou estádios infantis (oral, anal, fálico), cuidadosamente descritas por Abraham, estabelecer as bases de um desenvolvimento a ser defendido e explorado. A sucessão de etapas previstas também não deixa de estar presente quando se pensa nos caminhos da libido e em sua relação com a escolha objetual, desde uma condição inicial autoerótica e, num segundo momento, narcísica, até uma condição de alteridade necessária, que viabiliza a escolha heterossexual, capaz de suplantando o homossexualismo precedente (MATHEUS, 2010, p. 243).

O conflito envolvido na negação do luto da bissexualidade e da diferenciação levaria o adolescente a distúrbios na conquista da “identidade sexual”. Como “sintoma” desses conflitos, Barra introduz um dos usos remetidos a expressão freudiana de *acting-out*¹⁵⁵. Ela define como um “acting out sexual”, ou seja, uma atuação que busca encontrar o castigo para desejos proibidos, questões como as altas porcentagens de contágio venéreo entre jovens e a precoce genitalidade. Dentro de uma leitura semelhante, o psicanalista Baggio (1983) coloca que o sexo e a gravidez aparecem como alternativas para “aliviar angústia, suprir carências, expressar rebelião” (BAGGIO, 1983, p. 17). Baggio cita exemplos da sua prática clínica de comportamentos de mulheres que expressam “atuações” através da sua sexualidade: jovem recém-casada, que vive mal com o marido, tem relações sexuais com um amante, com o qual também entra em conflito, logo está grávida e não sabe de quem é o filho; adolescente que engravida *para* “adiar evolução sexual”, e por último; “mulher insegura, carente, necessitada” de um homem que a cuide, se envolve com homem que parece forte e “não passa de um bebezão alcoólatra” e a gravidez aparece *como* forma atuada de manter a ligação entre os parceiros (BAGGIO, 1983, p. 17).

¹⁵⁵ O conceito de *acting-out* foi inicialmente desenvolvido no contexto do *setting* analítico e da transferência para se pensar a emergência do material inconsciente que não consegue ser elaborado simbolicamente e acaba aparecendo em forma de atuação. Veremos a torção conceitual/epistemológica feita pelos psicanalistas ao pensar o uso do mesmo conceito para classificar ou interpretar uma série de comportamentos dos adolescentes, incluindo alguns fenômenos de grupo, como a delinquência.

Os comportamentos citados das adolescentes mulheres relativos às suas sexualidades refletem o contexto de mudanças sociais conquistadas pelas mulheres daquele período. Como destaca Coimbra (1995), as décadas de 60 e 70 foram marcadas pela valorização da profissionalização e pelo engajamento político da mulher, o casamento deixa de ser a única perspectiva de realização e independência, a sexualidade se expande para além do casamento, discute-se sobre a monogamia e a reprodução se torna uma opção, com as discussões sobre o direito ao aborto e o uso da pílula anticoncepcional. Porém, esses comportamentos restam teorizados, englobados como manifestações inconscientes relativas ao funcionamento mental, e assim, esvaziados de seu potencial emancipatório ou singular.

Neste sentido, a liberação sexual proposta pelos movimentos culturais deste período ficava reduzida a uma categoria psicológica de “atuação sexual” dos jovens, definida como uma “procura hedonística de satisfação sexual demasiado repetida e fácil” (BAGGIO, 1983, p. 17) que não traria um preenchimento emocional real. Outro exemplo disso aparece nas considerações sobre o uso da pílula, parte da “revolução sexual” das jovens e da pauta feminista por independência nos anos 1960. Na visão dos psicanalistas do Rio de Janeiro, o uso da pílula “veio trazer um apoio às tendências de maior liberdade sexual”; porém, uma liberdade incompleta, pois seria somente uma forma de liberdade de expressão que encobriria conflitos e distúrbios como impotência, frigidez e homossexualidade (SCHNEIDER et al, 1973, p. 267). Lembremos que, no episódio da invasão da polícia ao Crusp em 1968, entre os materiais taxados como subversivos pela polícia foram apreendidas caixas de pílula anticoncepcional.

As vestimentas *unissex* desses jovens também não escapam da análise dos psicanalistas, que afirmam ser uma forma de o jovem sentir-se “feio”. Porém, não deixam claro se a relação entre as roupas *unissex* com a “feição” é realizada pelos próprios jovens ou por eles mesmos. Explicam:

Ser feio é *não* ser amado, *não* ter “chance” de ser amado. Os laços de amor existentes na infância sofrem uma ruptura num determinado momento da juventude. Parecem-nos protestos dos adolescentes contra os pais, porque se sentem de alguma forma abandonados. *Não* são protegidos, amados, e por esta razão se sentem feios, adolescentes feios que *não* têm o amor dos pais. O uso de drogas parece ter também esse caráter acusatório (SCHNEIDER et al, 1973, p. 268, grifos meus).

Filho (1980) aponta como certas teorias sexuais da psicanálise são “sexuadas”, “não podendo atribuir a elas a indiferença e a assepsia preconizadas por um ideal cientificista” (FILHO, 1980, p. 473). Isso ficaria claro, de acordo com ele, ao pensar que a “psicologia da mulher” estaria impregnada de pressupostos históricos e condicionada por interesses pessoais,

na qual a visão freudiana de feminilidade obedece a uma construção falocentrista e “fornece bom exemplo da estreita ligação que pode haver entre certas teorias e a personalidade e cultura de seus autores” (FILHO, 1980, p. 473).

Contudo, a crítica à normatividade visada pelos psicanalistas deve ser feita com as lentes do passado, e não do presente. Questões como a diversificação das experiências sexuais e o uso de pílula anticoncepcional eram fenômenos então recentes, ampliados justamente no final da década de 1960 com a explosão do movimento contracultural ao redor do mundo, o que trazia o caráter de um “mal-estar” frente à novidade e ao desconhecido, demandando a elaboração de novos saberes a respeito. Nesse sentido, questões relativas à identidade e à escolha sexual e ao uso de drogas, características de um tipo de cultura da juventude daquele momento, são elementos que levaram à uma radicalização da teoria psicanalítica. Essa radicalização ocorreu tanto na tentativa de transpor uma teoria do desenvolvimento mental individual para elucidar a motivação de certos fenômenos do social, como também tomando o corpo e a sexualidade individual como lugar de transformação individual e social.

Segundo Frosh (2019), os teóricos freudo-marxistas buscaram tensionar a oposição irreduzível de Freud entre indivíduo e sociedade, tomando a repressão sexual como um processo de dominação e de barreira para o alcance dos objetivos libertários. Uma das principais referências teóricas tomadas como inspiração para a revolução sexual da contracultura e dos protestos de Maio de 1968 foi o livro *O combate sexual da juventude* (1932) de Wilhelm Reich, discípulo de Freud e expoente da abordagem libertária clássica¹⁵⁶. Na obra, Reich afirma que “o problema central da juventude é o das relações sexuais no momento da adolescência, e o da posição tomada pela ordem social, o Estado burguês e os seus representantes em relação à sexualidade” (REICH, 1986, p. 10). Reich afirma que os problemas da juventude se iniciam com o recalçamento dos impulsos sexuais, desenvolvendo perturbações corporais prejudiciais, como a inibição do desenvolvimento normal da excitação sexual (REICH, 1986).

Entre as limitações da teoria de Reich, Frosh (2019) destaca a redução da sexualidade da teoria freudiana para uma dimensão da genitalidade heterossexual, tomada como natural, necessária e precursora da saúde psíquica. Porém, ao considerar a relação sexual motivo de adoecimento, assim como uma ferramenta de transformação social e política, Reich

¹⁵⁶ Ainda nos anos 30, os desenvolvimentos de Reich o levam a ser expulso da Sociedade Psicanalítica de Viena, tendo publicado em 1933 o livro *A função do orgasmo e psicologia de massa do fascismo*. Em 1939, perseguido pelo Nazismo, muda-se para os Estados Unidos, onde postula a sua teoria da orgonomia, levando a um ainda maior ceticismo da comunidade científica, período em que chega a ser preso em função do comércio de seus experimentos em terras americanas (ALBERTI, 2011).

terá suas teorias reativadas no contexto do movimento contracultural e da revolução sexual no Brasil, especialmente com o trabalho dos corporalistas¹⁵⁷.

Segundo Dunker (2015), o início dos anos 80 traz a articulação de algumas “formas de resistências” que, mesmo sendo de caráter “liberal e romântica” questionam a “política de muros do individualismo disciplinar da psiquiatria emergente e da psicanálise convencional” (DUNKER, 2015, p. 158). Dentro dessas “formas de resistências”, Coimbra (1995) destaca a expansão das “terapias corporais”, que emergem nesse contexto da produção de subjetividades do culto do corpo e da estética corporal. O tema da sexualidade entra em destaque e aparece como arma de luta política, como pode ser visto nas páginas da revista *Rádice* que trouxeram uma ampla discussão das idéias de Reich e do “corpo político”. Com o título de “*Freud acusa: Reich é comunista*”, Ralph afirma que “a sexualidade retoma seu caráter também político e inunda corpos e mentes com propostas e inovações” (RALPH, 1978b, p. 21).

Para Freud, por exemplo, a energia sexual reprimida seria a responsável pela própria existência da cultura, através de sua liberação por outros canais que não os naturalmente aparelhados para a função. Para Reich, ao contrário, esta energia, reprimida, seria tão somente uma forma de amordaçamento da capacidade humana, em todos os sentidos de sua atividade, servindo como instrumento de poder, na medida em que as pessoas, quando mais reprimidas, coartadas, mais dóceis e submissas seriam para o poder manipulador (RALPH, 1978a, p. 8).

Com o intuito de discutir “a prática sexual social” daquele momento, Carlos Ralph entrevistou prostitutas, homossexuais, bissexuais, exilados políticos, o presidente da Sociedade Brasileira de Sexologia, entre outros atores sociais. Explorou nas páginas da revista a questão da sexualidade dos presos, dos estudantes e de casais que decidem “abrir a relação”, a indústria pornográfica, a educação sexual, o declínio do casamento, a Orgonoterapia de Reich. Estampando um alerta “para maiores de 18 anos”¹⁵⁸, a edição de 1980 traz um condensado do livro-texto *O combate Sexual da Juventude*, de Reich, incluindo fotos. Ao invés de casos clínicos, a *Rádice* estampa uma série de entrevistas. Numa delas, Eliza, 19 anos, estudante de psicologia, conta que “se me reprimem sexualmente, estão reprimindo a mim como pessoa e aí eu também luto, assim como quando me proíbem de fazer política ou de chegar tarde em casa” (RALPH, 1980a, p. 12). Ralph comenta o comportamento da jovem:

¹⁵⁷ Em São Paulo, Coimbra destaca o trabalho de Angelo Gaiarsa, Fábio Landa e Ana Verônica Mautner, ministrando cursos de Bioenergética no Sedes Sapientiae. No Rio de Janeiro, a autora destaca o trabalho de Romel Alves Costa e Geni Cobra. A “vinda de vários outros ‘corporalistas’ do exterior e as subjetividades do ‘culto ao corpo’ vão engrossando o movimento carioca, que tem sua efetiva expansão com os Simpósios Alternativos no Espaço Psi de 1980 a 1983 e com o I Ciclos Reich de 1982/1983, organizados por Carlos Ralph e pela Revista *Rádice*” (COIMBRA, 1995, p. 281).

¹⁵⁸ O arquivo encontra-se em anexo ao final deste trabalho.

o que está acontecendo com Eliza é uma experiência compartilhada por uma grande parcela de uma nova juventude, que encara a sexualidade com a importância dos grandes temas políticos ou existenciais; que estende ao próprio corpo a busca por liberdade e justiça (RALPH, 1980a, p. 12).

Referindo-se às teorizações dos analistas sociais, Ralph dispara que “explicar a nova postura sexual da juventude pela crise da família, ou pelo poder dos meios de comunicação é reduzir a questão e transportá-la para fora de um espaço fundamental: o próprio corpo” (RALPH, 1980a, p. 13). O autor critica também a psicanálise para qual “o homossexualismo ainda é tratado como uma deformação patológica da sexualidade ou do instinto”. Ao final, destaca sua posição reichiana: “vencer as batalhas cotidianas contra a repressão sexual é expandir a luta contra o autoritarismo; é o combate indispensável para uma vida melhor, pessoal e coletiva; não resta dúvida” (RALPH, 1980a, p. 13-14).

Segundo Coimbra (1995), o movimento de liberação sexual conduzido pela contracultura passou a ser criticado por apresentar um esvaziamento político expresso tanto na atitude dos jovens, como no uso das teorias de Reich de modo a enfatizar a individualidade em separado de sua relação com o social. Esse cenário aparece como um possível efeito do autoritarismo na sociedade brasileira e do contexto da “modernização conservativa” do período (RUSSO, 2012b). A Psicanálise esteve também presente dentro do escopo dos movimentos contraculturais, sendo tomada ora como uma ferramenta de subversão para os jovens, ora como uma espécie de confessionário para as angústias dessas novas subjetividades que estavam sendo gestadas em tempos de autoritarismo. Esse segundo lugar de uma psicanálise voltada à prática clínica individual revela uma continuidade a um movimento que começou ainda na década de 60, quando, ao ser observado uma série movimentos sociais e culturais envolvendo a juventude, um campo teórico-clínico começou a se estabelecer debruçando-se sobre os chamados desvios de conduta adolescente e na pauta da delinquência juvenil.

3.2.3 A ameaça da crise social e a delinquência juvenil (o *acting-out*)

Recentemente, foi publicada uma pesquisa sobre a produção da categoria do “jovem delinquente” enquanto objeto de estudo da Psicologia, no qual os autores investigam a naturalização da articulação entre juventude e delinquência tão presente na nossa sociedade atual (HADLER, GUARESCHI, GALEANO, 2019). Para tal, foi realizada uma pesquisa histórico-bibliográfica nos *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, a fim de observar as disputas e

a construção do saber sobre o assunto na área. Segundo os autores, vários artigos sobre delinquência juvenil, analisados entre 1949 e 1990, partiam de um pressuposto comum, de que a sociedade brasileira estava sendo tomada por uma crise. O aumento da violência, umas das características que definia essa situação de crise, era associado à população infanto-juvenil:

no começo das publicações há uma leitura social concreta de um Brasil homogêneo e em estado de ameaça, colocando a importância da comunidade científica ao implicar-se na descoberta das causas da delinquência e na possível identificação de sujeitos com potencial para o delinquir (HADLER, GUARESCHI, GALEANO, 2019, p. 7).

A afirmação acima enfatiza a convocação dos saberes das ciências humanas para um projeto social, assim como o que deu lugar às práticas higienistas na primeira metade do século XX voltadas à infância e às famílias. Vemos que a mesma ideia em torno de um estado de ameaça social justificou a perseguição, mas também o estudo científico sobre os jovens, incluindo pesquisas psicológicas sobre a rebeldia e subversão juvenil durante a ditadura militar. Localizamos premissa semelhante, que estabelece uma relação entre uma crise social ameaçadora, a violência e a delinquência, também nos periódicos psicanalíticos analisados por esta pesquisa.

Em 1974, após o fim dos anos de chumbo e da fase do milagre econômico, Mário Pacheco de Almeida Prado, “numa abordagem kleiniana, ‘aparentemente neutra’, fez críticas ao estado social do momento, mas de uma realidade que aparecia de forma geral e não especificamente brasileira” (GOMES, 2018, p. 169). Em seu texto, o psicanalista afirma a existência de uma “*patologia regressiva ocorrente na sociedade em geral*” (PRADO, 1974, p. 147, grifo meu), expressa, segundo ele, na linguagem particular, nos padrões de sexualidade próprios de estados regressivos e na crença de que a única solução seria destruir tudo. Buscando elucidar as dinâmicas inconscientes por trás do aumento da violência na sociedade, Prado afirma que “o processo primário invadiu coletivamente o inconsciente dos jovens”, com o “emprego maciço de mecanismos *primitivos* de caráter intrinsecamente *esquizo-paranóide*” (PRADO, 1974, pp. 147-148, grifos meus).

A teoria kleiniana ilumina as explicações de Prado para a calamidade social que atingia a sociedade. Frosh (2019) destaca como positiva a visão de Klein das contradições fundamentais da psique humana, que rompem com a noção romantizada de integridade humana de alguns teóricos das relações de objeto, como Fairbairn e Guntrip. Uma vez que tanto “mundo interno” como o ambiente seriam formados por elementos contraditórios, por

forças conflituosas e antagonistas, essa visão teria tornado o trabalho de Klein uma promissora fonte de conhecimento politicamente progressista¹⁵⁹. Dentro da perspectiva kleiniana, mundo externo e fantasia se misturam através de mecanismos de projeção e introjeção. Em função dos objetos internos da fantasia existirem de forma tão real quanto o mundo externo, esse último nunca poderia ser experienciado de forma pura (FROSH, 2019, p.131). Tal visão do desenvolvimento mental será apropriada para elaborar determinados entendimentos psicodinâmicos a respeito de alguns fenômenos sociais (como o protesto juvenil da década de 60 e 70), políticos e institucionais (como destacaremos no capítulo 4 com o funcionamento da formação analítica).

Nesse uso particular de determinadas teorias psicanalíticas, assim como vemos na produção de Prado (1974), a sociedade é tomada como um indivíduo que projeta nos sujeitos seus conflitos, tendo como efeito uma redução ou negação da realidade externa como lugar de disputas de poder e violência social. Iremos explorar essa ideia a seguir, ao pontuarmos o projeto de uma “antropologia psicanalítica” para o entendimento dos conflitos mentais e sociais concentrados sob o operador de conflito de gerações.

A agressividade volta a ser assunto da II Jornada Psicanalítica de 1984, em momento em que o Brasil se encaminhava para retornar à “normalidade democrática”. Ernesto Meirelles La Porta, membro da SPRJ, publica “A agressividade na sociedade contemporânea: um enfoque psicanalítico”, onde afirma que se vivia em “uma sociedade em franca e intensa crise que, portanto, gera violência mais avassaladora e perversa” (LA PORTA, 1984, p. 411). Porém, diferentemente das publicações da década anterior, o contexto social brasileiro passa a ser elucidado. Seu campo de observação é a cidade do Rio de Janeiro, que sofre com assaltos, assassinatos, tiroteios e estupros crescentes na fase “pós-milagre” quando o desemprego aumenta vertiginosamente. A violência “provém também dos poderosos que no ocaso do ‘pós-milagre’ contribuem para que uma massa cada vez maior, acossada e favelada, saqueie, assalte, mate, estupe e morra” (LA PORTA, 1984, p. 415).

Tanto La Porta como Prado afirmam que distorções da Psicanálise teriam contribuído para afetar o comportamento dos indivíduos na sociedade por meio de uma falsa concepção de liberdade. A desinformação e a resistência à verdadeira concepção de Psicanálise teriam levado a um estado de perversidade em que tudo seria permitido, como crianças e adultos tomando banhos juntas sem roupas e falando sobre sexo sem restrições. Entendemos que

¹⁵⁹ Sugerimos, por exemplo, o texto de Michel Rustin (1982) “*A Socialist Consideration of Kleinian Psychoanalysis*”, no qual o psicanalista articula a teoria kleiniana do indivíduo e a teoria política.

ambos os psicanalistas referem-se à disseminação das teorias e práticas reichianas tão difundidas no contexto da contracultura, contudo, isso não é afirmado explicitamente por eles.

La Porta e Prado realizam uma operação dupla, mantêm o horizonte do perigo do desmantelamento do laço social para justificar teorias com tom normativo e, ao implicar os “desvios” da Psicanálise nessa situação, defendem a manutenção da hegemonia da “verdadeira psicanálise”. É o que vemos na seguinte afirmação: “a deturpação da Psicanálise por resistência, eis *um dos piores problemas que atacam toda uma classe média despreparada* e que colabora, por sua vez, para instigar as frustrações, e, portanto, *a violência*” (LA PORTA, 1984, p. 416, grifo meu).

Partindo, então, da constatação de um quadro social calamitoso metapsicologicamente entendido, passa-se a pensar a relação entre o aumento da violência e a delinquência juvenil¹⁶⁰. Vejamos, primeiramente, como o saber psicanalítico, aproximando-se de um discurso científico aos moldes do pensamento higienista presente na primeira metade do século XX no Brasil, serviu aos diferentes profissionais psi para realizar a articulação entre delinquência, juventude e condição social. Lembremos também que as primeiras gerações de psicanalistas formados nas sociedades ipeístas, em sua grande maioria, tinham como primeira formação a Medicina e a Psiquiatria.

O psiquiatra Norival Sampaio, em 1970, publicou “Saúde mental e adolescência” na *Revista Brasileira de Psiquiatria*. O texto de Sampaio é emblemático, pois parte de um discurso psiquiátrico higienista¹⁶¹ e se utiliza de referências psicanalíticas clássicas¹⁶² da teoria instintual, propondo uma complementaridade entre os dois discursos. Para Sampaio, o conceito de saúde mental na fase da adolescência implicaria a:

capacidade de manter o *equilíbrio* de comportamento diante de incertezas, de ter iniciativa e de assumir responsabilidades. Devem experimentar hostilidade *sem ter impulsos destrutivos*, *sublimar parte dos seus impulsos instintivos*, suportando as frustrações sem ansiedade mórbida e a satisfação instintiva sem culpa (SAMPAIO, 1970, p. 54, grifos meus).

Segundo o psiquiatra, no Brasil não existiam muitas opções “para atrair a atenção e favorecer a descarga das tensões emocionais dos jovens”, afora “as atividades políticas”

¹⁶⁰ Galvão (1971, p.77), psicanalista que debateu sobre esse assunto nos anos 70, define o delinquente como “um indivíduo que se conduz anormalmente, infringindo as leis de um grupo social estabelecido”.

¹⁶¹ Norival inicia seu texto afirmando que a grande porcentagem de classe social baixa com níveis baixos de instrução, desemprego, habitação anti-higiênica, entre outros fatores elevam os índices de doenças mentais e a desorganização social.

¹⁶² No texto, o psiquiatra cita as fases da adolescência descritas pelo psicanalista Peter Blós (1967). Fazendo referência à teoria de Bowlby (1959), afirma que a saúde mental do adolescente pressupõe a capacidade de desenvolver e manter laços afetivos, e que esses são determinados “pelos acontecimentos no seio de sua família de origem durante a infância, sobretudo, pelas relações com sua mãe” (SAMPAIO, 1970, p. 54).

(SAMPAIO, 1970, p. 53). Destaca ainda que o lugar do conflito intrapsíquico como fator “psicogênico” no surgimento de quadros patológicos da adolescência, ao lado de outros fatores, como o ambiente familiar e a condição sócio-econômica. A delinquência, nesse sentido, estaria associada aos “lares destruídos, seja pela miséria ou pelo comportamento sociopático ou neurótico dos pais” (SAMPAIO, 1970, p. 57).

Porém, não foram somente os psiquiatras que pensaram a saúde mental do adolescente (e o seu adoecimento) associando abordagens higienistas a elementos da teoria psicanalítica. Em 1982, Virginia Bicudo destacou o fechamento das Clínicas de Orientação Infantil da Secção de Higiene Mental Escolar, criadas por Durval Marcondes. Ao comentar esse fato, a psicanalista faz uma articulação entre as medidas higienistas que visavam as “crianças desajustadas” e seus lares décadas atrás com os problemas da “juventude transviada” daquele momento. Bicudo conta que Marcondes teria apelado às autoridades públicas em 1979, com a seguinte nota à imprensa:

A comunidade paulista vem-se preocupando há algum tempo com um problema de volume assustadoramente crescente, cuja solução, como era de esperar, não se tem mostrado fácil: o da *juventude transviada*. Aumenta, dia a dia, o número de assaltantes de idade juvenil ou mesmo infantil, entre os quais existe um tipo especial que de lugar ao neologismo *trombadinha* [...]. A criação da Secção de Higiene Mental pode ser considerada como um passo altamente significativo na evolução do sistema escolar paulista [...] Não estavam incluídos, em sua ação pedagógica, o diagnóstico e a possível *correção* do balanço afetivo da criança, das vicissitudes porventura existentes em seu relacionamento psíquico dentro da família e dos demais elementos que permitissem a necessária integração entre o lar e a escola. No meu modo de dizer, a criança, ao sair pelo portão da escola, não era mais aluno, mas apenas “*moleque de rua*”. A Secção de Higiene Mental veio mudar tudo isso (BICUDO, 1982b, pp. 102-103, grifos meus).

Em sua nota transcrita por Bicudo, Durval Marcondes destaca a importância que o Serviço de Orientação Infantil teve para a “correção” dos “moleques de rua” e na integração das medidas de profilaxia das doenças mentais com a escola e o lar, enfatizando o potencial que esse serviço poderia ter para os “problemas atuais”. Nesse sentido, lamenta: “esse serviço, ao que tudo indica, deixou praticamente de existir, ou pelo menos foi desativado. Justamente na *era dramática do trombadinha*” (BICUDO, 1982b, p. 103, grifo meu). Ao final, o psicanalista reafirma que “vivemos dias de angústia ante o descalabro na formação de nossa juventude” e lança o seu apelo ao atual secretário da Educação do Estado para que “ressuscite ou reanime” a Secção da Higiene Mental Escolar (BICUDO, 1982, p. 103).

Nesta mesma linha, Galvão (1971), psicanalista da SBPSP, colocando-se em concordância com o psicanalista norte-americano Nathan Ackerman, enfatizou o papel atribuído aos “valores essenciais da família humana” na crise social contemporânea como

instrumento para a preservação da saúde mental e da predominância de Eros sobre Tanatos (GALVÃO, 1971, p. 91). Após a família, seria função da psicanálise de crianças atuar como “*medida preventiva contra a delinquência no jovem*” (GALVÃO, 1971, p. 76). Anos antes, Jayme Sandler, também psicanalista da SBPSP, destaca justamente esse caráter preventivo que a Psicanálise poderia ter como uma alternativa aos tratamentos violentos da Psiquiatria para os transtornos delinqüenciais. Segundo ele, o papel da Psicanálise na concepção e na intervenção dentro do campo da delinquência juvenil seria a “recuperação e *reajuste* dos delinqüentes”, orientando a conduta terapêutica no sentido de elucidar “a *dinâmica inconsciente da conduta delinqüencial*, através de uma investigação compreensiva destas motivações impulsivas e uma *reeducação em termos psicoevolutivos*” (SANDLER, 1967, p. 266, grifos meus).

Lembremos que Sandler fazia parte da segunda geração de psicanalistas brasileiros, fato importante para entendermos as leituras psicanalíticas que ainda privilegiam uma ênfase mais biologicista da vida mental no entendimento da psicopatologia. O psicanalista explica que a psicanálise, através de um estudo fundamentalmente *psicogenético*, poderia romper o “ciclo vicioso” de atuação de condutas anti-sociais. O ciclo vicioso funcionaria da seguinte maneira: a *criança* existente “dentro do delinqüente” *projeta* sobre seus pais, e “por *deslocamento*, sobre a sociedade, *seus impulsos de natureza agressiva, suas fantasias sádicas*” (SANDLER, 1967, p. 265, grifos meus), ao mesmo tempo em que introjeta os pais fantasiosamente violentos, cruéis e perigosos. Assim, na tentativa de se livrar desse superego terrível, o delinqüente, que tem seu limiar de angústia diminuído, é obrigado a realizar ataques continuados tentando destruir esses “pais-sociedade *fantasiosamente* ameaçadores” (SANDLER, 1967, p. 265, grifo meu).

A criança, na colocação de Sandler, representa o funcionamento mental primitivo, uma vez que o ciclo mantém uma lógica constante de “buscas inconscientes de gratificações expressando necessidades de caráter primitivo” (SANDLER, 1967, p. 265), fundamento da tendência delinqüencial do indivíduo. Aqui, poderíamos pensar na interiorização do mito do primitivismo do brasileiro, que passa a existir através de um entendimento mais complexo de interrelação entre mundo interno-fantasias e mundo externo-sociedade. O equilíbrio (e seu desequilíbrio) seria mediado pelo desenvolvimento e, mais especificamente no caso da delinquência, pelo sentimento de culpa.

Um exemplo que articula a culpa do adolescente à ideia de delinquência está presente na transcrição de uma aula proferida por Luiz Almeida Prado Galvão no IV Congresso da Associação Paulista de Medicina em 1970, que teve como tema “Os fatores emocionais nas

neuroses e delinquência”. Galvão (1971) afirma que o delito é a consequência de um sentimento de culpa causado por um recalçamento na infância do indivíduo. Nesse sentido, o delito seria a punição exigida pelo superego, que seria menos grave que a punição pela realização do desejo inconsciente recalçado: “O delinquente adulto *simplesmente deslocou dos pais para a sociedade seus impulsos de natureza agressiva*; seu comportamento frente a si mesmo e *a sociedade inconscientemente gratifica seus impulsos recalçados agressivos e associas*” (GALVÃO, 1971, p. 80, grifos meus).

Marcado pelo termo simplesmente, a ideia de deslocamento dos impulsos agressivos, que visavam inicialmente às figuras parentais do mundo interno (ainda que baseadas nos pais reais), dá um tom transcendental para a teorização dos psicanalistas, uma vez que não é esclarecido como esse processo projetivo ocorreria, além de deixar de refletir o caráter não-fantasmático de ameaça do mundo externo. É possível que essa lacuna tenha oportunizado o sucesso alcançado por um dos sintomas relativos ao “aparecimento de psicopatologias da adolescência”: o *acting-out* ou as atuações dos delinquentes (BAGGIO, 1982, p. 16). Segundo Knobel (1980, p. 47), “O ‘acting-out’ se utiliza habitualmente no sentido de expressão comunicativa do paciente mediante a ação, por impossibilidade de expressar seus pensamentos”. Assim, descrevia o mecanismo pelo qual um conflito inconsciente não elaborado do adolescente se transformava em ato performativo.

O *acting-out*, pensado como sintoma específico da adolescência, tornou-se um elemento comum na produção psicanalítica brasileira, consonante com seu uso em outras teorias psicanalíticas ligadas à tradição inglesa¹⁶³. Segundo Varchevker e Muir¹⁶⁴ (1975), Freud introduziu pela primeira vez o conceito *acting-out* no caso Dora, em 1905, em que ela teria atuado “uma parte essencial das suas memórias e fantasias ao invés de reproduzi-las em análise” (VARCHEVKER & MUIR, 1975, p. 54). Para Freud, a passagem ao ato diria

¹⁶³ Influenciados tanto pela obra de Anna Freud como de Melanie Klein, uma geração de psicanalistas ingleses desenvolveu teorias sobre a adolescência, usando suas experiências nos serviços de saúde mental com jovens em situação de sofrimento psíquico. O livro *Adolescence and breakdown*, publicado em 1975, traz os trabalhos dos membros do Departamento de Adolescência da Clínica Tavistock, junto com os trabalhos de “outros líderes no assunto” para “apresentar um estudo único sobre adolescência”, como pode ser lido na contracapa do livro: “De todas as espécies vivas, somente o ser humano atravessa o período da adolescência – e, em função das influências conflitivas que os adolescentes encontram tanto neles mesmos como no mundo externo serem tão complexas, *até a adolescência normal é um tempo de crises e ajustamentos*. [Esse livro] traça o que acontece quando a crise da adolescência não é suficientemente bem negociada. Os tópicos debatidos e explorados incluem: Conflitos emocionais, problemas escolares, conflitos sociais, delinquência, *acting-out*, rebelião e violência, drogas, depressão e suicídio, tratamento individual e terapia de família” (MEYERSON & SIMON, 1975).

¹⁶⁴ Também dentro de uma chave de leitura da dinâmica instintual da vida psíquica, os psicanalistas Varchevker e Muir afirmam que o ato de violência ou a delinquência seria geralmente “associado com um estado emocional resultante de um instinto infantil não modificado e que nunca foi adequadamente dominado ou sublimado por relações primárias consistentes e satisfatórias” (VARCHEVKER & MUIR, 1975, p. 62).

respeito a uma re-encenação de uma situação ou evento traumático, parcialmente disfarçado e distorcido, em direção à gratificação do desejo (VARCHEVKER & MUIR, 1975, p. 55). De acordo com os autores, Anna Freud, em “Problemas da técnica e terapia psicanalítica [*Problems of psychoanalytic technique and therapy*]” (1972), teria concebido o *acting-out* na adolescência como algo adequado para a idade.

Dessa forma, vemos como um termo da metapsicologia freudiana começa a ser pensado para descrever fenômenos que ocorriam também fora do âmbito da transferência analista-paciente. Essa expansão do conceito dava sentido psicológico para uma ampla variedade de comportamentos adolescentes, como “as mais perigosas formas de comportamento anti-social, onde o instinto pode levar a roubos, ataques físicos e até homicídios, mas também a outras situações onde existem poucos ou menores riscos envolvidos” (VARCHEVKER & MUIR, 1975, p. 55). Para além de uma manifestação patológica, o *acting-out* adolescente poderia ser considerado um tipo de comunicação adolescente, um fenômeno necessário para o desenvolvimento. Teria uma dupla função: defender o aparelho mental do jovem de fortes ansiedades e da depressão, e ser um indicador de esperança, com clara referência à obra winnicottiana.

Por fim, destacamos a publicação de Elza Barra (1970, p. 39), psicanalista da SBPSP, sobre o tema da “adolescência perturbada”. No texto, a psicanalista pretende resumir as ideias de “renomados psicanalistas” sobre os “aspectos dinâmicos de perturbações sofridas pelos adolescentes em seu desenvolvimento”. No decorrer de seu trabalho, podemos ver a associação de vários elementos que viemos destacando até aqui: um ideal de desenvolvimento baseado na construção de uma identidade, incluindo a identidade (hetero)sexual e a família e o meio como fatores que poderiam atuar como empecilhos ou facilitadores para atingir esse objetivo. Baseando-se na teoria da psicanalista argentina Arminda Aberastury, Barra (1970) afirma que o que irá diferenciar o adolescente normal e o psicopata será o fracasso na elaboração dos lutos dessa fase e a impossibilidade de chegar a identidade adulta, que envolveria aceitar seu corpo e usá-lo “de acordo com seu sexo” (BARRA, 1970, p. 41). O adolescente psicopata, segundo a psicanalista, manifesta uma “linguagem da ação e isso se torna muito evidente na compulsão a roubar ou realizar pequenos atos delitivos” (BARRA, 1970, P. 42).

Partindo do referencial teórico de Grinberg (1961), Aberastury (1966) e Klein (1965), Barra (1970) ilustra os diversos mecanismos psicodinâmicos que vão diferenciar um adolescente “normal” de outro perturbado em seu desenvolvimento. Assim, chegamos ao

quarto e último elemento teórico desta seção, o ideal desenvolvimentista presente no discurso psicanalítico sobre a adolescência da época.

3.2.4 O ideal desenvolvimentista e a adolescência “normal”

O psicanalista Odilon Franco Filho (1980) destaca as fases propostas pela noção de desenvolvimento como atribuidoras de um caráter de finalidade ou propósito, como a primazia da genitalidade como meta do desenvolvimento sexual. Ele coloca a questão: “de onde provêm essas ideias de integração psíquica, maturidade, equilíbrio, sexualidade adulta?” (FILHO, 1980, p. 464). Baseando-se no trabalho de Marilena Chauí, o psicanalista destaca que um ponto comum das várias teorias do desenvolvimento é o embasamento em noções evolucionistas propagadas pelo positivismo do século XIX. Apontando para a tendência hegemônica na produção psicanalítica até aquele momento, Filho sublinha o objetivo de afastamento do primitivismo da mente presente na noção de desenvolvimento:

a Psicanálise sempre manteve uma visão do comportamento humano sob o vértice do desenvolvimento, ou seja, sempre interpretou o comportamento ‘adulto’ como a elaboração ou *evolução* do comportamento ‘infantil’, de forma que complexos padrões *superiores* de comportamento possam ser interpretados como elaborações de padrões e impulsos de comportamentos simples e *primitivos* (FILHO, 1980, p. 462, grifos meus).

Se, por um lado, as teorias psicanalíticas com ênfase no desenvolvimento ofereceram uma alternativa às práticas psiquiátricas eugênicas e violentas em crescimento no período ditatorial, por outro, elas mantiveram em maior ou menor grau, um alinhamento com a ideologia política e econômica que entende o desenvolvimento social como “necessário para superar o diagnóstico de subdesenvolvimento” (DUNKER, 2015, p. 150). O autor associa a predominância das teorias psicanalíticas com ênfase no desenvolvimento dentro do discurso psi da década de 1970 com o contexto político, social e cultural do período¹⁶⁵:

Durante “os anos de chumbo”, foi como se o progresso objetivo das relações de produção devesse se fazer acompanhar de uma estase das ambições subjetivas de emancipação. Só assim pode-se entender o sucesso que tiveram por aqui, anos mais tarde, as críticas que Lacan faz à psicanálise do eu, apesar da inexpressividade dessa tendência em território nacional. Tomamos tais críticas como se fossem dirigidas à impotência da teoria das relações de objeto para pensar uma teoria do sujeito que

¹⁶⁵ Vale ressaltar que o alinhamento da teoria psicanalítica com a conjuntura política não é um fenômeno restrito a esse campo. Citamos, por exemplo, anteriormente as considerações de Hollanda sobre a visão desenvolvimentista adotada também na ideologia das vanguardas culturais. Segundo ela, havia “a crença de que o país estaria ultrapassando o subdesenvolvimento para ingressar numa nova era de país desenvolvido. A modernização que de fato ocorria – mas para adequar a economia brasileira a uma nova etapa de dependência, marcada pela integração ao capital monopolista – era mal avaliada e mitificada” (HOLLANDA, 1992, p. 41).

não fosse o decalque evolutivo e psicológico da política conservadora (DUNKER, 2015, p. 154).

Compartilhando uma visão crítica de certos usos das teorias psicanalíticas com ênfase no desenvolvimento individual, com seus desdobramentos ético-políticos particulares, Matheus (2010, p. 244) indica que a tentativa de estabelecer uma sequência prévia aos caminhos da sexualidade coloca a perder o esforço freudiano de problematizar a questão temporal que fundamentaria a subjetividade. Um dos críticos dessa problemática foi o psicanalista francês Jacques Lacan com seu modelo estrutural. Contudo, cabe destacar que Lacan pouco se deteve sobre a temática da adolescência na sua obra¹⁶⁶, o que se lê em direção a esse assunto concentra-se na sua crítica às teorias pós-freudianas centradas na síntese do Eu e nas relações de objeto.

Segundo Matheus (2010), a teoria lacaniana teria permitido que psicanalistas continuassem se deparando com as dificuldades apresentadas no texto “Três Ensaio” de Freud (1905), arejando a discussão sobre a adolescência e revisitando algumas concepções centrais das teorias do desenvolvimento, como o papel da puberdade no despertar da sexualidade e a noção de identidade integrada. Conforme pontuamos, as teorias lacanianas começam a chegar com mais força no Brasil a partir do final dos anos 1970, fazendo parte do referencial teórico dos brasileiros, particularmente dos psicanalistas vinculados a instituições tidas como pluralistas. Contudo, no que se refere à discussão sobre a adolescência e/ou os fenômenos da juventude, não localizamos no escopo das fontes primárias de nossa pesquisa, produções que pensassem essas questões através de uma perspectiva inteiramente lacaniana. Isso nos limitou a reflexão e a análise das produções de psicanalistas brasileiros partindo desse referencial teórico e o que elas nos sinalizariam de ruptura ou continuidade com o tipo de discurso psicanalítico aqui assinalado.

Ao destacar a grande disseminação das teorias psicanalíticas com ênfase no desenvolvimento, Dunker (2015) cita a popularidade alcançada pelas teorias de psicanalistas argentinos, que propunham novos conceitos dentro de um mesmo paradigma epistemológico, como a “síndrome da adolescência normal”. Segundo o psicanalista, a psicanálise argentina apresentava uma consciência maior a respeito da colonização e que “Aberastury, Pichón Riviere e Bohoslavsky e seus discípulos emigrados nos mostraram como a tradição britânica albergava posições de resistência a situações culturais opressivas” (DUNKER, 2015, p. 155).

¹⁶⁶ O que não quer dizer que não houve psicanalistas que trabalharam o assunto da adolescência a partir desse referencial epistemológico, como Serge Lesourd, Françoise Dolto, Piera Aulagnier, entre outros.

Configurando um campo chamado de “neo-kleinianismo argentino” (FIGUEIREDO, 2012, p. 89), os psicanalistas argentinos trouxeram inovações técnicas importantes, como as terapias breves e as técnicas grupais. Além disso, o estilo de trabalho apresentava particularidades que rompiam com a rigidez da psicanálise ortodoxa, com a quebra de certas formalidades, como a frequência das sessões e novas abordagens para crianças e adolescentes. A primeira geração de argentinos vindos ao Brasil começou a visitar terras brasileiras ainda na década de 1960, antes de ser deflagrada a ditadura militar no seu país de origem. Desde 1965, Arminda Aberastury¹⁶⁷ é convidada a dar seminários no Curso de Formação de Psicanalistas de Crianças da SBPSP, substituída após sua morte em 1972 por Maurício Knobel¹⁶⁸. Além deles, outros psicanalistas argentinos vieram a São Paulo e depois, mais intensamente, ao Rio de Janeiro (COIMBRA, 1995).

Aberastury (1971) propôs que a adolescência revela duas faces de um mesmo problema. Por um lado, os conflitos relacionados ao desprendimento da infância e a entrada na vida adulta. E, por outro, a posição dos pais e da sociedade em relação ao fenômeno da adolescência, que podem acentuar a lacuna geracional ao mostrar resistência em aceitar o desmanche da sua própria cultura e valores. Sobre esse último aspecto, destaca a resistência das estruturas rígidas da sociedade, que são incompreensivas e hostis com o jovem e coloca que “devemos perguntar-nos se grande parte da sua dor não poderia ser suavizada mudando estruturas familiares e sociais” (ABERASTURY, 1981, p. 17).

A psicanalista concebeu a adolescência como uma fase de adaptação, menos no sentido do indivíduo adaptar-se ao mundo através do fortalecimento de seu Ego e mais no âmbito do jovem atuar no mundo externo, modificando-o. Porém, seria uma adaptação/modificação do mundo externo em função de “suas necessidades imperiosas”,

¹⁶⁷ Arminda Aberastury, uma das principais referências nesse campo, desenvolveu um amplo trabalho com psicanálise de crianças e adolescentes, influenciada pelo trabalho de Anna Freud, e, principalmente, pela obra de Melanie Klein, com quem trocava cartas e traduzia os trabalhos para o Espanhol na década de 1950. Aberastury (1971) destaca a escassa produção psicanalítica sobre o tema da adolescência e que os estudos desenvolvidos até então teriam dado muita importância para a genitalidade, para os mecanismos de defesa, para as relações objetais e, somente naquele momento começou a ser dada atenção para as relações do adolescente com o seu mundo e a sociedade. Dessa forma, afirma que “ao compreender a adolescência em suas relações com a família e a sociedade, foi possível enquadrar este período da vida dentro do quadro de cultura geral da época, e as soluções técnicas foram surgindo espontaneamente” (ABERASTURY, 1971, p. 9).

¹⁶⁸ Maurício Knobel foi um psiquiatra argentino, especializou-se nas áreas da infância e da adolescência e foi docente na Universidade de Buenos Aires, onde fundou o Instituto de Orientação Psicológica à Família voltando-se aos cuidados da população carente daquele local. Com a chegada da ditadura argentina, em 1976 perde seu cargo em função de “atividades subversivas”. No mesmo ano, vem ao Brasil a convite do reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para organizar o Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria, e naturaliza-se brasileiro em 1985. De formação psicanalítica voltada à escola inglesa, foi um pós-kleiniano que recebeu forte influência de psicanalistas contemporâneos a ele, como Pichon-Rivière, Jose Bleger, Angel Garma, Arnaldo Rascovisk, Leon Grimberg (VIZZOTTO, 2008, p. 152-153).

explicado por “seus desejos e necessidades de reformas sociais” (ABERASTURY, 1981, p. 17):

A dor que lhe causa abandonar o seu mundo e a consciência de que vai se produzindo mais modificações incontroláveis dentro de si, *levam-no a realizar reformas exteriores que lhe garantam a satisfação de suas necessidades* na nova situação em que se encontra agora frente ao mundo, que, ao mesmo tempo, servem-lhe de defesa contra as mudanças incontroláveis internas e do seu corpo (ABERASTURY, 1981, p.17, grifo meu).

Apesar da teoria de Aberastury se propor a dar maior ênfase ao papel do social e cultural na concepção da adolescência, a psicanalista parece universalizar o fenômeno em detrimento das diferenças sociais e econômicas. Por exemplo, Aberastury diz que “são três as exigências básicas de liberdade que apresenta o adolescente de ambos os sexos a seus pais: a liberdade nas saídas e horários, a liberdade de defender uma ideologia e a liberdade de viver um amor e um trabalho” (ABERASTURY, 1981, p. 20). Posto isso, coloca que os pais, por exemplo, respondem a essa demanda explorando a dependência financeira dos filhos. Essa visão não leva em consideração as diferenças econômicas e de classe e que alguns setores da população jovem não têm a liberdade para escolher se (e onde) querem trabalhar, por exemplo.

As suas preposições também mantêm os principais elementos que viemos expondo até então nessa seção. A psicanalista retoma a discussão da revivência dos conflitos edípicos que acontecem em função da maturação genital da puberdade e insere a ideia da adolescência como um processo de elaboração de lutos. Dentre eles, o luto do corpo infantil serviria para direcionar o adolescente na busca de um novo objeto sexual, estabelecendo a identidade sexual e a concretização de seu papel na procriação (ABERASTURY, 1981, p.14). Durante esse processo de luto, Aberastury destaca uma série de comportamentos típicos dos adolescentes, os quais se tornam a semente do que Maurício Knobel (1981) irá desenvolver mais amplamente na sua dezena sintomática do conceito de “síndrome da adolescência normal”.

Mesmo sem conexões institucionais com o movimento psicanalítico brasileiro, a teoria da “síndrome da adolescência normal” de Knobel foi bastante utilizada pelos psicanalistas brasileiros. Se, por um lado, Knobel buscou fugir da estigmatização dos comportamentos adolescentes, Matheus (2010) enquadra o conceito “numa clara inspiração psiquiátrica e sintomatológica” (MATHEUS, 2010, p. 234), reafirmando a posição de Anna Freud de patologia normal e necessária. Assim, partindo de uma “visão adulta” da conduta juvenil, ele a classifica a adolescência como uma entidade “semipatológica”, uma vez que

apresenta momentos e sintomas patológicos, mas que são necessários para o alcance da posterior normalidade. Essa última se daria com o estabelecimento da identidade, “objetivo fundamental deste momento da vida” (Knobel, 1981, p. 9).

Aceito a contradição que significa associar síndrome, que implica entidade clínica, como normalidade, que significa estar fora da patologia. Entretanto, o convívio social e nossas estruturas institucionais fazem nos ver que *as normas de conduta estão estabelecidas, manejadas e regidas pelos indivíduos adultos da nossa sociedade*. É sobre esta intercorrelação de gerações, e desde o ponto de vista regente e diretivo, que podemos, e creio eu, que devemos estar capacitados para observar a conduta juvenil como algo que aparentemente é semi-normal ou semi-patológico, mas que, entretanto, frente a um estudo mais objetivo, desde o ponto de vista da *psicologia evolutiva* e da psicopatologia, aparece realmente como algo coerente, lógico e *normal* (KNOBEL, 1981, p. 29, grifos meus).

A síndrome da adolescência, para Knobel, surgiria da interação do indivíduo com seu meio, de sua inter-relação com os aspectos sociais e políticos. Os adolescentes, por seu momento bio-psicológico, seriam mais suscetíveis a sofrer com os impactos do mundo externo, dos pais e da sociedade, que, através de um mecanismo esquizóide, “projetam suas próprias falhas nos assim chamados excessos da juventude, responsabilizando-os pela delinquência, pela aderência às drogas, pela prostituição” (KNOBEL, 1981, p. 11). Da mesma forma que Aberastury, Knobel destaca a resistência dos pais ao enfrentar a adolescência dos filhos: “É muito conhecida a rigidez de alguns pais, as formalidades que exigem da conduta de seus filhos adolescentes [...] as negações de tipo moralista que contribuem para reforçar as ansiedades paranóicas dos adolescentes” (KNOBEL, 1981, p. 53).

Matheus (2010) destaca que, por trás da expressão “síndrome da adolescência normal”, estaria o embasamento psicobiológico que traria características universais para essa concepção. Recuperando a referência original endógena-adaptativa do texto freudiano, formulações como essa colocam o saber psicanalítico ainda em proximidade com o saber médico, garantindo a universalidade da crise. Assim, dentro de uma lógica psicopatológica psiquiátrica com caráter universal, a síndrome se constituiria por dez sintomas¹⁶⁹ observados

¹⁶⁹ Seriam eles: 1. Busca de si mesmo e da sua identidade, baseado nos trabalhos de Erik Erikson e Grinberg, Knobel vê o estabelecimento da identidade como parte do *continuum* do processo psicológico que “levará o indivíduo até a maturidade” (1981, p. 29); 2. Tendência grupal, deslocando o sentimento de dependência dos pais para o grupo; 3. Necessidade de intelectualizar e fantasiar, que servem “como mecanismos defensivos frente a estas situações de perda tão dolorosas”; 4. Crise religiosa, podendo oscilar do ateísmo anárquico ao misticismo fervoroso, pondo em dúvida tudo o que aprendeu, como concepções de verdade e a imagem de Deus; 5. Desorientação temporal, com dificuldade de distinguir passado, presente e futuro, assim como externo e interno; 6. Evolução sexual, que deve partir do auto-erotismo à heterossexualidade, ou da masturbação à verdadeira “genitalidade procriativa”. Nesse sentido, espera-se com a “evolução sexual” a formação de uma identidade genital adulta, com capacidade de procriação. A homossexualidade “normal e transitória” da adolescência é vista como consequência da ausência da figura paterna e a bissexualidade como “defesa frente ao incesto”; 7. Atitude social reivindicatória – a esse respeito Knobel afirma que a rebelião é um fenômeno da *subcultura*

no comportamento dos adolescentes e que envolvem desde a necessidade de *intelectualizar* e fantasiar até crises religiosas. Esses sintomas são correlados aos comportamentos de uma identificada “nova atitude jovem” (Alves, 1974) que marcava não só uma nova demanda clínica para a Psicanálise como a realidade social em transformação. A seguir, investigaremos mais detidamente as teorizações formuladas em torno dessa nova atitude que incluía comportamentos como a rebeldia adolescente e o protesto juvenil.

3.3 A “nova atitude jovem” sob a mira dos psicanalistas

Como parte da racionalidade em torno da crise que assolava a sociedade, estava o diagnóstico da mudança no comportamento do adolescente, observação correlata à realidade da emergência dos movimentos contraculturais e da intensificação dos movimentos estudantis na década de 60, conforme destacamos anteriormente. Ao chamar atenção para as “mudanças radicais na atitude dos adolescentes em relação aos padrões sócio-familiares e culturais até então vigentes em nosso meio”, Deocleciano Alves (1974, p. 53), psicanalista da SBPSP, esclarece em seu texto que suas considerações dizem respeito ao seu universo clínico. Ou seja, jovens pertencentes à classe média urbana da população e inseridos no contexto da família moderna burguesa.

São Paulo é uma metrópole com 7 milhões de habitantes, com todos os problemas de um centro em vias de grande desenvolvimento, sofrendo, também, toda a sorte de *influências de movimentos e ideias procedentes dos mais diversos pontos do mundo*. Portanto, nossas constatações são muito diferentes das observadas em cidades menores ou no meio rural do país. Em segundo lugar, nos nossos casos não incluímos adolescentes de classes sociais de poucos recursos ou abastadas: *acreditamos que as diferenças de ordem econômica e social influem nos padrões de conduta*. [...] E, finalmente, sabemos que os casos escolhidos não são representativos no que diz respeito aos adolescentes de uma maneira geral; servem, no entanto, para motivar nossas considerações (ALVES, 1974, p. 53, grifos meus).

Posto isso, o psicanalista se propõe a analisar esse novo perfil de acordo com a sua experiência clínica. Após apresentar um resumo de alguns casos clínicos, o psicanalista destaca a existência de uma constante em relação aos seus jovens pacientes, que apresentavam “quadros familiares patológicos”, com a presença de pais frios, indiferentes, ausentes e relações familiares limitadas, frequentemente com separação dos cônjuges. Segundo ele, a

adolescente e imprescindível, frente às restrições da sociedade à vida do adolescente. 8. Contradições na conduta, dominada pela ação, pois o pensamento precisa manifestar-se pela atividade para poder ser controlado; 9. Separação progressiva dos pais, abandono dos primeiros objetos do amor para o benefício de futuros companheiros, e uso de figuras substitutas como professores, heróis, companheiros; 10. Constantes flutuações de humor e do estado de ânimo.

família realiza a ponte com “as exigências externas”, transmitindo as normas de condutas sociais e ditando os “papéis que o adolescente *deve* ir assumindo no decurso de seu *desenvolvimento*” (ALVES, 1974, p. 57, grifos meus). Nesse sentido, a ausência de uma figura parental ou o desmantelamento da família no formato nuclear patriarcal perturbaria essa transmissão, podendo comprometer o esperado desenvolvimento do adolescente.

A respeito da relação existente entre dinâmicas familiares e as vicissitudes do fenômeno da adolescência (ambas em transformação naquele período), citações como esta apontam para a manutenção do lugar da família tradicional como um núcleo que garantiria a transmissão ao jovem de certo conjunto de valores, normas e comportamentos socialmente aceitos e desejados por determinado grupo social. Assim, transformações nesse conjunto de valores eram concebidas como uma “nova sintomática” da adolescência que incluía intensos conflitos com as autoridades, condutas anti-sociais, uma maneira particular de se vestir, transformações na relação com a sexualidade, o uso de drogas, o envolvimento com protestos e ações predatórias, o ativismo político e a difusão de ideias político-sociais (ALVES, 1973).

Veremos que a ideia desse amplo quadro sintomático se torna uma concepção circulante no mundo psi de uma forma geral, e que, associado a operadores particulares da Psicanálise, enquadrou alguns comportamentos considerados como subversivos pelo regime político do país. Além disso, iremos destacar como, mesmo trazendo referências da realidade social brasileira, os psicanalistas localizavam esses fenômenos juvenis como parte local de um fenômeno global. Assim, as particularidades que envolviam ser um jovem militante ou *hippie* na realidade brasileira ditatorial ficavam “esquecidas” na medida em que modelos subjetivos eram lidos dentro de uma dinâmica psicológica universal, presentes também em outros centros geográficos.

Dentre os operadores teóricos desse modelo, destacaremos, primeiramente, a visão da reedição dos conflitos edípicos na gênese do comportamento desviante do adolescente, como a rebeldia e o protesto. E, posteriormente, a noção de conflito de gerações como um operador capaz de dar conta da articulação dessa problemática em uma perspectiva subjetiva e social.

3.3.1 O conflito edípico e a psicopatologia do protesto juvenil

Um elemento central nas teorizações sobre a adolescência desse período, particularmente na primeira década do período ditatorial, foi a ideia em torno da re-emergência dos conflitos edípicos na adolescência. Dentro desse modelo, a reativação dessas

conflitivas edípicas e incapacidade de controlar as mudanças biológicas do corpo disparadas puberdade, colocavam o adolescente em confronto com as suas figuras internas de autoridade. Esse embate, por sua vez, poderia ser abrandado ou intensificado dependendo da relação do adolescente com seus pais reais (na medida em que estes conseguiram lidar melhor ou pior com seus próprios conflitos edípicos) e com as condições do mundo social que encontrasse.

Uma produção que ilustrou essa questão foi de Darcy Uchôa (1973), um dos fundadores da sociedade paulista, presidente desta na década de 1950 e da COPAL¹⁷⁰ em 1977. No texto, Uchôa afirma que movimentos de contestação “quase sempre são liderados por jovens” (UCHÔA, 1973, p. 142) e faz uma longa e detalhada perspectiva histórica desse fenômeno. Destaca a existência de rebeldes desde 1770, quando padres e monges de comportamento instável e boêmio abandonaram a vida religiosa. Afirma que esses “vagantes” na história teriam aumentado progressivamente, revelando aspectos de desadaptação, “isto é, comportamento *não-conformista*, excessivamente *independente* e frequentemente com traços de *libertinagem*” (UCHÔA, 1973, p. 142, grifos meus).

No Brasil, o autor sublinha o papel dos rebeldes na Conjunção Mineira, na Revolução Constitucionalista de 30 e na famosa Semana da Arte Moderna de 1922, na qual, lembramos, a Psicanálise foi um saber caro aos “rebeldes modernistas”. Ao chegar aos dias atuais, Uchôa destaca a existência de “vários grupos de jovens contestantes cobrindo toda uma longa e complexa área incluindo aspectos políticos-sociais, econômicos, raciais e culturais” (UCHÔA, 1973, p. 143). Uchôa cita os protestos contra a guerra do Vietnã, “a marca sobre o Pentágono” (1967), os repetidos choques com a polícia em ruas e campos universitários ocorridos em Berkeley em 1964, Colúmbia em 1968, Paris em 1968. No Brasil, destaca as agitações estudantis ocorridas na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Mackenzie em outubro de 1968 (referindo-se à Batalha da Antonieta). Também menciona diversos outros grupos e movimentos, como o *New Left*, o *Black Power*, a Nova Esquerda Estudantil, os grupos de jovens radicais ortodoxos como o Movimento Trabalhista Progressista, os *hippies*, e tantos outros nomes de grupos e nacionalidades¹⁷¹. Segundo o psicanalista, esses jovens eram rotulados “segundo a terminologia adotada” (sem deixar claro quem os rotulava assim) de “subversivos”, “comunistas”, “anarquistas”, “provocadores” e/ou “marginais” (UCHÔA, 1973, p. 143).

¹⁷⁰ Conselho Coordenador das Organizações Psicanalíticas da América Latina, formado em 1960 para aproximar as sociedades psicanalíticas da América Latina, se torna depois FEPAL.

¹⁷¹ Seriam os “Pavitos” (Venezuela), “Hipsters”, “Teen-agers” (Estados Unidos da América), “Gamberros” (Espanha), “Vitelloni” (Itália), “Blousons Noirs” (França), “Teddy Boys” (Inglaterra), “Halbstarker” (Alemanha), “Nosem” (Holanda), “Anderumer” (Dinamarca), “Raggare” (Suécia), “Stilliaguines” (Rússia), “Zauzou” (África), “Taizo-Zoku” (Japão), “Hooligans” (Polônia) (UCHÔA, 1973, p. 143).

Atualmente, de acordo com ele, teria se vulgarizado no Brasil a expressão “pleibói” (*play-boy*), tornando-se o “pleiboísmo” símbolo da expressão, na adolescência e juventude, de irresponsabilidade, de comportamento irracional, indisciplinado, agressivo e desabusado, tocando não raro as áreas da delinquência infanto-juvenil (UCHÔA, 1973, p. 143-144). Ao fazer essa ampla contextualização histórica e geográfica dos movimentos, Uchôa aloca o jovem brasileiro e seus derivados como um tipo dentro de um fenômeno social que acontecia ao redor do mundo, o que permitiria pensar uma teoria de modelo psicológico universal.

Nesse sentido, esses jovens todos seriam parte de uma juventude com ou sem casos de psicopatologia que incluía jovens “nas fronteiras da delinquência ou mesmo já dentro dela, que apresentavam características fortes de inconformismo, inadaptação e, por vezes, extrema violência” (UCHÔA, 1973, p. 143). Ou seja, não eram jovens dependentes, conformados, disciplinados, adaptados e pacíficos. Contudo, essa “juventude transviada” apareceria na confluência de determinados aspectos psíquicos e de um “mundo adulto” também incompreensível e inconsistente:

Tudo está a indicar aspectos mórbidos duma sociedade visceralmente contaminada pelo ódio e incompreensão, pela inconsistência de suas instituições, ameaçada portanto de desagregação de morte. Em tal cenário, as revoltas dos estudantes surgem *apenas* como uma manifestação do grande conflito que tanto pesa na civilização contemporânea, comprometendo seu futuro de esperanças e realizações (UCHÔA, 1973, p. 153, grifo meu).

Essa visão assemelha-se à de que apontamos em Knobel ao descrever que a atitude social reivindicatória e a rebelião seriam um fenômeno da subcultura adolescente frente às restrições da sociedade. Knobel explica que o jovem é por natureza (entendemos que natureza aqui refere-se a polaridade dos instintos entendidos como inatos) contestador. Logo, ao ser marginalizado na sociedade em função de um “mundo restritivo feito por e para adultos”, seria “patologicamente normal” que o jovem passasse a assumir uma atitude social reivindicatória que lutasse contra

a tecnificação da sociedade, o domínio de um *mundo adulto incompreensível* e exigente, a burocratização das possibilidades de emprego, as exigências de uma industrialização mal canalizada e uma economia mal dirigida, que criam uma divisão de classe absurda e ilógica que o indivíduo tenta superar mediante crises violentas, que podem se comparar a verdadeiras atitudes de caráter psicopático da adolescência (KNOBEL, 1981, p. 54).

Alinhado ao que propunha Aberastury, a atitude social reivindicatória seria uma reação psicológica frente às dificuldades do meio e “ocorrem como uma necessidade de defesa egóica neste período da vida, mediante a qual o indivíduo vai se desprendendo de

situações infantis e vendo, ao mesmo tempo, como é perigosa e indefinida a sua entrada no mundo dos adultos” (KNOBEL, 1981, p. 53). Dessa forma, a contestação adolescente, tão presente naquele momento histórico nos movimentos político-sociais da juventude (os quais o psicanalista reconhece como legítimos), aparece como um sintoma psicológico de uma espécie de síndrome normal da adolescência, que encontra suas condições propícias na própria configuração de desigualdade social.

A juventude revolucionária do mundo, e a nossa especialmente, tem em si o sentimento místico da necessidade da mudança social. [...] As partes sadias do seu ego se põem a serviço de um ideal que permite modificar estas estruturas sociais coletivas e surgem assim grandes movimentos de conteúdo valioso e nobre para o futuro da humanidade. O perigo reside em que, mediante o mesmo mecanismo, podem-se canalizar certos jovens para empresas e aventuras destrutivas, perniciosas e patologicamente reivindicatórias (KNOBEL, 1981, p. 54).

Assim, Knobel coloca a visão de que uma determinada dose de reivindicação social feita pelos jovens é construtiva e patologicamente normal, mas que atingindo certos componentes torna-se expressão de forças destrutivas somente patológicas. Neste sentido, Uchôa (1973) afirma que “é fora de dúvidas” a importância dessas forças progressistas expressas pelo ímpeto jovem da rebeldia na evolução histórica, “forçando o relógio do tempo”. Contudo, por vezes, estes movimentos ganham um caráter de violência, onde forças de agressão penetram dentro dos impulsos criadores e “conflitos dentro da sociedade, agressão e desejo de destruir a autoridade surgem como *projeção no campo social de conflitos intrafamiliares não resolvidos*” (UCHÔA, 1973, p. 172, grifo meu).

Haveria, então, um limite entre uma dose normal e anormal de rebeldia, para que estes passassem de um funcionamento psicológico esperado e alimentado por uma sociedade problemática, para outro que apresenta um problema mais sério na dinâmica psíquica individual, com “excessos irracionais” (UCHÔA, 1973). Segundo Gillis (1981), a rebeldia e contestação juvenil eram aceitáveis até o ponto em que não ameaçassem o consenso social ou acentuassem diferenças sociais. Nesse sentido, pensados dentro ou fora da dosagem correta de rebeldia adolescente desejável, destacava-se a psychologização de uma ampla gama de comportamentos, que não eram necessariamente restritos aos adolescentes, mas que vinculados a essa fase psicológica, neutralizavam seu valor de transformação social e política.

Sobre os jovens que cruzavam as fronteiras da delinquência com sua rebeldia, estavam “elementos mal-intencionados e desagregantes, muitos deles detidos pelo serviço policial como *planejadores de destruição da ordem pública* ou então alunos expulsos das próprias universidades” (UCHÔA, 1973, p. 172, grifo meu). Conforme apontamos, durante os

“anos de chumbo”, qualquer estudante que se colocasse contrário ao regime político brasileiro seria detido ou expulso da universidade. Sobre esses jovens, Uchôa aponta uma motivação básica de natureza irracional, onde imperava o ódio àquilo que representava autoridade e desejo de destruí-la na medida em que “incorporava e simbolicamente expressava a instância parental odiada, atacada, agredida” (UCHÔA, 1973, p. 154). Assim, o comportamento juvenil era visto como uma projeção das fantasias do mundo interno, segundo uma abordagem psicanalítica kleiniana dos objetos internos parciais:

Os conflitos dentro da sociedade, a agressividade e o desejo de destruir autoridade emergem como uma projeção no campo social de conflitos intrafamiliares não resolvidos, na qual o governo, a autoridade, a instituição, ocupam o lugar na fantasia do seio bom e seio mal, que gratifica e que persegue. É o pênis poderoso que dá força e masculinidade, mas também é o pênis que destrói. É a boa mãe e o pai generoso, mas também são os pais agressivos e que frustram (UCHÔA, 1973, p.172).

Baggio (1982) também compartilha dessa visão e aloca no conflito edípico o germe daquilo que se tornaria o comportamento rebelde. Segundo ele, o assalto de pulsões libidinais e agressivas em um corpo “mais capaz” levaria à necessidade do jovem se afastar de forma violenta e rebelde dos pais e de tudo que eles representam enquanto cultura¹⁷². Nesse cálculo, as percepções das incongruências, injustiças e duplicidades de valores da família e da sociedade atuam como fatores ampliadores para a rebeldia “inata desenvolvimental” do adolescente.

Matheus (2010) destaca que a ideia da re-edição das conflituosas edípicas marcava uma filiação dos autores a uma vertente do texto freudiano que colocava a ênfase em uma perspectiva instintual e organicista do desenvolvimento mental. O que, possivelmente, tenha contribuído para alguns desses elementos da teoria psicanalítica fossem facilmente combinados com as formulações da Psiquiatria a respeito dessa questão tão cara aos psis da época: o que levaria um jovem a se rebelar?. O psiquiatra Bastos (1974), ao falar sobre a realidade dos jovens brasileiros de então, cita o comportamento dos “que se *desviaram* das *normas tradicionais* de conduta e dos cânones culturais *vigentes e aceitos* pela geração dos mais velhos” (BASTOS, 1974, p. 16, grifos meus). Como exemplo desses desvios, Bastos

¹⁷² Sobre a vinculação entre o ressurgimento dos conflitos edípicos no adolescente e a maturação genital, o psicanalista Matheus (2010) chama atenção para o fato de que “a fantasia incestuosa não tem possibilidade de realização na medida em que o Édipo é, em última instância, o registro mítico de uma história presente. É possível viver novamente o mito apenas de modo imaginário, pois o *verdadeiro drama edípico* é algo impossível. A posição de Tubert faz supor que a realização do Édipo depende de um corpo crescido, como se as interdições já não estivessem dadas de antemão pela lei da cultura” (MATHEUS, 2010, p. 319, grifo do autor).

afirma que “sob pretexto da reforma do ensino superior”, houve a ação violenta de uma minoria da pequena classe politizada “por influências subversivas” (BASTOS, 1974, pp. 16-17), ao estilo ditado pela Doutrina de Segurança Nacional.

Bastos (1974), em uma visão endógena instintual da vida mental, coloca que “essa falange de jovens, enredada nas malhas do protesto, parece efetivamente movida por impulsos auto-agressivos”, “que se processa como um suicídio lento e parcial, de mecanismo inconsciente” (BASTOS, 1974, p. 19). De acordo com o psiquiatra, essas explosões mais notáveis de rebelião juvenil teriam coincidido com períodos de radical evolução social, e que as mudanças do mundo e da tecnologia afetavam os jovens mais frágeis, por ainda não terem atingido sua maturidade. Ao serem mais frágeis, são compelidos a reagir e “*inconformados com o mundo que recebem dos seus maiores*, foram compelidos a adotar atitudes defensivas e de protesto [...] através de mecanismos *não só conscientes*, mas também motivados por dinamismos mais profundos de sua personalidade” (BASTOS, 1974, p. 18, grifos meus). Vemos a semelhança entre discurso do psiquiatra (modelo médico baseado em um discurso científico) com o de Knobel e de Uchôa ao falarem das condições psicológicas e sociais para a rebeldia juvenil.

Além disso, a ideia de fragilidade adolescente proposta por Bastos (1974) é posta em termos de uma imaturidade do jovem como explicação para os comportamentos de protesto. De acordo com Baggio (1982), esse seria traço psicológico próprio do adolescente, que, segundo Winnicott¹⁷³, possibilita-o viver sem responsabilidades por um tempo, antes de alcançar a sua maturidade.

É dessa maneira que os jovens podem ser rebeldes, contestadores da ordem estabelecida, inovadores e, muitas vezes, até mesmo transitar ocasionalmente pelas bordas de comportamentos delinquentes, sem ter que assumir o pesado fardo das responsabilidades (BAGGIO, 1982, p. 14).

¹⁷³ Contemporâneo ao trabalho de Melanie Klein e Anna Freud, a obra de Winnicott sobre o desenvolvimento infantil se tornou outra referência psicanalítica importante para entender as dificuldades enfrentadas na vida adolescente e adulta. Ele foi um expoente no conceito de unidade psíquica individual e na promoção da ideia de que as condições para um desenvolvimento seguro são necessárias para que o indivíduo atinja sua maturidade, o que, segundo Rustin “é um programa político e também psicológico ‘positivo’” (Frosh, 2019, p. 117). Os textos de Winnicott até o final da década de 1940 abordam principalmente os efeitos e cuidados com a criança a partir do contexto do pós-guerra. A partir da década de 1950, e com mais força em 1960, ele se volta para o tema da tendência antissocial, da delinquência e da juventude. Bulamah e Kuperman (2020) elaboram uma visão que tenta ir além da crítica do desenvolvimento e a integração subjetiva sobre uma forma identitária e prescritiva. Segundo eles, “Winnicott também não se furtou de pensar o avesso dessa mesma tendência: a importância da não-integração e a radical impossibilidade de uma narrativa coerente e cognoscível do sujeito em sua instância mais idiossincrática” (2020, p. 174), através de sua assertiva de que “a cisão é um estado essencial em todo ser humano” (WINNICOTT, 1990 apud, BULAMAH & KUPERMAN, p. 178).

Com essa afirmação, Baggio (1982) descriminaliza e despatologiza determinadas manifestações juvenis, porém, ao mesmo tempo, acaba por deslegitimá-las ao colocá-las como uma característica de uma fase psicológica. Ou seja, se o jovem está se rebelando, indo contra uma determinada ordem vigente, ou apresentando um comportamento nomeado como “delinquente” ou “anti-social” ao cometer um ato infracional, não é porque a sua realidade social deveria ser transformada, mas porque ainda seria psicologicamente imaturo e não responsável por suas ações. Atualmente, vemos um desdobramento ainda mais problemático dessa narrativa usada para justificar diferentes medidas jurídicas dos comportamentos de jovens, dependendo de sua cor de pele ou da sua condição econômica. Para alguns, a imaturidade de adolescentes e estudantes, para outros a naturalização do crime de delinquentes e menores infratores¹⁷⁴.

Além disso, uma alternativa à época nas produções psicanalíticas que dava conta de manter a discussão das lutas juvenis fora do campo das disputas de poder (disputas de classe, gênero, raça) foi a ideia do conflito geracional. De acordo com essa lógica, caso a personalidade adolescente “sob premente necessidade de rebeldia e contestação” (UCHÔA, 1973, p. 143) encontrasse constelações sócio-culturais e históricas que facilitasse seu escoamento, dava-se forma o que se nomeou como “conflito de gerações”.

3.3.2 A antropologia psicanalítica do “conflito de gerações”

O conflito de gerações foi um importante articulador teórico para a Psicanálise que atuou como depositário e neutralizador dos antagonismos sociais referentes a disputas de poder, especialmente aos relativos à juventude do período. Essa ideia foi introduzida em 1968, ano crítico para os movimentos de resistência política da juventude brasileira, por Virginia Leone Bicudo na publicação “A Mensagem de Roda-Viva”. Nesse texto a psicanalista analisou à luz da teoria psicanalítica a polêmica e censurada peça de teatro escrita por Chico Buarque de Holanda¹⁷⁵. Inicialmente, Bicudo afirma que essa peça, assim como outras, “põe em evidência alguns aspectos dos conflitos mentais e sociais operantes em nossa

¹⁷⁴ Reflexões atuais e importantes da ética psicanalítica frente à questão juvenil em situação de vulnerabilidade social ver: Gurski e Strzykowski (2018) e Strzykowski e Gurski (2020).

¹⁷⁵ O espetáculo destacava as dinâmicas de mobilização popular, assim como fazia uma crítica da sociedade de consumo e da indústria cultural. Em função da forma inovadora e agressiva de mostrar os problemas do país no momento, o Teatro Opinião foi invadido pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e vandalizado, e os membros do elenco foram agredidos. O ataque do CCC se sobrepôs à importância estética e revolucionária do trabalho. Fonte: <http://redeglobo.globo.com/globoteatro/bis/noticia/2013/09/roda-viva-peca-de-chico-buarque-e-um-marco-do-teatro-nacional.html> [acesso em 22/07/2020]

sociedade”, representando uma engrenagem social do presente que ela chamou de sociedade de ‘Roda-Viva’ (BICUDO, 1968, p. 231).

Para analisar a peça, Bicudo diz ser necessário o esclarecimento sobre “a natureza humana e o desenvolvimento do costume e das instituições sociais” (BICUDO, 1968, p. 235). A psicanalista enfatiza a atividade humana pelo equilíbrio entre os instintos de vida e de morte e coloca que “a ‘defusão’ entre os dois instintos caracteriza o psiquismo infantil, período em que a mente se acha cindida”. Esse funcionamento caracteriza uma “vida mental *primitiva*”, sob a qual o indivíduo é regido de forma narcísica, onipotente. O desenvolvimento e a maturidade emocional trariam a fusão entre os instintos, levando os instintos de destruição a subordinarem-se aos fins dos impulsos construtivos (BICUDO, 1968, p. 235). Aqui vemos que Bicudo está pensando não só a natureza humana como também social de acordo com uma visão dualista e progressista dos instintos, em que o desenvolvimento levaria a sobreposição dos impulsos construtivos de vida sobre os de morte. Após isso, afirma que a peça “se presta para ilustrar *o conflito entre as gerações* e o papel do artista, dos jovens, e dos mais velhos, como participantes de conflitos *mentais e sociais*” (BICUDO, 1968, p. 233, grifos meus).

os jovens têm mais possibilidades de perceber o anacronismo das leis sociais, quando confrontadas com a tendência das *gerações mais velhas empenhadas na defesa e na luta tenaz e emocional pela preservação da tradição, do costume e da lei*. É, pois, compreensível que, *quanto maior o hiato entre as gerações, tanto mais violento será o conflito entre elas* [...] A intensidade do conflito entre gerações dá indicação sobre a extensão em que as diferentes gerações mantêm conflitos mentais e sócio-culturais não-solucionados, como aqueles referentes ao *mito edipiano*¹⁷⁶ (BICUDO, 1968, p. 233, grifos meus).

A autora destaca que “o movimento de reforma social se caracteriza por sua *universalidade* e tem na vanguarda *os jovens e artistas*” (BICUDO, 1968, p. 237, grifos meus). Sem fazer referência explícita ao momento político brasileiro, que estava às vésperas de decretar o AI-5, Bicudo afirma que o autor está se referindo a um povo que sofre com a fome e falta de liberdade para expressar seu voto e compensa sua frustração na fabricação de um ídolo, esse que seria um boneco, narcisista, com mania de grandeza e anseios absolutistas. A psicanalista, porém, fornece indícios de que está se referindo ao momento político da sociedade brasileira, quando faz referência ao ídolo, com características de um artista vinculado à resistência cultural, que faz músicas de protesto, sofre com a censura militar e que

¹⁷⁶ Esse parágrafo foi referenciado no texto de Schneider, G; La Porta, E; Cabernite, L; Besouchet, I; Ribeiro, N. (1973) *O Conflito de Gerações*. Revista Brasileira de Psicanálise, n.7, v. 3, p. 263-320.

tem sua morte tida como acidental. Também aponta para o surgimento do movimento *hippie*, identificado como o “ideal das flores”:

A fim de corresponder à hegemonia de seu povo, o Ídolo tem de adquirir novas características, bastando para tanto mudar sua exterioridade na transpiração do sentimento de nacionalismo, na dedicação à música de protesto, para mexer como povo, desenvolver a polêmica e o pânico. Nesse sentido, é feita uma tentativa para mobilizar a participação da platéia contra os agitadores, ou contra os homens fardados que tentam contar o movimento. O Ídolo é agora transformado em Herói guerreiro, que desafia o mundo traiçoeiro a mudar por bem ou por mal, preocupando-se em proteger, de tais sofrimentos, as gerações vindouras, e, para valorizar-se viaja para o estrangeiro. Mas é novamente acusado, pelo Capeta, de trair a nação com o estrangeiro, movido por interesses pessoais. *É ainda acusado de bêbado, casado, intreguista e homossexual. Os jovens estudantes se identificam com o Herói, com vítimas da sociedade e de si mesmos*, pedindo à platéia que o defenda, sendo porém impedidos, pela polícia, de manifestar-se [...] A esse herói social só resta a morte, o suicídio, mas ninguém deve saber que a sociedade o forçou a matar-se, e devem pensar que morreu de um acidente. A viúva do morto agora assume “o novo prestígio ‘à moda hippie’, isto é, *esvaziando de significados todos os valores tradicionais*, na esperança de assim haver lugar para um só valor no universo, valor consagrado na idealização da paz, do amor e das flores (BICUDO, 1968, p. 241, grifos meus).

Dessa leitura nem tão velada da sociedade brasileira, Bicudo passa a fazer uma leitura psicanalítica dos personagens da peça e afirma que “os adultos na sociedade de ‘roda viva’ são vítimas da permanência de traços infantis em sua personalidade” (BICUDO, 1968, p. 242). Aos moldes higienistas da primeira metade do século, Bicudo enfatiza também o papel da educação para evitar possíveis disfunções, como o adolescente tornar-se homossexual, “tão narcisicamente auto-suficiente que encontra em si as qualidades de ambos os sexos”, e o adulto cultivar o potencial de onipotência e “dá origem à luta pelo prestígio social” (BICUDO, 1968, p. 242).

Propondo que o funcionamento mental primitivo do indivíduo faz aumentar o hiato e o conflito entre gerações, Bicudo elabora uma reflexão sobre uma peça de teatro que foi censurada e reprimida pelo Comando de Caça aos Comunistas em 68. De acordo com Gomes, é importante ressaltar que foi “um artigo produzido pela maior mandatária da SBPSP naquele momento, e que, possuía uma proximidade com as esferas do poder (GOMES, 2017, p. 165). O autor destaca também que o texto de Bicudo permitiu constatar um posicionamento da revista em relação às formas opressivas da sociedade sem, contudo, se comprometer a ponto de sofrer censura do regime militar. Segundo ele “sua avaliação estava assegurada pelo conceitual teórico da psicanálise kleino-bioniana e o tema poderia ser justificado sobre o ‘Conflito de Gerações’, como psicanalítico, e não diretamente sobre poder político” (GOMES, 2016, p. 165).

Ao final, Bicudo comenta que os artistas atiram flores a platéia, passando a mensagem idealizada de uma solicitação “para que a platéia participe do ideal das flores. Sobre essa solicitação de identificação com a cultura *hippie* Bicudo parece elaborar um tipo de censura, dizendo que a peça buscava estimular a identificação com os personagens e os núcleos recalcados dos mentalmente dispostos à regressão. Assim, reafirma que a função do teatro seria de um reajustamento emocional através do reforço com aspectos positivos e construtivos das pessoas e não com os negativos.

Se o conteúdo da peça “Roda-Viva” focalizou a atenção sobre a personalidade do adulto fixada em traços infantis, que impedem o *crescimento mental e social*, a encenação pôs ênfase nesses aspectos e, dessa forma, *exacerbou em muitos o medo de uma regressão social aos níveis infantis pré-genitais*, quando o palavrão e o sujo são os meios de expressão de agressividade sádica mais combatidos pela educação. Os gestos e palavrões da *peça podem excitar os núcleos recalcados e levar os indivíduos mentalmente à busca de tais prazeres*, como parece ter ocorrido, em certa extensão, com a agressão perversa de que foram vítimas os artistas [...] Uma das funções do teatro é instruir e recrear, e assim possibilitar ao espectador um *reajustamento emocional*, por meio de catarse e de identificações com as personagens vividas durante o espetáculo. Acontece que, para alcançar seu fim, a peça deve ter equilíbrio entre as personagens, de modo a solicitar dos espectadores uma *identificação com os aspectos positivos e construtivos*, e reforçar a *rejeição da identificação com os aspectos negativos* (BICUDO, 1968, p. 243, grifos meus).

Já na década de 1970, auge do período de repressão política no país, o IV Congresso Brasileiro de Psicanálise se propôs a discutir justamente a temática do “Conflito de Gerações”. Nesses trabalhos, o conflito entre gerações foi pensado pelos psicanalistas em termos de um movimento iniciado pelos mais jovens que visavam renovações, quebra com as tradições e contestação do *establishment*, demandas que seriam recebidas com resistência pelas gerações mais antigas. Além disso, nas publicações eram esboçados “os aspectos sociológicos, antropológicos e históricos do conflito de gerações trazendo o exemplo dos hippies, sexo e drogas” (GOMES, 2016, p. 142-143).

No texto de Ottalagano et al (1973), os psicanalistas da SBPSP afirmam que o conflito de gerações não se trata de um conflito etário, mas sim de um choque de “diferentes estruturas de personalidade” (OTTALAGANO et al, 1973, p. 328).

Ser da nova geração é ter uma estrutura mental flexível, capaz de receber, conceber, criar idéias novas através da reformulação do velho ou de novas configurações extraídas do velho, enquanto que ser da velha geração é ter uma estrutura mental rígida, continente do saber conservador, dogmático, cristalizado e saturado (OTTALAGANO et al, 1973, p. 328).

Para explicar o fenômeno do conflito intergeracional, na visão do psicanalista Darcy Uchôa (1973), seria necessário “um aprofundamento psicológico-dinâmico-compreensivo,

tornando-se, a nosso ver, aplicáveis a psicologia dos agrupamentos humanos os dados básicos descobertos dentro da psicologia dinâmica individual” (UCHÔA, 1973, p. 156). Propõe, então, que na base do conflito geracional e da crise social observada, estariam os instintos de morte em ambas as gerações, insuficientemente neutralizados pela vida instintual neurótica, que variariam de acordo com influências socioculturais. Demonstrando a interação e a interdependência do funcionamento do indivíduo e da sociedade, Uchôa destaca os esforços para uma integração entre pesquisas sociais e psicológicas para que se despistem das motivações desses conflitos:

O desajustamento individual, a psicopatologia individual de um lado, o desajustamento sociocultural de outro, desarmonia e inadaptção dentro do indivíduo, desarmonias e inadaptções no seio da civilização contemporânea, eis as duas faces de uma grande, complexa e rica problemática que está a justificar o entrosamento de pesquisas psicológicas e sociológicas em esforço integrativo para o despistamento das motivações profundas dos *conflitos geracionais* (UCHÔA, 1973, p. 155, grifo meu).

Outro texto do mesmo congresso foi escrito por psicanalistas representantes da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), a saber: Leão Cabernite, presidente da sociedade na época, Ernesto La Porta e Inês Besouchet, membros didatas, Nylde Macedo Ribeiro, membro associada e Galina Schneider, membro efetivo. Os autores começam naturalizando o fenômeno do conflito geracional, ao afirmar que é mais antigo que humanidade, ao destacar papel da liderança desde o reino animal, com a existência da disputa geracional ainda na natureza. Citam uma passagem bíblica de “Gênesis” e fazem uma relação com a repressão expressa na Bíblia pela voz de Deus. Através desta referência, afirmam que, desde a Antiguidade, existe um processo pelo qual a geração mais antiga determina proibições e a mais jovem ou se submete ou se revolta (SCHNEIDER et al, 1973, p. 263).

Para ilustrar a gênese do conflito geracional em termos metapsicológicos, os autores remetem ao mito freudiano fundador da Lei, segundo o texto *Totem e Tabu* (1913):

ela [a obra] parece explicar o retorno do pai tirânico e cruel através da figura de um dos filhos, identificado com o pai e resposto no seu lugar pelos outros filhos [...] Esta reentronização do chefe tirânico e cruel *se vem repetindo na história*: após a derrubada e morte de um chefe, segue-se a ascensão ao poder de uma figura não raro mais violenta do que a que foi derrubada. Um período de fraternidade, liberdade e igualdade, de democracia fraterna, passa rápido para dar lugar ao retorno da tirania (SCHNEIDER, 1973, p. 269).

A partir da hipótese da horda primitiva de *Totem e Tabu*, junto a outras noções psicanalíticas que ajudariam a entender os embates geracionais da história, os autores dizem contribuir com uma “antropologia psicanalítica” ou uma “psicanálise sociológica”. Nesse

sentido, colocam que, para os homens, a instituição teve o papel de criar as regras e as leis que protegesse o indivíduo e a civilização. O conflito se estabeleceria, então, quando há um desequilíbrio entre a obediência, a repressão e a reposição das perdas: “o mecanismo mais hábil utilizado pelo indivíduo para se defender é ‘aceitar’ a imposição institucional, identificando-se com a Instituição. Quando há defesa, sem aceitação, se instala o conflito” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 271).

Para a Psicanálise, dizem os autores, que tem como objeto a realidade interna, o conflito nuclear do ser humano é o conflito edípico. Assim, interpretando a realidade externa de acordo com as leis psicanalíticas do conflito nuclear humano, “o conflito de gerações pode ser considerado uma expressão de impotência frente à força do Instituído; é mais uma *localização institucional do complexo edípico*” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 271, grifo meu).

A instituição vale-se da experiência e da sabedoria dos mais velhos para o *adestramento* dos mais jovens. É uma lei natural, mas que tende a manter a instituição dentro do modelo antigo. Porque ao mesmo tempo que prepara o jovem, procura mantê-lo sob seu controle: *é o poder paterno garantindo-se contra o parricídio. Esta conjugação parricídio-filicídio da instituição repete o conflito pai-filho no modelo edipiano tradicional: a destruição da instituição equivale à destruição do pai e o ataque da instituição ao jovem é o ataque filicida* (SCHNEIDER et al, 1973, p. 275, grifo meu).

No projeto de uma “antropologia psicanalítica” dos autores, a instituição é a representação da Lei e da autoridade paterna do mundo interno do sujeito. A sociedade, por sua vez, funcionaria tal qual o indivíduo, sofrendo os mesmos mecanismos presentes na mente humana segundo os preceitos kleinianos:

A sociedade recorre a um mecanismo esquizóide, fazendo com que uma de suas próprias partes em conflito, a juventude, adquira as características de todo mal e chame para si a agressão do mundo adulto, com singulares características sadomasoquistas. Com isto, há um agravamento de conflitos, com o desenvolvimento de personalidades e grupos sociais mais ou menos anormais, que implicam numa autodestruição (SCHNEIDER et al, 1973, p. 287, grifos meus).

Citam o sociólogo Goldman (1968), para quem as contestações estudantis e os movimentos de greve dos operários indicariam a existência de um conflito geracional. Referem-se também a Maio de 1968, quando “se encontraram duas gerações que foram formadas e que formaram os quadros fundamentais de seus pensamentos no interior de dois mundos essencialmente diferentes” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 265). Comentam que “hoje em dia [1973] esses movimentos não apresentam o caráter de violência de anos atrás, de choques com as forças dominantes”, provavelmente em referência aos embates truculentos ocorridos no ano de 1968 e que foram reprimidos após a instauração do AI-5. Os autores

afirmam que esses conflitos geracionais se expressavam, naquele momento, através de manifestações mais dispersas, fazendo referência aos comportamentos característicos da “Geração AI-5”: o uso de drogas, a forma de vestir unissex (que faz uma indiferenciação dos sexos e que choca a geração mais antiga) e o uso da pílula anticoncepcional. Além de psicologizar os comportamentos juvenis dessa cultura, a “antropologia psicanalítica” também atribuía uma função reguladora para esses comportamentos: “em sociedades civilizadas, a existência de pequenos núcleos ou costumes difundidos de protesto – *hippies*, música de protesto, pequenos desafios às regras sociais – tem uma função equivalente: *livrar as instituições de ataques mais diretos e destruidores*” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 272, grifo meu).

O psicanalista Matheus chamou atenção que esse movimento de conceber a “nova atitude” dos jovens em termos de um conflito entre gerações ocorreu não somente na Psicanálise, tendo sido apropriado por ela de outros campos do saber científico. De acordo com ele:

[...] a possibilidade de abordar as questões sociais a partir da figura do jovem como representante do que é novo, que se confronta com as *gerações* precedentes – como veio a ocorrer tanto na psicanálise quanto na sociologia – defensoras da tradição, mostrava-se um fecundo recurso para deslocar as tensões sociais para uma dimensão atemporal, supostamente universal, como se fosse inevitável o conflito do novo frente ao antigo. Ainda que fosse fácil justificá-lo a partir do comportamento dos vários agentes sociais em questão, tomar o *conflito de gerações* como principal razão para os diferentes problemas sociais parece ser, acima de tudo, uma tentativa de naturalizar as tensões sociais de determinado momento histórico (MATHEUS, 2010, p. 149, grifo do autor).

Nesse sentido, essa forma de pensar questões sociais pelos psicanalistas brasileiros colocando-as sob a perspectiva do conflito de gerações é representativa de um debate mais amplo presente nas ciências sociais e humanas daquela época. O sociólogo e historiador da juventude John Gillis destacou que “enquanto a maioria dos debates sobre a juventude da década de 70 continuavam a usar termos como ‘cultura juvenil’ ou ‘gap geracional’, o caráter ideológico desses conceitos se tornava cada vez mais aparente” (GILLIS, 1981, p. 216). O autor esclarece que, de fato, diferentes gerações poderiam ter percepções de mundo contrastantes, mas que existiria uma enorme continuidade dentro de uma classe, gênero ou cultura étnica nessas gerações. Dessa forma, o conceito de “gap geracional” acabava sendo usado para obscurecer, e não para elucidar outras divisões fundamentais evidentes nos desenvolvimentos sociais do Ocidente (GILLIS, 1981, p. 219).

O sociólogo Bourdieu (1978), no texto “Juventude é só uma palavra [*Youth is just a Word*]” sublinha que a velhice poderia significar um sinal de declínio social, uma perda de

poder social, se tornando uma característica de declínio de classe. Assim, as gerações mais velhas se virariam contra a juventude, mas também contra os artistas, os intelectuais, contra o protesto, ou contra aquilo que representasse um potencial para transformar as coisas e o mundo (BOURDIEU, 1978, p. 100). É o que ele resume dizendo que “quando o ‘senso de limite’ é perdido, o conflito emerge sobre os limites da idade e limites entre idades, no qual o que está em jogo é a transmissão de poder e privilégios entre gerações” (BOURDIEU, 1978, p. 101).

Como estamos demonstrando por meio das produções psicanalíticas deste período, a Psicanálise, através de seu discurso hegemônico, realizava uma operação de sutura através da atribuição de um sentido prévio para eventos que rompiam na realidade social e que questionavam o estado da configuração social e política vigente. Nessa operação de sutura, as problemáticas e os desvios relacionados à adolescência e a juventude eram colocados predominantemente como manifestações de conflitos com caráter irracionais da realidade interna “deslocados para a sociedade”. Mas que, estando presentes também nela, os naturalizavam. Com esse reducionismo elaborado em termos de uma “antropologia psicanalítica”, Martins (2004) afirma que as práticas analíticas se absteram de entender a realidade na qual os jovens se debatiam:

Reduzir no plano da prática, processos e conflitos sociais a processos e conflitos psicológicos é despojar o contexto social no qual o indivíduo está inserido, de sua tessitura econômica e histórica, ou seja, é conceber a sociedade como um mero pacto psicológico entre seus integrantes e não como a trama de relações de dominação, que é o que efetivamente a organiza (MARTINS, 2004, p. 99).

Nesse contexto, o discurso psicanalítico a respeito do “novo perfil do jovem” elaborou uma teorização sobre um mal-estar que irrompia na realidade social brasileira, no estilo de uma ficção científica alocada em um contexto global, tanto teórico como fenomenológico, sem se colocar como disruptiva ou incômoda a ordem política. Além de nomear e dar sentido a essa realidade, também assumia um papel na prevenção desses fenômenos.

Toda e qualquer crise é vivida como necessidade terapêutica, pois os especialistas “psi” estão aí para aconselhar, esclarecer, instruir e acalmar pais, mães, maridos, mulheres. E para propor modelos – condizentes com os dominantes – de criança, adolescente, família, casamento, esposa etc., produzidos pelas suas próprias práticas (COIMBRA, 1995, p. 77).

Entretanto, em meados da década de 1970, ainda em tempos de repressão política brasileira, começa a ocorrer uma diversificação das referências teóricas presentes nas

produções psicanalíticas brasileiras. As diferentes propostas de grupos psicanalíticos traziam reflexões mais preocupadas em incluir a realidade social e política do país no debate, assim como críticas ao funcionamento das sociedades oficiais brasileiras. Vejamos se e como essa expansão do campo psicanalítico teve reflexos nas concepções em torno da adolescência e do comportamento dos jovens daquele momento.

3.4 A busca dos progressistas por uma adolescência menos normativa

Vimos até então mostrando como o discurso psicanalítico hegemônico (presente com mais força nas sociedades ipeístas, mas não somente), ao pensar o novo perfil do jovem brasileiro neste momento de efervescência política e cultural, colaborou para enquadrar o comportamento da juventude como subversivo e psicologizou suas manifestações através de certos operadores teóricos psicanalíticos. Como já destacamos no Capítulo 2, no contexto de mudanças, questionamentos e expansão do movimento psicanalítico brasileiro na década de 1970, acompanhado por transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil, houve também diversificações nas teorizações a respeito do jovem brasileiro e da adolescência. Buscaremos destacar algumas dessas novidades na teoria e na prática dos psicanalistas brasileiros, assim como apontar os limites dessas propostas e do seu rompimento com o pensamento hegemônico.

Na SBPSP, um movimento de renovação em relação a esse modelo pode ser visto na proposta da revista *IDE*. As publicações dessa revista, vinculadas a partir de 1975, nos apresentam uma nova abordagem para temas como o da militância política e os comportamentos relativos as transformações da cultura juvenil da época. Por exemplo, em 1976, foram realizadas duas entrevistas com Caetano Veloso, um dos líderes do Tropicalismo, que preso e exilado. Caetano Veloso era a materialização do “novo perfil jovem” do qual os psicanalistas tratavam em suas teorias. Com o título “Caetano Veloso: onde medra a magia”, o artista é entrevistado por Luiz Tenório Lima, um dos fundadores da revista. Ao abordar a questão da sua inspiração criativa e a relação com o material inconsciente, é trazido à pauta o assunto do medo. Lima endereça o assunto fazendo referências à sua experiência durante o período de repressão e de efervescência da resistência cultural brasileira:

[...] quando você começou com o Tropicalismo, a mim mesmo – que conhecia todo o tipo de seu trabalho – foi muito assustador. Era um mundo louco que se abria para mim e eu vi com muito medo, porque eu lhe conhecia de perto e conhecia o seu trabalho, previa até – porque estava prevista em conversas a possibilidade de mudança – mas é como se me fosse mostrado um mundo tão novo, tão imprevisível em termos dos meus pensamentos, das minhas idéias acerca de música, acerca das

coisas da época, que a mim me causava muito medo. E eu percebia que você não estava nem aí, realmente (LIMA, 1976, p. 23).

Caetano responde sobre sua postura criativa naquele momento e sobre a repressão que logo se instaurou: “Eu não tinha medo, nesse sentido. Para mim era natural, era o que tinha que ser feito, então não tinha porque ter medo. [...] Então, de certa forma, a realidade me surpreendeu. A resposta da realidade foi pesada demais” (LIMA, 1976, p. 24). Referindo-se a momento da ditadura civil-militar em que se viu exilado em Londres e retorno ao Brasil:

Então, imitando essa coisa do Jorge Ben, eu quis fazer uma música que fosse uma espécie de único comentário a meu próprio respeito no momento da minha volta ao Brasil. E era muito sobre o medo, porque exatamente eu estava fora do Brasil por questões essas que me fizeram pensar sobre o medo. E depois tinha o medo da morte, porque um sujeito tinha previsto minha morte pra não sei quando. Uma série de circunstâncias me fizeram ter medo disso, o modo como foi e ligações com outras coisas (LIMA, 1976, p. 24).

A entrevista segue até que Caetano destaca o papel que a Psicanálise teve para o enfrentamento do seu medo: “Eu sou muito cheio de medos, mas agora... estou fazendo psicanálise” (LIMA, 1976, p. 24). Se, por um lado, podemos pensar no argumento de que a Psicanálise se torna esse loco protegido e neutro de alívio para as angústias de uma elite brasileira, Caetano se mostra atento, já naquele momento, às críticas à normatização da Psicanálise e também aos nomes que foram e poderiam ter lhe sido dado:

Caetano - Também outros amigos meus, marxistas, um lado marxista dizia: não, psicanálise vai lhe *enquadrar*, vai lhe botar uma pessoa...

Tenório: *Ajustada...*

Caetano – Ajustada e, como se diz, *conformista*. Isso também não me metia medo, porque nunca me senti um revolucionário, *não me reconheço como um revolucionário* (LIMA, 1976, p. 26, grifos meus).

Essa entrevista mostra que, mesmo dentro da SBPSP, apontada como uma sociedade tão ou mais conservadora comparada às sociedades vizinhas do Rio de Janeiro (COIMBRA, 1995; FROSH & MANDELBAUM, 2017), existiu um espaço que se propôs a estabelecer um novo diálogo com artistas da cultura brasileira, representantes justamente do perfil muitas vezes patologizado por membros da mesma sociedade. Isso ocorreu quase uma década antes de um formato parecido ser adotado por grupos lacanianos, como mostra a revista *Revirão* e a proposta do “Sarau” que trazia personagens da cultura brasileira para conversar dentro da instituição, dentre eles o próprio Caetano Veloso.

Outro exemplo emblemático de discussão trazida pela *IDE* foi o caso pouquíssimo discutido na literatura sobre a vinda do segundo analista didata estrangeiro a São Paulo em

1950¹⁷⁷, Theon Spanudis. Na ocasião, Spanudis falou abertamente sobre sua sexualidade na revista. Lembremos o entendimento psicanalítico anteriormente exposto onde o luto da bissexualidade era tarefa da adolescência e da construção da identidade sexual, postura que é confirmada por Spanudis ao referir-se à atitude de seus próprios analistas.

E com muitas vivências eróticas também, para dizer a verdade homossexuais, com grandes alegrias e tremendas decepções também. *Nunca me conformei com os ensinamentos dos meus psicanalistas, de que eu devia ser só heterossexual, porque isto é normal. Aceitei ambas as coisas: a homossexualidade manifesta, como também a heterossexualidade* (SPANUDIS, 1976, p. 68, grifo meu).

Contudo, foi no Rio de Janeiro que certa ruptura com o *establishment* psicanalítico ocorreu, por meio do protagonismo de psicanalistas identificados à época como progressistas. Esses psicanalistas propunham uma nova abordagem teórica e prática com adolescentes na década de 1970, ao expandir a aplicação do saber psicanalítico para fora da instituição psicanalítica e do consultório privado. Relatando os efeitos da influência da psicanálise argentina no Brasil¹⁷⁸, especialmente vinculada à segunda geração de argentinos vindos ao país, dois psicanalistas cariocas escrevem o livro *A crise da adolescência – visão psicanalítica* em 1989.

Tendo trabalhado com esse público desde 1972, Carlos Castellar da SPRJ e Luiz Alberto de Freitas da SPID decidem reunir suas experiências psicanalíticas com adolescentes nesta coletânea. Consideram-se vanguardistas na época em termos da problemática adolescente e destacam o papel político de seu trabalho: “Num país como o nosso, cuja população jovem constitui-se em cerca de cinquenta por cento do total, é de fundamental importância que aqueles que lidam, cotidianamente, com a juventude estejam preparados psicologicamente a orientá-los”. Esclarecem que, apesar das vinhetas clínicas publicadas no livro se referirem a pacientes do consultório privado, “nada seria alterado se nos reportássemos aos ambulatórios de assistência pública” (CASTELLAR & FREITAS, 1989, p. 8).

¹⁷⁷ Com o título “Spanudis, 20 anos depois”, o analista conta como a psicanálise no Brasil era uma profissão rentável, especialmente para um analista vindo do exterior, e que atuou como analista somente até “fazer dinheiro” que o permitisse depois trabalhar como escritor: “Aqui no Brasil, depois de sete anos de trabalho, estava em condições relativamente boas para poder abandonar a profissão e me dedicar ao escrever” (SPANUDIS, 1976, p. 67).

¹⁷⁸ Coimbra destaca que os argentinos são procurados pela sua competência teórica, sua flexibilidade, sua estrangeiridade, mas que eles se espantam ao chegar aqui e pouco ouvir perguntas sobre a conjuntura política de seu país, como se não houvesse um estado de exceção que os tivesse forçado abandonar seu país. O aspecto de apagamento crítico seria efeito de uma produção massiva de subjetividades dos anos 70, segundo a autora, o que não explicaria a semelhança do desinteresse frente ao passado de Adelheid Koch e Werner Kemper chegados no Brasil na década de 40 e 50.

Referindo-se ao *boom* psicanalítico daquele momento, Freitas (1989) destaca que em 1969 “a psicanálise carioca vive uma época dourada. São poucos os psicanalistas, grande a procura” (FREITAS, 1989, p. 10). Nesse momento, Fábio Leite Lobo, então diretor do Instituto de Psicanálise da SPRJ, amplia o ensino psicanalítico a não-médicos e propõe um curso ministrado pelos argentinos Arminda Aberastury e Eduardo Kalina, que com o decorrer dos anos conta também com a contribuição de José Bleger, Angel Garma, Leon Grimberg, David Liberman, Arnaldo Rascovsky, entre outros. Segundo Coimbra, os seminários dos argentinos eram, inicialmente, abertos a outros profissionais, pois os psicanalistas da sociedade não tinham interesse ou mesmo conhecimento sobre a psicanálise infantil. Porém, o curso acaba sendo vetado dentro da sociedade:

Fábio Leite Lobo, na época, com vários grupos de supervisão, formados em sua maioria por psicólogos que trabalham com atendimento infantil, sofre forte pressão de seus supervisionandos e forma um curso paralelo ao da SPRJ, dado pelos mesmos psicanalistas argentinos (COIMBRA 1995 p. 125).

Em 1971, o II Congresso Argentino de Psicopatologia Infanto-Juvenil conta com notória participação brasileira, incluindo a presença de alguns psicanalistas provindos das sociedades oficiais. Em 1972, ano seguinte, Luis Carlos Osório, do Rio Grande do Sul, e Carlos César Castellar contribuem para a fundação da Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA). A APPIA, segundo Freitas, tinha inspiração no grupo *Plataforma* da Argentina¹⁷⁹, formando quando “um grande número de profissionais, a maioria jovem, rompe com a Associação Psicanalítica Argentina (APA), adotando uma postura marginal, não-institucionalizada” (FREITAS, 1989, p. 14). O psicanalista destaca também que o *Plataforma* não se estabeleceu enquanto tal no Brasil em função da ditadura que, segundo ele, “impedia o debate amplo de idéias, particularmente no seio de sociedades” (FREITAS, 1989, p. 14). Assim, um espaço de contestação teria sido construído dentro do escopo das APPIAs, que nos anos 1970 se expandem para diversas cidades brasileiras, tendo como efeito a disseminação de suas idéias e propondo a democratização do ensino da Psicanálise.

No mesmo ano, realizou-se o I Congresso de Psicopatologia da Infância e da Adolescência da APPIA no Brasil, em plena ditadura de Médici. Burlando a censura, os

¹⁷⁹ De acordo com Coimbra (1995), o objetivo da APPIA seria promover uma ampla discussão entre profissionais psi (Psiquiatria, Psicologia e Psicanálise e incluindo assistentes sociais) a nível internacional, por meio de congressos, publicações e seminários. A APPIA acabou por ter maior número de psicólogos como membros, embora a direção estivesse nas mãos de psicanalistas ligados à SPRJ, da linha considerada mais progressista, justamente por estarem trabalhando junto ao grupo argentino (COIMBRA, 1995, p.134).

participantes teriam criado um espaço de discussão sobre a educação, a família, os direitos do homem, além de ter despertado “a consciência dos profissionais da saúde mental para o atraso da Psicanálise e da psiquiatria brasileiras” (FREITAS, 1989, p. 13). Freitas destaca a relação destas iniciativas com o contexto político:

A tortura corria solta. O medo imperava, mas sob o *escudo da infância e da adolescência*, o Congresso da APPIA falava de direitos humanos, de liberdade, manifestava-se contra o autoritarismo e trazia ao Brasil o que de mais representativo havia na psicanálise continental em termos de “esquerda freudiana” (FREITAS, 1989, p. 13, grifo meu).

O símbolo do escudo dá a entender que falar sobre a saúde mental da criança e do adolescente não constituía uma problemática ao governo e ao regime. De acordo com Coimbra (1995), isso assinalaria o alinhamento desse projeto identificado como uma “psicologia psicanalítica” com o modelo político brasileiro, particularmente no seu caráter profilático e preventivo, que não estava ausente mesmo sob uma roupagem progressista.

De 1972 a 1976, esta entidade promove dois grandes congressos, e é neste o período de sua maior efervescência, quando a mídia se ocupa dos projetos de uma psicologia psicanalítica para a infância, a adolescência e suas famílias bem aos moldes das subjetividades hegemônicas então produzidas: cuidar das famílias em “crise” e, dentro da linguagem dos argentinos, “prevenir os diferentes momentos de crise por que passa o ser humano”. A prevenção ou psicoprofilaxia como forma de promoção da saúde mental passa a ser pedra de toque de muitos psicólogos, os mais progressistas, por sinal (COIMBRA, 1995, p. 135).

Porém, Freitas destaca que passados alguns anos, quando a redemocratização começa a acontecer, as associações se findam. Segundo o psicanalista, elas teriam sido um encontro de dois interesses: estudar a adolescência “em suas implicações políticas e contestatórias” (FREITAS, 1989, p. 13-14) e oportunizar a entrada na Psicanálise de profissionais (particularmente dos psicólogos) que já trabalhavam com crianças¹⁸⁰. Tendo cumprido seus objetivos em trazer a psicanálise ao debate público, o reconhecimento do direito a psicólogos terem formação psicanalítica e a constituição de equipes multidisciplinares para atenção e assistência a saúde mental, as associações se findam (FREITAS, 1989).

¹⁸⁰ De acordo com Coimbra (1995, p. 124) “no Rio de Janeiro, o atendimento psicoterapêutico infantil é desqualificado pelas Sociedades ‘oficiais’. Além de ser considerado, na época, como prática que exigia menos qualificação, esse tipo de atendimento é também menosprezado no mercado de trabalho, pois ‘vale’ praticamente a metade do que é cobrado pelos psicanalistas para uma terapia de adulto”. Porém, nesse momento, esse campo começa a entrar em disputa e se torna preponderante também dentro das sociedades oficiais. Lygia Amaral, ao ser questionada do desinteresse dos psicanalistas da época pelo social e ênfase no consultório privado, responde que “o psicanalista exerce uma influência muito grande no social” e, na sua experiência, a forma de entender essa influência seria através dos estudos da interação mãe-bebê na dinâmica psíquica (AZAMBUJA & FAVILLI, 1979, p. 8).

Durante sua existência, Freitas evidencia o movimento de disputa do campo, através da apropriação da psicanálise de crianças e adolescentes frente a uma outra psicanálise verdadeira que detinha um monopólio teórico e de mercado profissional. Ele destaca esse caráter de competição e dominação frente a um mercado psicanalítico brasileiro:

A influência teórica na época era basicamente a de Melanie Klein que, tal como Arminda, não era médica nem psicóloga. Então tínhamos de um lado os adolescentes não-analisáveis e de outro as crianças “coisa de psicólogos”, o que criava uma terra de ninguém. [...] Quando a “psicanálise oficial” se deu conta disso, e através de Leão Cabernite tentou desalojar o grupo, a terra já estava conquistada e com marco de posse (FREITAS, 1989, p. 14).

Freitas não dá maiores detalhes sobre como Leão Cabernite teria tentado “desalojar o grupo”, mas Coimbra (1995) destaca que, após o grande sucesso do I Congresso, o psicanalista da SPRJ e presidente da APPIA na época, Carlos César Castellar, foi chamado “para prestar esclarecimentos ao diretor do Instituto de Ensino da SPRJ, sobre o surgimento de uma Sociedade de formação paralela fomentada por seus próprios membros”, como contou o próprio psicanalista em entrevista citada pelo trabalho de Figueiredo (1984 apud Coimbra, 1995, p. 135)¹⁸¹.

Nesse mesmo âmbito, Coimbra destaca que Leão Cabernite, presidente da SPRJ no início dos anos 70 e um dos guardiões da “verdadeira psicanálise”¹⁸², teria publicado artigos sobre a “poluição da psicanálise” pelos invasores, que seriam os psicólogos e a segunda geração de argentinos (COIMBRA, 1995, p. 67). Dessa forma, a autora evidencia o campo de tensões existente entre psicanalistas mais progressistas que acreditavam no início de uma democratização da psicanálise e as reações de resistência dos psicanalistas ortodoxos frente à pressão dos psicólogos por acessar a formação psicanalítica, atacando tais movimentos e procurando “salvaguardar a psicanálise” (COIMBRA, 1995, p. 74).

¹⁸¹ Complementa Figueiredo (1984), na entrevista em questão, que “a APPIA não tinha compromisso formal algum em formar psicanalistas, os próprios estatutos confirmam isso” (FIGUEIREDO, 1984 apud COIMBRA, 1995, p. 135). Outro fator que Freitas não comenta em seu livro, mas que é trazido por Coimbra (1995), diz respeito ao encerramento das atividades da APPIA, que teria se dado justamente em função de uma demanda por formação profissional por parte dos psicólogos dessas associações. Com o crescimento dessa pressão, Castellar demite-se em 1977 deflagrando uma crise na APPIA, que continua dirigida por psicólogos e vai pouco a pouco se esvaziando.

¹⁸² Citando uma entrevista dada por ele ao *JB Caderno B Especial* em 1986, Coimbra destaca os seus objetivos enquanto presidente da SPRJ (tendo passado por três mandatos durante a década de 70): “Assumi a presidência da SPRJ e uma das minhas metas foi defender a psicanálise de *ataques diversos vindos sob as formas mais variadas*. Meu propósito foi o de manter a Psicanálise dentro dos padrões que impeça sua descaracterização. Isso me tornou extremamente impopular entre aqueles que queriam ser psicanalistas sem se submeter ao processo de formação preconizado por Freud e instituído pela IPA (JB Caderno B Especial 16/09/1986 apud COIMBRA, 1995, p. 105, grifos meus).

A relevância do trabalho e das discussões realizadas pelos psicanalistas dentro das APPIAs é até hoje pouco conhecida e documentada pela historiografia da Psicanálise. Mesmo nesta nossa pesquisa, que ensejou o amplo escopo dos periódicos psicanalíticos da época, não foram encontradas referências ao trabalho deste grupo no período analisado, nem mesmo nas revistas oficiais da SPRJ ou da SPID, instituições de formação de Castellar e Freitas. Diante dessa ausência, analisamos algumas concepções teóricas trazidas pelos psicanalistas no livro anteriormente citado, pois mesmo que tenha sido publicado em 1989, traz ensaios elaborados pelos autores na década de 70.

No livro, Castellar reproduz uma crítica feita por Erikson em relação a uma abordagem mais adaptativa das teorias psicanalíticas e destaca a juventude enquanto uma potência libertadora e assim, coerente com os ideais da Psicanálise:

Ao tentar clarificar *as raízes emocionais das contestações juvenis*, devemos conceber desde o princípio que inclusive a psicanálise – como outros movimentos alguma vez revolucionários – se deixou arrastar por posições que vêm servindo para *neutralizar poderosas fontes internas e externas fazendo o homem mais superficial e mecanicamente adaptável*. Algumas das preocupações mais proféticas da juventude de hoje podem, de fato, servir para renovar ou, em qualquer caso, para nos recordar uma visão libertadora inerente aos princípios da psicanálise (ERIKSON, 1974, p. 118 apud CASTELLAR, 1989, p. 17, grifos meus).

Atento para o perigo de aplicar o saber psicanalítico de forma a causar um apagamento de antagonismos sociais e questões políticas mais amplas, e destacando a importância de levar em consideração esses aspectos ao se pensar sobre o fenômeno da adolescência, Castellar afirma que:

A partir dos anos 50 a juventude inicia todo um movimento de contestação, surgem os hippies, as drogas, a luta pela liberdade sexual, os protestos estudantis, ocorrendo mesmo uma revolução nos hábitos, linguagem, indumentária, que influenciará a todos. Uma visão da problemática juvenil, exclusivamente psicanalítica, seria parcial. Em realidade não existe uma adolescência, mas sim adolescências em função do político, do social, do cultural e do momento no qual está inserido o adolescente (CASTELLAR, 1989, p. 18).

A necessidade de tratar sobre a temática da adolescência, segundo Castellar, aparece em função da condição social que, “particularmente nos países do terceiro mundo, apresenta um alto grau de deterioração. Vivemos sob a égide de uma grave crise social, econômica, política, moral, ética” (CASTELLAR, 1989, p. 137). Nesse sentido, Castellar aponta também a ameaça da crise social como a condição de partida para a elaboração de uma teoria e prática psicanalítica a respeito da adolescência. Nota-se, contudo, uma perspectiva mais informada da realidade social, ao apontar dados estatísticos sobre a condição social de crianças e adolescentes no país:

No Brasil, segundo as pesquisas das Associações de Saúde Mental, existem 14 milhões de menores vivendo em condições subumanas; 69% das 600 mil crianças que morrem atualmente são vítimas de doenças causadas ou agravadas pela má nutrição; a cada hora morrem 45 crianças com menos de um ano de idade. Em 1975, das 48 milhões e 226 mil crianças de zero a 18 anos, 15 milhões e 400 mil eram menores carentes e abandonados. Estes dados e muitos outros que foram apresentados nos dão muito bem a dimensão do verdadeiro abandono em que se encontram crianças e adolescentes brasileiros (CASTELLAR, 1989, p. 121).

Frente ao cenário socioeconômico da situação infanto-juvenil brasileira, Castellar cita um estudo organizado por uma equipe de professores e alunos realizado na APPIA do Rio de Janeiro em 1976. A intenção era traçar linhas para conceituar o que seria a chamada adolescência normal, entrando em contato com adolescentes de distintas camadas sociais. Destacamos que esse é o mesmo período da realização das já citadas pesquisas psicológicas encomendadas pelo governo sobre o perfil dos jovens terroristas. Nesse sentido, o estudo se propõe a apresentar uma abordagem diferente, desnaturalizando ou colocando em questão o conceito de adolescência normal.

Foram realizadas entrevistas em grupos de adolescentes de classe alta e baixa, identificados como “favelados”. As entrevistas concluem que os jovens de classe abastada eram “bonitos, saudáveis; já os outros apresentam físico pouco desenvolvido, sem correspondência com a idade, dentes malcuidados, sinais evidentes de desnutrição” (CASTELLAR & FREITAS, 1989, p. 128). Os jovens da classe alta estavam nas séries correspondentes com a sua idade escolar, sendo que os outros estavam pelo menos três anos abaixo. A religiosidade era ausente nos adolescentes das classes abastadas, tendo forte presença das religiões católicas, protestante e cultos africanos nas classes mais baixas. Os jovens das classes altas usavam tóxicos e não trabalhavam. Nas camadas mais pobres, os meninos buscavam ganhar dinheiro com trabalho informal, e as meninas ajudavam nas tarefas domésticas. A estrutura da família nuclear burguesa estava presente nos jovens da classe alta, e nas classes baixas via-se a ausência do pai, com irmãos criados por diferentes famílias e grande importância da figura da mãe e da avó como mediadoras das tensões familiares. As aspirações dos adolescentes das camadas abastadas seriam o diploma universitário, forma de manter o *status* familiar. Já os adolescentes das classes pobres desejavam uma carteira de trabalho assinada, capaz de lhes assegurar proteção social e o respeito de sua comunidade (CASTELLAR & FREITAS, 1989, p. 133).

Com essas informações sobre a configuração da vida dos adolescentes, os psicanalistas afirmam que a noção da crise adolescente estaria presente nos jovens de classe alta e seria inexistente nos adolescentes das camadas pobres, que acabam passando por um

salto da infância para a fase adulta. Importante notar que, nesse sentido, Castellar e Freitas sinalizam um rompimento com a naturalização tanto da crise como da moratória adolescente, dando lugar para uma teoria que seria mais atenta para o papel das condições sociais, econômicas e culturais na construção da subjetividade do jovem e na própria concepção da adolescência. Assim, afirma: “a ‘normalidade’ diverge segundo a geografia socioeconômica da cidade” (CASTELLAR & FREITAS, 1989, p. 134).

Assim, Castellar pontua que a psicanálise, ao deixar de fazer uma leitura atenta aos elementos sócio-políticos que compõem a sua textura familiar, seria um conhecimento estéril e sem relevância social, especialmente se tratando de adolescentes de um país subdesenvolvido (CASTELLAR, 1989, p. 140). Ao mesmo tempo, os psicanalistas afirmam que, apesar do jovem de classe social menos favorecida ter uma adultidade precoce e o da classe abastada poder “protelar ao máximo a curtição juvenil”, o adolescente de ambas as classes pode apresentar “*deformações* ou mesmo *patologias* que serão enfrentadas levando-se em conta tanto o social como o psicológico” (CASTELLAR & FREITAS, 1989, p. 8, grifos meus).

Se, por um lado, o contexto social e econômico do jovem brasileiro começa a ser considerado como parte da constituição do fenômeno da adolescência, por outro, a teoria psicanalítica, seja aplicada no consultório ou nos ambulatórios de saúde mental, era entendida como uma ferramenta na prevenção de desvios da juventude que ocorreriam em ambas as classes sociais, a despeito dessas suas condições.

Os ambulatórios de saúde mental da rede de saúde municipal, estadual e federal necessitam, com urgência, organizar serviços de assistência às famílias, pois será com medidas preventivas que iremos minorar *os desvios que a juventude, inevitavelmente, irá ou está percorrendo*, seja ela das classes abastadas ou das camadas mais carentes da população (CASTELLAR, 1989, p. 139, grifos meus).

Apesar da quebra com alguns elementos da psicanálise considerada mais ortodoxa, especialmente no que tange ao domínio teórico e ao corporativismo de um grupo sobre a prática analítica, e, apesar da ampliação do campo analítico através dos experimentos com grupos e associações interdisciplinares de saúde mental na década de 70, continuidades teóricas com o movimento anterior permaneceram presentes. Se, conforme destacou Freitas (1989), nada se alterava no tratamento clínico dado aos adolescentes nos ambulatórios de assistência pública, perguntamo-nos quais seriam os efeitos na prática clínica dessa abordagem mais informada da realidade social, uma vez que alguns referenciais teóricos que apresentam uma maior determinação de sentido continuavam operando. Buscamos, então,

analisar alguns exemplos de casos clínicos com adolescentes, inserido no contexto da discussão sobre a reformulação da técnica analítica que colocava em pauta a particularidade do discurso adolescente e sua analisabilidade.

3.5 São analisáveis os (discursos) adolescentes?

A questão da técnica analítica e da analisabilidade dos adolescentes foi colocada inicialmente por Anna Freud (1958) ao declarar que “a posição em relação aos estudos analíticos da adolescência não é animadora, sendo especialmente insatisfatória quando comparado com os estudos da primeira infância” (FREUD, 1958, p. 255). Ela reconhece que o crescente interesse após a Segunda Guerra Mundial trouxe uma variedade de contribuições, especialmente nos Estados Unidos, mas que até então, a adolescência continuava sendo somente uma “filha enteada” da Psicanálise. Os motivos para tal, segundo ela, estariam ligados a questões da experiência de rememoração, como a dificuldade do adulto em reviver os conflitos e as mudanças de humor de sua adolescência no *setting* analítico, além da inexistência de uma técnica psicanalítica específica para adolescentes. Esse debate rapidamente ganhou espaço no círculo dos psicanalistas brasileiros. Carlos Osório (1976), da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA) afirma que a técnica psicanalítica para adolescentes não deveria ser uma adaptação da análise de crianças ou de adultos; mas deveria ser um novo campo do trabalho analítico, com suas técnicas específicas e *setting* próprio, assim como o jogo lúdico desenvolvido por Melanie Klein se tornou uma técnica analítica para a análise de crianças.

As dificuldades a respeito do manejo técnico com adolescentes “derivam-se em grande parte da persistência daquele posicionamento equívoco da adolescência como mera etapa transicional entre a infância e a idade adulta” (OSÓRIO, 1976, p. 432). A particularidade da técnica psicanalítica para adolescentes residiria nas vicissitudes do processo de simbolização desses pacientes. Desta forma, deveria haver uma preocupação em relação às peculiaridades da comunicação dentro da análise de adolescentes. Por exemplo, quando um adolescente fala que não adianta conversar com adultos, pois eles não entendem, está expressando mais do que uma diferença de opiniões entre gerações, mas um processo de defasagem linguística e semântica entre elas, acompanhado de um distanciamento ideológico.

Nesse sentido, Osório não somente aponta para o lugar da linguagem e da construção de sentido (de si e do mundo) particular e em construção do discurso adolescente, mas também para o limite do alcance da técnica analítica clássica em abordar esse campo

lingüístico e seus enunciados. Ainda, diante desse *déficit* simbólico sentido pelo analista, haveria também uma linguagem do tipo condutal do adolescente, que poderia ser interpretada pelo analista (OSÓRIO, 1976).

Outra publicação do mesmo período foi de Santiago Korin¹⁸³, membro da Associação Psicanalítica Argentina, apresentado no X Congresso Latino-Americano de Psicanálise realizado no Rio de Janeiro e transcrita para a *Revista Brasileira de Psicanálise*. Korin sinaliza o uso, na história da Psicanálise, de duas metodologias para o trabalho com os adolescentes; uma proveniente do trabalho com crianças e outro da análise com adultos, em ambas a adolescência ficaria com um caráter de transitoriedade, caracterizada pela “identidade que estava perdendo ou pelo ângulo da identidade que *haveria de apresentar*” (KORIN, 1975, p. 373, grifo meu).

Alinhado a Osório, Korin (1975) propõe que a análise de adolescentes se estabelecesse como um campo específico no trabalho analítico. Korin (1975) destaca o debate da época a respeito da possibilidade de se considerar ou não a análise de adolescentes como Psicanálise, assim como se deu anteriormente com a análise de crianças. Nesse sentido, Korin expõe um campo de tensões dentro do movimento psicanalítico entre o dogmatismo e a abertura para a reformulação do aparato teórico.

Buscando elucidar essa questão, o psicanalista se pergunta: “São analisáveis os adolescentes?” (KORIN, 1975, p. 374). Para responder, faz uma diferenciação do que seria o vínculo analítico e outros tipos de técnicas psicoterápicas de atenção ao adolescente no que tange, por exemplo, os objetivos de cura. Korin coloca que os objetivos clínicos “envolveriam colocar a *serviço do Ego* disposições que permanecem latentes em nossos pacientes” (KORIN, 1975, p. 375, grifo meu). Para isso, seriam necessários outros tipos de intervenções e alterações do *setting* clássico para além da interpretação verbal, isso porque o adolescente recusa a interpretação tradicional (de cunho transferencial). Ao receber uma interpretação do tipo “você vê em mim um papai que lhe nega apoio incondicional”, o adolescente reage depreciativamente, pois o seu acesso ao elemento intersubjetivo do “como se” da situação analítica estaria impregnada por sua condição biológica. “O adolescente que deseja o mesmo

¹⁸³ Santiago Korin, psicanalista argentino, integrante do grupo *Plataforma* que influenciou a psicanálise no Brasil, no âmbito de uma proposta de renovação em relação aos modelos mais tradicionais e ortodoxos da psicanálise “oficial”.

poderia – pelo menos fisicamente – chegar a consumá-lo¹⁸⁴. Daí resulta a escassa margem para captar o caráter virtual do vínculo transferencial” (KORIN, 1975, p. 381).

Korin propõe, então, que uma possibilidade tanto para a clínica com psicóticos e crianças, mas também para adolescentes é entrevistar e, eventualmente, tratar a família do paciente. A urgência do caso também pode modificar a técnica estritamente psicanalítica, em função da dimensão primordialmente temperamental do adolescente e pelo fato de que os aspectos temporais se mostram importantes. Frente ao “baixo limiar de tolerância para intervenções transferenciais” (KORIN, 1975, p. 378) e a inclusão da família no tratamento, Korin aloca a análise do adolescente em semelhança com o tratamento de pacientes psicóticos.

Além disso, segundo ele, o analista deveria abordar a constituição do adolescente considerando aspectos culturais e ideológicos, que “já não aparecem como simples variáveis supraestruturais da organização psíquica, porém também como elementos constituintes dessa organização”, ao lado de elementos constitutivos e da “origem primitiva infantil das perturbações atuais” (KORIN, 1975, p. 379). Isso permitiria chegar a uma concepção contextualizada do paciente, onde o patológico evidencia o seu vínculo original com o cultural e o ideológico. A partir de uma crítica a um tipo de interpretação psicanalítica presente na análise de adultos, o psicanalista pensa na construção de uma técnica analítica que não incorra no mesmo formato. Nesse sentido, fala da existência de uma “visão neuroticocêntrica de saúde e doença, de acordo com um enfoque nitidamente verticalista para a classificação dos problemas”, relativa a uma psicanálise pouco informada de seu lugar político, em que “acomoda-se à interpretação burguesa da sociedade e da história (normalidade liberal, crianças submissas, loucos marginalizados)” (KORIN, 1975, pp. 379-380).

Também enfatizando a adolescência como categoria não só psicológica, mas também social, cultural e histórica, Castellar (1989) fala sobre a resistência apresentada por alguns psicanalistas em relação à análise de adolescentes. Ele elenca alguns motivos técnicos usados para desconsiderar a psicanálise de adolescentes como algo marginal e questionável, como as dificuldades em estabelecer uma relação de transferência com o adolescente, a incapacidade do adolescente de simbolizar, a pouca tolerância à frustração, o fato de não absorverem interpretações e de romperem o *setting*, os transtornos causados por seus comportamentos de

¹⁸⁴ Dentro desse entendimento, conforme já destacamos alhures, a cena edípica de caráter imaginário seria tomada como uma ameaça real, onde o adolescente pudesse, de fato, vir na realidade “consumar” seus desejos incestuosos ou parricidas.

acting-out, por serem pacientes economicamente instáveis e por apresentarem dificuldades com a associação livre. O desencorajamento em relação à psicanálise de adolescentes seria, então, fruto das dificuldades dos analistas ao utilizarem técnicas (e expectativas) da análise de neuróticos adultos em pacientes não adultos. Nesse sentido, os motivos elencados por Castellar parecem sinalizar menos uma resistência dos adolescentes à psicanálise e a sua incapacidade de simbolização e mais uma incapacidade dos analistas em conceber a diferença estrutural do discurso adolescente em relação ao do adulto neurótico.

Nesse sentido, Castellar afirma ser necessária uma atitude técnica que fuja do estabelecido. Como, por exemplo, abandonar a posição de neutralidade do psicanalista quando necessário e assumir uma postura ativa e transparente para que o vínculo se estabeleça. O analista deveria indagar, responder às perguntas e ser pedagógico, estar aberto a aprender. Estar atento para não influenciar nas escolhas e decisões do paciente, uma vez que psicanalistas de crianças e adolescentes apresentam uma tendência a se identificarem com as figuras parentais: “Este perigo (paternalismo) é tanto maior quanto mais rígida for a técnica empregada” (CASTELLAR, 1989, p. 66). Além disso, Castellar chama atenção para o uso excessivo das interpretações transferenciais para esse público.

O fato de termos à nossa frente um indivíduo tão moldável, ávido por figuras de identificação, pode conduzir-nos à tentação narcísica de “vendermos” nossa própria forma de pensar. Este é um dos aspectos mais delicados no processo psicanalítico com pacientes adolescentes. É comum, e humano, que *assumamos uma atitude paternal*, elegendo o tipo de personalidade que julgamos mais conveniente para o cliente. [...] *As interpretações exclusivamente transferenciais, o reducionismo permanente do material*, além na manutenção intransigente do *setting*, serão vividos pelos pacientes adolescentes *como* uma imposição, pois acreditarão que seus questionamentos não têm guarita (CASTELLAR, 1989, p. 66, grifos meus).

De acordo com Castellar, o manejo da transferência se apresenta como um dos principais aspectos com o qual os psicanalistas mais ortodoxos sentem mais dificuldade, uma vez que “se nos restringirmos apenas a interpretar, deixando sem respostas as perguntas diretas, estaremos criando um fosso em nossa relação terapêutica” (CASTELLAR, 1989, p. 28). Em função de o analista desempenhar uma dupla função, sendo a de continente das ansiedades, e também de identificação com as figuras parentais, as interpretações deveriam ser parcimoniosas, desestimular o estabelecimento de uma neurose de transferência, “uma vez que estamos frente a alguém que necessita encontrar o caminho de seu crescimento, buscar os ingredientes para *construir uma identidade*” (CASTELLAR, 1989, p. 27, grifo meu). A influência da psicanálise dos argentinos e da linha inglesa baseia o referencial teórico de

Castellar, para ele, “o desenvolvimento de uma análise com adolescentes se caracteriza pela alternância de clima: do paranóide ao depressivo” (CASTELLAR, 1989, p. 66).

Outro elemento que o psicanalista destaca é a noção de *acting-out* para representar os comportamentos dos adolescentes enquanto comunicação inconsciente. O psicanalista afirma que os púberes seriam a faixa etária de mais difícil abordagem psicoterápica, pois suas transformações corporais desencadeiam uma angústia intensa, e para se defender, eles atuam. Segundo ele, o *acting-out* seria uma linguagem corporal defensiva, mas com significado particular: o terapeuta deve “aprender com aquele adolescente o significado de seus atos, o que deseja expressar com cada um. As teorias aqui pouco ajudam, é no corpo a corpo” (CASTELLAR, 1989, 26).

Semelhante ao pensamento de Korin, o autor destaca que contato com a família também seria essencial ao se tratar de paciente jovem, pois permitiria conhecer o funcionamento familiar e o histórico do desenvolvimento físico e emocional do paciente. Muitas vezes é indicada também uma terapia familiar, se for o caso da “crise adolescente” ou a doença do adolescente servir “como uma luva para encobrir a enfermidade familiar e nós vamos colocar a mão na ferida” (CASTELLAR, 1989, p. 34).

Acontecerá sempre que os pais julgarem que estão frente a alguém que enlouqueceu porque prefere a patota da esquina a eles, ou quando o adolescente se enclausura em seu quarto, dias a fio, e nem banho toma, ou porque fumou maconha, fez um aborto, está usando pílulas anticoncepcionais, ou ainda porque o jovem não escolheu a profissão, entrou para a militância política em partido de esquerda, ou ingressou em alguma seita religiosa, ou só pensa em surf ou em *break* (CASTELLAR, p. 40).

Em tais situações, a família aciona o terapeuta ou para enquadrar o adolescente no esquema familiar e submetê-lo às suas normas, ou para capacitá-lo a passar por sua crise e encontrar seu caminho, sendo “a segunda situação bem menos freqüente que a primeira” (CASTELLAR, 1989, p. 40). Nas entrevistas iniciais é que será decidido se a indicação é para terapia familiar, terapia em grupo ou individual. Assim como pode acontecer a não indicação da terapia, uma vez que não haja nem patologia, nem crise, somente um mal entendido dos pais.

Pensando em observar as considerações levantadas pelos três psicanalistas a respeito da técnica psicanalítica para adolescentes, nos interessa, através de duas vinhetas clínicas, atentar-nos para os elementos presentes na narrativa dos casos, como a política de atribuição de sentido (se mais determinativa ou polissêmica) e o regime de verdade utilizado (aberto ou suturador da verdade do sujeito) nas intervenções analíticas e na caracterização dos sintomas. O que nos informaria também sobre a configuração do discurso psicanalítico ali apreendido.

Lembramos que, conforme expomos no nosso capítulo metodológico, entendemos que a teoria freudiana “não é marcada pelo mesmo estilo que as outras pesquisas científicas”, sendo seu domínio o da verdade do sujeito, ou seja, “a análise como ciência é sempre uma ciência do *particular*” (LACAN, 1953-4, p. 33, grifo meu).

Para tal, lançaremos uma breve reflexão sobre dois casos clínicos publicados por diferentes psicanalistas. O primeiro de Deocleciano Alves, psicanalista da SBPSP, publicado na *Alter* em 1980. E outro, do psicanalista Carlos Castellar, publicado no livro *Crise da adolescência – visão psicanalítica*. Buscamos analisar as continuidades e descontinuidades de uma produção representante do *establishment* psicanalítico da época e outra autônoma e como vanguardista no campo e no assunto.

3.5.1 Emprestar as palavras

Deocleciano Alves inicia seu texto destacando a ampla pesquisa bibliográfica (sua lista incluía desde psicanalistas pós-freudianos ingleses até franceses, assim como também alguns filósofos, dentre eles o filósofo e historiador Michel Foucault) à qual recorreu para ajudar a enfrentar as indagações surgidas na sua experiência analítica. Além disso, antes de introduzir o caso, chamou atenção para a necessidade que teve de se “libertar do peso de certa autoridade, referida por mim à Psicanálise em geral e à formação psicanalítica, que poderia operar como um dos fatores contrários ao aparecimento do momento criativo” (ALVES, 1980, p. 12). Acreditamos que a afirmação de Alves refere-se não somente à discussão de como o conservadorismo psicanalítico da época (da formação e do ensino psicanalítico em termos de uma determinada orientação epistemológica) atingia a vitalidade criativa dos analistas, mas também ao debate em torno da criação de uma técnica psicanalítica de adolescentes, em contraste com a ortodoxia da análise de adultos.

Neste relato de caso, Alves apresenta a análise de um adolescente em um processo difícil de “elaboração de resistências”, relativas à recepção de suas interpretações pelo adolescente. Questionou-se sobre o papel dos enganos que foram se estabelecendo no “curso do desenvolvimento do analisando que constituíram a organização de uma personalidade predominantemente *psicótica*” (ALVES, 1980, p. 9, grifo meu). Afirma ter buscado colocar o desconhecido como elemento focal e se distanciar da tentativa de *compreender, interpretar* ou remover situações obstrutivas do trabalho analítico, como, por exemplo, os silêncios. Nesse sentido, buscou abster-se de colocar “desejos e intencionalidades nas interpretações”, seguindo a recomendação bioniana “sem memória e sem desejo” (ALVES, 1970, p. 11).

Alves foi procurado por pais angustiados pela situação de seu filho Toni, de 15 anos. Segundo eles, o adolescente desenvolveu-se normalmente com exceção da fala. Não articulou uma palavra durante a infância, e, sem apresentar qualquer indício de problemas neurológicos, foi levado a tratamentos para transtornos de linguagem e psicoterápicos. Desde os nove anos, começou a articular algumas palavras e frases curtas. No último ano, se encontrava deprimido, triste, choroso e isolando-se socialmente. De acordo com o psicanalista, Toni é trazido por seus pais com uma expectativa de mudança, de cura dos seus sintomas, o que relatou ser comum na prática do consultório: “as famílias procuram auxílio para resolver a crise da adolescência de seus filhos” (ALVES, 1970, p. 64). Essa constatação está alinhada a percepção de Castellar (1989) que destacamos anteriormente.

Alves alerta que por meio de uma atitude reflexiva seria possível verificar se a crise está relacionada “às possibilidades da família e da sociedade em conter as mudanças inerentes à adolescência”, uma vez que “os adolescentes esperam *apenas compreensão*” (ALVES, 1980, p. 65, grifo meu). A palavra compreensão também merece destaque, uma vez que nos apontamentos de Uchôa (1973) e Knobel (1976), a rebeldia adolescente aparece como reação a um mundo adulto que se coloca como incompreensível.

Passando à análise do caso, Alves comenta sobre o silêncio, primeiro elemento presente nas sessões: “menino que não fala / não falou, nada fala / fala nada” (ALVES, 1970, p. 52). O silêncio ou o não-dito se fazia uma presença, um enigma que se colocava para o analista. Pergunta-se: o que fazer com esse silêncio? Relata que não gostaria de preenchê-lo com suas palavras, interpretar ou ser o adivinho, pois já havia na figura do pai, da mãe, dos professores e médicos o desejo para que o jovem falasse. Contudo, Alves destaca também que Toni se angustiava com o confronto de concepções diversas da vida e do mundo, indagando-se sobre suas crenças e expectativas e esperando que ele preenchesse “com palavras e *significados* o que é sentido como falta” (ALVES, 1970, p. 58, grifos meus). Vemos aí uma construção elaborativa do analista a respeito do que seria um desejo do adolescente: ser compreendido e ter preenchida a sua fal(t)a com um sentido através de suas palavras e intervenções.

Nas primeiras sessões relatadas por Alves, Toni parecia, em aflição, tentar falar e se esforçava para dizer alguma coisa. Após esforços, Toni “verbaliza”:

“Medo... medo do que pode acontecer...” e continua movendo os lábios, muito intranquilo. Digo: “Medo de suas idéias...”. Faz sinal afirmativo com a cabeça e diz, ainda muito baixinho: “Consequências”. Digo: “Medo de idéias de assassinato e suicídio...”. Fica tenso, *pára os movimentos labiais*, e parece-me surpreso. Após alguns minutos, baixa os olhos. O tempo passa e diz, quase num soporo: “É... mãe e

pai”. Digo: “Medo de assassinar seus pais e suicidar-se”. Olha-me assustado (ALVES, 1980, p. 67, grifo meu).

Diante da aparente dificuldade de Toni em se expressar, o analista se coloca como um suporte ao advento da fala do garoto, buscando construir sentidos (e realidades psíquicas) para a angústia que o tomava e que não era capaz de ser elaborada em fala:

Toni - “eu sinto e não sei?... não falo?”

Respondo: “Talvez... pode ser... você sente e não encontra as palavras para dizer; então eu *tento falar o que você não tem podido falar...*”

Toni –“Você fala por mim?”

Respondo: “*tento emprestar minhas palavras*, porque você ainda não achou as suas: necessito que *você verifique se o que eu digo faz sentido...*” (ALVES, 1980, p. 69, grifos meus).

Diante das dificuldades de Toni para formular enunciados, Alves demonstra sua postura de *falar por*, completando com significados os elementos faltantes em seu discurso. O analista, contudo, nota que Toni conseguia comunicar-se, mas frente aos comentários do analista, tornava-se novamente incapaz de falar, “*perdiam-se as palavras e os nexos de significação*” (ALVES, 1970, p. 60, grifos meus). O psicanalista se indaga o porquê de Toni agitar-se e perturbar-se após certas interpretações suas. Frente à resistência atribuída à Toni, que o fazia perder-se de suas próprias significações, ocorre uma mudança de comportamento, surgindo, então, desenhos seguidos de histórias, o que abriu para novas possibilidades analíticas.

O psicanalista relata longas falas de seu paciente contando sobre a história que desenhara em sessão, envolvendo situações de ação, de vulnerabilidade e perigos vividos pelos protagonistas, demonstrando uma articulação intelectual e semântica rica do adolescente, em contraponto à sua incapacidade de falar sobre seus sentimentos. Alves questiona-se sobre o valor das histórias de Toni: seriam comunicações de fantasias, meras atuações ou relatos sem qualquer significado? Alves escuta as histórias de Toni e as entende como uma forma de comunicação de seus pensamentos e sentimentos. Nesse sentido, os comentários e interpretações transferenciais de Alves acabam por indicar tentativas do analista em desvelar ou traduzir os significados presentes na fala de Toni, sobre sua adolescência e sua posição em seu mundo interno. Destaca que “às imagens correspondem os desenhos. Falta o *significado*. A palavra nomeia. O desenho surge como contacto possível, o que nos liga” (ALVES, 1980, p. 56, grifos meus). Dentro da dimensão intersubjetiva da relação analítica, Alves se sentia convocado a fornecer explicações e sentidos aos desenhos e comunicações de Toni, respondendo com interpretações transferenciais:

[Alves] “Não lhe parece que o bom samaritano sou eu?”; “Parece que você se aflige, sentindo que posso compreendê-lo e não percebe como você vive assustado e perseguido por muitas idéias, sentimentos e outras coisas que ocorrem em sua intimidade e que tem levado você a viver isolado, imaginando, construindo uma estória de você mesmo, e vivendo esta vida imaginada por você (ALVES, 1980, p. 72).

Baseando-se em um diagnóstico de possível psicose, o psicanalista aponta a dificuldade de Toni em mediar a sua fala através das experiências relativas a um eu reflexivo, indicando a existência de um ego ainda fragmentário. Em outra sessão, Toni traz o relato da história de Édipo, mito caro à psicanálise. Após Toni fazer uma descrição do livro de Sófocles, o analista pergunta o que ele pensa da história, que responde: “quem afronta a cólera dos deuses, desafiando os deuses, é destruído. [...] é uma tragédia que ele quis evitar, mas não pode... é o *destino*” (ALVES, 1970, p. 22). Diante da resposta de Toni, o analista interpreta e atribui um sentido para a comunicação do adolescente, investindo em uma dimensão imaginária do conflito edípico que o adolescente estaria revivendo em sua adolescência: “acredito que você se queixa de seus pais e os responsabiliza por todas as complicações de sua vida, parece mesmo que desejaria ter outros pais” (ALVES, 1970, p. 22).

O paciente fica perplexo, nas palavras do psicanalista, e responde gaguejando (vemos, aqui, que Toni titubeia a sua fala após a interpretação do analista, repetindo justamente o seu sintoma): “Não pensei nisto, é a estória de Édipo...”. O analista insiste na faceta da culpa atribuída aos pais biológicos na tragédia de Édipo, e Toni responde: “*você quer dizer que eu odeio meus pais?*” (ALVES, 1970, p. 22). Por fim, o analista passa a explicar o lugar ocupado pelos pais na sua realidade psíquica.

Nesse momento, frente às investidas interpretativas do analista, Toni passa a contar outra história. Alves aponta para Toni a defesa egóica, a resistência do jovem, passando a ele a sua compreensão ao dizer que “contar histórias” é o jeito que ele encontrou para não se sentir aflito ou ficar em silêncio, sua forma de comunicar o seu mundo. Conforme colocou no início de seu caso, ele busca compreendê-lo, segundo o que seria o desejo adolescente. Em seguida faz outra intervenção relacionando a figura do búfalo presente na nova história contada por Toni com a puberdade e as transformações físicas e psicológicas que ele estaria passando:

Você está crescendo, desenvolvendo-se, criando barba, seu pênis cresceu, acho que com tudo isto você sente coisas, reações, fica excitado, tem desejo de pegar meninas, não sabe se é mais homem ou mais mulher, tem ainda pensamentos que não compreende, sensações que não explica, não acha? mas fica com tudo encurralado, aprisionado, não podemos conversar sobre isto... (ALVES, 1980, p. 23).

Em outra interpretação relatada por Alves, fica evidente como um determinado modelo desejado de comportamento adolescente, envolvendo o tema da rebeldia, é introjetado na realidade psíquica do jovem através das interpretações transferenciais do analista. Toni fala em uma sessão que leu dois livros do mesmo autor, referindo-se às obras *Revolução dos bichos* e *1984* de George Orwell. Diz que um dos livros “é sobre uns bichos; eles fizeram uma revolução; sobre a revolução comunista também” (ALVES, 1980, p. 72, grifos meus). E, ao falar sobre seu desenho baseado no livro *1984*, diz que “o homem arranjou uma moça e começaram a namorar e queriam mudar a ordem estabelecida. Mas foram impedidos, fracassaram e tiveram que ficar *submetidos ao regime...*” (ALVES, 1980, p. 20, grifo meu). Alves, então, diz: “são duas histórias onde a insubordinação não foi bem sucedida...”. E continua traduzindo para Toni que seu interesse nas revoluções do mundo literário de Orwell era uma forma de comunicar o seu conflito edípico e com a Lei, representada na sua fantasia pelas figuras de autoridades parentais e sociais:

[Alves] “Você fala de uma rebeldia que surge em você, uma rebeldia contra pai, mãe, a organização familiar e social em que vive, e talvez, mesmo, contra o que eu digo a você. Os rapazes de sua idade costumam expressar essa rebeldia; seus colegas devem expressá-la também. *Isso é comum entre gente da sua idade. Revoltam-se contra os costumes, hábitos, regras, leis, etc. Sobretudo, revoltam-se contra os pais.* Parece-me que você sente os seus pais, papai e mamãe unidos contra você, talvez fortes demais.... você sente excluído desta relação e sente que ela é contra você; acho que em outras ocasiões você sente que eu sou aliado de seus pais para colocar você *dentro dos padrões deles* e você teme ficar submetido a estes padrões e a estas leis. [...] É uma união muito forte a deles contra você...”

- Toni: “*Mas eu disse que a união entre os povos variava, não eram sempre os mesmos...*”

Respondo: “Sim... por vezes você se une a mamãe contra papai, outras vezes se une a papai contra mamãe, mas sempre há um excluído, e isto gera medo em você, que acaba se submetendo e calando sua rebeldia, porque a vigilância em seu íntimo é severa...” (ALVES, 1980, p. 73-74, grifos meus).

Segundo Alves, o paciente resiste à interpretação do analista sobre a sua suposta rebeldia reprimida, que silencia e repete sua incapacidade de rebelar-se frente às interpretações do analista: “conversamos sobre o *sentido possível* destas histórias; ele discorda de mim, *angustia-se, fica em silêncio*” (ALVES, 1989, p. 20, grifos meus). O sentido possível do analista é posto como um sentido possível do adolescente que, frente a uma investida simbólica, é levado a silenciar-se novamente. Frente aos desafios que o assalto dos instintos primitivos de caráter sexual conferem ao corpo adolescente, coloca o objetivo daquela análise: conduzir o jovem à sua individualidade, separar-se da mãe fazendo o luto das figuras parentais, fazer sua escolha de objeto sexual e submeter-se “às leis da tribo”:

Toni *cisma*. *Está adolescente*. Percebe que cresce; seu corpo se agita e se transforma. [...] Percebe-se jovem altivo e desafiante, ora jovem dependente e desamparado. Os impulsos primitivos fazem sua vergonha; hesita em dúvidas quanto ao seu sexo: parecido com papai ou semelhante à mamãe; homossexual ou heterossexual; apaixonado por si ou atento a outros. Sofre e se isola mais de uma vez. (...) Sabemos que *tudo isso tem um fim, um destino; deste embate poderá sair um indivíduo*, relacionando-se com outros indivíduos, socializando-se. Repete agora uma etapa de sua infância, quando bebê se separou de sua mãe (separou-se ou tentou separar-se?) surgindo um novo indivíduo. O sofrimento agora parece ser maior. É exigido ser adulto, *aceitar as leis da tribo, sofrer as angustias dos grandes* (ALVES, 1980, p. 63, grifos meus).

Alguns comportamentos relativos à adolescência, como a rebeldia, representado no caso pela expressão “Toni cisma” frente à dita resistência a interpretação, ganham um significado definido de antemão, causando um apagamento do que possa surgir de singular no encontro analítico. Sobre uma ênfase na técnica psicanalítica da análise das resistências do Eu, Lacan faz apontamentos ao destacar que ela pode ser muito apressada em desvelar ao sujeito os padrões do ego e as suas defesas. Quando a intervenção analítica centra-se em padrões que limitam o mais-além da palavra, “o analista não tem outro guia senão a sua própria concepção do comportamento do sujeito. Tenta normalizá-lo – segundo uma normal coerente com o seu próprio ego” (LACAN, 1953-1954, p. 371).

Sobre essa questão, Dunker (2015) coloca que:

A abordagem da interpretação e da transferência, centradas em um processo tradutivo, e o horizonte de integração entre os maus e os bons objetos (posição depressiva) testemunham a confiança depositada na proporcionalidade e na reconciliação possível entre o mundo interno e o mundo externo, gramática fundamental do processo de desenvolvimento e maturação (DUNKER, 2015, p. 153).

O silêncio de Toni a respeito de seus sentimentos não se tornou um enigma para Toni. O psicanalista toma para si o enigma e o desvenda sozinho no trabalho intersubjetivo, assumindo um papel de suturar com sentidos prévios a comunicação do adolescente. Alves elaborou um saber *sobre* o adolescente. Após Toni dizer que foi empurrado pelo analista a falar, Alves relata que ele foi capaz de conversar sobre sua adolescência, seus pais e a relação analítica (ALVES, 1980, p. 23). Por outro lado, o caso de Toni trazia a expectativa familiar e social de que o jovem falasse e se tornasse um adulto normal, da qual o psicanalista comenta não compartilhar:

Por fim alguma coisa tomou forma na minha mente; pressenti que *não* podia ser a mãe, o pai, a família, os irmãos, o colégio. Que *não* podia sobrecarregá-lo com mais expectativas e esperanças exigências; *não* podia me intrometer em Toni, para pedir que fosse de outra maneira. Toni era aquilo e aquilo ele podia ser [...]. Também não tinha soluções, curas, benção ou o qualquer que fosse para modificá-lo, curá-lo,

resolver seus problemas, torná-lo bom, agradável à sua família (ALVES, 1980, p. 53).

Porém, durante a evolução do caso, as histórias que Toni contou são vistas como comunicações a serem decifradas, colocando a enunciação ao lado do analista. Além disso, vemos uma determinação de sentido na construção do significado do sintoma de Toni, ele não fala e não se rebela, pois está tomado por um mundo de fantasias punitivas frente a conflitos edípicos revividos no contexto de sua puberdade. É nesse sentido que Alves conclui que Toni isola-se e refugia-se num mundo de devaneios, de sonhos, pois está preso às suas fantasias que o previnem de descobrir e reconhecer sua realidade. Essa noção de que o trabalho analítico levaria o sujeito a uma apreensão da realidade mais adequada é difundida dentro das produções psicanalíticas que viemos apresentando nesse capítulo¹⁸⁵. Nesse sentido, a apreensão fantasiada do mundo deve caminhar a uma transformação e equilíbrio em relação à realidade, que é dada, em última medida, pelos valores integrados ao discurso do analista, inserido, por sua vez, em uma lógica da modernidade científica mais ampla.

O desejo de curá-lo ou de melhorá-lo frente à sua família e a sociedade, do qual o analista afirmou não compartilhar, reaparece implícito na sua prática (a despeito dos apontamentos de Foucault, com que teria sido interlocutor), inserindo uma concepção de normatividade da adolescência, onde um outro desejo, talvez não tão distante dos primeiros, é colocado: torná-lo um indivíduo capaz de falar de si de uma forma específica, de socializar, tornar-se independente e adulto, revelando um ideário social e jurídico de normatividade jovem e adulta.

3.5.2 Torná-la mulher

Vejamos, agora, o caso trazido pelo psicanalista Carlos Castellar, parte do grupo que se destacou pelas iniciativas de rompimento com a psicanálise oficial da década de 1970. O psicanalista apresenta o caso de Luciana, “uma adolescente apesar dos seus 21 anos” (CASTELLAR, 1989, p. 49), rica, universitária, caçula de uma família tradicional, religiosa e patriarcal. Luciana e seus irmãos teriam adquirido “os valores ‘ipanemenses’: um modo de viver intelectualizado, descontraído, de acordo com os modismos da época” (CASTELLAR, 1989, p. 49). A jovem chega queixando-se de sentir medo excessivo de atividades diversas, como sair de casa, ir à faculdade, viajar.

¹⁸⁵ Vale destacar que essa crítica se dirige à produção de conhecimento que as fontes primárias dessa pesquisa analisou, sendo que uma visão neurotrocêntrica-normativa da Psicanálise não está restrita às abordagens psicanalíticas com ênfase no desenvolvimento psíquico.

Na primeira sessão, a adolescente fala sobre sua sexualidade, diz se achar muito sensual e que “tem sexo na cabeça o tempo todo”, estando “falada” por acharem que “trepam com todo mundo”. Luciana alterna sua postura de ora sedutora ora assustada, triste e infantil, que, segundo o psicanalista, indicaria a variação “do depressivo ao paranóide, do choro ao riso, numa alteração de humor que é típica dos adolescentes” (CASTELLAR, 1989, p. 65).

No segundo encontro, Luciana, vestida “de forma muito sensual”, “senta-se e cruza as pernas numa atitude de mulher fatal” (CASTELLAR, 1989, p. 55). Ela conta que ninguém na sua casa sabe que tem vida sexual ativa, que toma pílula e que também já ficou grávida e fez um abortamento. No relato do psicanalista, a paciente fala livremente de sua sexualidade, de como gosta do seu corpo e do corpo das mulheres. Notamos que Luciana, a jovem da elite carioca, descreve alguns comportamentos característicos da nomeada geração AI-5: é universitária, apresenta sexualidade desenvolvida e livre.

Em outra sessão, Luciana chega ao consultório de Castellar bastante ansiosa e angustiada, relatando medo de “passar mal”. O analista pede para ela explicar em quais situações se sente assim. Luciana responde que em qualquer lugar pode vir a sentir-se dessa forma e somente fica segura junto a sua mãe: “acho que só ela pode segurar minha barra” (CASTELLAR, 1989, p. 61). Castellar, então, intervém com uma interpretação transferencial (apesar de apresentar cautela necessária com esse tipo de interpretação, conforme mencionou anteriormente): “Quando a vi assim tão nervosa pensei que era para mostrar-me o quanto me necessita e que por isso não devo afastar-me. Tal como sua mãe, tenho que estar atento e disponível” (CASTELLAR, 1989, p. 61). Quando Luciana diz ter uma “pressa incrível”, Castellar responde dizendo que sua pressa é tão grande “que não chegou a se perceber que não é mais criança... que *ficou mulher...*” (CASTELLAR, 1989, p. 62, grifo meu). E, ao mudar de assunto, Castellar faz uma interpretação transferencial das suas defesas: “É a maneira que você encontra para se livrar de sua ansiedade, da sua agitação e passá-la para mim. A mesma coisa que você faz em casa, contagia todo mundo e se alivia” (CASTELLAR, 1989, p. 63).

O psicanalista afirma que Luciana com seus 21 anos não deixou de ser adolescente e comenta sobre o conceito da moratória adolescente condicionada à sua classe social. Ao expor o seu entendimento sobre o caso de Luciana e seu sintoma, elenca alguns dos elementos psicanalíticos que viemos destacando até então, como a conquista da identidade e a elaboração do corpo infantil e da bissexualidade. Segundo ele, o medo e a insegurança provocados pelo “novo corpo, novos pais, nova sexualidade, nova identidade” acontecia em paralelo à necessidade de elaborar perdas, dos pais infantis, do corpo de criança e da

bissexualidade infantil. Seguindo o referencial teórico da teoria kleiniana, reformulada pelos trabalhos de Aberastury e Knobel, Castellar afirma que a elaboração desses lutos levaria a passagem da posição esquizoparanóide para a depressiva:

Luciana, nos seus 21 anos, não perdera sua condição de adolescente, pelo contrário. É comum aos jovens pertencentes à classe de elevado nível socioeconômico uma adolescência prolongada. A situação de dependência econômica, o fato de não estarem ligados a atividades produtivas, as facilidades de vida, a super proteção familiar conduzem estes adolescentes a dilatarem os anos de sua crise juvenil. Nossa cliente não fugia a essa regra: era nítida sua *falta de identidade, não elaborara seus lutos pela perda da condição infantil, sua sexualidade mantinha-se puberal, com fantasias de bissexualidade*, seu comportamento oscilava entre o da menina que sai à rua para fazer bagunça e o da grande dama que acontece na noite. Sua indumentária era ora um jeans desbotado, ora um vestido de etiqueta francesa extremamente elegante e sensual (CASTELLAR, 1989, p. 65, grifos meus).

Além disso, comenta sobre o abortamento realizado por sua paciente, visto “como uma punição por suas fantasias incestuosas” (CASTELLAR, 1989, p. 67), ao estilo de um *acting-out* sexual. Castellar destaca a centralidade do ideal da genitalidade, a escolha objetal heterossexual e a dimensão dos conflitos edípicos não-resolvidos, ao dizer que a “fantasia de enfermidade” de Luciana “repousava no vínculo incestuoso com o pai, e que lhe impedia o estabelecimento de uma *identidade feminina* e a conseqüente incapacidade de vida sexual satisfatória” (CASTELLAR, 1989, p. 67). Ao final, o psicanalista conclui dizendo que a fobia de Luciana referia-se ao medo de tornar-se mulher, e que esse seria o objetivo de sua análise. O “tornar-se mulher”, expressão que recorda a famosa frase da filósofa Simone de Beauvoir¹⁸⁶, na análise do psicanalista refere-se à conquista de uma identidade feminina definitiva. Para tal, deveria deixar de lado as fantasias da bissexualidade e elaborar as suas fantasias edípicas inconscientes.

Ao entender os comportamentos da jovem utilizando-se de determinado referencial teórico psicanalítico, Castellar colabora para uma prática psicanalítica criadora de subjetividades hegemônicas. É o que aponta Coimbra (1995) ao dizer que essa postura está presente nos analistas também considerados progressistas:

Absorve-se o “modo” psicanalítico de compreender os mais variados fenômenos do cotidiano, através da utilização crescente de palavras, expressões e concepções próprias da psicanálise, onde tudo passa a ser explicado a partir de esquemas interpretativos já dados. Mesmo os psicanalistas “progressistas” encontram-se marcados por tais modos de se perceber – e perceber o mundo “psi” e o mundo que os cerca (COIMBRA, 1995, p. 77)

¹⁸⁶ “Não se nascer mulher, torna-se mulher”, frase de Beauvoir em *O segundo sexo*, (1949).

Vemos, com essa narrativa de caso, um discurso científico que tem em sua narrativa características determinativas, com “construção de sentidos compartilhados e previamente estabelecidos” (PAULON, 2018, p. 59). Castellar significa a experiência de abortamento de Luciana como uma defesa psíquica, um *acting-out* sexual e o seu sintoma fóbico como uma defesa em relação às fantasias edípicas revividas na adolescência e ainda não elaboradas. Esses elementos a teriam levado a uma sexualidade insatisfatória e ao fracasso na conquista da identidade heterossexual feminina, objetivo da fase da adolescência e daquela análise. O sentido para os comportamentos e os sintomas de Luciana estavam, assim, dados de antemão, completos em seu sentido. Repassado através da posição de autoridade que ocupa o analista, o discurso adolescente (e sua verdade singular) adquire sentido unívoco, perdendo a dimensão de possibilidade e polissemia. Aquele que escuta passa de uma posição de suposto saber para a de detentor do saber, impossibilitando ao paciente de formular um saber particular sobre suas questões. Conseqüentemente, finda-se a possibilidade de escutá-los, perde-se a oportunidade de vir a conhecer o modo como situam os diversos significantes pertencentes ao discurso adolescente que permeiavam e atravessavam as suas vidas.

Os dois exemplos que trouxemos partem de propostas mais abertas e flexíveis, tanto em função dos referenciais teóricos ou de uma visão mais politicamente informada. Porém, as narrativas dos casos demonstram como, na clínica, o discurso psicanalítico assume um caráter de discurso científico que apresenta uma atribuição de um sentido unívoco e uma verdade universal. Nesse sentido, retomamos a função da linguagem e da materialidade do discurso. Lacan coloca que “é somente com a palavra que há coisas que são – que são verdadeiras ou falsas, quer dizer, que são – e coisas que não são. É com a dimensão da palavra que se crava no real a verdade” (LACAN, 1953-1954, p. 297). A função da palavra na dimensão simbólica liga os sujeitos uns aos outros, ela é o meio de sermos reconhecidos. Se é em torno da relação simbólica que a relação da transferência acontece, pode ser também por meio das interpretações transferenciais que a palavra do analista sutura o sentido do outro. Estanca-se a mediação e o processo de significação, correndo o risco de causar uma “violência implícita, redução do outro a uma função correlativa do eu do sujeito” (LACAN, 1953-1954, p. 73).

A palavra não tem nunca um significado único, um único sentido. Tem sempre um mais além, suporta muitas funções, na quais a significação envia a outra significação e um mesmo significante pode ter múltiplos sentidos. Gurski e Strzykowski (2018) destacam que como analistas devemos assumir um “imperativo ético interrogar sem ter como pano de fundo um fim ao qual o sujeito deva chegar” e recusar o objetivo analítico que parte de “certos

ideais que ditam como habitar o mundo da melhor e mais conveniente maneira” (GURSKI & STRZYKALSKI, 2018, p. 84):

Acreditamos que é justamente na sutileza dessas movimentações significantes que estão os efeitos mais potentes de nosso trabalho, quando, a partir das intervenções, conseguimos auxiliar os adolescentes a encontrarem brechas em suas narrativas. É como se aquele que nos fala experimentasse, a partir da produção de pequenos e sutis efeitos de sujeito (GURSKI & STRZYKALSKI, 2018, p. 87).

3.6 O caso do jovem Ivan Seixas

Há certa disputa nos debates historiográficos sobre a postura das sociedades psicanalíticas oficiais, especialmente do eixo RIO-SP, durante o período ditatorial e seu envolvimento com o regime político. Uma ideia circulante a esse respeito é a de que a SBPSP, “em contraste com as Sociedades do Rio, teria passado relativamente ilesa do período ditatorial”, porém, “a historiografia já apontou que há evidências do conservadorismo da SBPSP acompanhado por um clima de medo dentro sociedade” (MANDELBAUM, RUBIN E FROSH, 2018, p. 38). Sem a intenção de responder qual sociedade era mais ou menos conservadora ou democrática naquele período, nosso objetivo é jogar luz nos operadores teóricos e clínicos e na dimensão política envolvida nas práticas dos psicanalistas neste período histórico da sociedade brasileira.

Assim, essa última seção tem por objetivo explorar um acontecimento elucidado durante a execução do projeto *Psicanálise e Contexto Social no Brasil: Fluxos Transnacionais, Impacto Cultural e Regime Autoritário*, coordenado pela Prof. Belinda Mandelbaum (USP) e pelo Prof. Stephen Frosh (*Birkbeck, University of London*) entre, que acreditamos condensar alguns elementos centrais que viemos destacando durante esse capítulo. Tal projeto ensejou a experiência de psicanalistas brasileiros durante o regime ditatorial e suas visões sobre uma psicanálise brasileira por meio de realização de entrevistas e análises de arquivos. Durante as entrevistas foi revelado por um psicanalista de São Paulo o envolvimento de outro psicanalista, membro da SBPSP, em um episódio que envolvia um jovem preso político na década de 1970¹⁸⁷.

Coimbra (1995) já indicara brevemente o caso de Ivan Seixas no seu livro *Guardiões da Ordem*, ao assinalar a atuação de profissionais psi que respaldavam o regime político, não só na colaboração em pesquisas sobre o perfil psicológico do “terrorista”

¹⁸⁷ Os achados e elaborações sobre este caso foram publicados em Mandelbaum, B.; Rubin, A. L. e Frosh, S. (2018) ‘He didn’t even know there was a dictatorship’: the complicity of a psychoanalyst with the Brazilian military regime, *Psychoanalysis and History*, 20.1: 37–57.

brasileiro, mas também na elaboração de laudos psiquiátricos de presos políticos que eram “encaminhados a psiquiatras para avaliações e exames de sanidade mental” (COIMBRA, 1995, p. 204). Neste caso que apresentaremos, não obstante a elaboração de laudo psiquiátrico assinado pelo psicanalista pertencente à SBPSP, localizamos também uma reportagem publicada em *O Movimento*, jornal independente da época, que adicionou uma segunda cena à história e um agravamento em termos da implicação ética do psicanalista com seu fazer.

Ivan Seixas, jornalista, ativista pelos Direitos Humanos e presidente do Núcleo de Preservação da Memória Política, foi um jovem militante em uma organização clandestina de luta armada durante a ditadura civil-militar brasileira. Em 1971, aos 16 anos, foi preso junto com seu pai, também integrante um grupo de luta armada. Ivan foi torturado por dias, assim como seu pai na cela ao lado, que acabou por falecer. Sua mãe e irmãs, que também foram presas, permaneceram detidas por um ano e meio. Ivan ficou detido dos 16 aos 22 anos. Em 1972, Ivan foi transferido para a Penitenciária do Estado de São Paulo, a fim de realizar um “exame de sanidade mental” que julgaria a sua periculosidade. Conforme seu relato, na penitenciária ele realizou diversas entrevistas e avaliações, como eletro-encefalograma e testes psicológicos, como o Rorschach. A última entrevista teria sido com o diretor do “Instituto de Biotipologia Criminal de São Paulo”, e candidato à formação na SBPSP¹⁸⁸, o psiquiatra Emílio de Augustinis (MANDELBAUM, RUBIN E FROSH, 2018).

O laudo¹⁸⁹ do exame psiquiátrico, realizado durante sua permanência na Penitenciária do Estado, foi assinado por Emílio de Augustinis junto a outros dois psiquiatras, em fevereiro de 1972. O documento revela que o jovem apresentava:

Nível mental bom. Juízo, raciocínio e pensamento corretos em situações que lhe sejam mais neutras e não lhe digam respeito diretamente. Em compensação tudo o que lhe afeta mais intensamente, é apreciado pelo paciente de forma a evidenciar egocentrismo, e principalmente necessidade de pronto atendimento. Usa nessas apreciações também *mecanismos psicológicos primitivos e de etapas precoces do desenvolvimento como cisões, projeções e idealizações*. Em conjunto, tais disposições muito lhe dificultam uma *apreciação da realidade mais consentânea com os dados objetivos e mais flexível*. Todo o seu passado, por isso não pode também ser *avaliado por ele com mais equilíbrio, nem lhe acarreta muita culpa*, o que só consegue, com dificuldade, quando percebe *o sofrimento imposto à mãe e outros familiares através de seu comportamento* (Relatório Criminológico, 1972, p. IV, grifos meus).

¹⁸⁸ Os registros da SBPSP mostram que Emílio teria entrado na sociedade como candidato em 1971, tendo se tornado membro associado em 1985 e se desligado da instituição em 1997.

¹⁸⁹ Relatório Criminológico nº CCTT-D-67/74, referente ao internado Ivan Akselrud de Seixas, do Departamento dos Institutos Penal do Estado – Central de Custódia e Tratamento de Taubaté, disponível nos arquivos digitalizados do projeto *Brasil Nunca Mais*. A cópia de algumas páginas deste laudo encontra-se nos anexos deste trabalho.

Na seção de psicotestes, o resultado relata nível intelectual superior à média e uma personalidade imatura. Ivan teria mostrado dificuldade de se relacionar, pois as relações que estabelece resultariam da projeção de seus afetos. O relatório traz diversas leituras psicanalíticas sobre o funcionamento mental de Ivan, porém, sem nunca explicitar sobre quais comportamentos ou situação específica justificaria a avaliação. Por exemplo, o jovem “reage, sobretudo a situações que lhe oferecem a possibilidade de saciar seus desejos, tendo por objetivo aumentar o prazer ou reduzir o desprazer” (Relatório, 1972, p. IV), sem mencionar que tipo de situações ou desejos seriam esses. O mesmo é visto na afirmação de que raciocina e pensa corretamente em situações neutras, porém usa de mecanismos de defesa psíquica quando algo “lhe afeta mais intensamente”. Considerando que Ivan foi preso com sua família, teve seu pai assassinado, estava há dois anos detido no presídio-hospício de Taubaté aguardando o andamento de seu processo, não é difícil imaginar a frustração e intolerância do jovem. Informações essas que ficaram restritas somente aos avaliadores.

Na conclusão do laudo, lê-se:

não se verificou a existência de distúrbio psicótico. Contudo, aparece nitidamente evidente a sua *imaturidade psicológica, insuficientemente desenvolvida*. O que certamente muito lhe deve dificultar a sua *apreciação da realidade* e, portanto um comportamento adequado a ela. Necessita de *proteção e tratamento* que lhe possam garantir *atingir desenvolvimento psíquico* compatível inclusive com sua idade (Relatório Criminológico, 1972, p. VI, grifos meus).

Percebe-se, em toda a extensão do exame, o uso de expressões como “projeção de afetos”, “cisão”, “imaturidade” para descrever a personalidade “pouco desenvolvida” de Seixas e explicar o seu comportamento de militância política e crimes à segurança nacional. Se utilizando de elementos teóricos provenientes de determinadas teorias psicanalíticas, os peritos, entre eles o psicanalista, fazem uma consideração sobre a apreciação da realidade equivocada e seu comportamento inadequado frente a ela. Suas ações, nesse sentido, seriam consequência de um desenvolvimento não-completo, que deveria tê-lo levado à maturidade e, então, outra forma de apreciar a realidade, “mais consentânea com os dados objetivos e mais flexível”. Vemos aqui um uso do saber psicanalítico, associado a um modelo médico-jurídico da vida psicológica de Seixas, em que os sintomas pré-determinados são indicativos da condição patológica e o padrão da normalidade é o horizonte final do discurso.

A conclusão sugere que o jovem deveria ser protegido e tratado para que pudesse desenvolver-se sadiamente, e por fim, apresentar uma forma mais adequada e adaptada de existir no mundo social.

É notável como o passado de engajamento político do preso é atribuído a sua imaturidade, e como a linguagem da avaliação usa das noções de mecanismos “primitivo” que distorce a apreciação objetiva da realidade – basicamente aquelas descritas por Klein e elaboradas por Bion, “cisões, projeções e idealização”. Se ele fosse mais maduro, ele certamente seria mais flexível, mais observador e mais tolerante da “realidade”. A referência a “realidade” e “comportamento adequado” sugerem que a imaturidade de Seixas é visto como relacionado com sua militância política, considerada em termos psicanalíticos como uma forma de atuação. Isso é consistente com a análise oferecida por nós por outros quatro entrevistados como uma forma dominante de modo de pensamento psicanalítico sobre engajamento político e ideologias nas sociedades de São Paulo e Rio de Janeiro (MANDELBAUM, RUBIN E FROSH, 2018, p. 46).

Alguns anos após a soltura de Ivan Seixas, uma reportagem é publicada no jornal de oposição da época *O Movimento*, com o título de “Profissionais do Terror”. A reportagem denunciava profissionais da saúde que trabalhavam para prolongar ou acobertar a dor de torturados e o uso da tortura como ferramenta para obter uma verdade. Um relato de Ivan é incluído nessa matéria, onde conta sobre seu encontro com o psicanalista, que na ocasião “procurou mostrar, brandamente, que Ivan se tornara militante por causa da má influência do pai, que era moço para ficar mofando na cadeia, enquanto a vida corria lá fora, com muitas mulheres” (OLIVEIRA, 1976, p. 6, grifos meus). O psicanalista teria perguntado se ele não preferia sair dali. Quando o jovem responde que sim, De Augustinis fala que “É só ir à TV e renegar tudo o que fez, dizer que seu pai é que era ruim e induziu você a seguir o caminho do terrorismo”. O jovem, em protesto, responde ironicamente que não podia, pois não era muito fotogênico (OLIVEIRA, 1979, p. 7).

Um fato histórico que respaldaria essa situação foi o polêmico episódio dos jovens estudantes e militantes políticos que foram presos e coagidos a elaborarem um discurso de arrependimento público como moeda de troca para serem soltos¹⁹⁰. Em conferências realizadas na PUC-SP em 1980, sobre psicanálise e política, Benjamin Mandelbaum foi convidado a falar sobre tortura. Ele afirma que a situação envolvendo os jovens citados poderia ser vista como uma tentativa de dissuadir a população através do amadurecimento dos jovens e da anti-propaganda que atingiria principalmente a classe média e, sobretudo, os pais destes jovens. Além disso, cita a situação constrangedora para aquele que se retratou, visto como arrependido e traidor. O autor considera essa situação como uma tática terrorista, que geraria medo na população através da mensagem “vejam o que somos capazes de fazer com

¹⁹⁰ Esse episódio diria respeito aos jovens integrantes de uma organização da extrema-esquerda Var-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares). Segundo Mandelbaum, Rubin e Frosh (2018), foi realizada buscas nos arquivos da DEOPS para mais evidências da conexão dos jovens da Var-Palmares e de Emílio de Augustinis, porém, sem sucesso. Uma possibilidade levantada é que a falta de documentação poderia ainda ser relacionada com uma sistemática destruição de arquivos do período que poderiam comprometer pessoas envolvidas com o regime político.

uma pessoa”. Segundo ele: “do mesmo modo que se teme a morte, se teme a loucura. Nesta demonstração de “lavagem cerebral” tipo 1984, o seu efeito vingou e floresceu no pânico da população” (MANDELBAUM, 1981, p. 25).

A respeito do encontro de Augustinis com Ivan, destacamos na fala do psicanalista a visão da função familiar no desencadeamento do comportamento visto como patológico: “você se tornou militante pela má influência de seu pai”. Na sequência, vem o golpe final, com o pedido para o jovem legitimar um desmentido traumático¹⁹¹, dizendo que se arrependia do seu comportamento e que o havia feito por influência familiar, diante da sua vulnerabilidade psicológica de adolescente¹⁹².

Esse é um acontecimento isolado da história da psicanálise brasileira, e demonstra uma deturpação da ética da Psicanálise e sua prática em tempos de repressão, mas que também, devemos lembrar, guarda a particularidade subjetiva dos testemunhos que portam seu próprio sofrimento, aos quais não conseguimos dar adequado tratamento aqui. Porém, apontamos que as produções psicanalíticas se mostram representativas de mentalidade semelhante, traduzidas para o ambiente supostamente neutro ou apolítico do *setting* analítico. É o que podemos ver com o exemplo do próprio psicanalista em questão ao publicar no *Jornal de Psicanálise* o trabalho “Notas surgidas na primeira experiência de supervisão”, cinco anos depois do acontecimento narrado.

Augustinis inicia o texto dizendo que considera esse trabalho uma “estória”, e pretende afastar a veleidade “de supor que estivesse falando dos fatos reais ocorridos” (AUGUSTINIS, 1977, p. 25), apontando de imediato para uma concepção na qual o mundo interno da realidade psíquica predominaria frente aos fatos reais ocorridos na interpretação do caso clínico narrado. Recebera uma paciente de quase 40 anos, que havia se separado de seu marido e encontrava-se deprimida. Na primeira entrevista, Augustinis relata a dificuldade da paciente em falar, e que, parecendo constrangida, não teria conseguido expor muito de si mesma nessa primeira sessão. Apesar da dificuldade da paciente, no mesmo encontro, o psicanalista a convida a deitar-se no divã e começar a análise naquele momento, o que teria intensificado o seu constrangimento. Na segunda sessão, a paciente manteve a mesma postura retraída, mas agora “lançava seu *protesto*” frente às intervenções do psicanalista, “achava

¹⁹¹ De acordo com a teoria do trauma de Ferenczi (1933), o segundo momento da instauração traumática, após a ocorrência do trauma em si, seria o momento do “desmentido”, onde um terceiro não reconhece ou desmente a ocorrência da situação traumática que o sujeito vivenciou.

¹⁹² Ivan relatou em entrevista para o projeto citado ainda um terceiro momento desse “desmentido”. Disse ter sido chamado novamente para conversar por Emílio após a Anistia, em função da repercussão da reportagem do jornal. Neste encontro, o psicanalista teria pedido para rever sua posição, pois a matéria estaria afetando o seu consultório. Ivan é novamente convocado a desmentir seu testemunho.

aquela análise *muito transferencial*, no seu próprio dizer” (AUGUSTINIS, 1977, p. 26, grifos meus). A paciente, assim como Ivan, protesta frente à intervenção de Augustinis, questionando o seu lugar de autoridade.

No encontro seguinte, a paciente teria chegado angustiada, relatando dificuldade para dormir e solicitando a prescrição de algum medicamento, o que é entendido pelo psicanalista como uma defesa, um desvio da “atenção de ambos de nosso trabalho analítico”. Na quarta sessão da mesma semana, a paciente pede a opinião sobre a possibilidade de reabrir seu consultório de Psicologia e Psicoterapia. Não obtendo resposta “nos termos propostos”, diz que vai pensar durante o final de semana sobre sua questão. Na outra semana, chega somente ao final da sessão e comunica que iria recomeçar a trabalhar e que teria que parar a análise em função da sua dificuldade para falar. Augustinis afirma ter tentado “ajudar” a paciente, que parecia “nem ouvir, apesar de estar ali sentada olhando para mim” (AUGUSTINIS, 1977, p. 26).

O psicanalista afirma que estava estudando um texto de Bion durante o desenrolar do caso, que aborda a linguagem esquizofrênica em que “o paciente usa as palavras como coisas ou como partes cindidas dele que trata de colocar dentro do analista” (AUGUSTINIS, 1977, p. 26). Augustinis, então, passa a relacionar a idéia propostas por Bion com as poucas palavras que a paciente disse: “não posso continuar a análise, pois tenho muita dificuldade de falar”. Disso, elabora que a paciente, usando mecanismos de cisão e identificação projetiva, teria projetado na análise dificuldades que referem-se à tomada de consciência de sua própria realidade psíquica. Dessa forma, a paciente culparia a análise pela sua incapacidade de se analisar, “abandona a análise, como se as dificuldades surgissem aí” (AUGUSTINIS, 1977, p. 26).

Para concluir, Augustinis ressalta o funcionamento mental primitivo da paciente, com “uma linguagem plasticamente atual também a serviço de uma mente operando *arcaicamente*”, e afirma que a mistura do atual e arcaico seria como “a imagem de um indígena vestido e aculturado pelo civilizado” (AUGUSTINIS, 1977, p. 27, grifo meu). Ao final, reafirma o caráter ficcional do seu caso: “esta estória que quero contar e oferecer aos colegas [...] espero que surjam novas idéias, novas estórias, novas mentiras” (AUGUSTINIS, 1977, p. 27). E assim termina seu texto trazendo a ambigüidade da relação entre mundo interno e externo, entre fantasia e realidade para a veracidade de sua prática e de seu caso clínico.

Primeiramente, destacamos a atitude do analista de convidar a paciente para deitar-se no divã e começar a análise mesmo percebendo o constrangimento da paciente e sua

difficuldade em falar, numa atitude claramente de autoridade médica. Num segundo momento, a paciente, demonstrando conhecimento da técnica analítica, demonstra sua insatisfação frente ao excesso de “interpretações transferenciais”, o que é concebido pelo analista como uma resistência à própria análise. Neste sentido, podemos também pensar na dimensão de disputas pela regulamentação da profissão de psicanalista e a inclusão de psicólogos na formação analítica que ocorriam no mundo psi daquele período.

Após a desistência da análise pela paciente, o psicanalista elabora um entendimento para o caso utilizando-se da teoria de Bion¹⁹³ sobre a linguagem psicótica para interpretar uma única frase da paciente, que não parecia sofrer de transtorno esquizofrênico. E por fim, conclui que a paciente tinha um funcionamento mental arcaico por não conseguir falar de si e continuar em análise. Vemos aqui uma semelhança com a narrativa presente no laudo de Ivan Seixas, ambos comprometidos nos seus desenvolvimentos, apresentam uma forma alterada de contato com a realidade, como índios vestindo roupas civilizadas.

No próximo (e último) capítulo deste trabalho, buscaremos demonstrar como elementos presentes no discurso psicanalítico sobre o adolescente atuavam também dentro da lógica institucional da formação psicanalítica, causando o enquadramento dos comportamentos de contestação dos candidatos e a neutralização dos conflitos e problemas relativos dessa modalidade de formação e transmissão da Psicanálise.

¹⁹³ Importante notar que a disseminação das ideias de Bion, psicanalista que visitou o Brasil no início da década de 1970, era ainda incipiente no país. Esse fato é importante uma vez que buscamos aqui destacar um tipo de apropriação teórica que satisfaz um uso político de algumas teorias psicanalíticas, sem a intenção de discutir a pertinência teórico-metodológicas dessas teorias.

4. O romance familiar e a (de)formação psicanalítica brasileira

A questão do autoritarismo nas políticas institucionais e na formação analítica tem sido um debate de longa data que permeia a história da Psicanálise nos seus diversos centros geográficos¹⁹⁴. Os efeitos e problemas desencadeados pela configuração da formação analítica no modelo ipeísta também não são assuntos novos para o movimento psicanalítico brasileiro; pelo contrário, estes ocupam um lugar de destaque desde meados da década de 1970 na cena da produção psicanalítica do país.

A discussão sobre a necessidade da regulamentação da profissão e da formação analítica começa a tomar espaço a partir do final dos anos 60 no Brasil, em meio a um contexto mais amplo de mudanças sociais e políticas provenientes do “milagre econômico” e da “modernização conservadora”, tendo como um de seus efeitos a reestruturação do sistema educacional com ênfase na profissionalização das carreiras e de uma “educação tecnicista”¹⁹⁵. O debate se intensifica com o *boom* psicanalítico que inflou os institutos de formação, assim como os consultórios dos analistas. Havia um alinhamento do nascente “mercado psicanalítico”¹⁹⁶ de formação com o modelo de desenvolvimento econômico da década de 1970. É o que vemos com a colocação de Luiz Roberto Salgado Candiota, psicanalista da SBPSP, em 1976:

A profissionalização de uma formação analítica, nos moldes que ainda vem sendo conduzida no Brasil, e em São Paulo, em particular, parece atingir o grande objetivo de oferecer perspectivas de *livre desenvolvimento pessoal*, já que muito exigente na seleção e no treinamento, põe-se à disposição dos alunos um currículo teórico formal básico e central, com o núcleo da análise pessoal com um didata e os trabalhos clínicos supervisionados como “*follow-up*” da práxis psicanalítica (CANDIOTA, 1976, p. 15, grifos meus).

¹⁹⁴ Ver Balint (1948), Bernfeld (1962), Safoaun (1985), Kernberg (2000).

¹⁹⁵ Com as mudanças no sistema educacional causadas pelos vários acordos MEC/USAI (*United States Agency for International Development*), ocorreu uma tecnicização do ensino, a expansão universitária (especialmente as instituições privadas), o carreirismo e o controle do Movimento Estudantil (RUSSO, 2012b; HOLLANDA, 1992; MOTTA, 2015).

¹⁹⁶ Martins (2004) destaca a existência de um “mercado psicanalítico” com a oferta sendo representada pelo *boom* na procura de formação e na demanda por atendimento psicanalítico. Esse mercado controlava a oferta de formação através de critérios e exigências adotados por cada sociedade. Contudo, o aspecto central e comum em todas as sociedades seria a importância atribuída à pessoa do analista didata, visto como aquele que concentra privilégios e que serve como modelo central na vida psicanalítica. Também sobre a questão da existência de um “mercado psicanalítico”, na *Rádice* n. 15, que foi dedicada especialmente à Psicanálise no Brasil, vários psicanalistas comentam sobre a transição que estaria acontecendo de um modelo feudal para outro capitalista da Psicanálise. É o que coloca Mascarenhas: “Saímos de uma espécie de mandatos institucionais, feudos, onde pouquíssimos aristocratas – quase de linhagem de sangue – tinham direitos, indiscutíveis e eternos, à prática psicoterápica, e começamos a entrar num nível concorrencial mais capitalista, com instituições ingressando no período capitalista. Isto é um progresso visível, pois a competição pelo mercado exige uma qualificação maior do profissional” (MASCARENHAS, 1980-1, p. 25).

Os preços cobrados, a pouca concorrência somada à grande procura, levaram a uma valorização social da formação analítica, uma vez que “esse elitismo em muito atrai a classe média dos anos 70 no Brasil com seus projetos de ascensão social” (COIMBRA, 1995, p. 71). O depoimento de Luiz Tenório Lima (2005) sobre seu percurso de entrada na SBPSP ilustra essa demanda e prestígio social:

No final dos anos 70, havia uma demanda muito grande por psicanálise, uma fila de cem pessoas mais ou menos que queriam se candidatar. Por exemplo, eu fiquei anos esperando uma vaga. Na verdade fiquei seis anos porque eu escrevi, fiz os testes e fui solicitado em 1968, no segundo semestre de 1968. Em 70, vocês, Deodato e Myrna, já estavam. E eu só entrei para o Instituto em 1975 (HAMER et al, 2005, s/p).

Portanto, com a expansão da Psicanálise em suas diversas frentes na década de 1970, estabelecendo uma concorrência às hegemônicas sociedades oficiais, as instituições psicanalíticas começam a refletir sobre a regulamentação da profissão e o domínio do campo, abordando questões em torno de quem poderia acessar a formação para tornar-se analista (critério de seleção de candidatos), e quem poderia ensinar e transmitir a psicanálise (critérios para tornar-se analista e o aporte teórico envolvido na análise didática). Nesse sentido, Kupermann (1996) apontou para como “além das implicações teórico-técnicas, a regulamentação da formação vinha atender a razões de mercado”, atuando como um “controle de natalidade” da profissão e como uma resposta à ameaça da perda de poder pelos grupos dominantes, tanto dentro como fora das instituições oficiais (KUPERMANN, 1996, p. 127).

Com vistas às disputas teórico-técnicas e políticas da formação analítica brasileira, demonstraremos como uma “visão de mundo”¹⁹⁷ presente na teoria e na prática psicanalítica tendo como base uma lógica de desenvolvimento atuava também no discurso interno das instituições, com a função de manutenção da estrutura da formação psicanalítica e da hegemonia do campo. Para desenvolver tal argumento, destacaremos, em um primeiro momento, a existência do discurso do romance familiar psicanalítico, que garantia a transferência do verdadeiro legado freudiano e justificava o sistema de formação analítica.

¹⁹⁷ Para Kupermann (1996, p. 10) “o combate freudiano tinha por objetivo evitar que a psicanálise se cristalizasse em uma *Weltanschauung*, reafirmando seu caráter underground”. Freud (1933) definiu *Weltanschauung* (visão de mundo) como uma construção intelectual que soluciona todos os problemas da existência, sem deixar nenhuma pergunta sem resposta. As “visões de mundo”, como a Religião, criam proibições de pensamento e intolerâncias, além de levarem à sacralização de um autor – o Deus, Pai, Totem - e de sua obra, cujas críticas viram tabu. A psicanálise, diferentemente da Religião, estaria ao lado da ciência, no campo do conhecimento científico, da realidade e não dos desejos narcísicos e ilusórios (ibid., p. 32). Porém, a história do movimento psicanalítico demonstrou como a Psicanálise acabou por se aproximar de uma “visão de mundo” com Freud sendo colocado no lugar de pai inquestionável por meio de lógicas transferenciais (ibid., p. 35). É o que destacaram também Neto e Pádua (2015, p. 42) ao dizerem que “a psicanálise, ocupando esse lugar de *Weltanschauung*, tornou-se ineficiente em sua *práxis* e se viu travestida em sintoma do analista”.

Mais especificamente, buscaremos mostrar como, por um lado, a superação da adolescência levaria ao desenvolvimento e amadurecimento do indivíduo com a conquista de uma identidade integrada; e, por outro, uma boa formação analítica, realizada pela análise didática, implicaria no desenvolvimento da autonomia do candidato e na conquista de uma *identidade psicanalítica própria*.

Contudo, assim como aconteceu no movimento psicanalítico mais amplo, torna-se evidente que a análise didática no molde ipeísta causava efeitos outros, como a obediência e a submissão ou a contestação, uma vez que o analista detinha um poder real e não somente “fantasmático” sobre os destinos do seu analisando (KUPERMANN, 1996). Diante desse cenário, os psicanalistas trataram de pensar as dinâmicas psicológicas que levavam os candidatos a se submetem ou se rebelarem durante a sua formação, seguindo a lógica da “psicopatologia da rebeldia” exposta no capítulo anterior. Sob essa ótica, mostraremos como o discurso em torno do comportamento desviante do candidato ressoava com o discurso psicanalítico elaborado sobre o comportamento do “jovem subversivo”, para o qual a solução seria a própria análise ou o que chamamos de “profilaxias das discórdias”, termo utilizado por Galvão (1967).

Por fim, buscando manter paralelos com o momento político da época, destacamos os movimentos de resistência, contestação e organização dos candidatos que, desde a década de 1970, mobilizavam-se para questionar e modificar a estrutura da instituição e da formação analítica hegemônica. Por meio da discussão presente no IV Congresso Brasileiro de Psicanálise sobre o “conflito de gerações”, vemos o início, ainda com resistência, do questionamento e da organização dos candidatos por um sistema de formação analítica mais democrático¹⁹⁸. Nos anos 80, ao ser apontada a fragilidade teórica que justificava o aparato institucional e político da formação analítica, intensificam-se as críticas ao papel do analista didata como representante do poder familiar-patriarcal na instituição psicanalítica. Seguem-se, assim, uma série de transformações, reformas e posições revisionistas, tanto do movimento ipeísta como de sociedades alternativas a ela.

Em 1984, Regina Chnaiderman afirmou que “o incremento de preocupações da ordem da política e do poder, da Psiquiatria, das questões de *normatividade, adaptação, contracultura*, etc., envolveram a *revolução psicanalítica, seus limites e suas possibilidades*” (CHNAIDERMAN, 1984, p. 53-54, grifos meus). Com vistas a isso, destacamos que não foi

¹⁹⁸ Contudo, Eliana Araujo Nogueira do Vale (2003) cita um trabalho de Marialzira Perestrello, publicado no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* em 1956 (dez anos antes do relançamento da RBP) chamado “A finalidade didática como dificuldade no tratamento analítico”, possivelmente sendo uns dos primeiros textos técnicos a colocar em pauta a análise didática no Brasil.

nosso intuito elaborar uma história da transmissão e da formação analítica no interior dos movimentos psicanalíticos brasileiros. Contudo, com o objetivo de refletir sobre um possível desdobramento institucional dos discursos psicanalíticos assinalados no capítulo anterior, buscamos mostrar como uma lógica interna psicanalítica, assentada nas concepções de desenvolvimento, foi utilizada para justificar a formação centrada na figura do analista didata e a manutenção da norma e das relações de poder sobre o saber e prática psicanalítica, além de apontar os desdobramentos políticos e institucionais dessa visão e seus limites.

4.1 Tal pai, tal filho: a análise didática como herança paterna da “verdadeira psicanálise”

Se retrocedermos na história da Psicanálise, veremos que a imagem do analista didata representando o patriarca e a autoridade psicanalítica pode ser remontada à figura e às atitudes de Freud frente ao início da institucionalização do movimento psicanalítico (KUPERMANN, 1996). Se Safouan (1985) destacou a existência de uma “transferência interminável” com o mestre¹⁹⁹, semelhantemente, Jarbas Portela apontou que Freud teria permanecido como um “morto-vivo” que continuou se interpondo entre o psicanalista e a obra legada por meio de seus sucessores. Segundo ele, “a nossa relação com a disciplina ou ciência psicanalítica está *fantasmaticizada* pelo personagem, pelo ‘papai’, ‘seiva’, ‘raiz’ [...] do qual, ao negar a morte, não atingimos o luto reparador” (PORTELA, 1979, p. 44, grifo meu).

Contudo, a ideia de que a transferência possibilitada pela análise didática se encarregaria de transmitir a herança da “verdadeira” psicanálise e protegê-la dos seus desvios começou bem antes da morte de Freud, quando este se viu em discordância com alguns dos seus mais fiéis seguidores. Kupermann (1996) define esse momento da história da institucionalização psicanalítica como um movimento transferencial de retorno a Freud, realizado pelo próprio. Nesse retorno, o grupo de iniciados deveria ser analisado pessoalmente por ele, pois a transferência²⁰⁰ seria o melhor instrumento para evitar “adulterações teóricas” devido a “complexos pessoais”.

¹⁹⁹ Safouan (1985), ao retomar Bernfeld (1962), destaca que o descobrimento do câncer de Freud acabou por reforçar a rigidez da formação psicanalítica, uma vez que seus sucessores teriam assumido o papel de responsáveis pelo futuro da psicanálise. A forte identificação com o pai que estava morrendo teria se traduzido na batalha contra a heterodoxia, por meio de uma seleção cada vez mais rígida e uma formação autoritária que combatia qualquer tentativa de seus membros contra a doutrina. Assim, o autor coloca que a institucionalização da Psicanálise foi um *acting-out*, uma defesa ao gozo em ocupar o lugar do mestre (KUPERMANN, 1996, p. 80).

²⁰⁰ Segundo Vale (2003), no início do século XX, Freud via a análise dos sonhos como via de acesso para o inconsciente, e, assim, para o saber psicanalítico. Ao perceber a limitação dessa premissa, desloca sua ênfase

A esse respeito, Manhães e Hoirisch (1970), analistas da SPRJ, apontaram para como as rupturas que Freud enfrentou com alguns de seus seguidores (Adler, Jung, Stekel) influenciaram não somente a forma de transmissão da Psicanálise como também os seus desenvolvimentos teóricos da época. Citam *Totem e tabu* (1913), trabalho que se tornou um dos mitos de referência para pensar a própria institucionalização e as relações estabelecidas na instituição e na formação analítica²⁰¹. Segundo Kupermann (1996), Ferenczi²⁰² teria notado como a estrutura da IPA, fundada em 1910, era comparada à da família, com um presidente no lugar de pai e uma lógica hierárquica entre irmãos.

“Amor e ódio pelo pai, afeição e inveja entre irmãos”, resume Ferenczi, profetizando com dois anos de antecedência *Totem e tabu*. [...] Assim, segundo este testemunho, além de chefe espiritual, Freud ocupa o lugar de pai no registro inconsciente dos analistas da primeira década, condição transferencial suficiente para fazer da psicanálise uma instituição (KUPERMANN, 1996, p. 51).

Ainda na década de 1910, frente ao importante rompimento de Freud com Jung, Ernest Jones sugere a criação de uma “velha guarda” que traria segurança e tranquilidade a Freud frente a novas dissidências (PIMENTA, 1983, p. 17). Ao ouvir entusiasmado a ideia, respondeu a Jones: “Atrevo-me a dizer que me seria mais grata a vida e mais fácil a morte o dia em que soubesse que existe um grupo de tal índole *que vigiasse o que criei*” (Jones, 1959 apud Pimenta, 1983, p. 18, grifo meu). Tendo a função de fortalecer o movimento psicanalítico contra os ataques e dissensões de seus membros, foi, então, criado o “Comitê Secreto”, formado por Sandor Ferenczi, Otto Rank, Hanns Sachs, Karl Abraham e Ernest

para a questão da transferência, colocando como condição para quem desejasse fazer uso da psicanálise que submetesse a si mesmo ao processo analítico. Essa passagem é concomitante com outra, na qual Freud migra do período de isolamento esplêndido para outro no qual a Psicanálise começa a expandir-se geograficamente, a partir de 1907. Os diferentes momentos de sistematização da formação analítica e o estabelecimento da transferência como a verdadeira forma de transmissão psicanalítica e seus efeitos foram levantados por Kupermann (1996). O autor destaca que nesse momento descobria-se o poder da manipulação da transferência, não apenas para o curso da análise, mas também para o bom andamento institucional, o bom comportamento teórico dos iniciantes e a manutenção do poder.

²⁰¹ De Certeau (1987/2011, p. 80) diz que Freud teria “historicizado” a teoria ao introduzir nos debates conceituais a particularidade das suas relações pessoais. Porém, ao “mitificar” a historiografia do movimento, transformando a narrativa do passado em uma versão “romanesca” dos conflitos *à la Totem e tabu*, dissimulou-se as condições de sua produção.

²⁰² Apesar de também ter seguido uma lógica “internalista”, pensando a IPA como uma família funcional e a vida institucional de acordo com as fases libidinais, durante toda a extensão de sua obra, Ferenczi demonstrou sua preocupação teórica sobre os preceitos da técnica e do “ensino” da psicanálise, tendo escrito vários textos, alguns desses compilados em livros como: *Final contributions to the problems and methods of psycho-analysis* (1994) e *Further contributions to the theory and technique of psycho-analysis* (2014). Para ele, a análise didática não deveria diferir em nada de uma análise terapêutica, “apenas, a análise de formação deverá ser aprofundada ao máximo, para que o analista possa conhecer e controlar os pontos mais obscuros e fracos do seu caráter, considerando que o analista não poderia ser menos analisado do que seu cliente” (SIQUEIRA, CALSAVARA, ARAUJO, 1981, p. 21). Ferenczi tornou-se marginalizado e maldito no movimento em função de suas inovações teórico-técnicas e por suas críticas a estrutura hierárquica e qualidade das análises didáticas (KUPERMANN, 1996, p. 52).

Jones, todos presenteados por Freud com um anel de ouro²⁰³ que selou a união dos irmãos com o pai simbólico. Essa visão estava presente no discurso de Malomar Edelweiss, do CPMG, ainda em 1965, sobre a postura autoritária de Freud:

Freud, de certo modo, procedeu como pai ciumento, desejoso de fecundar, com exclusividade, as inteligências de todos os discípulos, não cedendo o lugar a ninguém. Os *filhos* que se iam sentindo *intelectualmente adultos*, a ponto de discordar, ele os expulsou, como pai onipotente, “ortodoxo”, infalível. Parece-nos inegável o exemplo do mestre: a intolerância agressiva contra o pensamento diferente do dele (EDELWEISS, 1965, p. 3, grifo meu).

Em 1914, Freud lança o texto “Contribuição para a história do movimento psicanalítico”, definido por Kupermann (1996) como a “bomba” que Freud dirigiu à guerra psicanalítica, onde explicitou as suas condições teóricas e políticas para a manutenção e transmissão do verdadeiro legado psicanalítico. No texto fica clara a sua ambiguidade em relação à “autonomia” e “dependência” que desejava dos analistas que o acompanhavam:

Eu próprio não ousava expor uma técnica ainda incompleta e uma teoria em formação com a autoridade que provavelmente teria poupado aos outros alguns desvios e, afinal, descarrilamentos. A autonomia do trabalhador intelectual, *sua precoce independência do mestre*, é sempre algo satisfatório psicologicamente; mas do ponto de vista científico é vantajosa apenas quando esse pesquisador preenche *determinadas condições pessoais* que não são freqüentes (FREUD, 1914/2012, p. 270, grifos meus).

As “determinadas condições pessoais” estariam relacionadas a uma suscetibilidade à técnica analítica, que indicaria a capacidade do candidato tornar-se “bem analisado” e o mais neuroticamente normal possível, como Freud pontuou no seu escrito “Recomendação ao médico que pratica a psicanálise” (1912):

No entanto, se o médico for capaz de usar de tal forma seu inconsciente como instrumento de análise, ele próprio tem que satisfazer em grande medida uma condição psicológica. Ele não pode tolerar, em si mesmo, resistências que afastam de sua consciência o que foi percebido por seu inconsciente; senão introduziria na análise um novo tipo de seleção e distorção, bem mais prejudicial do que a produzida pelo recurso à atenção consciente. Para isso não basta que ele próprio seja um indivíduo *aproximadamente normal*; pode-se exigir que ele tenha se submetido a uma *purificação psicanalítica* e tenha tomado conhecimento daqueles seus complexos que seriam capazes de perturbar a apreensão do que é oferecido pelo analisando. Não se pode razoavelmente duvidar do efeito desqualificador dessas falhas próprias; a cada repressão não resolvida do médico correspondente, na

²⁰³ Segundo Roudinesco e Plon (1998), o anel de ouro que unia o grupo dos escolhidos como guardiões da psicanálise foi inspirado em um ideal romântico e iluminista das sociedades secretas do século XIX para selar a sagrada união entre os guardiões do templo. Em 1919, Freud propõe a entrada de Max Eitingon como sexto integrante do grupo, “o único psicanalista do mundo que dispunha de bens, sendo generoso com as iniciativas psicanalíticas”. Freud o teria escolhido menos por suas capacidades intelectuais e mais por sua “devoção”, tornando-se o “economista da empresa de Freud” (PIMENTA, 1983, p. 18).

expressão pertinente de Wilhelm Stekel, um “ponto cego” na sua percepção psicanalítica (FREUD, 1912/2010, p.156-7, grifos meus).

O ponto cego que Freud chamou de resistência não analisada ao conhecimento psicanalítico foi pensado por ele e por seus sucessores como a razão de conflitos e rupturas no movimento psicanalítico a partir de modelo de “análise selvagem”²⁰⁴. Com o descobrimento da doença de Freud, em 1923, a década seguinte afastou-se ainda mais da informalidade política de Freud e “a IPA passou a ter como função primordial gerir a formação dos futuros psicanalistas, atuando não mais apenas no registro teórico-clínico, mas também no registro da autorização e habilitação de uma prática social” (KUPERMANN, 1996, p. 11). O Instituto de Berlim²⁰⁵ assumiu o papel de estruturar condições mais rígidas e “psicológicas” em torno da admissão de candidatos, como a “maturidade de personalidade, firmeza de caráter, dons psicológicos. Os neuróticos graves eram excluídos” (SIQUEIRA, CALSAVARA, ARAUJO, 1981, p. 22). A normalidade torna-se um dos fatores necessários para o aceite à formação, sendo que “candidatos constituem uma população selecionada: [...] uma boa inteligência, um certo equilíbrio emocional, adaptação social são requisitos para a admissão” (SIQUEIRA, CALSAVARA, ARAUJO, 1981, p. 26).

Após a morte de Freud, seguindo o arranjo de *Totem e tabu*, “os filhos se entendem entre si para evitar a carnificina” (KUPERMANN, 1996, p. 67), e extensas leis são criadas, às quais todo o psicanalista devia enquadrar-se. O movimento psicanalítico entra em um período de descentramento do controle e competição entre vários grupos geograficamente distribuídos, criando uma ameaça de constantes cisões na IPA. Segundo Kupermann (1996), frente ao enfraquecimento do sistema, “incrementavam-se a briga entre escolas, a supervalorização narcísica de pequenas diferenças, o proselitismo e a atitude superdominadora da antiga geração, reivindicando o legítimo legado de Freud” (KUPERMANN, 1996, p. 124).

²⁰⁴ No texto de 1914, Freud articula a ideia de que leis do funcionamento mental como resistência e repressão poderiam se expressar em relação ao conhecimento psicanalítico, como quando um analista rejeita a existência ou o papel da sexualidade infantil, como foi o caso de Jung. Segundo Kupermann (1996, p. 23) “a ideia freudiana é a de que, em contato com a ‘coisa’ psicanalítica, tanto os psicanalistas-teorizadores quanto os pacientes estão sujeitos às limitações provocadas pelas resistências suscitadas pela própria psicanálise”. Fazendo uma “análise selvagem”, Freud analisou as motivações inconscientes para o afastamento de Jung com os princípios do criador e pai da psicanálise, que teria sido incapaz de tolerar a autoridade, demonstrando “rebeldia juvenil” (KUPERMANN, 1996, p. 23). Exploraremos neste capítulo como a análise selvagem foi utilizada também pelos psicanalistas brasileiros para justificar os conflitos entre os membros da sociedade.

²⁰⁵ Em 1920, Eitingon funda junto a Abraham o primeiro Instituto de Psicanálise e Clínica Psicanalítica de Berlim. Em 1924 é publicado o primeiro regulamento sobre a formação, o modelo tripartido de formação. Em 1925, é criado o *International Training Committee*, “cujo objetivo era promover um sistema de formação ao qual todos os institutos locais deveriam se conformar” (SIQUEIRA, CALSAVARA, ARAUJO, 1981, p. 20).

Nesse modelo de formação analítica que garantiria a “pureza psicanalítica”, o analista didata identificado com o pai substituto (mas que não ocupa seu lugar) é encarregado de transmitir os valores, a tradição e a educação para que os novos membros, filhos dessa instituição, se tornem bons psicanalistas e propagadores dos princípios fundamentais da “verdadeira” Psicanálise aos diversos pólos psicanalíticos. Em 1971, psicanalistas da SBPSP problematizam o efeito dessa transmissão geracional em relação à fidelidade transferencial a Freud:

A história do movimento analítico ensina como o isolamento e a perseguição sofridos por Freud o levou a fechá-lo a circuitos estreitos, eliminando como heréticos muitos que apresentaram pontos de vista divergentes. Parece-nos que esta situação se mantém inconscientemente, como por tradição, mantendo-se os candidatos identificados com os discípulos e os professores identificados com o Mestre, investido de poderes excepcionais (KENZLER et al, 1971, p. 7).

Porém, seguindo a genealogia transferencial ligada a Freud, o discurso do romance familiar psicanalítico chega ao movimento brasileiro. Segundo Gomes (2018), em São Paulo, Durval Marcondes e Adelheid Koch se tornaram representações do “pai” e da “mãe” local da psicanálise, assegurando a “continuidade e vínculo dos pioneiros brasileiros com os ‘pais’ fundadores” (GOMES, 2018, p. 229). Ao contextualizar a transmissão da “verdadeira psicanálise”, Leão Cabernite diz que a maioria dos pioneiros da Psicanálise na América Latina fizeram suas formações com europeus, particularmente com analistas ingleses e alemães, fazendo com que as primeiras gerações da Psicanálise no Brasil concebesssem a formação psicanalítica “como uma estrutura que iria proteger e manter a Psicanálise pura” (Cabernite, 1982, p. 415)

Os exemplos do discurso do romance familiar psicanalítico serão variados e envolvem uma visão desenvolvimentista para a formação analítica, como mostraremos. Em entrevista para a *IDE*, ao falar sobre a sua formação na tradição inglesa, Lygia Amaral diz ter se desapontado com a situação das dissensões dos grupos teóricos de Melanie Klein e Anna Freud, mas que teria entendido ser um “fenômeno comum nas sociedades psicanalíticas, desde Freud e seus companheiros até hoje”. Sônia Azambuja, uma das entrevistadoras e psicanalista da SBPSP responde dizendo que “às vezes *nossos pais brigam, mas mesmo assim eles nos podem ensinar muito*” (AZAMBUJA & FAVILLI, 1979, p. 13, grifo meu). Galina Schneider, presidente da SPRJ em 1983, destaca que “para mim, sociedade psicanalítica é a minha família profissional, que eu amo, porque eu sofri, eu penei, eu odiei, eu batalhei, eu xinguei, compreendeu?” (PELLEGRINO et al, 1997, p. 101).

4.1.2 A família psicanalítica brasileira e o desenvolvimento do analista

No início da institucionalização das sociedades ipeístas no Brasil na década de 1940, não existia uma formalização do sistema de formação analítica. Na mesma entrevista citada anteriormente, Lygia Amaral diz ter sido “levada” a assumir a posição de didata: “estava trabalhando, atendendo os meus pacientes, estudando, quando, de uma visita de Hans Thorner ao Brasil, ele me disse que eu devia me encarregar também da formação de novos analistas” (AZAMBUJA & FAVILLI, 1979, p. 13). Além disso, a psicanalista destacou a informalidade do ensino teórico e da formação como um todo: “A Dra. Koch nos ensinava, nos analisava e dava supervisão. Vocês podem imaginar o quanto era difícil. Nas aulas, por exemplo, ela ia lendo e traduzindo o alemão e nós acompanhávamos com o texto castelhano nas mãos” (AZAMBUJA & FAVILLI, 1979, p. 13).

Diferente do que relata a experiência de Amaral, David Zimmermann²⁰⁶ (1983), no texto “*Relationships among Training Analysts*” publicado no *The Annual of Psychoanalysis*, cita Arlow (1965), segundo o qual a elevação do analista à posição de didata seria cercada de uma aura *muito especial*, ocupando uma figura central do mito psicanalítico do herói proposto por ele. O herói representaria a figura de um semi-Deus, geralmente sendo filho de deuses, de pais nobres, ou ainda filho de reis. No mito, o analista didata, assim como o herói, teria passado por uma longa jornada, superando barreiras como entrevistas de seleção e continuando a encarar oposições, constrangimentos, críticas e dolorosas ambiguidades (ZIMMERMANN, 1983, p. 109).

Lembrando das três profissões impossíveis elencadas por Freud, a dizer, governar, educar e analisar, Zimmermann (1983) afirma que “talvez essa seja a razão porque muitos autores psicanalíticos comparam a situação da análise didática com aquela do herói do mito psicanalítico: desejam algo impossível!” (ZIMMERMANN, 1983, p. 109). Porém, havia um caminho estabelecido para que se tornasse possível alcançar a profissão impossível: o candidato teria que reviver uma história edípica com Freud e a Psicanálise, sendo a análise

²⁰⁶ David Zimmermann, foi um renomado psiquiatra gaúcho e fundador da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA). Foi presidente do Conselho das Organizações Psicanalíticas da América Latina (COPAP) e duas vezes vice-presidente da Associação Psicanalítica Internacional. O psicanalista elaborou uma série de textos durante a década de 1980, tendo inclusive publicado dois artigos internacionais no mesmo período. Intitulava-se uma autoridade psicanalítica em termos da formação analítica, conforme seu relato: “Nos últimos dezesseis anos eu participei de muitos Pré-Congressos de Formação organizados pela IPA, e pela antiga COPAL e ABP. Eu participei em muitas trocas pedagógicas no antigo COPAL (agora FEPAL), trabalhando com analistas didatas, compartilhando suas dificuldades, e discutindo os difíceis problemas intrínsecos às suas funções. Como presidente da COPAL eu visitei a maioria das Sociedades Psicanalíticas. Eu fui membro do “Geographical Facilities Committee” nº1 da IPA para as Sociedades Psicanalíticas do norte da América Latina de 1977 até 1981 (um comitê que não trabalhou bem como esperado, parcialmente em função de problemas de relacionamento entre analistas que eu discuto neste trabalho)” (ZIMMERMANN, 1983, p. 88).

didática o lugar onde “os *órfãos ganham pais* e a vida ganha sentido momentâneo da carreira que me levará de candidato a didata” (PIMENTA, 1983, p. 19, grifo meu).

Em 1967, Luiz Almeida de Prado Galvão, da SBPSP, escreve “Reflexos da análise didática na vida científica de sociedades de Psicanálise”²⁰⁷. Fazendo uma correlação entre o papel do didata e o papel paterno-patriarcal, o psicanalista cita Rovatti dizendo que “a importância que o analista didata tem em nossa formação *somente é comparável a dos pais, na formação integral dos filhos*” (GALVÃO, 1967, p. 384, grifo meu). Ele comenta também sobre uma vocação analítica do tipo “vocação paterna”:

Somente atendendo a esta condição vocacional [...] poderá o psicanalista encarregar-se da transmissão a outrem de sua experiência e de seus conhecimentos, *agindo como verdadeiro pai, livre e maduro emocionalmente, para ajudar seus “filhos” a terem um crescimento autêntico* (GALVÃO, 1967, p. 383- 384, grifo meu).

De acordo com Zimmermann, o ciclo de formação se encerraria quando o analista atingisse a sua completude, podendo tornar-se também “pais ou mães” da Psicanálise:

Um candidato e seu analista no trabalho analítico compartilhado experimental o sentimento de constituir um par ou um casal, com o poder último de criar ou formar um novo ser, quer dizer, um filho que irá também ser um “psicanalista” como o pai e ou a mãe (ZIMMERMANN, 1983, p. 112).

Alcançar a posição de analista didata é *reviver a situação infantil e se transformar em mãe e/ou em pai* através da carreira de psicanalista. Quando se observa os sentimentos dos analistas que não alcançaram a posição de analistas didatas, *percebe-se o sentimento de serem profissionalmente incompletos*, talvez com um sentimento de castração em relação à “maternidade” e “paternidade” psicanalítica (ZIMMERMANN, 1983, p. 111, grifos meus).

Tomada como um processo de desenvolvimento, a formação do candidato era vista como uma fase de atenção, cuidado, investimento e também de normatização, assim como propunham alguns discursos psicanalíticos sobre a adolescência. As semelhanças e comparações na produção psicanalítica brasileira entre o entendimento psicanalítico a respeito da transição da vida infantil em adulta, caracterizada pela adolescência, e a formação do candidato em analista não eram poucas. Algumas produções psicanalíticas colocavam uma relação de comparação (“como se”) entre a formação analítica e o desenvolvimento mental, e, noutras, a análise didática era concebida de fato como uma continuação no desenvolvimento mental do candidato.

²⁰⁷ Diretor do instituto de Psicanálise da SBPSP na década de 1970, a revista *IDE* de 1976 estampa: “o mais jovem analista didata do Brasil”. No texto, Galvão mostra sua atualização sobre o assunto ao citar vários psicanalistas de países vizinhos como Grinberg (1960), Garma (1959), Aberastury (1959), Langer (1960, 1962) e Liberman (1965), Balint (1948, 1954), Van Der Leeuw (1965) e Segal (1962).

Porém, essa abordagem desenvolvimentista dentro da psicanálise brasileira não está dissociada da história mais ampla da institucionalização da Psicanálise, tampouco do seu contexto local. Kupermann (1996) chamou atenção para a existência de uma “metáfora biologista/desenvolvimentista” (KUPERMANN, 1996, p. 13) em analogia ao desenvolvimento da psicanálise presente no discurso do movimento psicanalítico ipeísta, herdado também pelos “verdadeiros” psicanalistas brasileiros. No final da década de 60, Galvão (1967) afirma que se aproveitava o interesse de pessoas de prestígio profissional e social para fortalecer o movimento psicanalítico, parte da implantação da psicanálise como nova ciência. Mas que isso teria mudado, prevalecendo “a convocação de pretendentes de que se pode presumir apresentarem as *melhores condições de personalidade para serem desenvolvidas* numa análise didática” (Galvão, 1967, p. 382, grifo meu). Essa mudança não ocorreu ao acaso mas, assim como aconteceu com Freud, veio como resposta a uma necessidade de controle sobre o comportamento de quem poderia levar a diante o legado de Freud.

Dentro dessa perspectiva desenvolvimentista, Moisés Tractenberg (1983), psicanalista da SPRJ, definiu como “metáfora pedagógica” a sua correlação entre a “carreira psicanalítica” e as fases psicosssexuais. O psicanalista propõe que a sexualidade infantil auto-erótica e pré-edípica começaria, na perspectiva da formação, com a aprovação nas entrevistas e a espera de um ano para iniciar os seminários teóricos, enquanto o “candidato à candidato” realiza sua análise pessoal. Ao se tornar candidato, entrando em contato com outros didatas (pais e mães), irmãos e primos psicanalistas, daria início ao período edípico. Já, ao se tornar membro associado, podendo intitular-se “psicanalista”, iniciaria a adolescência, porém ainda com limitações de autonomia, como o poder de voto nas assembleias:

Temos, aí, o adolescente (assim visto pelos pais, analistas seniores), que adquiriu o direito às relações sexuais – analisar pacientes e declarar-se analista – devendo, porém aceitar a proibição de ser fecundo e progenitor. Na maioria das sociedades psicanalíticas, o direito a exercer a função didática é prerrogativa dos membros efetivos – os únicos a quem é assegurada a permissão de manter relações sexuais com direito à prole, na nossa metáfora pedagógica (TRACTENBERG, 1983, p. 7).

Já o psicanalista José Izai (1981), também da SPRJ, propõe que a formação poderia ser pensada em termos de um “fenômeno transicional”, como o descrito por Winnicott. Segundo ele, não existiria “saúde para o ser humano que não tenha sido iniciado suficientemente bem pela mãe. Poderíamos estender também isto dizendo que o candidato que não foi iniciado suficientemente bem pelo analista pode ter esta experiência fracassada”

(IZAI, 1981, p. 189). Na formação, então, ao invés da mãe suficientemente boa, teremos a figura do “analista suficientemente bom”²⁰⁸:

Não há possibilidade alguma de o candidato progredir do princípio do prazer para o princípio da realidade, ou no sentido, e para além dela, da identificação primária, a menos que exista um analista suficientemente bom, não necessariamente o próprio analista do candidato [...] O analista *suficientemente bom* (como Winnicott afirmou em relação às mães) começa com uma adaptação às necessidades do candidato e, à medida que o tempo passa, adapta-se cada vez menos, e de modo gradativo, segundo a crescente capacidade do candidato em lidar com o fracasso dele (IZAI, 1981, p. 190, grifo meu).

Seguindo os principais elementos das teorias do desenvolvimento, a formação da identidade do psicanalista também era um ideal a ser alcançado, sendo que “a possibilidade de o candidato em sua formação analítica *ganhar plenamente o sentimento de identidade* é que irá distinguir uma *boa análise didática de outra má*” (GALVÃO, 1967, p. 378, grifos meus). Articulando a noção de identidade, os psicanalistas começam a apontar que algumas análises didáticas não se desenvolviam como se esperava, sendo “más análises”.

É o que afirma também o psicanalista Raymundo Barcellos (1972), da mesma sociedade de Galvão, ao citar Grinberg e Grinberg (1966): “as análises terapêutica e didática diferenciam-se na maior duração e profundidade desta última, quando então melhor promove o objetivo colimado – a identidade analítica do candidato” (GRINBERG & GRINBERG, 1966 apud BARCELLOS, 1972, p. 12). A identidade analítica do candidato não deveria ser nem uma identificação completa com a figura de seu analista didata e nem completamente desvinculada da instituição, ela deveria ser independente, integrada e madura.

É importante destacar que essa lógica familiarista e desenvolvimentista de conceber a formação analítica, apesar de nessa pesquisa se mostrarem preponderantes dentro das sociedades psicanalíticas ipeístas, não era restrita a elas, uma vez que o modelo de formação tripartido²⁰⁹ é seguido também por outras instituições independentes à IPA. Isso colocava em

²⁰⁸ Frosh (2019) aponta como que “essa orientação levou a uma descrição complexa e importante dos relacionamentos mãe-bebê que tem sido com menos sucesso, ampliada para uma teoria social geral” (FROSH, 2019, p. 104). Nesse sentido, a naturalização da relação mãe-bebê e o foco muito intenso no papel da maternagem para o desenvolvimento saudável das crianças apontariam o limite do alcance dessa abordagem para mudança social. Tentando pensar regionalmente essa crítica apontada por Frosh sobre o indiscriminado de teorias das Relações de Objeto com ênfase na dupla mãe-bebê, destacamos a reflexão de Lima (2019, p. 29) ao se questionar “como pôde o campo psicanalítico no Brasil desenvolver um discurso tão abundante e rigoroso sobre a maternidade, pautado nas teorizações anglo-saxônicas, a despeito da percepção de que o exercício real e concreto da maternidade é objetivamente desempenhado por babás geralmente negras nos lares das classes médias e altas, ou entre famílias de camadas sociais minimamente distintas?”. Nesse sentido, Lima retoma a relevância do trabalho de Rita Segato (2006) e Lélia Gonzales (1981), intelectuais brasileiras que pensaram, através de uma perspectiva de raça e gênero, a particularidade do complexo de Édipo no Brasil.

²⁰⁹ Max Eitingon fundou o primeiro instituto de psicanálise e foi o responsável pela regulamentação do modelo tripartido de formação psicanalítica: análise didática, análise de controle (ou supervisão) e formação teórica.

disputa não somente o mercado de formação, mas também a ideia e a disputa pela “verdadeira psicanálise”. Arlindo Carlos Pimenta, psicanalista do CPMG, escreve “Política institucional e formação profissional” (1983) no *Boletim* da instituição. Nesse texto, ele coloca que, sendo Freud o pai e a Psicanálise a mãe, o candidato teria que resolver seu Édipo na formação e elaborar seu luto, criando a sua própria relação saudável com a Psicanálise e conquistando sua própria identidade:

Cada analista, para se constituir como identidade, como ser autônomo, tem de ter condição de matar este pai, viver seu Édipo profissional com a Mãe Psicanálise. Esta, em origem, pertence ao pai – Freud. Nunca será nossa. Porém a elaboração desta nos enviará a uma relação saudável com a psicanálise eleita de cada um, que tem a ver com a psicanálise-Mãe, mas partindo dela permite o criar e não uma relação compulsiva e um retorno incestuoso e estéril (PIMENTA, 1983, p. 21).

Também Ary Band, psicanalista da SPID, compara os efeitos da supervisão com o modelo parental na construção da identidade infantil. O psicanalista afirma que o supervisor deve resistir à tentação de ser idealizado como ego ideal, que reforça narcisismo e o coloca na função de mestre poderoso. Essa atitude restringiria um desenvolvimento adequado do candidato (BAND, 1984).

Da mesma maneira que na relação terapêutica, entre supervisor e terapeuta também aparece inevitavelmente o papel do primeiro como modelo para o segundo. Tomando-se como *protótipo a relação pais-filhos*, sabe-se que nela, a criança vai, *através dos mecanismos de introjeção e projeção*, se identificando com várias características dos pais que *lhe servem de modelo para a formação de sua identidade*. Assim também se processa a relação de supervisão, onde a maneira de ser supervisor oferece, pela sua própria função, elementos passíveis de serem eleitos para ajudar a constituir a formação do estilo do terapeuta, e de sua identidade profissional (BAND, 1984 p. 61, grifos meus).

Outra recomendação para o analista didata abster-se em ocupar um modelo parental para o candidato na análise didática é feita por Vera Maria Leuzinger de Carvalho (1983), do CPMG, que coloca lado a lado as fases do desenvolvimento individual com o funcionamento da instituição

A instituição, como o indivíduo, sofre os processos de criação e maturação em suas etapas. Em seus estágios infantis e adolescentes, há toda uma busca de identidade através da identificação com as figuras parentais. Se essas figuras assumem uma atitude paternalista, a dependência será estimulada levando a uma relação que, embora necessária durante um tempo, se reforçada, transforma-se em algo rígido, que impede o desenvolvimento, a criatividade e a descoberta da *identidade própria* (CARVALHO, 1983, p. 25, grifos meus).

Nota-se que, ao desejar aos candidatos o desenvolvimento de uma identidade própria, ou melhor, que não fosse nem a cópia de seu pai-analista, nem destoante da instituição,

apontando-se para o perigo do analista em se colocar como “modelo parental idealizado”, os psicanalistas demonstravam a emergente preocupação e necessidade de teorização sobre os efeitos indesejados desse modelo de formação analítica, como a submissão, a obediência e a conformidade, mas também a contestação e a rebeldia.

4.1.2 Do candidato “normal” ao analista “autônomo”

Kupermann (1996, p. 97) destacou diversos debates que ocorreram no movimento psicanalítico ipeísta em torno do chamado “candidato normal”, pois esses começavam a se mostrar bem-adaptados, conformados, com pensamento inibido, entre outras características. Sem promover um questionamento sobre o próprio sistema de formação, os psicanalistas diagnosticavam uma “psicopatologia” do “candidato normal”, mantendo ainda um horizonte de normalidade²¹⁰. Teria sido Balint²¹¹ (1948) o primeiro a pensar o candidato obediente como sintoma do sistema de formação e a pontuar que, mesmo se esse fosse “não normal”, haveria de submeter-se ou desistiria ou se tornaria “independente”, hipótese menos provável frente à hegemonia da IPA (KUPERMANN, 1996, p.119).

Citando Balint, Galvão demonstra como essa era uma questão latente no movimento brasileiro. O candidato deveria desenvolver-se de modo a tolerar as tensões, sem se tornar nem submisso ou com um pensamento padronizado, ou ainda, tornar-se verdadeiramente autônomo e não dependente.

o que queremos conscientemente do candidato é conseguir que ele desenvolva um ego forte, crítico, capaz de suportar consideráveis tensões, livre de qualquer identificação desnecessária e de qualquer transferência automática ou de pensamento padronizado (GALVÃO, 1967, p. 376).

Nesse sentido, anos depois, como contribuição para o 1º Pré-Congresso Internacional de Candidatos realizado em Viena, alguns candidatos da SBPSP escreveram sobre a autonomia e a dependência na formação analítica. Para tornar-se um psicanalista “adulto” e ultrapassar sua condição de candidato-adolescente, alguns candidatos da SBPSP levantaram

²¹⁰ Por exemplo, para Gitelson (1948 apud KUPERMANN, 1996) a excessiva normalidade e conformidade do “candidato normal” era pensado como um efeito da cultura narcísica da época, um produto de seu tempo externo ao sistema, portanto, não um efeito do próprio sistema.

²¹¹ De acordo com Kupermann, foi Michael Balint que deu um passo além, ao deslocar para o interior da instituição essa problemática. Em 1948, Balint apontou a ausência de teoria sobre os pressupostos da formação analítica, o dogmatismo do sistema, seu caráter anti-analítico e efeitos sobre a sociedade psicanalítica, como o conformismo dos analistas, a esterilidade teórica, a luta de clãs e a rivalidade. Balint destacou que na análise didática o componente de agressividade e hostilidade da transferência, ou seja, a esfera da transferência negativa ao analista, dificilmente poderia ser vivenciada e elaborada de forma satisfatória. Assim, as análises passavam a favorecer a identificação ao superego do analista, servindo a um reforço superegóico (BALINT, 1948).

aspectos da formação que poderiam fomentar tanto a autonomia como uma posição regressiva dependente. Na visão deles, “o candidato é *falsamente autônomo* na medida que não cumpre os programas e deveres que livremente aceitou, que se *rebela e critica destrutivamente* a Instituição na qual procura formação” (KENZLER et al, 1971, p. 5, grifos meus). O candidato também poderia se mostrar “dependente regressivo – e *não adulto* – quando se limita a decorar, repetir [...] à procura de aprovação dos mestres”, ou ainda quando não contribui ou não faz comentários críticos à instituição por medo de criar atritos, ser punido ou perder a simpatia. Já o candidato com posição “realista”, postura desejável, aceita sua dependência e sente-se livre expondo e defendendo suas opiniões divergentes, busca estudar os problemas e oferece sugestões, “preserva a sua autonomia de ser adulto (pensante), apesar de sua dependência relativa como aluno em formação”²¹² (KENZLER et al, 1971, p. 6).

Segundo os autores, alguns aspectos da estrutura institucional poderiam ajudar a fomentar esse estado de autonomia integrada do candidato, como a existência de representação de candidatos junto a comissões e a organização do trabalho dos candidatos numa associação representativa. Já os aspectos que levariam à dependência regressiva seriam a obrigatoriedade de frequência às aulas, a inexistência de critérios conhecidos para aprovação nos cursos e para o desligamento de alunos, o caráter formal e distante que lembra o *setting* analítico nos seminários e a ausência de debates sobre temas e diferentes correntes de pensamento. Apesar de pontuar que elementos da estrutura institucional teriam influência na possibilidade do candidato demonstrar ou não uma atitude autônoma, os analistas colocam que esses elementos atuariam também na manutenção de “fantasias” sobre a instituição:

Estes aspectos, sempre que presentes, parecem dificultar uma participação mais ativa e responsável do candidato em sua formação. Por outro lado parecem facilitar a manutenção de *fantasias idealizadoras e persecutórias sobre a Instituição* (expressas, às vezes, em termos de “atmosfera de santuário” ou “clima kafkiano” da Instituição) (KENZLER et al, 1971, p. 6, grifo meu).

Cecil José Rezze e Antonio Luiz Serpa Pessanha (1971), psicanalistas da mesma sociedade, afirmam que na dependência neurótica o candidato idealiza os “professores” (analistas didatas), vistos como “onipotentes, oniscientes e onipresentes dos quais tudo se

²¹² Observamos aqui como a teoria de Fairbairn é apropriada para a leitura da dinâmica institucional. Fairbairn substitui as fases do desenvolvimento psicosssexual de Freud por fases baseados na qualidade dos relacionamentos com os objetos, sendo elas a dependência imatura, transicional (no qual a adolescência se enquadra) e dependência madura. O ideal da última descreve “a habilidade do adulto maduramente dependente de *diferenciar-se de seus pais* ou de outros objetos, considerando que a criança imaturamente dependente está em um estado de “identificação primária” com a mãe, incapaz de experienciar esta última ou a si mesma como de algum modo separada” (FROSH 2019, p. 109, grifo meu).

possa esperar” (REZZE & PESSANHA, 1971, p. 19). Ao assumirem essa posição, transformam-se em “massa amorfa, submissa ao objeto idealizado, e no qual [...] nada tem a opor, não pode fazer críticas, não pode emitir opiniões pessoais, em suma não pode pensar” (REZZE & PESSANHA, 1971, p. 20). Um efeito oposto mas também indicativo de um processo defensivo era a insatisfação e a reivindicação dos candidatos, que tinha

a finalidade de destruir agora o objeto que se tornou mau, portanto, serve à agressão [...] O fim último não é colaborar e corrigir, é apontar, atacar, destruir. (...) A nosso ver o grupo que for regido por este processo poderá ser muito ativo, mas o seu fim é o de massa amorfa, pois ele tende mesmo a desagregação e autodestruição (REZZE & PESSANHA, 1971, p. 20).

Semelhante ao entendimento proposto pela “psicopatologia da rebeldia”, os comportamentos de protesto e contestação dos candidatos, facilitados por determinadas condições do mundo externo, eram vistos como atuações ou projeções no mundo externo de estados regressivos, defesas psíquicas ou conflitos que falharam em ser não resolvidos dentro da análise didática. No contato com o inconsciente do paciente em regressão, Barcellos (1972) afirma que o analista é bombardeado de identificações projetivas, defesas esquizo-paranóides e atuações que tomam forma de ataques ao sistema de formação e ao Instituto e Sociedade. Diante dessa situação, o analista deveria fazer o manejo das defesas psíquicas que emergem na análise didática, pois as projeções das frustrações com relação ao Instituto diminuem na medida em “que se consolida a coesão do ego” (BARCELLOS, 1972, p. 13). Por último, afirma que “*a elaboração dos lutos configura a personalidade total [...]. Este complexo todo proporciona ao candidato o sentimento de autenticidade, de autonomia e de independência*” (BARCELLOS, 1972, p. 13, grifos meus).

Zimmermann (1980) também coloca ideia semelhante ao apontar que alguns problemas de “deterioração da formação analítica” estavam acontecendo “devido à influência de alguns psicanalistas dissidentes”. Por exemplo, o analista ao deixar de analisar a transferência negativa, ficaria “sendo o ‘objeto amado’ e os demais se constituem em ‘objetos odiados’ ou ‘maus’” em uma operação de divisão prototípica da teoria kleiniana do funcionamento mental. O que levaria, por sua vez, a “queixas contra a Comissão de Ensino, o Instituto de Psicanálise, aos outros analistas e professores, ao ‘*establishment*’, a administração do governo e muitos outros” (ZIMMERMANN, 1980, p. 38).

Seguindo a mesma lógica atribuída aos protestos juvenis, Walderedo de Oliveira (1971), psicanalista da SBPSP, fala sobre como os questionamentos direcionados à formação

eram vistos como um problema de um *acting-out* na relação analista-candidato que causavam “desvios” e prejuízos para o candidato e para a Psicanálise:

a nenhum de nós ocorrerá a idéia de outro procedimento de ensino [...] Os poucos casos divergentes devem ser considerados como a *irrupção de conflitos não solucionados do analista-didata*, ou crises conflitantes momentâneas. Sabemos que esses *desvios* custam alto preço na vida emocional do analista, e sem dúvida prejuízos para a *Psicanálise* (OLIVEIRA, 1971, p. 101, grifos meus).

Ao discutir os “Critérios para a criação de novos núcleos psicanalíticos no país”, tema do I Pré-Congresso Brasileiros de Analistas Didatas, Oliveira (1971) reitera a adesão à transferência originária a Freud e à transmissão geracional da “verdadeira” psicanálise, sendo que os representantes deveriam seguir as regras oficiais para que possam transmitir e disseminar a sua doutrina²¹³. A quebra desse ideal, por “conflitos não resolvidos”, é o que diferenciaria o analista pioneiro do rebelde:

A capacidade criadora pode repontar na ‘adulter madura’, porém não é observável frequentemente; e sempre há o risco de encobrir frustrações, inveja, fantasias onipotentes e conflitos não resolvidos pelo analista em sua própria sociedade de origem. Nessas circunstâncias a atividade do analista está contaminada por motivações irracionais, e só pode ser prejudicial à fundação de um novo núcleo ou futura sociedade: os determinantes dessas mudanças, no caso, *seriam os do “rebelde” e não os do “pioneiro”* (OLIVEIRA, 1971, p. 105, grifo meu).

Dessa forma, assim como o jovem contestante, tudo aquilo que representasse um questionamento sobre o *establishment* e a configuração das relações de poder dentro da instituição psicanalítica eram tachadas como “rebeldia” e reduzidas a fenômenos do inconsciente não elaborados na análise didática. Ainda nesse sentido, lembremos da proposição de que a “crise adolescente” poderia ser desencadeada por dificuldades dos próprios pais em elaborar seus próprios conflitos edípicos. Seguindo esse modelo, se tanto a submissão como a rebeldia do candidato apareciam como conflitos inconscientes que resistiam, isso ocorria não pelo caráter real e político dos problemas em questão, mas sim por problemas analíticos dos próprios analistas didatas, como o narcisismo ou a incapacidade de lidar com problemas da contratransferência ou da transferência negativa.

²¹³ Ao refletirem sobre o perfil do analista que poderia disseminar e levar adiante a psicanálise nos novos centros, Martins e Ribeiro descrevem o “candidato normal”, que, por sua vez, seria o perfil também desejado ao analista didata: “se trata de pessoas dotadas de certas capacidades, se bem que ainda não definitivamente confirmadas capacidades às quais se aliam aspectos caracteriológicos positivos, boa adaptação grupal e satisfatória identificação com os objetivos das instituições psicanalíticas. Simplificando, os traços procurados nos analistas “candidatos” a se responsabilizarem pelo trabalho de iniciar um novo núcleo seriam semelhantes àqueles considerados na escolha de pessoas que poderiam ser cogitadas para o exercício futuro de funções didáticas em seus institutos” (MARTINS & RIBEIRO, 1971, p. 111).

4.1.3 O narcisismo e os problemas transferenciais na “profilaxia das discórdias”

Segundo Zimmermann (1983), conflitos e problemas entre membros (candidatos e didatas) poderiam indicar problemas na formação da identidade do analista didata, ou seja, na sua própria formação. Em função da existência de questões narcísicas, os didatas poderiam projetar “no paciente seus próprios aspectos infantis dos quais ele gostaria de ver o paciente realizar importantes alterações”, exigindo que seu candidato “conforme” e atinja “uma modificação analítica substancial” (ZIMMERMANN, 1983, p. 107).

Na mesma linha de Zimmermann, Galvão havia já chamado atenção para o cuidado que os analistas didatas deveriam ter para não converter “inconscientemente o candidato-paciente em sua propriedade pessoal” (GALVÃO, 1967, p. 378). Destacando a importância da análise da contratransferência, o psicanalista também cita o trabalho de Grinberg e Grinberg (1966):

estes mecanismos podem ser tolerados, e às vezes induzidos pelo próprio analista, que por problemas narcísicos ou contra-transferenciais (muitas vezes devidos a conflitos de sua própria identidade), necessita ter ‘filhos incondicionais’ que reforcem e mantenham sua identidade no mundo externo (GRINBERG & GRINBERG, 1966 apud GALVÃO, 1967, p. 379).

É o que vemos também na visão de Barcellos (1972), apontando como problemas narcísicos ou contra-transferenciais advindos “por vezes, de distúrbios de *sua própria identidade*” podem moldar “‘filhos incondicionais’, para, como seus prolongamentos, manterem-se enquistados no controle da instituição”. Mantendo a metáfora da formação analítica com a criação dos filhos, compara as dificuldades da atividade do didata com as que alguns pais enfrentariam durante a fase da adolescência de seus filhos, que em função de problemas na elaboração dos seus próprios conflitos edípicos, sucumbem aos desejos filicidas:

Verdadeiros didatas-filicidas não se apercebem que ao julgarem o progresso do “candidato-filho”, cometem em si próprios o parricídio. É preciso que o didata desenvolva em si as qualidades do líder democrático, como nos ensina Liberman, quando permite ao “candidato-filho” conservar suas características individuais (BARCELLOS, 1972, p. 13).

Em 1976, Barcellos publica o texto “Narcisismo de Vicissitudes do Direito nas Sociedades de Psicanálise”, onde coloca que o grupo “narcísico” tenderá ao *abuso de poder* em um “permanente confronto com o *princípio de realidade*”, incapacitando “um conagraamento verdadeiro e fecundo para a preservação das prerrogativas de harmonia grupal

e desenvolvimento científico da comunidade psicanalítica” (BARCELLOS, 1976, p. 448 apud GOMES, 2018, p. 144, grifos meus). Dessa forma, problemas na formação do próprio analista, relacionados ao seu narcisismo ou dificuldades em manejar a contratransferência ou a transferência negativa causariam obstruções na resolução analítica da neurose de transferência do candidato, levando a conflitos que se refletiam na vida institucional. Como efeito indesejado dessa problemática, a análise “pode ser parcialmente ou abruptamente terminada, racionalizada como interferência de fatores externos” (ZIMMERMANN, 1983, p. 105).

É interessante notar que Zimmermann destaca a possibilidade de interrupção da análise devido a problemas da contratransferência justamente quando a crise institucional da SPRJ se intensifica em função da re-emergência do caso Amilcar Lobo²¹⁴. A partir da inferência de Zimmermann, poderíamos supor que os diversos desdobramentos institucionais do caso, como a negação em torno do envolvimento de Lobo com a repressão militar, a interrupção de sua análise didática, o seu desligamento da sociedade quase uma década depois e a cisão desencadeada por essa crise na instituição, poderiam ser entendidos um problema envolvendo a análise da contratransferência de seu analista didata, Leão Cabernite, racionalizados como relativos a “interferências externas”. Sobre essa constatação implícita, adiciona ele:

O analista didata que não consegue relatar ao Comitê de Ensino os, por vezes, *sérios problemas na análise pessoal do candidato é sujeito a críticas pelo fracasso e ações do seu futuro analista*. A imagem do analista didata pode, então, ser exposta para seus colegas do Instituto sem ele ser capaz de falar qualquer coisa. Isso pode causar grandes dificuldades nas relações entre analistas (ZIMMERMANN, 1983, pp. 104-105, grifo meu).

A indicação ao analista didata para evitar os conflitos entre membros e os problemas de “amor, influência e poder” que acompanham as lutas fratricidas na sociedade seria retomar a sua própria análise para que as resistências, fixações e defesas psíquicas fossem elaboradas. É o que destaca Tractenberg (1983):

As carências das análises de formação dos próprios didatas e dos analistas que integram as sociedades psicanalíticas são o principal fator responsável pelos conflitos de rivalidade entre psicanalistas e pela divisão e crises no seio das sociedades psicanalíticas. A ambição desmedida pelo poder político no âmbito das nossas instituições, ao mesmo tempo que revela uma reação a sentimentos de profunda insegurança, também revela uma fixação patológica a uma arcaica representação de Self – grandioso, exibicionista. A maledicência e a “fofoca”,

²¹⁴ Kupermann (1996) elaborou, no último capítulo de seu livro, como o caso de Amilcar Lobo foi demonstrativo dos possíveis efeitos negativos do sistema de formação analítica no Brasil.

visando a desvalorização de colegas, descobre a prevalência de intensos mecanismos projetivos e a identificação maníaca com um ideal do Ego repressor e não assimilado às contingências da vida adulta. Assim têm origem as representações patológicas de um “analista didata interno perseguidor” e de uma “Sociedade Psicanalítica interna perseguidora”, cuja análise é imperiosa para a prevenção das futuras crises nas Sociedades Psicanalíticas (TRACTENBERG, 1983, p. 11).

Em uma “análise bem sucedida” os candidatos não correriam o risco de adquirir “as características dos objetos perdidos de seus analistas didatas” e funcionar “como verdadeiras ‘próteses’, já que tratam de preencher o ‘vazio’ existente” (ZIMMERMANN, 1983, pp. 38-39). O pressuposto de que o analista “bem analisado” poderia prevenir a emergência de crises e conflitos na instituição já estava presente no texto de Galvão de 1967, no qual o psicanalista destaca a necessidade de renovação periódica da análise do didata para melhorar a relação entre os analistas na instituição e para “dar melhores condições a uma atividade prática de índole muito especial” (GALVÃO, 1967, p. 373).

Contudo, a origem dessa visão de cunho internalista pode ser ainda restituída à Freud no contexto das primeiras cisões do movimento psicanalítico. Ao pensar através do prisma da resistência e da transferência, Freud interpretou os “desvios” do desenvolvimento interno da psicanálise, que poderiam ter sido evitados caso “tivesse atentado melhor para os processos que ocorrem nas pessoas que se acham em tratamento analítico” (FREUD, 1914/2012, p. 302). Conforme destacou Kupermann (1996), “essa atitude, que tornou-se tradição no campo psicanalítico sempre que surge alguma divergência teórica ou institucional, caracteriza o que Freud chamou de análise ‘selvagem’” (KUPERMANN, 1996, p. 70). Assim, para a manutenção do sistema de formação analítica como preconizado pela IPA, transmissora da verdadeira e originária filiação e transferência a Freud, a análise periódica dos didatas atuaria como uma “profilaxia de discórdias” o qual garantiria um ambiente livre de conflitos entre os analistas.

Análises didáticas *bem feitas* e o cuidado dos psicanalistas em retornarem à análise periodicamente serão uma *garantia* para que se tenha o ambiente adequado para que Eros predomine sobre Tanatos e haja campo aberto para a vida construtiva e progressista da Sociedade de Psicanálise (GALVÃO, 1967, p. 375, grifos meus).

Cabe esclarecer que não buscamos aqui problematizar a necessidade e a importância clínica de analistas seguirem com seus processos de análise mesmo após julgarem concluída suas formações ou a importância de um processo de formação continuado. Buscamos destacar, para o propósito desse trabalho, a maneira pela qual essa recomendação foi utilizada como forma de manutenção do *status quo* dentro da vida institucional psicanalítica brasileira,

e como modo de proteger a “verdadeira psicanálise” e seu sistema de formação dos ditos ataques e desvios.

Contudo, cumpre chamar a atenção que, em geral, já na geração dos fundadores do Grupo ou Sociedade, existem algumas *sementes da futura destruição das tradições* com que foi organizada a instituição. Quase sempre, são aqueles analistas com *insuficiente análise pessoal* e/ou qualificação inadequada para as funções didáticas, que foram incorporados ao grupo “para completar” o número mínimo exigido pela IPA. Mais cedo ou mais tarde, geralmente mais cedo, são estes analistas apoiado por outros mais débeis, que irão tentar a “democratização” da análise, tornar os critérios de seleção “mais flexíveis”, que são contra a “ortodoxia freudiana”, que sempre têm uma “teoria nova” para introduzir, que tentarão tornar a análise “mais popular”, ou “mais aberta”, que querem evitar a formação de “elites” [...] enfim, são estes analistas didatas, *ambivalentes com a Psicanálise*, que irão *promover a derrubada de todas as tradições e com elas a integridade inicial da Psicanálise estabelecida por Freud*, integridade mantida à custa de esforços e lutas permanentes da IPA (ZIMMERMANN, 1982a, pp. 58-59, grifos meus).

Porém, dentro de um campo em intensas disputas, essa visão internalista será questionada ao apontarem que a submissão e a dependência não eram fenômenos assim tão imaginários ou fantasmáticos, e tinham relação direta com o modelo proposto da formação analítica e com a tentativa de manutenção das relações de poder e controle de determinados grupos.

4.2 O pai está morto: a batalha pela destituição do analista-didata

Frente as dificuldades na elaboração da contratransferência e o efeito real de dependência e submissão dos candidatos, como também atitudes de contestação, começa a ficar evidente que existe um problema terceiro para além da relação intersubjetiva analista-candidato. Se a análise didática que elabora os conflitos inconscientes do candidato e o torna preparado para ser analista era desempenhada por um representante da instituição que não possuía somente funções terapêuticas, logo, o analista didata estaria inevitavelmente implicado com o seu paciente e com a instituição. Sobre esse terceiro elemento, Antonio Franco Ribeiro da Silva, psicanalista do CPMG, pontua que:

a análise didática é uma *análise especial*. Deve ser mais completa, profunda e inevitavelmente aparece um terceiro elemento na relação terapêutica: a Sociedade ou o Instituto de Psicanálise. Este terceiro elemento que se interpõe entre o analista e o analisando acaba por contribuir decididamente para que a relação terapêutica não tenha a mesma pureza das outras análises. A transferência e a contratransferência inevitavelmente serão afetadas em maior ou menor intensidade, dependendo da relação que estes dois participantes vivem (SILVA, 1980, p. 35, grifo meu).

Para os psicanalistas Dias, Rocha e Osório (1984), da SPRJ, o analista didata apresentava uma posição privilegiada dentro da hierarquia institucional, sendo aquele que capaz de formar futuros psicanalistas. Essa posição traria “a necessidade institucional de ‘produzir’ profissionais dentro dos padrões estatutários”, trazendo “como consequência que o conceito de cura e saúde se baseie na adaptação passiva a esses padrões, o que ocorre de forma alheia à relação analítica” (DIAS, ROCHA, OSÓRIO, 1984, p. 13). Nesse sentido, denunciam o efeito de produção de submissão, mas também de despolitização dessa “análise a três”, pois “em momentos de crises societárias, as críticas à sociedade eram *interpretadas como ‘ataque ao analista’* e vividas pelos analistas como uma não aceitação a eles, aprisionando o analista e analisando a um ‘bom comportamento’” (DIAS, ROCHA, OSÓRIO, 1984, p. 15, grifo meu). Assim, a dependência, a submissão e a obediência deixam de sintomas não elaborados na e da análise para virarem um fato da sua estrutura que demanda uma obediência real.

Em artigo publicado na *Contemporary Psychoanalysis* em 1975, Horus Vital Brasil, um dos fundadores da SPID, já havia apontado que, na prática, o poder do analista didata representando a “figura paterna que tudo sabe” ultrapassava a autoridade simbólica ou imaginária e se dava por meio da sua ampla função de analisar, supervisionar, formar, selecionar, avaliar, autorizar, julgar e administrar (BRASIL, 1975, p. 244). O psicanalista comenta a ideia de Davidson (1974) de “modelo da boa criança”, na qual o analista didata demanda inconscientemente do candidato em análise o comportamento de uma criança boa e comportada. Isso significaria uma forte identificação com a autoridade, ao mesmo tempo em que a dependência na formação analítica atuaria como uma ferramenta manipulativa.

É o que apontou, décadas depois, Coimbra (1995) ao dizer que a análise didática produziria a “infantilização do candidato. Este é tratado e percebido como um bebê, pois sua vida mental está nas mãos do analista que o ajudará – como um pai, um Mestre, um modelo – a caminhar e a ‘crescer’” (COIMBRA, 1995, pp. 72-73). Essa dependência e infantilização eram observadas nas políticas institucionais, sendo que até os anos 80 os candidatos e membros associados não tinham direito de participar nas Assembléias e de votar, assim como sua liberdade crítica e de criação eram proibidas nesse espaço. Pellegrino aponta para essa realidade “infantil” dos candidatos:

Os candidatos, para chegarem a analistas, precisam antes e acima de tudo obedecer, isto é: submeter-se aos barões. Após receberem o *brevet* de analistas, como membros associados, nem por isto conquistam direito de voto. Esta possibilidade só virá anos depois, tempo em que o associado terá que dar provas de estar bem analisado, isto é: conformado, alienado, intimidado, eunuco. Aí poderá pleitear o título de membro efetivo, com direito a voto (PELLEGRINO, 1982, p. 41).

Já dando indícios desde meados dos anos 70, na década de 1980, as denúncias dos excessos na postura dos analistas e dos efeitos nocivos e anti-analíticos da formação e da análise didática começavam a borbulhar na vida institucional psicanalítica brasileira, exigindo mudanças e transformações. A década de 70 foi, tanto para a sociedade maior como para as sociedades psicanalíticas “oficiais”, tempos de enrijecimento e de resistência. Os candidatos à formação, com seus trinta e poucos anos, mergulhados no clima efervescente do caldo contracultural dos anos 70, com o questionamento dos diversos tipos de autoritarismo, iniciavam suas formações e não se demoraram por começar a questionar o bom comportamento esperado deles pelos analistas de gerações anteriores.

Foi assim que, no momento mais difícil e repressivo da ditadura civil-militar brasileira, o IV Congresso teve como tema “conflito de gerações”, como já destacamos nos capítulos anteriores. Ao desenvolverem suas reflexões sobre como a Psicanálise poderia contribuir no entendimento desse fenômeno, os psicanalistas acabaram por se voltar ao próprio funcionamento e às relações entre membros de diferentes gerações e/ou posições hierárquicas na instituição²¹⁵. Verificamos, nesse debate, uma primeira tentativa de questionamento e politização da ortodoxia do sistema de formação analítica das sociedades ipeístas registrados pela ocasião desse congresso.

4.2.1 Autoritarismo na instituição, um problema geracional

Como já demonstramos no capítulo anterior, os psicanalistas concebiam o conflito de gerações como uma localização institucional do complexo de Édipo, sendo a instituição a representação da Lei e da autoridade paterna e sua destruição e ataques por seus membros equivalentes ao parricídio, motivadas por conflitos edípicos não resolvidos. Nessa chave também eram interpretados os diferentes elementos da vida institucional psicanalítica:

Na vivência com a instituição, verificamos o quanto fantasias de castração, ligadas a conflitos endopsíquicos com o núcleo familiar primário e a realidade, se misturam. Acreditamos que a pequena proporção de relatórios apresentados, a demorada lacuna de tempo requerida para que um candidato passe a membro associado, a pequena produtividade de trabalhos científicos que abram novas perspectivas sobre um objeto tão multidimensional como a mente humana denunciam a presença dos conflitos referidos acima (OTTALAGANO et al, 1973, pp. 325-326).

²¹⁵ O debate aconteceu amplamente na SPRJ, onde foram divididos grupos coordenados por analistas de diferentes níveis hierárquicos. Apesar de ter publicado trabalhos sobre o conflito de gerações, a discussão não teve uma ressonância institucional dessa forma na sociedade paulista.

O debate sobre a existência de um conflito de gerações dentro da sociedade psicanalítica teria iniciado com um “membro mais novo apresentando diversas críticas e acusações, atacando a estrutura da Sociedade Psicanalítica e Instituições em geral [...] considerando-as repressivas, muito conservadoras, imutáveis, retrógradas etc.” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 292). Os candidatos denunciavam o caráter autocrático da sociedade, o temor de estarem em uma instituição na qual os mais velhos opinam sobre os mais jovens, sem permissividade e com imposição. Além disso, viam a apresentação de trabalhos clínicos (tão comumente expostos nas publicações do *Jornal de Psicanálise*) como um “ritual de iniciação” e apontavam a precariedade de discussão entre os vários escalões e a necessidade de termos mais “democráticos de convívio” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 294).

Frente as colocações dos membros, foi proposta a separação em grupos para que houvesse uma discussão mais proveitosa sobre a questão. No grupo coordenado por Leão Cabernite, presidente da SPRJ na época, relatou-se uma dificuldade de se manifestar sobre o tema. Em função de uma atmosfera de ansiedade, o grupo recorre à lógica internalista pensando o conflito como um temor dos mais velhos em relação aos mais jovens, tendo fonte na primeira relação interpessoal mãe-filho. Sem explicitar o possível efeito da presença de Cabernite no grupo, chegam à conclusão de que: “a ansiedade persecutória despertada pelo tema e pela autoridade vista como repressora levou a turma ao impasse e à *tendência à fuga autista – o interior*” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 296, grifos meus). Em contraposição, no outro grupo coordenado por uma futura didata “que se abstém da posição de enfrentar a turma e se limita a anotar o debate”, são relatadas várias queixas: a falta de diálogo, falha nos seminários, bibliografia extensa e programas feitos para atender os próprios interesses dos didatas e não dos alunos. Falam do papel social do psicanalista e da omissão da Sociedade Psicanalítica no que tange à defesa dos interesses da classe e da falta de comunicação com o grande público (SCHNEIDER et al, 1973, p. 296).

Num segundo momento, havendo um consenso sobre a presença de alguns aspectos repressivos na sociedade, afirmam que “o problema devia ser encarado principalmente do ponto de vista da realidade interna, e não apenas como realidade externa pura e simples” (SCHNEIDER et al, 1972, p. 292). E, assim como o adolescente, visto como pouco analisável e desafiador do *setting*, o candidato deveria elaborar seus conflitos edípicos para permitir que os instintos progressistas reinassem sobre os regressivos, protegendo o legado de Freud e a sua instituição.

Tudo dependerá de como o candidato, através de sua análise pessoal, conseguirá elaborar o seu conflito com as outras gerações, que deverá ser analisado e elaborado

em termos de realidade interna, no seu conflito entre analisando e analista, que transferencialmente, repete o conflito psíquico entre pais e filhos [...] se, por um lado, a rigidez do I.P. é inconveniente, a sua modificação, entretanto, não poderia ocorrer no sentido de permitir a destruição da Psicanálise e resultar na formação de candidatos que já não se tornariam psicanalistas (SCHNEIDER ET AL, 1973, p. 302).

Segundo os psicanalistas, a sociedade seria um ambiente construído sob a base da análise pessoal, o que, por sua vez, favoreceria a emergência de materiais inconscientes que deveriam ser analisados e não atuados no seio da Instituição. Frente a essa premissa, permanece o impasse: como poderia uma instituição que tem por finalidade reunir *pessoas analisadas e em análise*, que deveria ter *menor grau de repressão*, ser um local repressivo?. Diante do fracasso da análise pessoal em evitar o *acting out* de elementos inconscientes dos seus membros, afirma-se que os aspectos repressivos da instituição serviriam justamente para “preservar as normas e os conceitos e toda a doutrina da Psicanálise dos ataques destrutivos provindos de seus membros e candidatos, representando limites contra impulsos e fantasias tanáticas” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 293). Assim, os psicanalistas defendem que “algum controle exista, uma vez que não seria possível o *império franco dos desejos e impulsos*, agindo como perturbadores a todo o momento do trabalho, do estudo e de toda relação madura inerente à formação analítica” (SCHNEIDER et al, 1973, p. 298, grifo meu). Dessa forma, o caráter autoritário da instituição defende a Psicanálise do seu próprio inconsciente: se ele não pode ser dominado pelas análises individuais de seus membros, logo, a instituição, com suas regras e estatutos, faria o papel do superego defensor daquilo que está ali para atacá-la.

Por ter sido escrito por membros de diferentes níveis hierárquicos, as sugestões variam entre reforçar a necessidade da ordem, da ortodoxia freudiana, da superação dos conflitos via análise da realidade interna, e estimular a reflexão e autocrítica dos didatas, reconhecendo os candidatos como fonte de criatividade e rejuvenescimento do movimento. A discussão gerou relatórios dos trabalhos apresentados sobre a temática, do qual uma síntese foi publicada pela RBP. Em um desses relatórios, Eduardo Mascarenhas (1973) coloca:

O grupo terminou a discussão pela manhã falando da necessidade de parlamentar, da importância do diálogo livre, aberto, franco, como elemento fundamental para se caracterizar uma não-opressão nas instituições psicanalíticas. Que o clima de segredo, de mistério que envolve decisões de extrema importância para todos os psicanalistas e candidatos, é algo incompreensível, desnecessário e gerador de clima persecutório inevitável (MASCARENHAS, 1973, p. 316).

Mascarenhas (1973) cita temas que deveriam ser abertamente trabalhados e não considerados tabus dentro da sociedade, como o critério de seleção de candidatos, a inclusão ou não de psicólogos, a expulsão de candidatos (que não deveria ser discutido privativamente em reuniões secretas dos analistas didatas). Como um prenúncio do recrudescimento do autoritarismo reinante dentro e fora da sociedade psicanalítica, o mesmo ano presenciou a denúncia feita por Helena Besserman Vianna sobre o candidato da SPRJ, Amilcar Lobo, e seu cargo de médico-tenente do exército. Veremos que, após esse episódio em 1973, seguiram-se anos de intensas discussões, disputas em torno da questão da formação analítica, causando um afrouxamento de algumas visões mais tradicionais e revisões de algumas políticas, assim como a resistência e a defesas das tradições da ortodoxia freudiana.

4.2.2 Candidatos e Didatas resistem

Se, por um lado, o autoritarismo da sociedade mais ampla se reproduziu também no interior das sociedades psicanalíticas (VIANNA, 1994; COIMBRA, 1995), destacamos no Capítulo 2 deste trabalho também a existência de movimentos de contestação e resistência dentro dessas sociedades, com o questionamento dos preceitos da “verdadeira” psicanálise, incluindo o autoritarismo do sistema de formação. Nesse âmbito, destacaremos algumas das lutas, transformações e resistências que fizeram parte desse capítulo da história psicanalítica brasileira, enfatizando especificamente o tema da formação analítica, o poder dos didatas na decisão da qualificação do candidato e a crítica ao alto preço cobrado, que continuava sendo visto como parte da natureza especial da Psicanálise e da qualidade do ensino.

Sobre a questão econômica da formação analítica, Luiz Roberto Candiota (1976) buscou quantificar os investimentos necessários para a formação analítica, com base na política adotada pela SBPSP²¹⁶. Baseado na vida de um “profissional liberal” da sociedade brasileira de 1975, ele considerou que o “psicanalista investe 40% de suas ‘horas remuneráveis’ e 60% de suas ‘horas não remuneráveis’ no esforço requerido à sua capacitação profissional”. Ao monetizar essas horas (em Cruzeiro de 1976), o investimento necessário para a formação de um psicanalista seria da ordem de Cr\$ 1.000.000. Partindo dos dados e comparando-os com os custos de vida daquele momento, conclui que “somente uma

²¹⁶ De acordo com ele, na SBPSP adotavam-se os mesmos requisitos para formação analítica exigidos por outros 49 Institutos, localizados em 33 países das sociedades filiadas a IPA ao redor do mundo: a pré-seleção individualizada, curso superior completo, cinco anos de análise didática, quatro anos de cursos teóricos, trabalhos escritos sobre temas teóricos e clínicos e análise supervisionada por média de dois anos.

percentagem muito reduzida de brasileiros possuem níveis de renda compatíveis com investimento monetário de tal ordem²¹⁷” (CANDIOTA, 1976, p. 10).

Tantas qualificações, adicionadas a uma perspectiva de importantes sacrifícios, tanto de ordem de esforços econômicos-temporais quanto de investimentos monetários, fazendo com que, partindo de uma renda mínima disponível de cerca de Cr\$ 470.000, poder-se-ia antecipar uma redução desta renda à metade, adicionando-se a este fato o emprego de 60% de nossas “horas não remuneráveis” durante o último ano de nossa formação, conforme está detalhado no Anexo F, sugerem que, talvez, a formação de um Psicanalista seja algo, *de fato, muito especial* (CANDIOTA, 1976, p. 11, grifo meu).

Além disso, o psicanalista destaca que as demandas (também financeiras) para a formação não ficavam restritas ao candidato:

Alguns colegas casados me informam algo que parece ser uma necessidade vivida pelos mesmos de forma muito intensa, isto é, a análise pessoal do cônjuge como um dos requisitos para manutenção do casal como unidade familiar, o que poderia vir a aumentar seu investimento monetário no período de formação, em cerca de Cr\$ 264.000, sendo estimada 300 cruzeiros a sessão (CANDIOTA, 1976, p. 12).

A informação de Candiota é condizente com a crítica ao elitismo da formação analítica vinculada na revista *Rádice* em 1981, apontando a análise didática como o elemento mais custoso do investimento psicanalítico:

[...] a formação de um psicoterapeuta desta linha é extremamente cara. É certo, é caríssima; com menos de 40 mil cruzeiros mensais um profissional já formado em universidade não conseguirá continuar seus estudos, agora especializados, na “ciência do inconsciente”. Isto porque é indispensável, também, que o futuro analista faça a sua terapia pessoal, a custos bastante elevados, na forma denominada “análise didática”, singular modalidade terapêutica oferecida e controlada pelas associações psicanalíticas. Sobre essa formação repousa uma série de graves divergências (RALPH, 1981, p. 10)

Sendo a formação analítica mais “dispendiosa em termos econômicos do que aquela vivida pelo estudante que tenta seu Mesters (sic) Degree, ou Ph.D., em universidade dos Estados Unidos”, o psicanalista ainda oferece uma alternativa (também restrita a uma elite brasileira), que seria a formação analítica no exterior, “pois estou informado que tanto nos Estados Unidos, quanto na Inglaterra e na Argentina, os custos de análise e supervisão para candidatos em formação é cerca de 66% a 50% dos honorários usuais cobrados no Rio e em

²¹⁷ Para se ter ideia mais clara do elitismo no acesso à formação analítica, Candiota complementa que “o Censo efetuado pelo IBGE em 1970 indicou que, quando o salário mínimo era de Cr\$ 187,00 por mês, existiam cerca de 133.000 habitantes no estado de SP com renda superior a Cr\$25.000,00 por ano” e que seriam apenas “2% de seus habitantes economicamente ativos com uma renda pessoal anual, em termos de cruzeiros do início de 1976, equivalente a Cr\$ 100.000” (CANDIOTA, 1976, p. 10).

São Paulo” (CANDIOTA, 1976, p. 16). O que, de fato, levou muitos analistas a buscarem suas formações na Argentina e na Inglaterra²¹⁸. Escrevendo sobre o assunto pela segunda vez, em 1983, o psicanalista chama atenção para o problema relativo aos honorários da análise e da supervisão e muda seu tom ao afirmar “tal critério (o do dinheiro que não se pode ganhar) desfavorece tremendamente aqueles que precisam trabalhar, e ganhar, para viver, favorecendo, portanto, os dependentes ou os afortunados” (CANDIOTA, 1983, p. 16).

Em São Paulo, a revista *IDE* de 1976 traz informações sobre a existência de uma Associação de Candidatos, criada ainda em 1970. Segundo a publicação, “havia na época uma inquietação dos candidatos em diversas áreas [...] como a econômica²¹⁹, mas também da própria técnica e linha de pensamento analítico” (FAVILLI, 1976, p. 29). Buscando assumir um papel que os candidatos não costumavam ter, a Associação de Candidatos organizou a visita a São Paulo de André Green, que foi entrevistado para a revista *IDE*.

Houve uma certa repercussão da visita do Green porque ele chegou aqui não sabendo que tinha sido convidado por uma Associação de Candidatos, o que não era comum. Qual não foi nossa surpresa quando vimos que ele estava procurando os didatas. E os didatas não apareceram. Pelo que me lembro, apenas o Ferrão compareceu à palestra. Nós estávamos, também na *ide*, questionando o ambiente muito fechado dentro da Sociedade que, por sua história, se organizou dentro do modelo britânico de pensamento psicanalítico (HAMER et al, 2015, s/p).

Porém, segundo o relatório, após uma conquista econômica por parte dos candidatos, ocorreu um esvaziamento das mobilizações e “um processo, não de combate do Instituto a ela [mobilização], mas, pelo contrário, de uma espécie de *absorção* de funções da Associação pelo próprio Instituto e Sociedade” (FAVILLI, 1976, p. 30, grifo meu), com ações como a eleição de um representante de aluno no pré-congresso de didatas e colaborações na RBP. Em 1978, os analistas didatas realizaram o IV Pré-Congresso Didático para discutir “A Importância e a Necessidade das Associações de Candidatos”. Percebe-se, dessa forma, que diante da mobilização dos candidatos, os didatas demonstram consenso, mas também se articulam assumindo um controle em relação aos membros mais novos e ativos.

A esse respeito, Gecel Szterling, diretor da SBPSP na época, coloca que a estrutura antiga sob o manto tutelar dos didatas não correspondia mais à necessidade do grupo e precisava “desenvolvê-la no sentido de poder *conter* principalmente os vários grupos políticos e científicos da Sociedade” (FAVILLI, 1977, p. 34, grifo meu). Neste sentido, lembremos que o Movimento Estudantil também começa a ser desarticulado na década de 1970 e substituído

²¹⁸ Especialmente os cariocas. Em 1943, Alcyon Bahia foi a Buenos Aires fazer sua análise com Garma, e em 1946 Marialzira e Danilo Perestrello e Walderedo de Oliveira foram à Argentina.

²¹⁹ Com a vinda de Frank Philips a São Paulo, houve um aumento dos honorários dos analistas didatas.

por células aliadas ao governo. Visando essa “contenção”, Szterling destaca as “propostas da reunião administrativa do simpósio comemorativo de 25 anos da SBPSP”, como a preservação do didata especificamente para a função fundamental de analisar, uma vez que a prática de poder pode comprometer sua função e levar a “uma confusão no que seria a prática do saber e a prática do poder” (FAVILLI, 1977, p. 33).

Dentro de tal contexto de pressões externas e internas nas sociedades psicanalíticas cariocas, percebemos a revisão das posições de alguns dos psicanalistas representantes do movimento da “psicanálise oficial”. Em São Paulo, Luiz de Almeida Prado Galvão publica um texto sobre os critérios para qualificação de analistas-didatas, fazendo uma revisão do que apresentou no seu trabalho de 1967. Galvão defende que discussão de quem estaria apto a exercer e ensinar a Psicanálise deveria ser constante, para que as instituições psicanalíticas não se tornem uma *Weltanschauung*, encerrando-se “numa espécie de religião ou ideologia política, totalitária, que tem resposta e explicação para tudo [...] onde as instituições são sagradas, com suas castas hierarquicamente e rigidamente separadas” (GALVÃO, 1976b, p. 168).

Não é para isto que estamos hoje reunidos? Para verificar se são observáveis evidências de que nossas instituições de ensino não estão apresentando um caráter ultraconservador e repressivo. Para julgarmos em nossa troca de idéias e informes se nossos Institutos não estão desempenhando predominantemente o papel da Política e da Igreja, quando se aferram à idéia de serem os guardiões, os defensores de um moralismo que não tolera valores novos ou experiências novas (GALVÃO, 1976b, p. 170).

Já no Rio de Janeiro, Leão Cabernite, que não restringiu a circulação de suas ideias somente ao território nacional, publicou o texto “*The selection and function of the training analyst in analytic training institutes in Latin America*” em 1982 na *Contemporary Psychoanalysis*, indicando que ainda contava com importante respeitabilidade também fora das terras brasileiras. Nesse trabalho, Cabernite se propõe a levantar as vantagens e desvantagens do processo de formação analítica focando na questão da luta por poder dentro da instituição. Para tal, além de considerações provindas da sua própria experiência como analista didata, ele traz informações coletadas em questionários enviados às sociedades da América Latina, primeiramente em 1975, quando foi coordenador de formação-treinamento da COPAL e novamente em 1980²²⁰.

²²⁰ Na primeira parte do trabalho, Cabernite apresenta uma visão geral da formação analítica nas sociedades da América Latina. De acordo com os dados, o número de candidatos teria crescido de 451 para 658 entre 1975 e 1980 nas sociedades da América Latina, sendo um aumento de 59%. Além disso, entre 1970 e 1980, o movimento psicanalítico na América Latina teria crescido até 100% e duplicado seu número de analistas. As

No texto, Cabernite reconhece que a rigidez das sociedades psicanalíticas em face a um “inimigo externo comum” pode ter ajudado a fecharem-se em si mesmas, devido ao instinto de sobrevivência e a preocupação em manter os altos padrões. Disposto a discutir as problemáticas em torno da figura do analista didata e da precarização da vida científica da sociedade, afirma que o excesso de política na seleção dos candidatos à formação resultava na perpetuação de certos grupos no poder, e o modelo de “sociedade secreta” criaria uma ideia mágica ou messiânica do analista. Ele ainda parece reconhecer os efeitos geracionais dessa dinâmica de poder na transmissão da Psicanálise e formação:

Eu não sou contra conservadorismo como uma forma de manter a qualidade. Mas, eu acredito que se continuarmos a estimular uma coesão defensiva nas sociedades com desconfiança excessiva, nós provocaremos um descontentamento que irá aumentar o ‘fechamento’ na sociedade e *refletir na análise dos nossos candidatos*. Com sorte, existem poucos analistas didatas que mantêm candidatos em uma análise interminável em função de suas urgências patológicas de manter o poder (CABERNITE, 1982, p. 15, grifos meus).

É interessante notar a mudança no tom do discurso de Leão Cabernite, levando em consideração seu papel de representante da tradição da ortodoxia freudiana no Brasil e da formação psicanalítica nos moldes tradicionais, mas também em função de sua posição polêmica frente aos escândalos envolvendo Amilcar Lobo, que levou a divisão interna da SPRJ. Um ano depois, Pellegrino (1983, p. 12), já reintegrado à sociedade que o expulsara, afirma ter havido uma “substancial rarefação do poder autoritário que aqui era exercido” e destaca que, após 27 anos de existência, “é esta a primeira vez, na vida da SPRJ, que se discutem, em profundidade, os temas referentes à formação analítica e, em particular, à transmissão da possibilidade de analisar, através da análise didática” (PELLEGRINO, 1983, pp. 11-12).

Porém, dentro desse campo em disputa, frente às demandas de reformas e abertura do controle exercido pela velha guarda psicanalítica, havia psicanalistas preocupados que as propostas de mudanças e as reformulações teóricas e técnicas da época poderiam ser prejudiciais à Psicanálise. É o que sugere Mário Pacheco de Almeida Prado ao recomendar

taxas mais altas de crescimento em número total de analistas foram em São Paulo e na SPRJ, com 98% de crescimento cada. Esses números corroboram com a ideia do *boom* psicanalítico (COIMBRA, 1995; RUSSO, 2012) e da existência de um “mercado psicanalítico” (MARTINS, 2004), e apontam como neste período, de todos os países da América Latina, o Brasil foi o que apresentou maior demanda para formação analítica. Segundo Cabernite (1982), alguns fatores teriam influenciado a “demanda e oferta do processo de formação”, como o tempo de existência da sociedade, os desenvolvimentos culturais e a condição socioeconômica locais. Contudo, ele não chega a explicar quais desenvolvimentos culturais e nem quais particularidades socioeconômicas poderiam ter causado o aumento do interesse brasileiro nas cidades citadas, somente comenta sobre o aumento da demanda de formação na SPRJ, pois em 1979 a sociedade começou a aceitar psicólogos para formação, e porque ela estava fechada para novos membros, tendo reaberto sob novas regras em 1982. Sobre o motivo do fechamento temporário da sociedade, não há nenhum comentário.

“pensar mais se depois destas tarefas não se estaria *descuidando da própria psicanálise*” (PRADO, 1977, p. 33, grifo meu).

Para defender a “própria psicanálise”, Laerte Ferrão, presidente da SBPSP na década de 1970, recorre à “análise selvagem” para pensar as renovações/transformações do campo enquanto um problema emocional, o que não ocorreria com bons analistas. Nesse sentido, comenta sobre a questão da assepsia do *setting* analítico, que será amplamente criticada pelos psicanalistas a partir da década de 1980:

Aqueles que postulam a preservação do “setting” analítico para afastar, dentro do possível do humano, os *fatores estranhos que podem criar penumbras e deformar os dados clínicos* que surgem no decorrer do processo analítico, são, não poucas vezes, chamados de “fóbicos”, “puristas”, “rigoristas” e assim por diante, pois não devemos esquecer que temos o recurso da interpretação “salvadora”. Mas eu pergunto se depois da descoberta do antibiótico já não temos mais necessidade de fazer o uso da assepsia? (FERRÃO, 1970, p. 310, grifos meus).

Comparando com “fatores estranhos”, Ferrão cita as modificações da técnica analítica “tendentes a *adaptar* a psicanálise às exigências da sociedade atual” e a aplicação da psicanálise que pretende “resolver os problemas sociais”. Todos esses perigos, que poderiam levar a Psicanálise a se tornar uma “visão de mundo”, revelariam a presença de fatores emocionais que, racionalizados, confundem o progresso vislumbrado pelo seu modelo de Psicanálise e instituição. Assim, lança seu desgosto com os novos arranjos de formação psicanalítica que se multiplicavam naquele momento, alertando que candidatos que ainda não possuem desenvolvidas as qualidades do bom analista, podem cair em “erros mais comuns” e deformações que comprometem a técnica psicanalítica, como aplicar a chamada “técnica da psicoterapia”, atendendo menor frequência de sessões, não usando o divã e fazendo interpretações “extratransferenciais” (FERRÃO, 1970, p. 313).

A resistência ao movimento de reformas aparece também em relatos como o do psicanalista Ronaldo da Silveira (1983), ao afirmar que a análise didática estava sendo atacada e que seus detratores pareciam querer dissociar o ensino teórico da sua prática com discursos reativos ao saber oficial. Segundo ele, as propostas não seriam da ordem do pensamento crítico, pois possuiriam uma estrutura conservadora de matriz idealista e de ideologia liberal democrática, constituindo-se no discurso dominante da intelectualidade. David Zimmermann diz que essa diferença ideológica geracional apontada por Silveira estaria afrouxando lentamente a “tradição implantada pelos pioneiros ou primeira geração de analistas” e assim, dos “padrões mínimos da Psicanálise (ZIMMERMANN, 1982a, p. 57). O problema que tal afrouxamento causaria é apontado por ele mesmo: “a coesão do grupo e sua

unidade real ou aparente, tendo como centro os analistas pioneiros, se vai desfazendo progressivamente” (ZIMMERMANN, 1982a, p. 58). Nesse sentido, mostra-se um defensor da estrutura hierárquica da formação e da centralidade do analista didata: “O analista didata é uma figura de importância máxima no Instituto e Sociedade psicanalítica”, e continua:

Com a idéia diretriz de “democratização da psicanálise” – no fundo da qual existem intensas disputas de poder não muito disfarçadas – pretende-se que toda pessoa capaz de analisar possa, em princípio, tornar-se analista didata! Com esta visão distorcida da realidade dos fatos, torna-se analista didata, responsável pela análise pessoal de candidatos, qualquer colega que tenha obtido o “status” de membro efetivo. [...] A crescente deterioração, porém, não fica só nisso. As análises pessoais de muitos candidatos de institutos de Psicanálise que se seus regulamentos exigem explicitamente cinco ou quatro sessões semanais são reduzidas a três ou menos a duas sessões semanais (ZIMMERMANN, 1980, p. 37).

Ao mesmo tempo em que defende a centralidade do analista didata, o psicanalista está ciente dos problemas que envolvem os critérios para a seleção desta posição: “ninguém realmente sabe como analistas didatas são escolhidos” (ZIMMERMANN, 1983, p. 108). O psicanalista assume que as escolhas eram baseadas em relações de poder e elementos como “anos de atividade como membro efetivo” ou experiência com ensino e publicações científicas, mas que esses não eram essenciais. Os requisitos para alcançar a posição não estão escritos e, caso estejam, se mostram vagos e genéricos, sendo difícil capturar sua extensão ou significado completo, “*mas talvez isso é como devia ser*” (ZIMMERMANN, 1983, p. 108, grifo meu).

Possivelmente eles não são públicos porque seria aparente que a seleção de analistas didatas é, de fato, baseado na simpatia, catatimia, idealização, o óbvio ou oculto narcisismo do líder, a necessidade de reforçar a dominação de um subgrupo ou efeito de negociação com diferentes subgrupos, a manutenção da distribuição do poder (instável) entre grupos ou entre as suas combinações. Ao mesmo tempo esses critérios não excluíam a possibilidade que a seleção seja guiada pela capacidade analítica ou o analista, sua produção científica, sua capacidade de confrontar novas idéias, sua habilidade de manter e melhorar o movimento psicanalítico em um alto nível, seus valores éticos e integridade moral (ZIMMERMANN, 1983, p. 108).

Um contraponto à visão de Zimmermann, e que mostra a tensão e disputa política e teórica no debate da formação, pode ser visto no trabalho de 1985 de dois psicanalistas da quarta geração da SBPSP, Chaim José Hamer e Odilon de Mello Franco Filho. Os psicanalistas afirmam que “o analista ‘formado’ não existe, é uma virtualidade”, e que os “institutos de psicanálise são elementos fundamentais para se compreender os aspectos ideológicos presentes nas estruturas institucionais psicanalíticas” (HAMER & FILHO, 1985, pp. 270-271). Os psicanalistas questionam o reducionismo psicológico que deslegitimava e

despolitizava os problemas da formação, no qual relações na instituição e no *setting* analítico se misturavam:

o clima de desconhecimento atribuído ao inconsciente é transferido para as relações com os candidatos [...], as atitudes dos candidatos em relação a vários aspectos da vida da instituição são encaradas com reserva, como se o seu pensamento fosse global e permanentemente regressivo, numa confusão com a regressão verificada na relação analítica. Como decorrência, os candidatos são pouco chamados a opinar sobre a formação que estão tendo. [...] Muito freqüentemente posições grupais dos candidatos são “interpretadas” como acting-out e não em função do contexto de relações institucionais em que elas surgem. Com essa “redução psicanalítica”, a imagem da instituição fica sempre preservada e a crítica feita vai por conta da psicopatologia (HAMER & FILHO, 1985, p. 274).

Assim, colocam que se o candidato se comportava “regressivamente”, seria mais como um efeito da exigência de filiação e do medo de prejudicar sua formação do que da própria situação analítica.

Os candidatos se comportam de fato, regressivamente, em várias oportunidades: esperam do instituto a qualificação como analistas, como algo que lhes vem de fora, bastando seguir as regras. Há medo de se posicionar frente ao sistema pedagógico, pois isso “pode prejudicar a qualificação”. Os candidatos tendem a se “filiar” a determinados professores ou a “escolas” de seus analistas. Nestes casos, pareceria que a transferência ocorrida na análise não foi adequadamente elaborada, transbordando do *setting* para a instituição (HAMER & FILHO, 1985, p. 274).

Rompendo com a análise selvagem de Freud, os psicanalistas evitam tratar o grupo-instituição como se fosse um paciente a quem se dá uma interpretação psicanalítica, pois entendem que a transposição direta de conceitos psicanalíticos para situações de grupo revela uma atitude ideológica que busca instituir o poder fora do *setting* analítico (HAMER & FILHO, 1985, p. 271). Pela perspectiva da análise institucional, os psicanalistas propõem que certas linhas de poder organizavam uma estrutura que transmitia a ideia de que a instituição psicanalítica seria diferente das outras, que teria uma formação de caráter especial na qual o poder se atribui à função dos analistas didatas de “gerar” novos membros. Essa estrutura de poder seria implícita graças a um consenso entre seus membros e validava-se por meio de formulações racionalizadoras que escondiam a realidade institucional. Sob a aparência de uma estrutura simples, organizava-se um “contexto muito complexo de relações grupais, cujos objetivos podem não coincidir necessariamente com os da Psicanálise” (HAMER & FILHO, 1985 p. 277).

Postulamos que o poder neles se constitui através da possibilidade de qualificar as pessoas como analistas, assegurando-se assim a manutenção das Sociedades Psicanalíticas. Tomando-se como pressuposto que a análise didática é o ponto nuclear da formação analítica, caminhamos para a asserção de que a mesma pode

servir como elemento-chave de uma linha de poder que definirá não só a qualificação ou não do candidato como analista, mas também a forma como este se relacionará dentro da instituição (HAMER & FILHO, 1985, p. 273).

Já Luiz Py Mello e Silva, psicanalistas da SBPSP, destaca que “formação” subentendia a ideia de “dar uma forma” ao psicanalista, uma padronização, dentro de um modelo no qual ele deverá se expandir e moldar-se, ficando formado “à imagem e semelhança de Deus, ou do presidente da Sociedade de Psicanálise” (SILVA, 1982, p. 22). A formação ofereceria ao indivíduo a conquista de um saber já estabelecido, estruturado, possuído pelos donos do poder. Assim, ele indica a contradição entre a formação, a instituição e a própria psicanálise, que propõe ao indivíduo que se descubra, se construa, se crie (SILVA, 1982, p. 23).

Segundo Pellegrino (1982a), a instituição psicanalítica, valendo-se de tal formato de análise didática na qual o analista didata ocupa o lugar específico de duplo poder, favorece o que ele chama de “produção fantasmática”, que gera e eterniza “as relações do tipo senhor-escravo, dominador-dominado, explorador-explorado” (PELLEGRINO, 1982a, p. 38). Em tal modelo de formação, o candidato se transformaria em objeto do desejo da sociedade, uma vez que deseja o seu desejo (eu quero que me queiram). Pellegrino explica que:

Na medida em que o candidato se torna objeto do desejo da sociedade que ele procurou, instaura-se em sua análise, já que o didata é o representante plenipotenciário da sociedade, uma relação imaginária, dual, especular, narcísica, que é o contrário de qualquer situação psicanalítica válida (PELLEGRINO, 1982a, p. 39).

Assim, Pellegrino sugere que, se não há diferença qualitativa ou estatuto próprio que distinga a análise terapêutica da análise didática, não haveria por que existir a categoria especial de analista didata. Qualquer analista filiado à IPA poderia assumir a análise didática, acabando com o baronato²²¹ e ampliando a liberdade e a privacidade das análises dos candidatos. Sendo uma análise didática, em sua essência, uma análise terapêutica, o analista deveria ocupar o lugar do vazio simbólico para que o desejo do sujeito possa emergir. Nesse sentido, relembra e explica a ideia de Bion, no qual o analista deve trabalhar *sem memória e sem desejo*²²²:

²²¹ O que Pellegrino chama de baronato é “o uso possível da investidura didática como instrumento de poder e pecúnia, com graves prejuízos para a formação psicanalítica” (Pellegrino, 1982a, p. 39).

²²² Destacamos o uso da expressão “sem desejo e sem memória” nas sociedades psicanalíticas relativa a recomendação de uma postura asséptica do analista com seu paciente, despolitizando questões políticas e sociais em nome de uma suposta neutralidade analítica (RUBIN, MANDELBAUM E FROSH, 2016). Aqui, o que Pellegrino indica é justamente o contrário, em uma situação na qual os analistas didatas trabalhavam justamente “encharcados” de memória e de desejo nas análises didáticas de seus candidatos.

Memória e desejo, na análise, compõem um discurso feito – e perfeito. Nesta medida, trata-se de um discurso saturado, fechado, impermeável ao advento de novas significações e, por tanto, à verdade do desejo. Ausência de memória e desejo é o que prescreve Freud, com severidade, quando pede do analista que preserve, a todo custo, a regra da abstinência. [...] A abstinência é luta e disciplina em favor da sustentação do vazio do simbólico, sem o qual a transferência é perturbada e a obra analítica desfigurada (PELLEGRINO, 1982a, p. 38).

Contudo, o psicanalista denuncia o problema de instituições como a SPRJ, que contrariariam a própria recomendação bioniana do “sem memória, sem desejo”, tornando a análise didática fortemente institucionalizada, na qual “o analista didata, quer o queria, quer não, trabalha encharcado de memória e de desejo, jungido por estatutos, regulamentos e regimentos que definem, quadriculando-a, sua condição de didata” (PELLEGRINO, 1982a, p. 38). Adiciona ainda a crítica à instituição da qual se encontrava banido: “no caso do SPRJ, uma tal condição *deformante* chega ao requinte de transformar o analista no *juiz do seu candidato*” (PELLEGRINO, 1982a, p. 38, grifo meu). É o que ele diz a Lyra (1983), quando este, na mesa redonda sobre a “Psicanálise de hoje”, conta que um paciente seu com cinco anos de análise foi liberado pelo Conselho e pela Comissão de Ensino para a formação analítica, sem a sua autorização. Conta o psicanalista: “eu era analista dele e sabia que ele não podia ser analista, não tinha condições”, por ter “um certo grau de atividade homossexual ego-sintônica” (PELLEGRINO et al, 1997, p. 97).

Horus Vital Brasil, da SPID, instituição psicanalítica carioca que rejeitava a ortodoxia ipeísta, explica o porquê via como problemática a análise didática com o analista didata como figura central e responsável por funções terapêuticas e avaliativas:

Estabelecem-se “rituais seletivos” na própria organização institucional que tendem a escolher membros mais dependentes e dóceis, que facilmente abdicam de uma autonomia de pensamento, porque estão justo na busca inconsciente de uma autoridade guia. Quando o analista, na instituição autocrática, é mais o representante institucional que o clínico que se dobra sobre as significações produzidas na relação com o seu cliente, a imagem do pai, [...] é institucionalizada, reforçando a ilusão de realização transferencial, exigindo identificação ideológica, e impedindo na análise didática a introvisão e o desdobramento de um processo de descoberta (BRASIL, 1982, p. 38).

A consideração de Brasil é semelhante a de Pellegrino quando afirmam que o analista na análise didática está em aliança com a instituição e em detrimento da aliança terapêutica. O analista “tem que negar a resistência e transferência, ou mal analisar, para prover, no modelo disciplinador, o ‘bom analisando’ como ‘bom membro’ obediente, bem doutrinado nos pressupostos ideológicos da instituição” (BRASIL, 1982, p. 39). Dessa forma, apontavam que a formação analítica nos moldes tradicionais atuava como uma deformação

analítica, comprometendo a livre descoberta do desejo e da verdade inconsciente do candidato, garantindo que o processo fosse seguido por todos de uma forma homogênea, sem muitas digressões ou mudanças que pudessem ameaçar os preceitos básicos da disciplina, a “respeitabilidade” e hegemonia do grupo que herdou a “verdadeira” Psicanálise de Freud.

Nesse sentido, pareceria simples supor que as instituições que não se abrigam sob a tutela da IPA teriam uma liberdade maior para não caírem em formatos semelhantes comprometendo a experiência da transmissão analítica, e não repetindo o que buscavam justamente combater, o que na prática nem sempre se verificou. Mesmo com tantos trabalhos críticos, percebe-se que as sociedades “independentes” pouco rouparam com um funcionamento conservador criticado nas ipeístas, como veremos a seguir.

4.2.3 As independentes no rastro da IPA

Para ilustrar como se deu na prática a formação analítica nas sociedades não vinculadas à IPA, iremos aqui explorar o caso de duas instituições, o Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG), inicialmente afiliada aos preceitos do Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda e a proposta do Colégio Freudiano, que começa a se institucionalizar em 1975.

O CPMG trazia um discurso combativo a respeito do autoritarismo na instituição psicanalítica. Ao abordar a questão, Jarbas Portela, presidente do CPMG em 1979, anuncia que irá falar “com desejo e com memória” (PORTELA, 1979, p. 41):

Ora, sabemos que o “a partir de Freud” não tem direção unívoca. Muito ao contrário. Sabemos que não há uma única leitura, nem um único Freud. Muito ao contrário. *Ter isto em mente é importante para impedir que nosso CPMG se torne um grupo autoritário.* Os grupos autoritários necessitam e criam um texto ideológico, dão-nos por acabado, aspiram à univocidade, à unanimidade. Isto poderia ser a característica de um grupo freudista, não de um grupo freudiano [...] Isto porque o texto freudiano não nos oferece certa verdade-certeza, como ocorre no terreno ideológico e religioso, onde verdades-certeza podem ser decididas até por vocação (PORTELA, 1979, p. 56, grifo meu).

A desvinculação da IPA e o proposto pluralismo teórico não necessariamente trouxeram uma novidade ou o desprendimento para o modelo de formação analítica tradicional; pelo contrário, as discussões indicam que o CPMG acabou por seguir modelos semelhantes mesmo sem a exigência da vigilante IPA. O *Boletim Científico do CPMG* publica em 1973 o depoimento de um de seus membros, Izidoro Eduardo Americano do Brasil, denunciando a falta de participação dos alunos em formação nas comissões, a existência de uma atitude “dependente-passiva” por parte dos alunos e “repressora-regressiva” por parte do Círculo. Na opinião dele, “o Círculo espera que os alunos sejam bons analistas, tenham

conhecimentos da técnica, sejam “comportados”. A agressividade dentro do grupo não suporta elaboração; ela é reprimida” (BRASIL, 1973, p. 19). O psicanalista faz, então, demandas semelhantes às que fizeram os candidatos da SPRJ também em 1973, na ocasião que expusemos anteriormente: a entrada de alunos nas comissões de decisão, definição administrativa mais clara e democrática, menos formalidade entre os analistas e uma maior aproximação de interesses comuns.

Até 1977, não havia um estatuto com critérios para indicação de didatas no CPMG, nem comissão de seleção de novos membros. Em 1977 é divulgado o Regimento da Comissão de Ensino com os requisitos para formação, que compreenderia cinco anos letivos de estudos teóricos, com exigência de frequência de 70%, supervisão como condição para promover-se ao quarto ano por 36 meses. Para a seleção de novos candidatos, eram exigidos dois anos de formação em curso superior em Medicina ou Psiquiatria, Psicologia ou curso de técnicas projetivas como Rorschach. O candidato devia ter menos de 45 anos e completado pelo menos um ano de análise com analista didata do CPMG. Além disso, eram “levadas em conta as condições pessoais de *integridade de caráter e maturidade de personalidade*, assim como aptidão para o exercício da psicanálise e adequação para a formação” (Regimento, 1977, p. 17, grifo meu). Já para a indicação de futuros analistas didatas, a necessidade era comunicada pelo CPMG e os interessados podiam se candidatar para o processo de seleção que ficava a cargo da Comissão de Análise Didática, passando por entrevista individual com cada membro e com todos os membros da comissão coletivamente.

Percebemos, assim, que a estrutura básica do sistema de formação é praticamente idêntica ao formato das sociedades ipeístas. Além disso, há também a defesa da centralidade da análise didática na formação. É o que vemos na afirmação de Antonio Franco Ribeiro da Silva:

Creio que é a análise didática, com os seus problemas, que estrutura e dá corpo à sociedade ou ao Instituto. [...] Quem ensina psicanálise e não vive o conflito da análise didática jamais chega a se constituir numa sociedade psicanalítica e nem a formar psicanalista. O psicanalista se forma na análise didática (SILVA, 1980 p. 35).

Contudo, Silva reconhece que “uma boa análise seja privilégio do didata” e que o Círculo Brasileiro de Psicanálise teria acertado ao “ao autorizar às suas Unidades, desde o Congresso de Belo Horizonte em 1978, a considerar a critério destas, válidas para a formação as análises feitas por membros efetivos ou titulares” (SILVA, 1980 p. 36). Em 1983, o psicanalista Javert Rodrigues ressalta a importância dos estatutos, uma vez que com o crescimento da instituição “as relações já não se pautam por atitudes familiares e informais”,

devendo haver uma reflexão “com o propósito de torná-la mais adulta e democrática” (RODRIGUES, 1983, p. 28). Com vistas a isso, considera que as estruturas atuais de poder, com o acúmulo da função didática e o poder institucional nas mãos do analista didata são “uma ameaça reacionária de paralisar a evolução, crescimento e manutenção da instituição” (RODRIGUES, 1983, p. 28). O psicanalista critica o sistema de formação adotado pelo Círculo Brasileiro de Psicanálise, comparando o modelo que diz ser regulamentador e repressivo com o momento político brasileiro:

Quero ressaltar um aspecto que chama a atenção no regimento do CBP proposto que é uma verdadeira compulsão a regulamentar nos mínimos detalhes, todo e qualquer aspecto da atividade no nível federal e regional. Não há brechas ou claros a serem pensados ou formulados pelas Unidades Integrantes. Está tudo pensado, resolvido, acabado... Morto! Não há lugar para qualquer questionamento ou inovação e se porventura houver algum, este somente poderá situar-se na CNFP (CAD), isto é, ao nível dos Analistas Didatas. Não consigo deixar de estabelecer um paralelo entre esta ordenação das coisas tal como é proposta, e é bom ressaltar, até agora vigentes com o Modelo Institucional Autocrata, autoritário, centralizador, que se implantou neste país após 1964 (RODRIGUES, 1983, p. 34).

Por fim, ao citar os movimentos de abertura da sociedade maior, o psicanalista reflete que “o momento é o da criação de direitos de participação de todos os psicanalistas em todos os níveis da sociedade”, buscando uma instituição psicanalítica na qual todos seus membros possam ter “igual participação no poder, nas decisões e execuções, e conflitos e diferenças não são tomadas como um perigo, mas uma forma de existência coletiva” (RODRIGUES, 1983, pp. 29-30). Também em um clima de disputas dentro do CPMG, que começava a se colocar contrário aos regimentos do CBP, em 1980, alguns psicanalistas rompem com a instituição e fundam o Colégio Mineiro de Psicanálise, elaborando uma carta de inauguração “dramática e marcante” (BARRETO, 1999, p. 208). O novo Colégio se propunha a:

[...] representar, em nosso meio, uma ruptura com a hierarquização rígida e autoritária das associações psicanalíticas. Terá organização democrática e na tentativa de defrontar os complexos problemas resultantes da institucionalização, recorrerá ao magnífico legado de Freud. É nossa meta fazer do Colégio Mineiro de Psicanálise uma instituição que se analise (BARRETO, 1999, p. 178).

Ralph transcreve a carta de fundação do Colégio Mineiro de Psicanálise, que leva o título de “Análise didática, uma relação de pai para filho”. A carta inicialmente crítica a lógica do discurso familiarista da formação, afirmando que uma análise dessa natureza ofereceria “uma compensação a mais”, sendo o analisando um filho profissional que irá um dia se tornar dono das empresas de seu pai. Outro elemento que a carta traz, explorado particularmente por alguns psicanalistas ligados a vertente freudo-marxismo, foi a visão de que as sociedades

psicanalíticas organizavam-se como feudos, chamados “*Freudos* do saber” e estariam passando por uma transição ao modelo “capitalista”, sendo essa passagem considerada “um avanço histórico e social para a psicanálise brasileira” (RALPH, 1981, p. 12).

A Psicanálise até bem pouco tempo atrás tinha um sistema organizacional bastante semelhante ao feudalismo. As associações viviam em torno de um Senhor, e continuamente legitimavam e expandiam seu saber e seu poder. Eram todos “seguidores”, apóstolos de uma determinada eminência, e a ele rendiam seus préstimos. Em troca, legitimavam a sua própria existência [...] pelo menos no Brasil, sente-se que a velha estrutura não está a suportar suas próprias contradições, e com a inauguração de novas associações, moldadas segundo uma visão capitalista, vêm decrescer sua importância e poder social (RALPH, 1981, p. 11).

A instituição acaba por encerrar suas atividades quatro anos depois. Segundo Barreto, “o mérito inicial do Colégio foi o questionamento da análise didática tal como existia no Círculo: nos moldes da IPA e privilegiando a autorização do didata. Por outro lado, o que detonou o fim do Colégio foi a determinação de verificar as análises pessoais” (BARRETO, 1999, p. 209). Pensando sobre o fracasso em “verificar as análises pessoais”, passamos ao segundo caso de experiência institucional que buscou a quebra com o autoritarismo do modelo ipeísta, proposto pelo movimento lacaniano.

No Brasil, esse movimento emerge vinculado aos movimentos contraculturais de 1968, uma vez que a psicanálise lacaniana é “aportada como uma espécie de herdeira dos anos de neo-vanguarda cultural, do Cinema Novo, do neoconcretismo e da Tropicália” (DUNKER, 2015, p. 162).

Segundo Milan, dois aspectos em Lacan favoreciam uma aproximação com o Brasil: a valorização do pensamento francês em nossa cultura, [...] e seu libelo contra o autoritarismo da IPA – em especial à seleção e formação de candidatos – que na década de 1960 ficava associado aqui ao autoritarismo do governo militar. De nossa parte, acrescentaremos que fervilhava nessa época um movimento contracultural mundial, que pregava acima de tudo a liberdade, e questionava todos os valores estabelecidos. O Brasil, embora amordaçado pela ditadura, não foi exceção (VALE, 2003, p. 118)

Em “Notas sobre os dez anos do Colégio Freudiano”, o psicanalista Potiguara da Silveira Jr. relembra que “em 1975, fundação do Colégio²²³, em Paris, já tínhamos dez anos pelo menos de existência do que poderíamos chamar, de modo geral, de *movimentação ‘hippie’*” (SILVEIRA JR, 1985, p. 216, grifo meu). Segundo o psicanalista, diante do questionamento das instituições tradicionais e suas funções, houve também o afrouxamento dos costumes e das exigências do cidadão no exercício de suas funções, tendo se convertido

²²³ Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, fundado por Magno Machado Dias (M. D. Magno) e Betty Milan em 1976 foi o primeiro grupo de formação estritamente lacaniano no Brasil.

“numa atitude de descompromisso generalizado” (SILVEIRA JR, 1985, pp. 216-217). Diante disso que chamou de “privilégio da irresponsabilidade”, a questão da instituição foi colocada “no cerne da existência e da fundação do Colégio, o que o obrigou a assumir que uma instituição, como aponta Milner, não pode ter por objetivo promover a felicidade dos sujeitos” (SILVEIRA JR, 1985, p. 217-218).

Marco Antonio Coutinho Jorge, em 1985, diz que o modelo institucional psicanalítico da IPA “solicita veementemente a inserção do sujeito no trajeto que ela propõe”, já o modelo lacaniano ditaria “um roteiro que exerce precisamente a exclusão do sujeito” (JORGE, 1985, p. 40). Seguindo a crítica ao modelo ipeísta, Potiguara da Silveira Jr dispara que o objetivo era de formar “técnicos de consultório”, enquanto o Colégio buscava inaugurar “uma nova postura neste país”, que passava pela concepção do lugar da Psicanálise na instituição. Segundo Silveira Jr, a

psicanálise escapa a qualquer instituição. Essa podendo – e devendo – apenas ser o lugar onde o horror de sua produção possa circular sem rebaixamento de rigor. É preciso, então, criticar permanentemente o nosso funcionamento se queremos estar no trem do futuro (SILVEIRA JR, 1985, p. 371).

Assim como Zimmerman (1982), Silveira Jr também recorre à referência freudiana da impossibilidade na profissão do psicanalista para falar de sua instituição e formação:

O discurso psicanalítico parece ser, hoje, o único com desenvoltura e versatilidade suficientes para apresentar uma teoria da prática do funcionamento institucional. Isto porque a instituição psicanalítica é da ordem do impossível – “psicanalisar é impossível”, já disse, há bastante tempo, Sigmund Freud – e lidar com esse impossível é que tem sido o exercício praticado pela psicanálise [...] A constatação é, então, de que a instituição psicanalítica é possível sim – temos aí 10 anos do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro para provar isso -, pois acolhe o impossível, que escande incessantemente seu funcionamento (SILVEIRA JR, 1985, p. 370).

Vale (2003) conta que, em 1983, preocupados com o afrouxamento generalizado da responsabilidade e compromisso individual, o Colégio cria o Instituto Jacques Lacan, que acaba por assumir como necessária também uma hierarquização de lugares. Mesmo que essa virada teórico-metodológica proposta por Lacan tenha recusado a ideia do analista didata e da comissão didática que centralizava o poder e a decisão sobre a vida institucional do candidato, acabou-se por se criar um novo tipo de filiação. Marco Antonio Coutinho Jorge (1985), psicanalista dessa instituição, destaca essa nova forma de filiação transferencial que, ao invés da figura do pai didata, é representada pela figura do mestre. Refere-se, então, a MD Magno como mestre representante da transferência de Lacan no Brasil:

a teoria psicanalítica vem mostrar é que o *discurso do mestre* é aquele pelo qual o sujeito entra na linguagem. Do mesmo modo, eu diria que o sujeito entra na teoria, psicanalítica ou outra, a partir do momento em que é *subjetivado pelo discurso de um mestre* [...] estamos, no Colégio, impregnados, emprenhados pelo discurso de Magno, inseminados por seu seminário (JORGE, 1985, pp. 32-33, grifos meus).

Assim, vemos que Jorge não deixa de fazer uma metáfora do processo individual de entrada na linguagem e na cultura com a formação analítica. O inovador aparato do movimento lacaniano continuava, assim, por exigir uma fidelidade aos preceitos do mestre, visando congregar discípulos abertamente dispostos a reproduzir seu discurso. Segundo Figueiredo (1985), o modelo proposto por Lacan desenvolve legitimidade suficiente para enfrentar o aparato da IPA, em função das suas inovações teóricas e técnicas, assim como políticas e profissionais. Contudo, mesmo apontando uma leitura mais radical e inovadora do texto freudiano, acaba por atualizar o discurso da psicanálise “verdadeira” ao assumirem um papel dos verdadeiros “herdeiros” do freudismo mais radical (FIGUEIREDO, 1984).

Nesse sentido, Kupermann (1996) também aponta que, apesar de Lacan ter sido o único psicanalista a inventar uma alternativa à análise didática, o seu dispositivo também acabou por se mostrar fracassado na prática, uma vez que não deixou de instituir uma hierarquia entre os membros, além de muitos analistas terem acabado por se identificar com a figura de Lacan criando uma transferência “maciça inalisável”, revelando um destino não tão distante do ipeísta (KUPERMANN, 1996, p. 161). Contudo, não aprofundamos aqui o debate em torno do autoritarismo presente nas instituições lacanianas e dos problemas envolvendo seu sistema de formação em função da ausência da produção psicanalítica brasileira dessa filiação no recorte dos periódicos aqui analisados. Contudo, destacamos a existência de estudos sobre a história da institucionalização e da formação analítica desta escola no país, como Coimbra (1995), Vale (2003) e Antonio (2015).

CONCLUSÃO

Ao tomarmos a produção psicanalítica brasileira como uma via de investigação historiográfica, buscamos apontar continuidades na forma de apropriação dos saberes psicanalíticos no Brasil entre a primeira e a segunda metade do século XX. Após a década de 1950, apesar de institucionalizada e voltada amplamente à esfera da clínica privada, a Psicanálise não deixou de ser tomada como um instrumento teórico e científico para a formulação de entendimentos sobre os antagonismos emergentes na realidade social brasileira. Se Maria Helena de Souza Patto destacou que um dos objetivos de Coimbra em *Guardiões da Ordem* (1995) foi de “alertar os psicólogos para a dimensão histórica e social de idéias e técnicas que aparecem como isentas” (PATTO, 1995, p. II), tivemos, semelhantemente, a intenção de desvelar a dimensão política e ética envolvida na construção de determinados discursos psicanalíticos que marcaram a Psicanálise durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Desde a explosão das mobilizações estudantis em 1968 e a irradiação dos movimentos contraculturais dentro das camadas médias urbanas na Europa, América e Ásia, a juventude consolidou seu papel central nas transformações sociais, políticas e culturais nessas várias partes do mundo. Foi após o período pós-guerra, mas, mais intensamente, junto às transformações encabeçadas pelos jovens no final dos anos 60 e seus efeitos no tecido social que as diversas ciências do homem, entre elas a Psicanálise, se voltaram para a adolescência e a juventude como objeto de estudo. A influência do Maio de 68 chegou ao Brasil trazendo o questionamento do autoritarismo presente nos valores religiosos, familiares, patriarcais, institucionais. Vistos como “ameaças subversivas” com suas variadas formas de militâncias políticas (partidária, estudantil, cultural), os jovens se tornaram alvos privilegiados das políticas de Segurança Nacional do Estado. Dessa forma, durante as décadas marcadas pelo regime autoritário no Brasil, a propaganda estadista junto à mídia destacou a figura do jovem subversivo, aquele que não conformava com a ordem social estabelecida ou com o seu papel designado e desejado na sociedade brasileira (Valle, 2016).

Nesse contexto, a adolescência e sua concepção de crise, que incluía comportamentos como o protesto juvenil, se tornou um caro objeto de estudo para os profissionais psi, dentre eles, os psicanalistas brasileiros. Pontuamos que a atenção da Psicanálise às transformações da adolescência e da juventude não foi um fenômeno particular ao Brasil. Assim, por meio da apropriação de sistemas teóricos dos maiores centros psicanalíticos, a Psicanálise brasileira continuou demonstrando seu caráter antropofágico de

produção de conhecimento. Por exemplo, na lista de referenciais teóricos no artigo citado de Schneider et al (1973), da SPRJ, vemos essa vasta busca por diferentes teorias e teóricos, muitos deles ainda nem traduzidos para a língua portuguesa: Sigmund Freud e Anna Freud, Donald Winnicott, Ronald Fairbairn, Paula Heimann, Wilfred Bion, Melanie Klein, Edith Jacobson (em inglês); Jean Laplanche e Jean-Bertrand Pontalis, Jacques Lacan, Paul Ricoeur (em francês); Erik Erikson, Arminda Aberastury e Angel Garma (em espanhol) e alguns brasileiros como Enersto La Porta, Virginia Bicudo e Maria Manhães.

Apesar da base teórica ampla e atualizada dos analistas brasileiros, a própria produção da época apontava, desde a década de 1970, para a escassez de trabalhos que portassem uma originalidade, que fossem mais do que uma reprodução de conceitos traduzidos. Esse foi possivelmente um dos efeitos de uma estrutura institucional significativamente hierarquizada, estruturada por meio de um sistema de formação analítica que refletia um ideal normativo para seus membros. Buscamos demonstrar a visão de que, inserido nesse aparato teórico-metodológico de formação, o candidato deveria elaborar em análise (ao invés de atuar) seus conflitos psíquicos para desenvolver-se como analista, assim como o adolescente. Esperava-se que os conflitos a respeito da Psicanálise – questões teóricas, técnicas ou institucionais – fossem trabalhados dentro da transferência e do *setting* analítico. Nesse sentido, o último capítulo desse trabalho trouxe como as produções psicanalíticas sinalizavam a formação analítica como um dispositivo de autoritarismo e controle a respeito de qual Psicanálise deveria ou não ser pensada, produzida e praticada por seus membros. Esse modelo começou a ser questionado dentro e fora das instituições psicanalíticas oficiais com mais potência no final dos anos 70, levando a transformações que acompanharam o amplo movimento de abertura política da sociedade brasileira.

Cabe alertar que a nossa reflexão circunscreve-se somente a uma parte, ainda que significativa, do que foi a Psicanálise no Brasil daquele período. Não somente porque a psicanálise dita oficial, representada pelas sociedades ipeísta, não era a única que existia no Brasil, mas também porque essa não se constituía enquanto um grupo homogêneo, demonstrado pelos vários movimentos de questionamento existentes no cerne desse mesmo grupo ainda durante os anos ditatoriais. Além disso, também ressaltamos como o discurso em torno da “verdadeira psicanálise” foi disputado entre diversos grupos, instituições e sistemas teóricos, assim como seus preceitos não estiveram restritos ao movimento ipeísta.

Coimbra, ao investigar o efeito das práticas psi que se espalharam pelo Brasil nas décadas de 60, 70 e 80, destacou o pacto silencioso estabelecido entre “a psicanálise e sua formação” e o sistema socioeconômico em que estava inserida (COIMBRA, 1995, p. 73).

Propomos que a materialização desse pacto, engendrado por narrativas e práticas, se deu através de um discurso psicanalítico respaldado em ideais científico-pedagógicos envolvendo uma noção de desenvolvimento do indivíduo. Dentro dessa lógica, a adolescência era concebida tanto como caminho para, como desvio ou empecilho a um determinado desenvolvimento social. Foi com essa visão que, no momento mais difícil da repressão militar e da intolerância à diferença por parte do regime político nos chamados anos de chumbo, alguns psicanalistas buscaram reforçar a importância do adolescente em conquistar uma desejada maturidade e identidade integrada, em detrimento do reconhecimento das diferenças sociais, culturais, sexuais e raciais da juventude da sua época.

Pensando a sua lógica através de uma perspectiva interna, revelamos um discurso psicanalítico que formulou um saber *sobre* o adolescente e seus comportamentos. Aproximando-se de um discurso científico de caráter mais determinativo, a Psicanálise abafou o que portava de subversivo no discurso adolescente, suturando a polissemia dos sentidos e possíveis significações da verdade dos sujeitos. Sob o rótulo de manifestações inconscientes, como o *acting-out*, por exemplo, reduziram-se os mais diversos comportamentos do jovem a uma ideia de atuação de elementos inconscientes, desprovidos ou impossibilitados de simbolização. Assim, o discurso psicanalítico estabeleceu uma relação com a linguagem enquanto atribuidora de um sentido de caráter mais determinativo ao discurso do outro, aqui representado pelo adolescente.

Segundo De Certeau, historicamente, alguns discursos relativos às ciências modernas articularam uma heterologia, um saber, um sentido, uma inteligibilidade sobre esse *outro*, representado por aquilo que porta algo disconforme, como “o selvagem, o passado, o povo, o louco, a criança, o terceiro mundo” (DE CERTEAU, 1975/2011, p. XVII). Nesse sentido, esse tipo de discurso científico visaria obturar as hiências do campo simbólico, e “assim, o que se repete insistentemente é um antagonismo insuportável, ora na figura do judeu, ora no adolescente, e assim por diante” (MATHEUS, 2010, p. 84). Ao fechar-se em um modelo discursivo com determinação de sentido e um regime de verdade unívoco, a Psicanálise deixou de acolher os tumultos e tensões advindos do antagonismo violento da realidade social e perdendo-se de seu horizonte subversivo, mesmo que esse diga respeito a uma inevitável posição etificada da Psicanálise.

A partir dos enunciados sobre o desejo do psicanalista e seu discurso, fica patente certo compromisso da *psicanálise com a subversão* de um discurso; o “saber mítico” seria, assim, a variável que sela essa junção pelo fato de fornecer aquilo que o discurso mascara. É curioso notar o quão cara essa palavra é aos regimes ditatoriais,

que qualificam subversivos exatamente aqueles sujeitos que representam um outro discurso daquele da ordem (NETO & CAMPOS, 2015, p. 39, grifo meu).

Posta essa perspectiva crítica sobre uma função normativa presente na produção de conhecimento em Psicanálise durante a ditadura civil-militar brasileira, alguns apontamentos sobre as possíveis limitações de nosso método se fazem necessários. A tessitura historiográfica desse trabalho se deu, em grande parte, pelas fontes documentais consultadas (fontes primárias). Por essa razão, a escrita refletiu as próprias características da produção psicanalítica consultada, com predominância para o que se mostrava como hegemônico, representado largamente pelo movimento ipeísta. Estes, que tiveram pouca concorrência de outros grupos até meados da década de 1970, foram os que mais produziram. Com isso, corremos o risco de ter repetido aqui um silenciamento ou de não ter representado adequadamente outras realidades existentes do movimento psicanalítico não-hegemônico daquele momento.

Também destacamos como, lado a lado à apropriação das teorias psicanalíticas com ênfase no desenvolvimento, vindas especialmente da Inglaterra e da Argentina, as teorias psicanalíticas lacanianas começaram a aparecer no referencial teórico dos brasileiros a partir da década de 1970. Contudo, no que se refere à discussão sobre a adolescência e/ou os fenômenos da juventude, não localizamos, em nosso escopo de pesquisa, produções que pensassem essas questões a partir de uma perspectiva inteiramente lacianiana. Uma primeira e mais rápida hipótese para tal fato seria a de que a adolescência não figurou como um tema de interesse aos psicanalistas lacanianos naquele momento, seja em função da sua teoria não partilhar de uma lógica do desenvolvimento humano ou de certa identificação dessa primeira geração de psicanalistas lacanianos com os valores do movimento contracultural no Brasil. Outra hipótese, que não exclui a primeira, é a de que existiram debates em torno do tema, apenas não os acessamos. É possível que houvesse outros veículos de transmissão e divulgação desse saber emergente que fossem locais, alternativos ou de pouco alcance. Esse limite metodológico impossibilitou analisar as continuidades ou rupturas que a produção desses psicanalistas, utilizando-se dessa abordagem teórica, teriam com o tipo de discurso aqui analisado.

Outro ponto que consideramos importante destacar é sobre os limites de nossa crítica a uma produção de saber psicanalítico em um determinado molde científico, a dizer, em um modelo universalista e eurocêntrico, desvinculado de sua particularidade local. Nesse sentido, destacamos os trabalhos de Hélio Pellegrino “Pacto Edípico e Pacto Social” (1983) e Lélia Gonzáles “Racismo e Sexismo na cultura brasileira” (1981) que, ainda nos anos 80 e antes de

oficialmente encerrado o período ditatorial, elaboraram uma importante reflexão a partir de conceitos psicanalíticos, como o Complexo de Édipo, articulando-os a elementos da sociedade brasileira. Pellegrino pela via das lutas de classes e da lógica capitalista, e Lélia por meio da discussão de gênero e raça.

Além disso, esse movimento antropofágico da psicanálise brasileira abriu o caminho para que a Psicanálise se estabelecesse como um saber, entre outros, em um campo mais transversal de cuidado e atenção à saúde mental da população, como a dos jovens em situação de vulnerabilidade. Em 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), provocando um deslocamento nas práticas voltadas à população infantil e juvenil, especialmente no tange a questão da violência. Segundo Hadler, Guareschi e Galeano (2019) novos arranjos discursivos e não discursivos passaram a ser articulados junto à juventude considerada “delinquente”. Nesse contexto, nasce a noção de socioeducação, marcando uma “nova concepção de intervenção com adolescentes que cometeram ato infracional” (GURSKI, MORAES, GOMES, 2018, p. 71). Houve também uma reformulação em torno do entendimento da dimensão psicossocial, o que pode superar a lógica da individualização e culpabilização dos indivíduos ou dos fatores sociais associados ao seu adoecimento (PAIVA, 2017, p. 179).

Por outro lado, o discurso do jovem tido como uma ameaça social também se atualizou dadas as novas condições sociais. Finda oficialmente a ditadura civil-militar, a Polícia Militar deixou de perseguir “dissidentes políticos” para visar os corpos de “delinquentes” e “traficantes”. A partir dos anos 90, jovens periféricos começam a disputar a presença e legitimidade nos espaços urbanos reservados à classe média e às elites. Inicia-se uma crescente marginalização em torno do *funkeiro*, associado novamente a noções como “juventude transviada, desajustada, revoltada” (CYMROT, 2011). Nas últimas décadas, presenciamos o aumento significativo nas estatísticas de assassinato (sendo a principal causa de morte) de jovens, na sua maioria negros e periféricos²²⁴.

Após mais de duas décadas de regime civil-militar, a Constituição Federal de 1988 marcou a transição para um regime democrático de direito que carrega heranças do regime autoritário. Em um país em que o atual presidente da república defende políticas de armamento e faz apologia à violência policial, percebemos que nem todos têm o mesmo

²²⁴ Dentro desse quadro, a seção Juventude perdida, no Atlas da Violência de 2020, destaca que “no Brasil, os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens”, em particular da população masculina. Foram 30.873 jovens vítimas de homicídios no ano de 2018, o que significa uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens, e 53,3% do total de homicídios do país” (Atlas, 2020, p. 20). A literatura tem usado o termo “juvenicídio” para se referir aos assassinatos em massa de setores ou grupos específicos da população jovem.

direito à vida, embora isso esteja previsto na Constituição. Na prática, o cenário de abusos e de ações truculentas da Polícia Militar demonstra um quadro bem diferente. Citamos aqui o ocorrido no final do ano de 2019, quando nove jovens morreram após ações repressivas da Polícia Militar junto ao “Baile da 17”, o maior baile funk de São Paulo, na favela de Paraisópolis. Vídeos circularam em diversas redes sociais mostrando sérios abusos de violência física, como a polícia encurralando os jovens em ruelas sem saída e levando a óbitos por pisoteamento. Há uma disputa política entre a legitimação desses espaços, entendidos como expressão da cultura jovem periférica; e a criminalização dos “fluxos”²²⁵, vistos como uma ameaça à ordem social.

No campo da teoria e das práticas, atualmente vemos a reflexão psicanalítica sobre a adolescência e a juventude bastante informada das suas implicações ético-políticas. Uma referência importante nos debates atuais é o trabalho da psicanalista Rose Gurski junto ao seu grupo de pesquisa do Núcleo de Psicanálise, Educação e Cultura CNPq/UFRGS, que articula a psicanálise ao campo da sócio-educação e à experiência da adolescência na contemporaneidade, dando ênfase para os processos de “judicialização da violência juvenil” (GURSKI, STRZYKALSKI, 2018; GURSKI, 2012; STRZYKALSKI, GURSKI, 2020).

Citamos também os trabalhos do psicanalista Tiago Matheus sobre a condição do sujeito adolescente na contemporaneidade (MATHEUS, 2019; 2010; 2009). Em artigo recente sobre a realidade da juventude residente no Jardim Ângela e Jardim São Luís na periferia de São Paulo, buscou mostrar como a juventude, ainda que vítima de segregação social e da violência dos órgãos públicos, é protagonista no movimento de oposição às forças dominantes e no exercício da expressão simbólica dos dilemas e aspirações vividas. É o que pode ser visto nos bailes funk, assim como na participação em organizações locais que “operam na ilegalidade e instauram uma ordem social de que o Estado abriu mão”, criando a possibilidade do estabelecimento de “laços de cumplicidade e solidariedade entre pares, subvertendo a lógica do bem” (MATHEUS, 2019, p. 11-12).

buscávamos encontrar a porção afirmativa que acreditávamos subsistir em seu discurso e ação, permitindo enunciá-los como sujeitos, na acepção plena do termo, ao serem vistos como protagonistas da história que foram capazes de construir, agentes capazes de reagir de diferentes modos às condições (favoráveis ou desfavoráveis) de sua realidade, conforme suas aspirações e recursos (MATHEUS, 2019, p. 2).

²²⁵ O funk e os seus bailes espontâneos, chamados “fluxos”, são parte de uma cultura jovem periférica e se tornaram também espaços de resistência política (ver PEDRO, 2017).

É nesse sentido que a psicanalista Miriam Debieux Rosa, no seu livro *Histórias que não se contam: O não-dito na psicanálise com crianças e adolescentes* (2009), destaca que a psicanálise pode contribuir para posicionar os adolescentes a tornarem-se “agentes dessa construção, operando como sujeitos incluídos na ordem humana, fundados na ascendência e também na diferença que os singularizam” (ROSA, 2009, p. 16). Segundo a psicanalista, o analista, na sua clínica, opera a partir do discurso adolescente e dos seus não-ditos, para que o dito possa retornar

àquele que o profere como sua própria descoberta, permitindo-lhe reconhecer-se e autorizar-se. No entanto, para ter essa função é necessária a escuta de Outro. Este, que pode ser o analista, é sempre um desconhecimento que particulariza a sua palavra. A escuta torna o outro falante (ROSA, 2009, p. 28).

Assim, caminha-se em direção de uma psicanálise que possa acolher e escutar o discurso adolescente e o real que se anuncia com ele, pensando em sistemas teóricos que exerçam o exercício crítico do discurso sobre a adolescência e “que tentam elucidar o estranhamento vivido pelos sujeitos adolescentes, ecoa o silêncio do antagonismo insuportável, negação ou renegação da inscrição política que fundamenta o descentramento do sujeito psíquico” (MATHEUS, 2010, p. 95).

Por último, destacamos novamente a pesquisa de Hadler, Guareschi e Galeano (2019), onde os autores chamam atenção para a posição que o jovem ocupa na sociedade e nas políticas de Estado e na ampla articulação e naturalização da associação entre a criminalidade e a juventude. Essa articulação, segundo eles, foi diretamente atravessada pela produção científica brasileira²²⁶. Nesse sentido, pensamos também nas possíveis implicações no presente das posições que a Psicanálise ocupou no nosso país no passado. Logo, destacamos o importante e permantente papel da psicanálise e dos psicanalistas de hoje na reparação histórica de lógicas e práticas psicanalíticas que reproduziram normatizações, silenciamentos e violências.

Mandelbaum destaca que a pesquisa em Psicanálise nos anos da ditadura também é traumática, “ela produz em nós, pesquisadores, episódios traumatizantes sucessivos na forma de novas descobertas, novas informações e, principalmente, a falta delas” (MANDELBAUM, 2021[no prelo]). Reconhecendo a possível proximidade do conhecimento psicanalítico e da escrita histórica, gostaríamos, por fim, de destacar o potencial do conhecimento de mudar a relação com o passado, ressignificando-o e elaborando situações traumáticas. O historiador

²²⁶ Ao analisarem as publicações feitas no periódico *Arquivos Brasileiros de Psicologia* entre 1949 e 1990, os autores refletem sobre o papel que a Psicologia teve na naturalização dessa associação.

Dominick LaCapra (2010) levanta a possibilidade da historiografia, à sua própria maneira, ajudar não a curar mas a chegar em um acordo com as feridas e cicatrizes do passado. Segundo o historiador, deveríamos ver os entendimentos históricos como envolvendo processos de elaboração no sentido mais amplo por meio de um discurso que é também um discurso de luto e que envolve crítica, e elaborando narrativas que não são simplesmente salvadoras, mas também auto-questionadoras.

É exatamente nesse encontro com arquivos e *nossa própria história* que se produz a potência de diferir. Afinal, é no cruzamento entre essas epistemes, compreendendo que elas não se esgotam nunca ou se encerram no passado, que possamos atentar para os episódios da história, mas não em vias de *desvelar nada*, e sim de abrir para outras possibilidades de pensarmos sobre políticas de segurança e práticas psicológicas junto a juventudes e criminalidades, livres de rastros discursivos lamuriosos já conhecidos que habitam a produção de conhecimento sobre o tema (HADLER, GUARESCHI, GALEANO, 2019, p. 26, grifos meus).

Pensando no desafio assumido pelas pesquisas acadêmicas em construir um espaço para a restituição da história, trazemos, por fim, a ideia de Michel De Certeau de que o trabalho da escrita histórica “dá lugar à falta e a esconde” criando relatos do passado que “são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos” (DE CERTEAU, 1975/2017, pp. 91-92). Ao mesmo tempo em que simboliza a morte, para o autor, a escrita histórica “permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, *um passado*, e abrindo assim um espaço próprio para o presente” (DE CERTEAU, 1975/2017, p. 109). Se o trabalho historiográfico é capaz de marcar um passado, dando lugar à morte, pensamos que retomar a história da Psicanálise e seus diferentes papéis dentro de uma realidade social que fazia e ainda faz desaparecer corpos possa ser uma maneira inscrever essas ausências no simbólico através da circulação da palavra, tão cara à juventude nos anos 1968, assim como para os jovens periféricos de hoje.

TABELAS

(A) Periódicos brasileiros pesquisados

Nome do Periódico	Ano de lançamento
Boletim de Psicologia	1949
Arquivos Brasileiros de Psicologia	1949
Arquivo de Neuropsiquiatria	1964
Jornal de Psicanálise	1966
Revista Brasileira de Psicanálise	1967
Revista Brasileira de Psiquiatria	1967
Estudos de Psicanálise	1969
Alter	1970
Revista PSICO	1971
Boletim Informativo do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais	1971
Revista de Psiquiatria Clínica	1972
Ide	1975
Rádice	1976
Tempo Psicanalítico	1978
Cadernos de Psicanálise (CPRJ)	1979
Boletim Científico da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro	1979
Cadernos de Psicanálise	1982
Revirão	1984

(B) Periódicos internacionais pesquisados

Título do Periódico	Número de artigos de psicanalistas brasileiros
<i>American Imago</i>	0
<i>International Journal of Psychoanalysis</i>	15
<i>International Review of Psychoanalysis</i>	3
<i>The American Journal of Psychoanalysis</i>	0
<i>The Annual of Psychoanalysis</i>	1
<i>Bulletin of the American Psychoanalytic Association</i>	0
<i>Bulletin of the International Psychoanalytic Association</i>	0
<i>Contemporary Psychoanalysis</i>	2
<i>Journal of the American Psychoanalytic Association</i>	0
<i>The Psychoanalytic Review</i>	0
<i>Psychoanalytic Quarterly</i>	0
<i>Journal of the American Academy of Psychoanalysis and Dynamic Psychiatry</i>	0
<i>Modern Psychoanalysis</i>	0
<i>Psychoanalysis and Contemporary Science /Contemporary Thought</i>	0
<i>Psychoanalytic Inquiry</i>	0
<i>The Psychoanalytic Study of the Child</i>	0

ANEXOS

1. Capas Revista *Rádice*

2. Carta de Victor Manoel de Andrade (SPRJ) ao presidente Figueiredo

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICANÁLISE
Rua Fernandes Guimarães, 92 - 22290 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tels. (021) 295-3148 - 295-3248 - 246-1404 - 266-2115
CGC 42.282.996/0001

011305 - 7 JUN 79
SECOR

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1979

PRESIDENTE: Exmo. Sr.
Dr. Leão Cabernite
Av. N. S. Copacabana, 1018 s/1104
22060 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. (021) 255-1716

SECRETÁRIO: Presidente da República
General João Batista de Figueiredo
Palacio da Alvorada
Brasília - 70.150 - D.F.

TESOUREIRO: Excelentíssimo Senhor
Dr. Claudino Borges Neves
Av. N. S. Copacabana, 861 s/909
22060 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. (021) 257-1134

SOCIEDADES FEDERADAS: Cumpre-me informã-lo de que foi eleita e em-
possada a seguinte nova Diretoria da Associação Bra-
sileira de Psicanálise, órgão que congrega as So-
ciedades Psicanalíticas brasileiras filiadas à Asso-
ciação Internacional de Psicanálise:

Presidente - Dr. Leão Cabernite
Secretário - Dr. Victor Manoel de Andrade
Tesoureiro - Dr. Claudino Borges Neves

Esperando continuar a merecer o apoio e a
atenção que sempre dispensou à A.B.P., colocamo-nos
ao seu inteiro dispor.

Atenciosamente,
Victor Manoel de Andrade
Dr. Victor Manoel de Andrade
Secretário

3. Documento sobre a visita do Site Committe ao Rio de Janeiro

CONFIDENCIAL

13-11-81

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
INFORME Nº 103 / 116 /ARJ/81

162 112

SNI/ARJ

PROTOCOLO
ACE N.º 5334

13.11.81

DATA : 11 de novembro
ASSUNTO : SOCIEDADE PSICANALÍTICA DO RIO DE JANEIRO (SPRJ).
ORIGEM : - EDUARDO MASCARENHAS
AVALIAÇÃO : - HÉLIO PELLEGRINO
ÁREA : (B-2)
REF : TELEX Nº 524/16/AC/81, DE 16 OUT
DIF. ANTERIOR :
DIFUSÃO : AC/SNI
ANEXO :

1. Procedente de LONDRES e com o objetivo de apurar as causas da crise que envolveu a SPRJ, desembarcou no RIO, em 23 Out 81, Comissão de Sindicância da "International Psychoanalytical Association" (IPA), integrada pelas seguintes pessoas:
 - ADAM LIMENTANI, Presidente
 - MOSES LAUFER, Secretário
 - IRENE AULETA, Secretária-Executiva
 - MARIO MONTESSORI
 - RAMON GANZARAIN
2. A referida comissão veio apurar fatos e denúncias em torno dos seguintes pontos:
 - expulsão dos analistas EDUARDO MASCARENHAS e HÉLIO PELLEGRINO da SPRJ;
 - punição do psicanalista ERNESTO LA PORTA, solidário com os colegas expulsos;
 - denúncias contra o médico AMILCAR LOBO, acusado de integrar a equipe de "torturadores" do DOI/CODI.
3. A SPRJ é presidida pelo Dr VICTOR MANOEL ANDRADE, para quem "os que querem o poder na entidade devem fundar outra sociedade". Por seu lado, os expulsos e dissidentes, que compõem a maioria (57/72), criaram o "Forum de Debates", presidido pelo Dr CARLOS ALBERTO BARRETO, e pretendem reformar os estatutos da SPRJ, revogar as punições e obter o que consideram a democratização da sociedade.
4. Após alguns encontros e entendimentos, as posições dos dois grupos suavizaram, prevendo-se, para breve, uma reconciliação.

LEITURA PRECÁRIA

CONFIDENCIAL

GRÁFICA 0331/78

4. Carta de Amilcar Lobo aos militares sobre Pellegrino

ATENÇÃO O original deste documento (com 29 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

015430 81

Amilcar Lobo Moreira da Silva
MÉDICO
CRMJ 13558 — CJC 182935657

RESIDÊNCIA:
RUA ITUVERAVA, 300
TEL. 342-4027

CONSULTÓRIO:
AV. N. S. COPACABANA, 1018 S/101
TEL. 521-0338

Col Bruneiro:

Penso que os Drs. He'lio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas estão tentando reacender a polêmica, enviando este "relatório" a várias entidades médicas e médicos. Há todo um sentido de provocação neste sentido.

Além disso, parece-me que esta campanha contra um jornal muito bem organizada e executada, provavelmente por orientação do PE, ao qual Pellegrino está ^{filial} ligado.

5. Exame de Sanidade Mental de Ivan Seixas

13.100 - 1-72

Imp. Of. Gr. 10/11/72

DEPARTAMENTO DOS INSTITUTOS PENAIS DO ESTADO

INSTITUTO DE BIOTIPOLOGIA CRIMINAL

AV. GAL. ATALIBA LEONEL, 636 - FONE 296-2110 - C. POSTAL 819

Secretaria

*** EXAME DE SANIDADE MENTAL ***

1.- IVAN AKSELUD SEIXAS, brasileiro, branco, solteiro, com 17 anos de idade, estudante, é apresentado ao INSTITUTO DE BIOTIPOLOGIA CRIMINAL para exame psiquiátrico.

*** HISTÓRICO E ANTECEDENTES ***

2.- Consta das cópias do processo referente a Ivan - Akselrud Seixas, e segundo declarações que prestou às autoridades policiais, ter ele praticado vários atos definidos como crime contra a segurança nacional. Tais atos compreendem, entre outros, exercícios de tiro, levantamento de residência, participação em roubo de automovel em estacionamento, em assaltos a super-mercados, a firmas, a joalheria, de escolta a Carlos Lamarca. Integrava a organização MRT que tinha como finalidade a derrubada das instituições através da revolução armada.

3.- Por ser maior de dezesseis e menor de dezoito anos, foi enviado para este Instituto, tendo em vista o artigo 50 do Código Penal Militar.

4.- Nasceu em Porto Alegre. O pai a essa altura era mestre na instalação de postos de gasolina para a firma - Shell. Moravam no bairro Vila Jardim, tipicamente de trabalhadores, em casa de madeira com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Mantidos pelo trabalho do pai, viviam modestamente. A mãe só cuidava da casa e dos filhos.

Com cerca de cinco-seis anos foi com a família para Belem do Pará. O pai havia sido chamado por irmão para se associar em loja de ferragens. Após seis meses, voltaram para Porto Alegre, pois apesar de viverem em condições melhores, o genitor se desentendeu com seu mano.

Em 1961, mudou-se com os familiares para o Rio. O pai conseguiu colocação na Petrobrás como contra-mestre da mecânica. A situação doméstica era razoável. Habitavam

WLF

(segue)

13.000 - 2-72

DEPARTAMENTO DOS INSTITUTOS PENAIS DO ESTADO
INSTITUTO DE BIOTIPOLOGIA CRIMINAL

AV. GAL. ATALIBA LEONEL, 606 - FONE 236-2118 - C. POSTAL 230

* Fls. IV *

neutras e não lhe digam respeito diretamente. Em compensação tudo o que lhe afeta mais intensamente, é apreciado pelo paciente de forma a evidenciar egocentrismo, e principalmente necessidade de pronto atendimento. Usa nessas apreciações também mecanismos psicológicos primitivos e de etapas precoces do desenvolvimento como cisões, projeções, idealizações. Em conjunto, tais disposições muito lhe dificultam uma apreciação da realidade mais consentânea com os dados objetivos e mais flexível. Todo o seu passado, por isso não pode também ser avaliado por ele com mais equilíbrio, nem lhe acarreta muita culpa, o que só consegue, com dificuldade, quando percebe o sofrimento imposto à mãe e outros familiares através de seu comportamento. E, sua prospecção consegue ser correta, baseando-se na proteção que deve dedicar à sua família.

7.- Passou por PSICOTESTES, que em conjunto orientaram o seguinte relatório:

"Nível Intelectual - Trata-se de S com nível intelectual situado na zona superior da população da casa e da população geral, tendo atingido o Percentil 99.

Personalidade - Trata-se de um S ainda imaturo. Sua receptividade aos estímulos ambientais é grande. Tem capacidade de contato, de se relacionar com os outros, no entanto este contato está sendo prejudicado pois as relações que estabelece resultam da projeção de seus afetos. Reage sobretudo à situações que lhe oferecem a possibilidade de saciar seus desejos, tendo por objetivo aumentar o prazer ou reduzir o desprazer. - Possui desejo acentuado de domínio e auto-afirmação provavelmente devido a sentimentos de insegurança, e, por isso, tende a relacionar-se com pessoas de temperamento submisso. Guia-se por sentimentos de simpatia e antipatia que o levam a procurar e se afastar compulsoriamente das pessoas e objetos. - Suporta mal a frustração de seus desejos e necessidades e quando contrariado, torna-se um pouco intolerante. Vê o mundo com certa desconfiança e está sempre pronto a reagir. - Possui um bom controle racional sobre suas emoções, no entanto os controles internos nem sempre são suficientes

(segue)

WLF

151000 - 1-72

DEPARTAMENTO DOS INSTITUTOS PENAIS DO ESTADO

INSTITUTO DE BIOTIPOLOGIA CRIMINAL

AV. GAL. ATALIBA LEONEL, 654 - FONE 286-2118 - C. POSTAL 818

* Fls. VII *

- b)- Não, não há.
 c)- Não, não apresenta.
 d)- Prejudicado.

São Paulo, 29 de fevereiro de 1972.

* Dr. EMILIO JOSÉ DE AUGUSTINIS *

- Primeiro Relator -

* Dr. JOSÉ FRANCISCO STIVANIN *

- Segundo Relator -

* Dr. A. CAIUBY NOVAES *

- Diretor Substituto -

=0=0=0=0=0=

WLF

6. Reportagem "Profissionais do Terror" no Jornal O Movimento (1976)

DENÚNCIA

Abreu: o dono da clínica de abortos

Jean Paul: o que não gosta de fotografias

Shibata: o mais acusado entre todos

Os profissionais do terror

Os médicos e enfermeiros que prolongavam ou acobertavam a dor dos torturados

"À minha esquerda está o Gaúcho depois o cara que assobia Angela foi retirada ontem à minha direita Stuart já morreu Ronaldo e Juca estão mais no fim e no fundo do corredor o motorista da CTC que eles quebraram a mão chora. De quem serão os gritos hoje? Esse silêncio enlouquece se houvesse mais alguém seria mais fácil Hoje veio o médico falou pro coronel que ainda dá pra bater nas minhas costas"...

(do poema "Recordações do Paraíso". Autor: Alex Polari de Alverga, preso político)

Poderá ser concluído este mês o sigiloso inquérito que o Conselho Regional de Medicina de São Paulo realiza a respeito do médico Harry Shibata, acusado de ser conivente com torturas. Paralelamente, o mesmo Conselho começará a analisar dois outros processos, onde a acusação é a mesma: conivência de médicos com torturas. E, enquanto o CRM-SP se decide, o Núcleo de Profissionais da Saúde pela Anistia, órgão ligado ao CBA-SP, divulga uma lista de 10 médicos acusados de terem cometido "violências contra o povo". Eles omitiram, em seus laudos médicos, sinais evidentes de torturas. Estas atitudes dos médicos progressistas ganharam força nos últimos dias com a libertação de presos políticos e a chegada de exilados, que denunciam os profissionais da saúde participantes das sessões de torturas e que contribuíram para dar ares de legalidade ao aparelho repressivo. A seguir contamos uma parte desta trágica história.

Ivan Akserul Seixas caiu nas mãos da polícia política no dia 16 de abril de 1971, em São Paulo. Da rua Vergueiro, onde o prenderam, foi imediatamente para a sede da Operação Bandeirantes (mais tarde transformada no Doi-Codi do II Exército) e pendurado num pau-de-arara. A violência na sala de torturas cresceu num ritmo tão alucinante, nas horas seguintes, que seus algozes recesaram que não fosse capaz de suportar durante o tempo que julgavam necessário.

Desceram Ivan do pau-de-arara para o chão frio. Ainda amarrado, ele viu quando entrou o «enfermeiro», um robusto japonês, de cara bolachuda, baixo. Com massagens que aliviaram um pouco a dor, o japonês reativou a circulação no braço de Ivan, e habilmente mediu-lhe a pressão arterial. O silêncio durou pouco. Antes mesmo de retirar o equipamento do braço, o «enfermeiro» gritou para os torturadores: «A pressão tá 12 por 8. Pode descer o pau que isso é pressão de criança». Ele quase acertou: Ivan tinha 16 anos.

Pouca gente soube da dor de Ivan naqueles dias. Uma dor que se tornou mais difícil de suportar quando, na cela ao lado, seu pai parou de gritar, não resistindo ao segundo dia de prisão (o operário Joaquim Seixas, militante do Movimento Revolucionário Tiradentes, preso com o filho, também morreu numa cadeira de choques elétricos). Naquela época pouco se falava sobre o que ocorria nos porões do regime. E mesmo este pouco era sussurrado. O certo mesmo é que lá estava, novamente em prática a secular «técnica» de provocar a dor para ouvir confissões. Sabe-se agora, com os depoimentos dos que sobreviveram, que não era uma simples repetição do passado: a tortura era agora quase uma ciência, uma refinada maldade, própria de uma época mais sofisticada.

Dentro da parafernália toda utilizada pela polícia política para obter informações através das torturas, uma das figuras que mais contribuíram para dar este ar de «ciência» ao velho método, segundo os depoimentos de ex-presos, foi o chamado profissional da saúde — enfermeiros, médicos, psicólogos. Não só porque trabalhavam para dizer quanto poderia suportar um indivíduo, permitindo o prolongamento da tortura, como também porque refinavam os métodos, principalmente para evitar a aparição de manifestações tardias e objetivas da tortura, como as marcas no corpo da vítima. Contribuíram para encobrir provas e dar o mínimo aspecto legal a toda esta parafernália.

Depois de seis anos encarcerado, Ivan Seixas não tem dúvidas quanto a isso, conforme disse a Movimento na semana passada. Tão logo o «enfermeiro» japonês terminou o serviço, naquele dia 16, Ivan voltou para o pau-de-arara. E voltaria muitas outras vezes. Quando terminavam as sessões, um outro «enfermeiro», chamado «Bucefalo», é quem vinha atendê-lo. Sua tarefa era passar mercúrio nos ferimentos e despejar pela nozela a uma líquida amarga, quase igual a Novalgina. Acho que era para tornar a dor suportável até o dia seguinte. Outra fase, Ivan foi atendido por dois outros enfermeiros. Um era o «Índio» — mencionado também por outros ex-presos. Do outro ele só guardou a aparência: um indivíduo alto — quase 1,80 metro —, claro, calvície se manifestando em duas grandes «entradas», muito bem asseado. «Todo dia depois do «pau», vinham perguntar se a dor era muito grande. E insistiam para que a gente andasse. Também ficavam preocupados com as manchas que apareciam no corpo».

Quando a presença daquele menor nos cárceres começou a se tornar incômoda, chamaram o psiquiatra Juvenal Guedes para examiná-lo. O diálogo entre os dois foi mais ou menos assim:

— Já teve desmaios?

— Não.

— Nunca?

— Bem, no pau-de-arara...

— Não, esse não vale. Tem gente muito nervosa na sua família?

— Não.

— Tem algum louco?

— Não.

— Bem, pode ir embora.

Mais tarde Ivan soube que, baseado naquela conversa, o doutor Juvenal Guedes concluiu o seguinte: era um rapaz equilibrado que, devido às más companhias, se tornara de alta periculosidade. Foi com este laudo que o juiz militar decidiu encaminhá-lo para o presídio de Taubaté, uma espécie de presídio-hospício, onde ele ficou dois anos, resistindo: «Me separando dos outros presos políticos, eles tinham um plano tramado para me levar à loucura». Censuravam todas as publicações que recebia, da forma mais sistemática possível; e obrigavam-no a viver com indivíduos portadores das mais diferentes alienações. Certa vez o escalaram para prestar serviços na cozinha, numa equipe da qual faziam parte, entre outros, um condenado por ter matado mais de uma dezena de pessoas, para fazer «salsicha».

Numa outra ocasião, Ivan foi chamado para o consultório do psiquiatra Emílio José de Augustines. «Logo no começo notei que ele procurava levar adiante uma tarefa definida. Não perguntava nada, só falava». Procurou mostrar, brandamente, que Ivan se tornara militante por causa da má influência do pai, que era moço pra ficar molando na cadeia, enquanto a vida corria lá fora, com muitas mulheres. Depois de quase uma hora de «introdução», o psiquiatra abriu o jogo:

— Não acharia melhor sair daqui e ir gozar a vida? Sair duma vez por todas?

— Claro!

— Então, por que não sai?

— Me dê um jeito.

— É fácil. E só ir à TV e renegar tudo o que fez, dizer que seu pai é que era ruim e induziu você a seguir o caminho do terrorismo. — Eu não vou fazer isto.

— Por que?

— Não sou muito fotogênico.

Ans brados, o doutor Augustines pediu aos policiais que tirassem Seixas da sala de «consultas». Hoje, aos 25 anos, livre e participando da campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, Ivan diz: «Estes médicos ultrapassaram de longe os limites de sua profissão, para se transformarem em policiais».

Na tortura, os médicos cuidavam até do feto

Segundo um documento divulgado em abril deste ano e assinado por 15 presos políticos do Rio, «desde o início da institucionalização da tortura, os órgãos de segurança utilizam médicos para torná-la mais «científica» e mais eficiente. Médicos sem o menor respeito por sua profissão, juramento e código de ética, participaram intensamente dos interrogatórios como conselheiros técnicos. A «assistência» destes médicos foi assim definida pelos presos do Rio: (a) check-up inicial para adequar o quadro clínico do preso ao melhor tipo de tortura; (b) utilização de algumas deficiências (lesões cardíacas, por exemplo) como instrumento de pressão psicológica; (c) aplicação de compressas de amoníaco, doses de coramina e injeções de glicose para manter o prisioneiro com consciência em sessões prolongadas de tortura; (d) processo de «engorda» e exames (se fosse o caso, também tratamento), em fase posterior à tortura, quando os presos terão sua incomunicabilidade quebrada e deverão ser ouvidos em juízo».

Maria Amélia de Almeida Telles, presa em dezembro de 1972, pela mesma Operação Bandeirantes, juntamente com sua família — o marido, os dois filhos (de quatro e cinco anos) e a irmã —, confirma as observações dos presos do Rio. Eis o seu relato, feito na semana passada:

«Logo na primeira sessão de tortura eu passei muito mal. Imediatamente um dos torturadores saiu da sala e voltou com um médico. Era um rapaz loiro, olhos verdes, uns 30 anos, que mediu minha pressão e examinou o coração. Depois disse que eu estava só assustada e que podiam prosseguir».

MOVIMENTO - 10 - 48/77

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias – Periódicos e revistas pesquisadas

- ABERASTURY, A. El adolescente y el mundo actual. **Alter** - Jornal de estudos psicodinâmicos, n.3, p. 7-18, 1971.
- ALVES, D. B. Novos padrões de conduta dos adolescentes. **Alter** – Jornal de estudos psicodinâmicos. v. IV, n. 1, 2, 3, p. 53-59, 1974.
- ALVES, D. B. Relatório da análise de um adolescente (I). **Alter** – Jornal de estudos psicodinâmicos. v. X, n. 1, p. 9-23, 1980.
- ALVES, D. B. Relatório da análise de um adolescente (II). **Alter** – Jornal de estudos psicodinâmicos. v. X, n. 2, p. 51-75, 1980.
- AMARAL, L. Adolescência. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 1, n. 1, p. 94-106, 1967.
- AUGUSTINIS, E. J. Notas surgidas na primeira experiência de supervisão. **Jornal de Psicanálise**. ano 9, n. 23, p. 25-27, 1977.
- AZAMBUJA, S. C.; FAVILLI, M. P. Prof^a Lygia Alcântara do Amaral. **IDE**. ano 5, n. 7, p. 7-13, 1979.
- AZEVEDO, M. M. A. Entrevista com Dra. Gilda Sobral Pinto. **Cadernos de Psicanálise – SPCRJ**, v. 32, n. 1, p. 30-32, 2016.
- AZEVEDO, M. A crise – Editorial. **Revista Brasileira de Psicanálise**, n.18, p. 5-6, 1984.
- BAGGIO, M. A. O Perfil psicológico da adolescência. **Boletim Informativo do CPMG**, ano 10, n. 21, p. 13-18, 1983.
- BAND, A. Supervisão e contratransferência. **Tempo Psicanalítico**. v. 7, n. 1 e 2, p. 53-61, 1984.
- BARCELLOS, R. Autonomia e dependência na situação de candidato e do analista didata. **Jornal de Psicanálise**, n.18, p. 12-14, 1972.
- BARRA, E. Adolescência perturbada. **Boletim de Psicologia**. v. 22, n. 59-60, p. 39-49, 1970.
- BASTOS, F. O. Aspectos psicossociais da adolescência. **Revista de Psiquiatria Clínica**. v. 3, n.1, p. 15-25, 1974.
- BICUDO, V. L. Editorial - Duas formas ativas de resistência à psicanálise: Hostilidade declarada e falsa adesão. **Jornal de Psicanálise**, v. 1, n. 2, p.1-2, 1967.
- BICUDO, V. L. A Mensagem de “Roda-Viva”. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 2, n. 2, p.231-244, 1968.
- BICUDO, V. L. Adivinhe, quem vem para jantar? Uma conversa com a Prof. Virgínia Leone Bicudo. **IDE**. ano 3, n. 4, p. 8-13, 1977.
- BICUDO, V. L. Migração do movimento psicanalítico - Comentário. **Alter** - Jornal de estudos psicodinâmicos. v. X, n. 3, p. 157-159, 1980a

BICUDO, V. L. Noticiário. **Alter** - Jornal de estudos psicodinâmicos v. X, n. 3, p.171- 174, 1980b

BICUDO, V. L. Editorial. **Alter** - Jornal de estudos psicodinâmicos v. 12, n.1, s/p, 1982a.

BICUDO, V. L. Durval Bellegarde Marcondes – Precursor da Psicanálise na América Latina. **Alter** - Jornal de estudos psicodinâmicos. v. 12, n.3, p. 101-105, 1982b.

BICUDO, V. L.; FILHO, O. M. F. Dilemas na produção científica da Psicanálise no Brasil. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 14, p. 201-216, 1980.

BRASIL, H. V. The Dilemma of Training Analysis. **Contemporary Psychoanalysis**. v. 11, p. 243-245, 1975.

BRASIL, H. V. Sobre a deformação da formação psicanalítica. **Tempo Psicanalítico**. v. 5, n.1, p. 35-43, 1982.

BRASIL, I. E. A. Apresentação de “contas” do círculo psicanalítico de Minas Gerais. **Boletim Informativo do CPMG**. ano 3, n. 5, p. 19-21, 1973.

CABERNITE, L. The Selection and Functions of the Training Analyst in Analytic Training Institutes in Latin America. **International Review of Psychoanalysis**, v. 9, n. 4, p. 398-417, 1982.

CANDIOTA, L. R. S. A “economia” da formação de psicanalistas - esboço de um modelo hipotético. **Jornal de Psicanálise**, n. 21, p. 6-18, 1976.

CARVALHO, V. M. L. Considerações sobre o narcisismo na instituição psicanalítica. **Boletim Informativo do CPMG**, ano 10, n. 20, p. 23-26, 1983.

CHNAIDERMAN, R. Política de formação em Psicanálise: alinhando algumas anotações de leitura. **IDE**. n. 17, p. 53-59, 1984.

CUSTÓDIO, E. M. Os 70 anos da Associação de Psicologia de São Paulo antiga Sociedade de Psicologia de São Paulo. **Boletim de Psicologia**. São Paulo, vol.66, n.144, jan., 2016.

DAVIDOVICH, E. A agressividade na sociedade contemporânea: Um enfoque psicanalítico. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 18. p. 391-396, 1984.

DIAS, C.; ROCHA, S. C. N e OSÓRIO, A. C. O poder na formação psicanalítica – O poder na análise didática – O poder estatutário. **Boletim Informativo da SPRJ**. ano 5, n.6, 1984.

DIAS, C.; CHEBABI, W. L. Negritude e Psicanálise no Brasil. **Boletim Informativo da SPRJ**, ano I, n. 2, 1985.

DOIN, C. Entraves à produção de trabalhos psicanalíticos. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 18, n. 1, p. 7-14, 1984.

EDELWEISS, M. L. O relacionamento entre analistas. **Boletim Interno do Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda**. Ano 4, n.1-2, p. 1-6, 1965.

Editorial. **Estudos de Psicanálise**, n.3, p. 5-6, 1970.

Editorial. **IDE**, n. 1, s/p., 1975.

Editorial. **IDE**, n.10, p. 3-5, 1984.

Editorial. **Revirão** – Revista da prática freudiana. n.1. s/p., 1985.

FAVILLI, M. P. Acontecimentos: VI Congresso Brasileiro de Psicanálise. **IDE**, n.4, p. 21-24, 1977.

FAVILLI, M. P. Centro de Estudos de Psicanálise “Luiz Vizzoni” – Associação de Candidatos. **IDE**, n.2, p. 28-32, 1976.

FERRÃO, L. M.. Troca de idéias sobre Psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**. v. 4, n. 3, p. 306-315, 1970.

FERREIRA, B. W. A Síndrome da Adolescência Normal de Knobel. **PSICO**. v. 2, n.2, p. 72-81, 1981.

FILHO, O. M. F. Psicanálise e Pensamento Autoritário. **Alter** – Jornal de Estudos Psicodinâmicos. v. 10, n. 2, p. 97-100, 1980.

FILHO, O. M. F. O analista e a água em que o bebê foi lavado na banheira. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 14, p. 459-479, 1980a.

FILHO, O. M. F. A psicanálise e a instituição psicanalítica: um vínculo e sua explicitação. **IDE**, n. 15, p. 39-42, 1988.

GALVÃO, L. A. P. Reflexos da análise didática na vida científica de sociedades de Psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v.1, n.3, p. 365-389, 1967.

GALVÃO, L. A. P. Fatores emocionais nas neuroses e delinquências. **Alter** – Jornal de estudos psicodinâmicos. v. 1, n. 4, p. 76-92, 1971.

GALVÃO, L. A. P. Pré-História e História da Revista Brasileira de Psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 10, n. 1, p. 7-11, 1976a.

GALVÃO, L. A. P. Critérios para a qualificação de analistas-didatas e peculiaridades da análise didática – subsídios para o V pré-congresso didático. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 10, p. 167-177, 1976b.

GALVÃO, L. A. P. Um ponto de vista sobre a natureza da Psicanálise. **Alter** – Jornal de estudos psicodinâmicos. v. XII, n. 1, p. 9-17, 1982.

GARCIA, A. J. Aspectos psicossociais da adolescência. **Revista de Psiquiatria Clínica**. v. 2, n. 3, 1973.

GARCIA, C. Uma política científica: tentativa de definição. **Cadernos de Psicanálise**. n. 5, p. 40-44, 1984.

GOMES, J. P. S. A dinâmica de grupo na seleção de candidatos a formação psicanalítica. **Tempo Psicanalítico**, v. 5, n. 1, p. 44-72, 1982.

GOMES, J. P. S. Adolescência prolongada; Autoritarismo e Política. **Tempo Psicanalítico**, v. 6, n. 2, p. 31-42, 1983.

HAMER, C. J.; FILHO O. M. F.. As estruturas institucionais psicanalíticas e seus efeitos sobre a formação do analista: linhas de poder e ideologias pedagógicas. **Revista Brasileira de Psicanálise**. v. 19, p. 269 -280, 1985.

IZAI, J.. A formação Psicanalítica como fenômeno transicional. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 15, p. 185-192, 1981.

JORGE, M. A. C. Da língua materna à palavra de um pai. **Revirão – Revista da prática Freudiana**, n.1, 1985. Rio de Janeiro, p. 31-36, 1985.

JORGE, M. A. C. Teoria e subjetividade. **Revirão - Revista da prática Freudiana**, n. 1, p. 37-41, 1985.

KATZ, C. O mercado da disputa do poder. **Rádice**, ano 4, n. 15, p. 21-22, 1981.

KENZLER, W.; VASCONCELLOS, A.; KNIJNIK, C.; WILHEIM, J.; FILHO, O. M. F. Autonomia e dependência na situação de candidato. **Jornal de Psicanálise**, ano 6, n. 17, p. 5-7, 1971.

KNOBEL, M. A inclusão do “acting-out” terapêutico na interpretação durante a psicanálise de adolescentes. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 14, p. 47-60, 1980.

KORIN, S. Os adolescentes e a prática psicanalítica. **Revista Brasileira de Psicanálise**. v. 9, n. 4, p. 373-384, 1975.

LA PORTA, E. M. A Agressividade na sociedade contemporânea: um enfoque psicanalítico. **Revista Brasileira de Psicanálise**. v. 18, n. 4, p. 411-417, 1984.

LIMA, L. T. Caetano Veloso: Onde medra a magia (II). **IDE**, ano 2, n. 3, p. 21-28, 1976.

LUZ, C. L. A psicanálise em São Paulo – Jubileu de prata, homenagem à Durval Marcondes e Adelheid Koch. **Revista Brasileira de Psicanálise**. v. 10, p. 507- 509, 1976.

MANHÃES, M. P.; HOIRISCH, A. Freud e as vicissitudes de uma sociedade psicanalítica. **Revista Brasileira de Psicanálise**. v. 4, n. 2, p. 240-249, 1970.

MARCONDES, D. Trajetória Modernista – Entrevista com Durval Marcondes por Raquel Nelken e Luiz Carlos Junqueira Filho. **IDE**, Ano 4, n. 6, p. 7-14, 1978.

MARTINS, M.; RIBEIRO, R. P. Relatório do I Pré-congresso Brasileiro de Analistas Didatas, **Revista Brasileira de Psicanálise**. v. 5, n. 1-2, p. 108-112, 1971.

MASCARENHAS, E. Síntese do relatório: “o conflito das gerações”, **Revista Brasileira de Psicanálise**, v.3, n. 7, p. 315-318, 1973

MASCARENHAS, E. Precisamos de um Watergate – VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Psicanálise. **Rádice**, n. 15, p 23, 1981.

MATOS, J. A psicanálise e os psicanalistas. **Boletim Informativo da SPRJ**, ano 1, n. 1 p. 27-29, 1985.

Noticiário. **Boletim Informativo da SPRJ**. ano 1, n. 2, p. 7, 1980a.

Noticiário. **Boletim Informativo da SPRJ**. ano 1, n. 4, p. 5-7, 1980b.

OLIVEIRA, W. I. Relatório do I Pré-congresso Brasileiro de Analistas didatas. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. V, n. 1 e 2., p. 101-107, 1971.

OSÓRIO, L. C.. A comunicação em psicanálise de adolescentes. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 10, p. 431-442, 1976.

OTTALAGANO, C. A., SZTERLING, Gecel; SZTERLING, Fajga. Conflito de gerações, emergente de idéias novas. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 7, p. 321-338, 1973.

PAOLA, H. F. B. de. Sobre a produção de trabalhos psicanalíticos. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 18, n. 3, p. 263-281, 1984.

PELLEGRINO, H.. São Senhores Feudais. **Rádice**, ano 4, n. 15, p. 19, 1981.

PELLEGRINO, H. Aprendizado em Psicanálise: formação ou deformação. **Cadernos de Psicanálise**, ano 4, n. 4, p. 35 – 40, 1982a.

PEREIRA, A. G.. A agressividade na sociedade Contemporânea: Um enfoque psicanalítico. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 18, p. 397- 409, 1984.

PERESTRELLO, D. Contribuição ao estudo da história da psicanálise no Brasil. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 10, p. 293-296, 1976.

PIMENTA, A. C. Política institucional e formação profissional. **Boletim Informativo do CPMG**, ano 10, n. 20, p. 15-21, 1983.

PINTO, G. S. Supervisão: uma análise em outro setting. **Cadernos de Psicanálise**, Edição Especial. p. 17-31, 1985.

PORTELA, J. M. Social Aspects of the Psychoanalytic Practice. **Contemporary Psychoanalysis**. V. 7, n. 1, p. 105-111, 1970.

PORTELA, J. M. Editorial. **Boletim Informativo do CPMG**, ano 6, n. 11, p. 1-2, 1979.

PORTELA, J. M. Notas sobre a identidade do Psicanalista. **Boletim Informativo do CPMG**, ano 6, nº 12, p. 41-57, 1979.

PORTELA, J. M.. O discurso da respeitabilidade e o lugar da autoconstrução do psicanalista. **Boletim Informativo do CPMG**, n. 24, Ano 12, p. 22, 1985.

PRADO, M. P. A. Perfil trágico dos nossos dias. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 8, p. 147-157, 1974.

PRADO, M. P. A. Alguns subsídios para história da Revista Brasileira de Psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 10, n. 1, p. 15-17, 1976.

RALPH, C. Porque Sexo. **Rádice**, ano 2, n. 8. p. 8-9, 19878a.

RALPH, C. Freud acusa: Reich é comunista. **Rádice**, ano 2, n. 8, p. 21, 1978b.

RALPH, C. Nem tanto, nem tanto... **Rádice**, ano 2, n. 8 p. 33, 1978c.

RALPH, C. Salve o prazer!! **Rádice**, ano 4, nº 14, p. 12-14, 1980a.

RALPH, C. E a Libido Venceu! **Rádice**, ano 4, nº 14, p. 15-16, 1980b.

- RALPH, C. Somos, e daí? **Rádice**. ano 4, nº 14, p. 27-30, 1980c.
- RALPH, C. O emaranhado Psicanalítico. **Rádice**, ano 4, n. 15, p. 10-12, 1981.
- RALPH, C.; VIOLA, E. IBRAPSI - Ninguém chuta cachorro morto - Entrevista. **Rádice**, Ano 4, n. 15, p. 16-17, 1981.
- RAMOS, D. 10 anos depois. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 10, n. 1. p. 19-22, 1976.
- Regimento da Comissão de Ensino. **Boletim Informativo do CPMG**. n. 9, p. 13-20, 1977.
- REZZE, C. J.; PESSANHA, A. L. S. Autonomia e dependência na situação de candidato. **Jornal de Psicanálise**, ano 5, n. 15, p. 17-21, 1971.
- RIBAS, J. C. Editorial. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 8, n. 4, p. 2-5, 1979.
- RODRIGUES, J. Esboço de um estatuto = Esboço de uma sociedade. **Boletim Informativo do CPMG**, ano 10, n. 20, p. 27-36, 1983.
- SAMPAIO, N. Saúde Mental e Adolescência. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. v. 4, n. 2, p. 52-60, 1970.
- SANDLER, J. Delinquentes, personalidades psicopáticas? **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 1, n. 2, p. 263-269, 1967.
- SCHNEIDER, G.; LA PORTA, E.; CABERNITE, L.; BESOUCHET, I.; RIBEIRO, N. O Conflito de Gerações. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 3, n. 7, p. 263-320, 1973.
- SCHNEIDER, G. A transmissão do conhecimento psicanalítico através da análise didática. **Boletim Científico da SPRJ**, ano 4, nº 2, p. 3-16, 1983.
- SILVA, A. F. R. Considerações sobre formação psicanalítica. **Boletim Informativo do CPMG**. ano 7, nº 15, p. 33-37, 1980.
- SILVA, L. P. M.. Ordem ou Progresso. **Alter – Jornal de estudos psicodinâmicos**. v. XII, n.1, p. 19-23, 1982.
- SILVEIRA JR, P. M. A Instituição e Seu Futuro. **Revirão - Revista da Prática Freudiana**, n. 3, p. 370-372, 1985.
- SILVEIRA JR, P. M. Notas sobre os dez anos do Colégio Freudiano. **Revirão - Revista da Prática Freudiana**, n. 2, Rio de Janeiro, p. 216-219, 1986.
- SILVEIRA, R. Sobre teoria e prática ou uma opinião sobre a análise didática. **Boletim Científico da SPRJ**, ano 4, n. 2, p. 12-17, 1983.
- SIQUEIRA, E. S.; CALSAVARA, J. F.; ARAUJO, D. Reflexões sobre a formação psicanalítica. **Boletim Informativo do CPMG**, ano 8, nº 16, p. 19-30, 1981.
- SPANUDIS, T. Spanudis, 20 anos depois. **IDE**. ano 2, nº 3, p. 66- 72, 1976.
- SZTERLING, G. L. 10º Aniversário da Revista Brasileira de Psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 10, n. 1, p. 23-26, 1976.

TRACTENBERG, M. Formação Psicanalítica – Algumas anotações breves. **Boletim da SPRJ**, ano 4, n. 1, p. 2 -11, 1983.

TRACTENBERG, M. Projeções para uma sociedade psicanalítica única no Rio de Janeiro. **Boletim da SPRJ**, ano 1, n.1 p. 25-26, 1985.

UCHÔA, D. M. Conflito de Gerações. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 7, p. 141-185, 1973.

ZIMMERMANN, D. Seleção de candidatos (Contribuição ao estudo dos ambientes dos institutos). **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 16, p. 55-62, 1982a.

ZIMMERMANN, D. A influência da teoria e da prática da psicoterapia sobre a formação analítica. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 14, p. 5 – 46, 1980.

Referências Bibliográficas

ABERASTURY, A. O Adolescente e a liberdade. *In*: KNOBEL, M. e ABERASTURY, A. **Adolescência Normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ABRÃO, J. L. F. Por um modelo metodológico de historiografia da psicanálise. **Pulsional** - Revista de Psicanálise, ano 20, n. 189, p. 5-16, 2007.

ABRÃO, J.L.F. A introdução das idéias relativas à psicanálise de crianças no Brasil através da obra de Arthur Ramos. **Memorandum**, n. 14, p. 37-51, 2008.

ABRÃO, J. L. F. As contribuições de Júlio Pires Porto-Carrero à difusão da psicanálise de crianças no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. **Memorandum**, n. 20, p. 123-134, 2011.

ALMEIDA, G. B. O conselho de segurança nacional e a ditadura. *In*: PATTO SÁ, R. (org.) **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

ANTONIO, M. C. A. **A ética do desejo**: estudo etnográfico da formação de psicanalistas em escolas lacanianas de psicanálise. Orientador: _____. 2015. Número de páginas. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP. 2015.

ARNS, D. P. E. **Brasil**: nunca mais. São Paulo: Editora Vozes de Bolso, 2011.

BALINT, M. On the Psycho-analytic training system. **International Journal of Psychoanalysis**, v. 29, p. 163-173, 1948.

BAREMBLITT, G. O ensino da Psicanálise, sua política. *In*: **Simpósio Psicanálise e Política – Textos das conferências realizadas na PUC – Rio de 17 setembro a 29 de outubro de 1980**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1981.

BARRETO, F. P. **Reforma Psiquiátrica e Movimento Lacaniano**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: WMF Marting fontes, 2012[1988].

BEER, Paulo Antonio Campos. **Questões e tensões entre psicanálise e ciência:** considerações sobre validação. Orientador: _____. 2015. Número de páginas. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP. 2015.

BERNFELD, S. On Psychoanalytic Training. **The Psychoanalytic Quarterly**: v. 31, v. 4, p. 453-482, 1962.

BLANK, P. A formação psicanalítica e sua política. **Simpósio Psicanálise e Política – Textos das conferências realizadas na PUC – Rio de 17 setembro a 29 de outubro de 1980**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, p. 133-140, 1981.

BLOCH, M. **A apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002[1993]

BOURDIEU, P. ‘Youth’ is Just a Word. Interview with Anne-Marie Métailié. *In: Les jeunes et le premier emploi*. Paris: Association des Ages, p. 520-530, 1978.

BULAMAH, L. & KUPERMANN, D. O verdadeiro *self* em Winnicott e a questão da identidade. **Psicologia em Pesquisa**, v. 14, n.1, p. 169-188, 2020.

BULAMAH, L. C; KUPERMANN, D.; MOREIRA, L. E.V. Entre barões e porões: Amílcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. **Analytica**, São João del-Rei, v. 3, n. 4, p. 173-200, janeiro/junho, 2014.

BURKE, P. **A escola dos Annales 1929-1989 – A revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

CASTELLAR, C. Os primeiros momentos da psicanálise de uma adolescente. *In: CASTELLAR, C.; FREITAS, L. A. Crise da adolescência: visão psicanalítica*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 49-68, 1989.

CASTELLAR, C. Sociedade, família e adolescência. *In: CASTELLAR, C.; FREITAS, L. A. Crise da adolescência: visão psicanalítica*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 136-140.

CASTELLAR, C.; FREITAS, L. A. **Crise da adolescência** - visão psicanalítica. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

CASTRO, R. D. Correspondência de Julio Porto-Carrero a Arthur Ramos: a Sociedade Brasileira de Psicanálise e a preocupação com a tradução dos termos psicanalíticos, décadas de 1920 e 1930, História, Ciências, Saúde - **Manguinhos** v.22, n.4, p.1451-1465, out.-dez., 2015a.

CASTRO, R. D. **A sublimação do id primitivo em ego civilizado: o projeto dos psiquiatras-psicanalistas para civilizar o país (1926-1944)**. São Paulo: Paco Editorial, 2015b.

CASTRO, Rafael Dias de. **História da Historiografia da Psicanálise no Brasil: A recepção da teoria freudiana no início do século XX**. XXI Encontro Regional de História: História, democracias e resistências, p.1-8, 2018. Disponível em:
https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiLvZma4IftAhUAELkGHeNnBIIQFjABegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.encontro2018.mg.anpuh.org%2Fresources%2Fanais%2F8%2F1533669995_ARQUIVO_AnpuhtextoRafael2018.pdf&usq=AOvVaw3dK6ym12q2HxGe91XlyuEG. Acesso em: 14 set 2019.

CYMOT, D. **A criminalização do funk sob perspectiva da teoria crítica**. Orientador: _____. 2011. Número de páginas. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP. 2011.

COIMBRA, C. M. B.. **Guardiões da Ordem**: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Ator, 1995.

Comissão da Verdade. Relatório - Tomo I - Parte II de 2015. **Perseguição à População e ao Movimento Negros**. Disponível em:
<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjR8r-r44ftAhUKGrkGHfc3AYIQFjAAegQIAxAC&url=http%3A%2F%2Fcomissadaverdade.al.sp.gov.br%2Frelatorio%2Ftomo-i%2Fparte-ii-cap1.html&usg=AOvVaw3T8FqZtDK7YMrF5YR3juDk>. Acesso em: 10 fev 2020.

CONGER, J. J. **Adolescence and Youth: Psychological Development in a Changing World**. New York; London: Harper and Row, 1977.

COSTA, J. F. C. Sobre a “Geração AI-5”: Violência e narcisismo. In: Costa. J. F. C. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1984.

DE CERTEAU, M. **A escrita da História**. 3ª. Ed., 4ª. Reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017[1975].

DE CERTEAU, M. **História e Psicanálise**: Entre ciência e ficção. Tradução: João Guilherme de Freitas Teixeira. São Paulo: Autêntica, 2011 [1987].

DOSSE, F. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012.

FILHO, C. G. **Dossiê Amilcar Lobo**. In: FILHO, C. G. (Org.). Crise na psicanálise. Rio de Janeiro: Graal, pp. 211-238, 1982.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo Editorial: 2015.

DUNKER, C. PAULON, C. P.; MILAN-RAMOS, J. G. **Análise Psicanalítica de Discursos: Perspectivas Lacanianas**. 2ª. Ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

ERIKSON, E. **Identidade**: juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FACCHINETTI, C. e CASTRO, R. D. The historiography of psychoanalysis in Brazil: the case of Rio de Janeiro. **Dynamis**. v. 35, n. 1, pp. 13-34, 2015

FACCHINETTI, C.; PONTE, C. De barulhos e silêncios: contribuições para a história da psicanálise no Brasil. **Psychê**, v. 7, n. 11, p. 59-83, jun., 2003.

FACCHINETTI, C. Psicanálise para brasileiros: história de sua circulação e apropriação entre-Guerras. **Culturas Psi**. v. 0, p. 45-62, 2012.

FENICHEL, O. Theoretical Implications of the Didactic Analysis. Nome do Periódico. v. 8, p. 21-35, 1945.

FERENCZI, S. Reflexiones sobre el traumatismo. *In*: FERENCZI, S. **Obras completas**, v. 4. Madrid: Espasa Calpe, 1981.

FIGUEIREDO, A. C. C. **Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro - 1970/1983**. Orientador: _____. 1984. Número de páginas. Dissertação de Mestrado – Curso, PUC-RJ, Rio de Janeiro/RJ, 1984.

FIGUEIREDO, A. C. C. A Psicanálise dos Psicólogos no Rio De Janeiro dos Anos 1970. **Culturas Psi**, v. 0 p. 84-99, 2012.

FIGUEIREDO, A. K. **Ativismo negro em Salvador no período da Ditadura Militar (1970-1980)**. Orientador: _____. 2016. Número de páginas. Dissertação de Mestrado Profissional - Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cidade/BA, 2016..

FILHO, C. G. Instituição Psicanalítica no Rio de Janeiro. *In*: FILHO, C. G. (Org.). **Crise na psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, p. 19-30, 1982.

FILHO, D. A. R. Ditadura no Brasil entre memória e história. *In*: PATTO SÁ, Rodrigo (Org.) **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MARTINS FILHO, J. R. **Movimento estudantil e a ditadura Militar: 1964-1968**. São Paulo: Papyrus, 1987

FORRESTER, J. **Seduções da Psicanálise** – Freud, Lacan e Derrida. Campinas/SP: Papyrus Editora, 1990.

FREITAS, L. A. Psicanálise de adolescentes, um pouco de história. *In*: CASTELLAR, C.; FREITAS, L. A. **Crise da adolescência** - visão psicanalítica. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

FREUD, A. Adolescence. **Psychoanalytic Study of the Child**, v. 13, p. 255-278, 1958.

FREUD, S. Totem e tabu (1913). *In*: FREUD, S. **Obras Completas Volume 11** – Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1941). Tradução Paulo César de Souza. Companhia das Letras: São Paulo; p.13-244, 2012.

FREUD, S. Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. *In*: FREUD, S. (2010) **Obras Completas Volume 10** - Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). Tradução Paulo César de Souza. Companhia das Letras: São Paulo, p. 147-162, 2010.

FREUD, S. (1914) Recordar, Repetir e Elaborar. *In*: FREUD, S. **Obras Completas Volume 10** - Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). Tradução Paulo César de Souza. Companhia das Letras: São Paulo, p. 193-209, 2010.

FREUD, S. (1996). A questão de uma Weltanschauung. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud** - Edição standard brasileira (Vol. 22.). Rio de Janeiro: Imago, 1996[1933].

FREUD, S. Análise Fragmentária de uma histeria (O caso Dora). *In: FREUD, S. Obras Completas* - Volume 6. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, p. 173-320, 2016[1905]

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In: FREUD, S. Obras Completas* - Volume 6. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, p. 13-172, 2016[1905].

FREUD, S. Contribuição à história do movimento psicanalítico. *In: FREUD, S. Obras Completas* - Volume 11 - Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1941). Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012[1914].

FROSH, S. **As políticas da psicanálise** – uma introdução à teoria freudiana e pós-freudiana. São Paulo: Benjamim, 2019[1999].

FROSH, S.; BARAITSER, L. Psychoanalysis and Psychosocial Studies. **Psychoanalysis, Culture & Society**, v. 13, n. 4, p. 346-365, 2008.

FROSH, S.; MANDELBAUM, B. Psychosocial histories of Psychoanalysis. **Praxis y Culturas Psi**, n. 1, Janeiro p. 1-13, 2019.

FROSH, S.; MANDELBAUM, B. P. H. “Like Kings in Their Kingdoms”: Conservatism in Brazilian Psychoanalysis During the Dictatorship. **Political Psychology**, v. 38, n. 4, p. 591-604, 2017.

GASPARI, E. **As ilusões armadas 1 - A Ditadura Envergonhada**. 2a edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GHIRALDELLI, P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

GIARD, L. Introdução – Um caminho não traçado. *In: DE CERTEAU, Michel. História e Psicanálise: Entre ciência e ficção*. Tradução: João Guilherme de Freitas Teixeira. São Paulo: Autêntica, 2011.

GILLIS, J. H. **Youth and History** - Tradition and Change in European Age Relations, 1770-Present. London: Academic Press, 1981.

GOMES, R. M. M. **Revista Brasileira de Psicanálise**: representações de ciência, profissão e história no movimento psicanalítico brasileiro (1967 a 1986). Orientador: _____. 2018. Número de páginas. Tese de Doutorado em História - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2018.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Simpósio Psicanálise e Política – Textos das conferências realizadas na PUC – Rio de 17 setembro a 29 de outubro de 1980*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, p. 155-181, 1981.

GRINBERG, L. Ideas Nuevas. Conflicto y evolucion. **Revista de Psicología**, v. XXVII, 1970.

GRINBERG, R.; GRINBERG, L. La adquisicion del sentimiento de identidad en el processo analítico. **Revista Uruguaya de Psicoanálisis**, v. VIII, n. 3, 1966.

GURSKI, R.; MORAES, L.; GOMES, P. G. August Aichhorn: Uma obra abandonada? **SIG revista de psicanálise**. v. 10, p. 63-72, 2018.

GURSKI, R.; STRZYKALSKIS, S.. A escuta psicanalítica de adolescentes em conflito com a lei: que ética pode sustentar esta intervenção? **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 72-98, 2018.

GURSKI, R. **Três ensaios sobre juventude e violência**. São Paulo: Escuta, 2012.

HADLER, O. H.; GUARESCHI, N. M. F.; GALEANO, G. B. A produção da delinquência e sua objetificação pela psicologia. **Athenea Digital**. Vol. 19, N. 1, p. 1-29, 2019. Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewjclb7-](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewjclb7-6lftAhUgILkGHWamD2QQFjABegQIAxAC&url=https%3A%2F%2Fwww.raco.cat%2Findex.php%2FAthenea%2Farticle%2Fdownload%2Fv19-1-hadler-guareschi-galeano%2F441723%2F&usg=AOvVaw0dVYfAGH-6GE9a3GALVO1g)

[6lftAhUgILkGHWamD2QQFjABegQIAxAC&url=https%3A%2F%2Fwww.raco.cat%2Findex.php%2FAthenea%2Farticle%2Fdownload%2Fv19-1-hadler-guareschi-galeano%2F441723%2F&usg=AOvVaw0dVYfAGH-6GE9a3GALVO1g](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewjclb7-6lftAhUgILkGHWamD2QQFjABegQIAxAC&url=https%3A%2F%2Fwww.raco.cat%2Findex.php%2FAthenea%2Farticle%2Fdownload%2Fv19-1-hadler-guareschi-galeano%2F441723%2F&usg=AOvVaw0dVYfAGH-6GE9a3GALVO1g). Acesso em 10 mar 2019.

HAMER, C. J.; AZABUJA, D. C.; FAVILLI, M. P.; OLIVEIRA, L. L. T. MEMÓRIA - Os primeiros anos da IDE - lembranças e reflexões. **IDE**. São Paulo, Vol. 38, n. 60, jul./dez., s/p, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062015000200002&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 14 abril 2020.

HOLLANDA, H. B. de. **Impressões de viagem**. CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Atlas da Violência**, Governo Federal, Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em 25 set. 2020.

JACÓ-VILELA, A. M. **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Brasília/DF: Imago, 2011.

KATZ, C. **Psicanálise e nazismo**. Rio de Janeiro: Editora Taurus, 1985.

KERNBERG, O. A concerned critique of psychoanalytic education. **International Journal of Psychoanalysis**. v. 81, 2000.

KNOBEL, M. A síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal** - Um enfoque psicanalítico. 3ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

KOSSLING, K. S. Movimentos negros no Brasil entre 1964 e 1983. **Perseu: História, Memória e Política**, v. 1, p. 31-62, 2008.

KUPERMANN, D. **Transferências Cruzadas** – Uma história da Psicanálise e suas instituições. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1996.

LACAN, J. **O Seminário** - Livro 1: os escritos técnicos de Freud. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009[1953-1954].

LACAN, J. A ciência e a verdade. In: LACAN, J. **Escritos**, p. 869-892, 1998[1966].

LAUFER, M.; LAUFER, M. **Adolescence and developmental breakdown – A psychoanalytic view**. Londres: Karnac Books, 1984.

LE GOFF, J. Prefácio. *In*: BLOCH, M. **A apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002[1993].

LIMA, R. A. Édipo negro: estrutura e argumento. **Acta Psicossomática**, v. 2, n. 1, p. 26-39, 2019.

LIMA, R. A. A experiência Rádice: uma entrevista com Ralph Viana. **Lacuna: uma revista de psicanálise**, São Paulo, n. 0, p. 9, 2015. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2015/09/29/a-experiencia-radice/>>. Acesso em 8 nov 2019.

MANDELBAUM, B. Wounds of dictatorship in the Brazilian psychoanalysis: traumatic reviviscences in the research of the history of psychoanalysis. *In*: MANDELBAUM, B; FROSH, S.; LIMA, R. **Brazilian Psychosocial Histories of Psychoanalysis**. Londres: Palgrave Macmillan [no prelo].

MANDELBAUM, B.; RUBIN, A.; FROSH, S. “He didn’t even know there was a dictatorship”: The complicity of a psychoanalyst with the Brazilian military regime. **Psychoanalysis and History**, v. 20, n. 1, p. 37-57, 2018.

MANDELBAUM, B; FROSH, S.; RUBIN, A. L.; THEODORO, R. Antropofagia e autoritarismo na Psicanálise Brasileira. **Calibán Revista Latino-Americana de Psicanálise**. v. 17, n. 1, p. 112-125, 2019.

MANDELBAUM, B. Torturantes (I) *In*: **Simpósio Psicanálise e Política – Textos das conferências realizadas na PUC – Rio de 17 setembro a 29 de outubro de 1980**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, p. 155-181, 1981.

MARTINS, L. A “Geração AI-5” e maio de 1968 – Duas manifestações intransitivas. Rio de Janeiro: Argumento, 2004[1979].

MASCARENHAS, E. Entrevista. Segundo Caderno. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 de setembro, p. 1, 1980.

MASSI, M. **Trinta anos de história da Revista Brasileira de Psicanálise: um recorte paulista**. Volume II. Orientador: _____. 2007. Número de páginas. Tese de Doutorado - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2007.

MATHEUS, T. C. O lugar do analista frente à inquietação adolescente. **Percursos**. Revista de Psicanálise, São Paulo, v. 40, p. 61-66, 2009.

MATHEUS, T. C.. Entre o excesso e a insuficiência: sobre o lugar do adolescente na contemporaneidade. **Percursos**. Revista de Psicanálise. São Paulo, v. 44, p. 105-116, 2010.

MATHEUS, T. C. **Adolescência: História e política do conceito na Psicanálise** (Coleção Clínica Psicanalítica). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MATHEUS, T. C. Vulnerabilidade social e solidariedade entre jovens: Jardim Ângela e Jardim São Luís. **Psicologia & Sociedade** (on-line), v. 31, p. 1-14. 2019.

MELLO, Roberto. Os barões da Psicanálise. *In: Simpósio Psicanálise e Política – Textos das conferências realizadas na PUC – Rio de 17 setembro a 29 de outubro de 1980*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, p. 155-181, 1981.

MEYERSON, S. **Adolescence and Breakdown**. A study of adolescence by Member of the Tavistock Clinic and other British experts. Londres: George Allen & Unwin Ltd., 1975.

MEZAN, R. Sob o “signo dos quatro”: ideias para abordar a história da psicanálise. *Pulsional – Revista de Psicanálise*, ano 22, n. 1, p. 28-46, 2009.

MOTTA, R. P. S. As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. *In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MULLER, E. A formação psicanalítica e a sua política. *In: Simpósio Psicanálise e Política – Textos das conferências realizadas na PUC – Rio de 17 setembro a 29 de outubro de 1980*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, p. 155-181, 1981.

NAPOLITANO, M. A “resistência cultural” durante o regime militar brasileiro. *In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

NASCIMENTO, F. F. e MANDELBAUM, B. P. H. A psicanálise da norma: Arthur Ramos e a Liga Brasileira de Higiene Mental, **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, 360, 2019.

NETO, F. K.; CAMPOS, P. A. C. O “Caso Amílcar Lobo”: notas sobre o alcance da psicanálise no campo social. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 47.1, p. 22-42, 2015.

NETO, F. K.; PÁDUA, M. L. G. Ditadura Militar e as sociedades psicanalíticas: relações e ressonâncias na práxis. **Revista da SPAGESP Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, v. 16, n. 2, p. 32-45, 2015.

OLIVEIRA, C. L. M. V. A historiografia sobre o movimento psicanalítico no Brasil. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**. v. 3, p. 144-153, 2002.

OLIVEIRA, C. L. M. V. Arquivos da Psicanálise no Brasil. **Pulsional Revista de Psicanálise**. Ano 22, n. 1, p. 97-104, 2005.

OLIVEIRA, C. L. M. V. **História da psicanálise São Paulo (1920-1969)**. São Paulo: Editora Escuta, 2006.

OLIVEIRA, C. L. M. V. Psychoanalysis in Brazil during Vargas’ Time. *In: PLOTKIN, Mariano (Org.) Psychoanalysis and Politics: Histories of Psychoanalysis under conditions of restricted political freedom*. Cidade: M. B. Oxford University Press, 2012.

OLIVEIRA, C. L. M. V. Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 24, supl. nov., pp.79-90, 2017.

OLIVEIRA, R. (1979) Os profissionais do terror: os médicos e enfermeiros que prolongavam ou acobertavam a dor dos torturados. **Movimento**, p. 6–8, 16 set. 1979.

PAIVA, V. Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? In: SILVA JRUNIOR, Nelson; ZANGARI, Wellington (Orgs.). **A psicologia social e a questão do hífen** [livro eletrônico]. São Paulo: Blucher, 2017.

PAULON, C. P. **Introduzindo o conceito de narrativa em psicanálise**: sobre um operador comparativo para o estudo de casos clínicos. Orientador: _____. 2017. Número de páginas. Tese de Doutorado – Programa de pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP. 2017.

PATTO, M. H. S. P. Apresentação. In: COIMBRA, C. M. B. (1995). **Guardiões da Ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”** Rio de Janeiro: Oficina do Ator, Rio de Janeiro, 1995.

PEDRO, T. M. G. “É o fluxo: “baile de favela” e funk em São Paulo”, **PROA Revista De Antropologia E Arte**, Vol. 2 N° 7, p. 115-135, 2017. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2829>. Acesso 1º set. 2020.

PELLEGRINO, H. Análise da instituição psicanalítica: um caso clínico. In: CERQUEIRA FILHO, G. (Org.). **Crise na psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1982b, pp. 31-51.

PELLEGRINO, H.; SCHNEIDER, G.; LYRA, M. T. M.; ALMEIDA, J. I.; OLIVEIRA, W. I. Psicanálise hoje (1983) no Brasil. In: VIEGAS DOS SANTOS, Luiz Antonio (O). **Psicanálise de brasileiro**. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1997, p. 77-110.

PELLICCIOTTA, M. M. B. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis dos anos 70. Orientador: _____. 1997. Número de páginas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP. 1997.

PERESTRELLO, M. **História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro: suas origens e fundação**. Rio de Janeiro: Imago, 1987

PLOKTI, M. B. **Freud in the Pampas**: The Emergence and Development of a Psychoanalytic Culture in Argentina. California: Stanford University Press, 2001.

POWER, T. J. **The Political Right in Postauthoritarian Brazil - Elites, Institutions, and Democratization**. Penn State University Press, 2000.

PROPHETA, R. M. A. **A sutura**: modos de subjetivação do real no cinema e na psicanálise. Orientador: _____. 2015. Número de páginas. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia Clínica da USP. São Paulo/SP. 2015.

REICH, W. **O combate sexual da juventude**. São Paulo: Edições Epopeia, 1986[1932].

REIS, C; LOPES, A. C. M. **Dicionário de narratologia**. 7ª Ed. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2011.

REIS FILHO, A. D.; MORAES, P. **68**: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Relatório Criminológico referente a Ivan Akselrud Seixas. **Departamento dos Institutos**. Disponível em:

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=109372&Pesq=Ivan+Seixas Acesso em 15 set 2019.

- RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- ROLNIK, E. J. Z. **Psychoanalysis and the making of modern jewish identity**. Londres: Routledge, 2012.
- ROSA, M. D. **Histórias que não se contam**: o não dito na psicanálise com crianças e adolescentes. 2ª Ed. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2009.
- ROUDINESCO, E. & PLON, M. **Dicionário de psicanálise** (V. Ribeiro & L. Magalhães Trans.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ROUDINESCO, E. **Genealogias**. Trad. Nelly Ladvocat Cintra. Rio de Janeiro: Editora, 1995.
- ROUSTANG, F. **Um destino tão funesto**. Rio de Janeiro: Timbre-Taurus, 1976.
- RUBIN, A; MANDELBAUM, B; FROSH, S. “No memory, no desire”: Psychoanalysis in Brazil during Repressive Times. **Psychoanalysis and History**, v. 18, p. 93-118, 2016.
- RUSSO, J. Brazilian psychiatrists and psychoanalysis at the beginning of 20th century: A question for national identity. **Psychoanalysis and History**, v. 14, 297-312, 2012a
- RUSSO, J. The Social diffusion of Psychoanalysis during the Brazilian Military Regime: Psychological Awareness in an Age of Political Repression. *In*: DAMOUSE, J. **Histories of Psychoanalysis under Conditions of Restricted Political Freedom**. Oxford: Oxford University Press, 2012b.
- RUSSO, J. A. **O mundo psi no Brasil**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- RUSTIN, M. A Socialist Consideration of Kleinian Psychoanalysis. **New Left Review**, v. 131, n.1, 1982.
- SAFOUAN, M. **Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- SAGAWA, R. Y. **A história da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo**. Cidade: Editora, 1994.
- SANTOS, A. D. & JACÓ-VILELA, A. M. “Rádice: Passado e Futuro”. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 26-31, set-dez., 2005.
- SANTOS, A. D. **Rádice**: muito prazer! Crônicas do passado e do futuro da Psicologia no Brasil. Orientador: _____. 2008. Número de páginas. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – UERJ. Rio de Janeiro/RJ. 2008.
- SANTOS, R. A. N. Horizontes psicanalíticos em debate: Notas sobre a história da psicanálise em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 51, p. 201-218, 2017.
- SANTOS, R. A. N.; NETO, F K. Contribuições para uma historiografia da psicanálise em Minas Gerais. **Analytica**: Revista de Psicanálise, v. 3, p. 145-172, 2014.

SCHWARZ, R. **Cultura e política 1964-1969: o pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SEGATO, R. L. **O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça**. Brasília: Série Antropologia UnB, 2006. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie400empdf.pdf>. Acesso em 09 set 2020.

SILVEIRA, R. M. G. A 3ª Geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: CURY, C. E.; FLORES, E. C.; CORDEIRO JR, R. B. (orgs) **Cultura Historiográfica e historiografia: legados e contribuições do século 20**. Biblioteca central UFPR, 2010.

SCHWARCZ, L. Prefácio. In: BLOCH, M. **A apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar., 2002[1997].

SOUZA, A. C, B. História e Cultura Histórica: a 3ª Geração dos Annales e a Cultura História Em: CURY et al. (orgs). **Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século 20**. Editora da UFPB, 2010.

STRZYKALSKI, S.; GURSKI, R. Adolescência e lampejos: a construção de políticas de “sobrevivência”. **Dossiê Estilos da Clínica**, v. 25, nº 1, p. 21-34, 2020.

OMENA, L. T. O. T. “**Manter normal a criança normal e normalizar a desajustada**”: Arthur Ramos e o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, 1934-1939. Orientador: _____. 2018. Número de páginas. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de História. São Paulo/SP. 2018.

TELES, E; SAFATLE, V. (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, E.; QUINALHA, R. Scopes and Limits to the Transitional Justice Discourse in Brazil. In: SCHNEIDER, Nina; ESPARZA, Marcia (org.). **Legacies of State Violence and Transitional Justice in Latin America: A Janus-Faced Paradigm?** Lanham: Lexington Books, 2015.

TOLEDO, C. N. de. A democracia populista golpeada. In: Toledo, C. N. de. **1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

VALE, E. A. N. do. **O rumos da Psicanálise no Brasil**. São Paulo: Escuta, 2003.

VALLE, M. R.. **1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2016[1999].

VARCHEVKER, A.; MUIR, B. Acting-out, Rebellion and Violence. In: MEYERSON, S. **Adolescence and Breakdown: A study of adolescence** by Member of the Tavistock Clinic and other British experts. Londres: Routledge & CRC Press Series: Routledge Library Editions, 1975

VIANNA, H. B. **Não conte a ninguém** – contribuição à história das Sociedade Psicanalíticas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

VIZZOTTO, M. M.. A psicologia e a psiquiatria perdem um de seus maiores expoentes: uma homenagem ao Dr. Mauricio Knobel. **Estudos de Psicologia**, Vol. 25, n. 1, p. 151-155, 2008.

WILLIAMS, H. Problems of Adolescence. *In*: MEYERSON, S. (1975) **Adolescence and Breakdown: A study of adolescence** by Member of the Tavistock Clinic and other British experts. Londres: Routledge & CRC Press Series: Routledge Library Editions, 1975

WINNICOTT, D. W. **Deprivation and Delinquency**. London: Routledge, 2012[1984].

ZARETSKY, E. **Secrets of the Soul**. Nova York: Vintage books, 2004